SANTO AGOSTINHO



A DOUTRINA CRISTÃ

FONTE DO TEXTO

academia.edu

Imagem da Capa

wikipedia.org

Texto extraído do Vol. 17, «SANTO AGOSTINHO - A doutrina cristã», da colecção "Patrística", editada por "PAULOS"

INTRODUÇÃO

a. Dados e ocasião da obra

Santo Agostinho começou a escrever o De doctrina christiana no início de seu episcopado, em 397. Redigiu então os três primeiros livros, mas só veio a terminar a obra em 426 ou 427, anexando mais 13 capítulos ao terceiro livro e compondo todo o quarto. Temos assim uma obra que levou trinta anos para ser completada! Ao se dedicar à revisão de seus escritos, no fim da vida, constatando essa obra inacabada, quis terminá-la. Diz-nos textualmente, nas Retractationes:

> "Tendo encontrado inacabados os livros de De doctrina christiana, eu preferi findá-los a deixá-los assim e continuar a rever as outras obras. Completei, pois, o terceiro livro que havia escrito até a passagem onde é lembrado o que diz o evangelho a respeito da mulher que mistura o fermento em três medidas de farinha até que tudo fermente (III,25,35). Anexei também um último livro e terminei esta obra em quatro livros. Os três primeiros ajudam a compreender as Escrituras e o quarto indica como é preciso exprimir o que foi entendido" (Retract. II,4,1).

A conclusão da obra deve ter sido feita no fim do ano 426 ou no início de 427, porque em IV,24,50 o autor faz alusão a um sermão que pregara havia mais de oito anos, em Cesaréia da Mauritânia. E sabemos, por outras fontes, que isso se dera em 418. Ao retornar à obra após tão longa interrupção, não parece provável que a tenha remanejado. Limitou-se a completá-la, como ele mesmo o indica. O que não impediu a divulgação do livro incompleto. Em Contra Faustum, escrito em 400, encontramos alusão a passagem de A doutrina cristã (II,40,60), a que fala dos egípcios despojados pelos hebreus por ordem de Deus (C. Faustum 22,91). Portanto, a obra já era de domínio público.

b. Apreciações de alguns agostinólogos

E. Portalié, em seu famoso artigo sobre santo Agostinho no Dicionário de teologia católica,[1] afirma que o De doctrina christiana é verdadeiro tratado de exegese. "O mais útil monumento histórico para conhecer o caráter da exegese daquela época."

Outros estudiosos, porém, afirmam com vigor que não se trata apenas de tratado de exegese ou hermenêutica, destinado exclusivamente ao clero. É obra de finalidade essencialmente didática e pastoral, dirigida a todos os cristãos cultos. Visa a proporcionar-lhes o conteúdo e os métodos de boa formação com base bíblica.

Gustave Bardy[2] mostra como o argumento central é a apresentação de um conjunto de regras que ajudam a entender as Sagradas Escrituras. Constitui verdadeira introdução aos livros inspirados, seguida de métodos de pregação cristã. Revela-nos as preocupações pastorais de Agostinho como bispo. Não lhe foram suficientes os trabalhos exegéticos de ordem teórica. Logo em seus primeiros anos à frente da igreja de Hipona, esforçou-se por publicar dois valiosos manuais de formação: o De catechizandis rudibus[3] e o De doctrina christiana. Por qual motivo ele parou bruscamente após ter redigido a primeira parte, só vindo a finalizar a obra bem mais tarde, é difícil de ser explicado. Em todo caso, A doutrina cristã ocupa lugar muito significativo na história de santo Agostinho — na sua vida como na evolução de seu espírito — para não a estudarmos com o mais vivo interesse.

Esse mesmo agostinólogo afirma alhures: "Damos hoje a esta obra grande importância. É verdadeiro tratado de retórica cristã. Os três primeiros livros são consagrados à preparação básica do orador, isto é, à sua formação e ao estudo da Escritura Sagrada. O quarto trata da eloquência

propriamente dita e dá a esse respeito os mais sábios conselhos”.[4]

Por sua vez, o Pe. Victorino Capánaga, ORSA, na Introducción general às Obras de Santo Agostinho, publicadas pela Biblioteca de Autores Cristianos (BAC),[5] escreve com entusiasmo sobre o De doctrina christiana. Intitula-o: “Um manual de formação cultural cristã”, e discorre sobre a grande influência que veio a exercer na história da cultura eclesiástica. Ali são dadas regras de investigação religiosa para decifrar o pensamento divino. Além da observância de normas morais para aquisição das boas disposições do coração, o aspirante à cultura cristã deve utilizar subsídios científicos para chegar à interpretação correta dos livros santos. No último livro, encontram-se os melhores preceitos da oratória antiga, cristianizados.

c. Visão sintética de cada livro

Consta A doutrina cristã de um prólogo e quatro livros.

No Prólogo, Agostinho refuta com antecedência as objeções de supostos exegetas que sistematicamente mostram-se refratários às regras que ele pretende propor.

O livro I é introdução de ordem dogmática e moral para servir de base a todo o desenvolvimento ulterior, de ordem técnica.

Todo conhecimento, explica santo Agostinho, estende-se sobre as coisas ou sobre os sinais (de rebus aut de signis). Há, pois, que fazer distinção entre o conhecimento das coisas (doctrina rerum) e o conhecimento dos sinais (doctrina signorum) (2,2). A doutrina cristã busca em primeiro lugar conhecer o real — as coisas (res). A elas, o homem é movido por duas tendências: o desejo de fruir, isto é, gozar ou deleitar-se delas; e o desejo de se servir, utilizar-se delas (frui aut uti) (4,4). Todo este primeiro livro é dedicado ao estudo das coisas, isto é, das realidades a serem descobertas. Entre elas, a suprema coisa — se assim pode ser chamada — é Deus Trindade. Dele só se há de fruir por ele mesmo (Summa res quae fruendam est propter seipsam) (5,5 e 22,20). Das outras coisas, a mais excelente é o homem. De tudo o que não é Deus se há de utilizar para chegar até ele, nosso termo final e meta de nosso gozo. Agostinho estuda Deus como ser inefável, vida e sabedoria, imutável e eterno, centro de amor de toda criatura racional (5-10). Mas para chegar a Deus, o homem tem de purificar seu espírito e necessita de um caminho. Este caminho é Jesus Cristo: Prima ad Deum via Christus (11-15). Por ele, se há de caminhar sem se deter nas coisas perecedoras. Eis, em esquema, as verdades dogmáticas apresentadas: Deus, a Trindade, a encarnação, a ressurreição, a Igreja, a ressurreição dos corpos, o inferno, o céu, os anjos (5-21). Seguem as verdades morais: a fé, a esperança, a caridade (22-34). No final, dão-se os princípios básicos da exegese: o reconhecimento do lugar primordial do amor a Deus e aos irmãos (35-40). Santo Agostinho assim sintetiza todo este tratado de rebus: a plenitude e o fim da Lei e de todas as Escrituras é o amor da “Coisa”, de quem havemos de gozar e da outra “coisa” — nosso semelhante — que é capaz de gozar de Deus conosco. O reino do amor é a chave do anseio e do repouso do coração humano (35,39).

Livro II — Só o livro sagrado é digno de ocupar o espírito do cristão verdadeiro, já que contém tudo o de que necessita para atingir seu fim. A Escritura é toda um conjunto de sinais escritos, isto é, de palavras. É sobre esses sinais (de signis) que versa este segundo livro. As palavras, todas de instituição humana, encontram-se diversificadas em várias línguas. Daí a conveniência de conhecermos os signos e as línguas para chegarmos a esclarecer o sentido dos livros inspirados. Para o conhecimento desse sentido, há certas disposições morais necessárias. São as virtudes obtidas pelos dons do Espírito Santo (7,9-11). Esta passagem é, certamente, das mais belas da obra. Quanto à

formação cultural, o discípulo começará por seguir as lições de gramática a fim de se capacitar a ler o texto da Bíblia. Estudará os tropos ou figuras de pensamento, para saber interpretar as palavras e expressões de sentido figurado. Como o texto latino da Bíblia é tradução, será conveniente conhecer o grego, língua original do Novo Testamento (11,16). Deve-se acrescentar à gramática outras ciências: a história, a geografia, a história natural, a astronomia — que é preciso não confundir com a astrologia — pois esta relaciona-se com as magias e superstições, como, por exemplo, os horóscopos (21,32-37). São ainda recomendadas: as artes mecânicas, a dialética, as matemáticas que farão conhecer o significado simbólico dos números, e a música. O ciclo termina com a dialética e a retórica. O exegeta é assim convidado a possuir uns laivos das mais variadas ciências de seu tempo. O programa é amplo, mas todo subordinado ao entendimento da Bíblia. A lista do Cânon completo das Escrituras é apresentada insistindo-se no critério de sua autenticidade (8,12.13). Agostinho trata também das distintas versões da Bíblia: a tradução latina Ítala e a grega dos Setenta, a qual considera altamente autorizada (15,22). Como perseguidor da verdade que sempre foi, o bispo de Hipona recomenda que tudo o que for achado de certo nos autores pagãos seja incorporado ao acervo da nossa Verdade, como coisa que nos pertence (40,60.61). Termina o livro mostrando a grande diferença existente entre os Livros santos e os profanos e a imensa superioridade dos primeiros (42,63).

O livro III dá-nos as regras da interpretação. Visa a ensinar-nos a resolver as ambigüidades da Escritura. De início, aquelas que se encontram nos textos tomados em sentido próprio (2-4). Em seguida — as mais complexas e que solicitam maior aplicação —, as que se encontram em textos a serem tomados em sentido figurado (5-9). O recurso à crítica textual é a regra geral para se evitarem as ambigüidades. Consiste em examinar o contexto, cotejar as traduções ou recorrer ao original. Na maior parte das vezes, a ambigüidade decorre de tomar em sentido próprio ou literal o que deve ser entendido em sentido figurado (10). Uma série de princípios para a ajuda da interpretação de tais textos é apresentada. E no caso de haver pluralidade de significações, dão-se normas para a escolha do sentido exato ou do mais provável (11-29). Santo Agostinho examina a seguir uma série de regras que o donatista exegeta Ticônio propõe para a descoberta do sentido real das Escrituras (30-37). Faz uma crítica criteriosa dessa valiosa contribuição, mas a ser adotada com cautela. Para concluir o livro, ele exalta a necessidade da oração para o entendimento das Sagradas Escrituras (37,56).

Livro IV — Como já foi bastante relevado, este livro final é tratado de oratória sagrada com a exposição de processos de expressão. O orador sacro poderá aproveitar-se das regras de retórica profana. Terá sempre em conta, porém, que é preciso falar mais com sabedoria do que com eloqüência. A finalidade há de ser: ensinar, deleitar e convencer (12,27). Para isso, há de se servir dos três tipos de estilo: simples, moderado e sublime, acomodando-os ao tema e ao objetivo (17,34). Apresentam-se vários exemplos tirados das Santas Escrituras, especialmente de são Paulo e dos Profetas (7 e 20). Igualmente, exemplos de doutores da Igreja, como são Cipriano e santo Ambrósio (21). Por fim, Agostinho ensina como misturar os estilos para sustentar a atenção dos ouvintes, buscando sempre que entendam, deleitem-se e submetam-se a Deus (22-28). Sobretudo, que o orador não se esqueça acima de tudo haver de ser homem de oração, porque só Deus dá o incremento ao que foi plantado. O verdadeiro Mestre encontra-se no interior (15,32 3 30,63). Que o pregador dê o exemplo de sua pró-pria vida e renda graças pelo feliz êxito de sua pregação.

d. O modo de composição

Henri-Irénée Marrou, na sua fundamental obra Saint Augustin et la fin de la culture antique,[6] faz

análise realista do modo de composição de nosso grande doutor da Igreja. Em resumo, eis algumas de suas constatações: santo Agostinho compõe mal, e não somente quanto à ordem geral, à estrutura de conjunto, que parece entrar em choque com a nossa moderna concepção da arte de compor. Por certo, ele não hesita em propor explicitamente a divisão do assunto e as distinções a serem observadas. Uma vez proposto o plano, esforça-se por mantê-lo presente ao espírito do leitor. Por vezes, faz recapitulações claras que permitem medir o caminho percorrido. Mas por outro lado, quando procura seguir as classificações propostas, perde-se em caminho. Não somente os seus desenvolvimentos faltam em clareza, mas não são metódicos. Acontece-lhe tratar ao mesmo tempo dois assuntos, entrelaçando-os em vez de separá-los. O leitor chega assim a perder-se e esquecer qual era o objetivo principal. Aí estão algumas observações apresentadas por um mestre de crítica literária. Marrou, porém, dá a seguir uma explicação psicológica do fato: dizer que Agostinho compõe mal é apenas constatar que ele não compõe como nós estamos acostumados a fazer. E por quê? Certamente, devido às exigências mais profundas e pessoais de seu gênio e de sua sensibilidade. Ele compõe dessa maneira porque possui idéias em demasia, porque essas idéias não possuem contorno bem definido, não são fáceis de serem catalogadas. São realidades vivas que brotam tumultuosas umas sobre as outras. Agostinho, entretanto, é espírito eminentemente sintético e intuitivo, para o qual todo o universo gravita em torno de uma única idéia — a idéia de Deus —, fonte de toda luz e verdade, que tudo unifica tornando-se o centro de todo o edifício construído. É de seu gênio que vem o caráter tumultuoso da composição. Daí a incapacidade radical de se submeter a contornos precisos de plano definido.

e. Evolução de Agostinho na compreensão da Escritura

As Confissões revelam-nos as primeiras reações do jovem Agostinho em face da Bíblia. Sentia-se desiludido pelo estilo vulgar e ingênuo, o qual não podia comparar-se com a grandiloqüência de Cícero, estilo a que estava habituado (Conf. III,5,9). Dos seus 19 aos 28 anos — os nove anos em que permaneceu no maniqueísmo — teve, porém, muito contato com a Bíblia. Tal circunstância tem importância que não pode ser olvidada, se quisermos compreender as posições tomadas após a sua conversão ao catolicismo. É quando rejeita resolutamente as propostas maniquéias de pôr a verdade conquistada pela razão acima de qualquer crença aceita pela fé. E Agostinho censurará também abertamente o método errôneo maniqueu de seguir interpretação encarniçadamente literal e malévola do Antigo Testamento.

Santo Ambrósio, ao repetir com insistência a máxima: “A letra mata e o espírito vivifica”, contribuiu positivamente para o jovem professor de Milão aceitar o estilo alegórico e a autoridade da Igreja na interpretação das Escrituras. Agradava-lhe muito esse método empregado por Ambrósio, a exemplo de Orígenes. Além do mais, o alegorismo estava na ordem do dia entre os letrados, no plano das obras profanas. Assim, a interpretação metafórica foi valioso auxiliar de sua conversão.

Acontecia ainda que tendo ultrapassado o curto período de incertezas vivido entre os céticos do neo-academismo, Agostinho sentia a necessidade de métodos e critérios seguros em que se pudesse apoiar. Assim, ao inclinar-se à fé, o problema de um critério bíblico impôs-se com urgência.[7] O neoconvertido chega enfim à crença de que só a Igreja católica poderia lhe garantir as verdades a crer. A Bíblia apresenta-se-lhe indissoluvelmente unida ao problema da existência da Providência e da Pedagogia divina. Vê-se, assim, o lugar central da Bíblia no processo de sua conversão. Em especial, apoiou-se em são João e nas cartas paulinas.[8]

f. O grande amor pela Sagrada Escritura

Agostinho atesta de mil maneiras seu grande amor pelos Livros santos. Nas Confissões afirma desejar fazer deles as suas delícias: Sint castae deliciae meae Scripturae tuae (Conf. XI,2,3).

Toda a obra agostiniana deve à Palavra de Deus sua carne, seu sangue e a medula de seus ossos. Essa imagem, aliás, é de sua autoria. O essencial de tudo o que nos legou, a substancia mais íntima de seus escritos compostos desde seu episcopado vêm das divinas Escrituras.

De fato, com dificuldade encontrar-se-á homem que tenha sido mais profundamente penetrado pela Bíblia do que o foi Agostinho. Orígenes é o vidente erudito. Jerônimo, o sábio conhecedor das três línguas bíblicas, o exegeta de métodos científicos. Agostinho, o homem que lê a Escritura com toda a fé. Desde os dias do retiro de Cassicíaco até a sua morte, viveu “na” Bíblia.[9]

Ninguém, como ele, explorou tão a fundo e com tanto empenho e sutileza os profundos e obscuros recônditos da Bíblia, e nunca houve alguém que trouxesse de suas explorações tal abundância de preciosos achados. Toda a Idade Média alimentar-se-á às suas expensas, e os místicos de todos os tempos lhe deverão esplendidas iluminações. Temos de ressaltar ainda o lugar prodigioso da Bíblia em suas obras. Cerca de um terço delas lhe está expressamente reservado, sob forma de tratados exegéticos ou homiléticos. E nos tratados doutrinais, as citações bíblicas vêm semeadas em profusão. Numerosas são as coletâneas feitas dessas citações. A resenha de De Lagarde, da Universidade de Gottingen, conta 42.816 citações, sendo 13.276 do Antigo Testamento e 29.540 do Novo.[10]

g. Os trabalhos exegéticos

Eis o elenco das obras exegéticas de santo Agostinho:[11]

A) Teoria da exegese

- A doutrina cristã, em quatro livros.

B) Comentários sobre o Antigo Testamento

Três comentários sobre o Gênesis:

- De Genesi contra manichaeos, dois livros: No sentido alegórico.
- De Genesi ad litteram, liber imperfectus, um livro incompleto.
- De Genesi ad litteram, doze livros. No sentido literal.

E os três últimos livros de Confissões, em interpretação alegórica.

- Locutionum in Heptateuchum, sete livros. Sobre os sete primeiros livros do AT: os 5 do Pentateuco, o livro de Josué e o dos Juízes.
- Quaestionum in Heptateuchum, sete livros. Mais desenvolvidos que as Locutiones.
- Adnotationes in Iob, notas marginais não muito ordenadas.
- Enarrationes in Psalmos, comentários sobre os 150 salmos. Obra-prima de eloquência popular, de verve e originalidade inimitáveis.[12]

C) Escritos sobre os evangelhos

- De consensu Evangelistarum, quatro livros. De muita fineza.
- Quaestionum Evangeliorum, dois livros. Um sobre Mateus e outro sobre Lucas.
- De sermone Domini in monte, resumo da teologia moral de Jesus.

• 124 Tractatus in Ioannis Evangelium, obra magistral.
• 10 Tractatus in Epistolam primam Ioannis, versa sobretudo sobre a caridade e a unidade da Igreja (já traduzido em português, Paulus).

D) Ensaios sobre as cartas de S. Paulo

• Expositio quarundam (84) propositionum ex Epistola ad Romanos, fruto dos encontros com os Irmãos do Mosteiro de Hipona.
• Epistola ad Romanos expositio inchoata. A dificuldade o fez desistir da obra.
• Expositio ad Galatas, verdadeiro comentário com explicações do sentido literal de cada versículo.

E) Coletânea escriturária

• Speculum, simples seleção de prescrições morais.

h. Julgamento crítico sobre a exegese agostiniana

A) E. Portalié, no seu extenso e famoso artigo sobre santo Agostinho no Dictionnaire de théologie catholique,[13] apresenta as seguintes apreciações:

É difícil formular um julgamento de conjunto da exegese agostiniana, tão múltiplos são os aspectos de sua obra. Os seus trabalhos bíblicos mais notáveis pertencem ou à teoria (De doctrina christiana), que é geralmente louvada, ou à pregação, que adota interpretação mística ou alegórica (In Tract. Ionnem, In Psalmos, In I Jo), e nesse gênero ele é incomparável; ou ainda referem-se a questões especiais (De consensu Evang.), e aí admira-se sua profunda penetração. Comentários seguidos só encontramos no De Genesi ad litteram e nos ensaios sobre as cartas aos Romanos e aos Gálatas.

Contudo, é preciso reconhecer que a obra exegética de Agostinho não se iguala nem pela extensão, nem pelo caráter científico à de são Jeronimo. Três circunstâncias contribuíram para isso:

a) Conhecimento insuficiente das línguas bíblicas. Ele lia o grego com embaraço. Quanto ao hebraico, tudo o que se pode concluir, de estudos recentes, é que apenas lhe era familiar o púnico, língua semítica, aparentado ao hebraico, e que era falado na Numídia pelo povo simples descendente dos fenícios.

b) A finalidade moral e a motivação prática do momento, visadas por sua pregação, levavam-no a incontestáveis abusos do sentido alegórico.

c) Enfim, na polêmica, as duas grandes qualidades de seu gênio: a paixão ardente do temperamento africano e a sutilidade prodigiosa de seu espírito não lhe deixavam sempre a calma necessária a um exegeta.

Entretanto, é notório que a doutrina da inspiração deve a santo Agostinho o benefício de ter sido levada à precisão, no sentido de um “biblicismo estrito”, isto é, a da origem divina e, por conseguinte, da inerrância absoluta dos Livros santos. O Concílio Vaticano II reafirmou essa doutrina (cf. Dei Verbum III,11). Para compreendermos bem a teoria agostiniana da Bíblia, porém, é preciso levar em conta as restrições feitas por ele próprio ao admitir nos autores sacros, esquecimentos e confusão de nomes. Os discursos são fiéis quanto à essência do pensamento, mas podem-se encontrar divergências de ordem ou expressão entre os evangelistas. Cf. em especial o De consensu evangelistarum.

B) O agostiniano Pe. Lope Cilleruelo, na magnífica Introdução geral ao Tomo XV da BAC, consagrado ao De doctrina christiana e aos três Comentários do Gênesis, discorre longamente sobre San Agustin y la Biblia (pp. 3-46). Damos alguns tópicos:

Todos os entendidos são concordes em considerar a obra exegética de Agostinho da maior

importância. De fato, ele resolveu grande quantidade de dificuldades que até então haviam impedido a marcha progressiva dos problemas bíblicos. Empregou termos tais, que as premissas lançadas por ele facilitaram mais tarde o encontro de soluções. Entretanto, sua linguagem oferece não poucas dificuldades. Por exemplo, muitas expressões não poderão ser tomadas ao pé da letra, pois atribuem a Deus o que é apenas obra mediata. Atribui à Providencia divina não somente diversos sentidos literais e não literais, mas até opiniões dos intérpretes e de simples leitores (cf. A doutr. cristã III,27,38 e Confissões XII,18,27;26,36). Além disso, suas tendências exortativas afastam-no não poucas vezes do sentido hermenêutico certo. E acostumado como estava a utilizar sua prodigiosa memória para realizar concordâncias bíblicas, as suas associações não correspondem ao uso preciso e científico a que estamos acostumados em nossos dias.

A atração pela interpretação alegórica o levou a tomá-la como chave de exegese. É no início de sua carreira que insiste mais no alegorismo teórico e prático. Entende que as Escrituras estão como que seladas e por vontade divina misteriosa. Nelas, Deus empregou esse método para exercitar-nos na busca e deleitar-nos na descoberta (II,6.7, e ainda em De moribus Eclesiae Catholicae I,17,30). Julga que interpretar em sentido estritamente literal, à moda dos maniqueus, é ter entendimento carnal. Essa sua preferência pelo sentido alegórico estava fundamentada principalmente no princípio de que o AT é figura do NT, e este realização daquele (In Vetera, Novum latet, et in Novo Vetus patet) (Quaestiones in Heptateucum 2,73). O modelo de são Paulo, em Gl 4,24, influiu muito nessa opção.

Melhor do que ninguém, Agostinho compreendeu a necessidade de receber continuamente novas luzes. Consignou os fracos de sua exegese e previu os instrumentos de trabalhos que só a Idade Moderna viria proporcionar. Mais do que seus contemporâneos, compreendeu a necessidade de investigar profundamente os chamados “gêneros literários” e as “figuras de linguagem oriental”. Cada vez mais foi se firmando na direção de interpretar a Bíblia pela Bíblia, isto é, pelo confronto com passagens paralelas (cf. A doutr. cristã, III,26,37 e 28,39).

Enfim, o bispo de Hipona é filho de seu tempo. Julgá-lo severamente, à luz das normas modernas, seria injustiça. A santo Agostinho se há de julgar dentro das circunstâncias que o rodeavam e somente a essa luz apreciar sua obra pessoal. Todos reconhecem que ele pode orientar, até hoje, certos problemas de exegese. Foi precursor de nossos dias. Advoga a naturalidade na expressão e a busca da crítica textual.

Convém nunca esquecer que a exegese atual serve-se de meios técnicos, instrumentos de trabalho, descobertas, escavações, conhecimento de literaturas orientais, dos gêneros literários do tempo, dos métodos utilizados antigamente na composição dos livros, coisas que Agostinho não podia estar em condições de utilizar.

i. A inspiração bíblica

Tradicionalmente, costuma-se empregar o termo “inspiração” para designar a propriedade fundamental de a Bíblia ser escrita sob a ação divina. Agostinho emprega o termo, mas não em sentido técnico e exclusivo. Para ele, a inspiração identifica-se com iluminação.

Certas expressões agostinianas foram sempre adotadas pela Tradição, como, por exemplo: Deo inspirante ista conscripta sunt (De civ. Dei 15,8,1), Spiritu Sancto dictante dicti et conscripti sunt (In Ps 62,II,1). Tais fórmulas conheceram muita ressonância, inclusive em Tomás de Aquino.

São dois os fatores ou autores a serem reconhecidos no conceito de inspiração: o divino e o humano. Deus — seja o Pai, seja o Filho, seja ainda o Espírito Santo — fala por meio dos hagiógrafos (cf. A doutr. cristã II,5,6; II,6,7-8; III,27.38). “A Bíblia é livro de Deus, carta que nosso Pai celeste nos

envia da pátria” (In Ps 26,II,1). “O Espírito de Deus fala, mas por meio dos homens” (De civ. Dei 18,43; 18,41,3). A Lei foi escrita pelo dedo de Deus, e por esse dedo entende-se o Espírito Santo. “Os hagiógrafos são ‘dedos de Deus’ ” (In Ps 8,7). Cf. também Confissões VII,21,27.

Agostinho realça o fator divino, porque deseja pôr sempre em relevo a autoridade da Bíblia. Diz-nos que a Bíblia é documento divino. “É a voz de Cristo” (Os Christi Evangelium est) (Sermo 85,1,1).

As afirmações agostinianas são tão altissonantes que devem ser lidas com certo cuidado. Entretanto, ele também põe em relevo o fator humano. Deus não falou por si próprio, mas elegeu homens para falar por meio deles. Quem fala é sempre um homem que o faz em nome de Deus, comunicando-nos as palavras de Deus. O hagiógrafo, porém, pode ter suas intenções próprias e pessoais (De civ. Dei 1 5,8,1). A contribuição humana é posta em evidência em muitas passagens.

Desse modo, a Bíblia para Agostinho é humana e divina, tanto por sua origem como por seu conteúdo. Exclama ele nas Confissões (XIII,29,44): “Senhor, por acaso não será verdadeira a tua Escritura, ditada que foi por ti, que és verdadeiro, ou melhor, que és a própria Verdade?”

j. A inspiração verbal

Constitui abuso citar Agostinho em seu desabono, na discussão moderna e técnica sobre a inspiração verbal. Para melhor compreender a posição agostiniana, temos de evocar o motivo que o levou a adotá-la. Os maniqueus escandalizavam-se com certas palavras bíblicas. Agostinho faz a apologia dessas palavras. Cf. em especial o Contra Faustum. Afirma que esses termos são de autoria divina sem nenhuma distinção: “Deus quis usar essas palavras” (Deus his etiam verbis uti voluit) (Contra Adimantum 11; A doutr. cristã II,6.7). Da mesma maneira, em relação às palavras obscuras, ele alega que o Verbo fez-se palavra humana antes de se fazer carne. “Quando o evangelista escolhe uma palavra, tal escolha deve ser atribuída a Deus”.

Pode-se dizer que algumas metáforas agostinianas são exageradas, tais como: “os hagiógrafos são mãos de Cristo, escrevem sob o ditado de sua Cabeça”. “Deus nos cura precisamente com esse jogo deleitoso das palavras bíblicas obscuras” (A verdadeira religião 50,98).

Compreendemos assim a constante preocupação de Agostinho pelos signos verbais, isto é, pelas palavras enquanto palavras. Sobretudo, leia-se, a esse respeito, o De Magistro (e em De doctrina christiana II,2,3). Ele crê que somente por meio dos signos chega-se ao pensamento e à vontade do hagiógrafo e à de Deus (ibid., II,5,6). Acomoda-se Deus à nossa linguagem, às nossas figuras literárias e é bem ele que move os lábios e a pena do escritor sacro.[14]

l. “A doutrina crista” e o problema da cultura

Dissemos, no início desta introdução, que o presente livro não é exclusivamente obra exegética, mas contém também todo um programa de formação cultural com base bíblica.

Agostinho, o pedagogo de outrora, uma vez feito Mestre da Igreja, quer que a ciência seja conhecida e que se faça bom uso dela, pois só o saber não basta para alguém ser sábio.

Já em Cassicíaco, ele fizera o plano de uma obra enciclopédica que deveria tratar, com espírito cristão, os sete ramos tradicionais da “ciência” de então — tudo o que na Idade Média constituirá as artes liberais. Naquela ocasião, o neoconvertido não conseguiu ir além de um tratado sobre a Gramática e outro sobre o Ritmo (De musica). O primeiro perdeu-se, e um De Grammatica Liber, que por longo tempo lhe foi atribuído, é apócrifo.

O projeto ambicioso teve de ser abandonado devido a seus novos encargos na Igreja. Com os anos,

Agostinho chegou a abraçar nova concepção de cultura crista, de forma definitiva e de modo mais sistemático. Encontramos esse plano nos quatro livros de “ciência cristã”, o presente manual, especialmente no livro II, nos caps. 16 a 41.

Até então, a Igreja não possuía nenhum trabalho desse gênero. Mais do que qualquer de seus antecessores, o bispo de Hipona sentia-se qualificado para isso, graças à sua formação de cultura clássica. Não aconteceu que ele tenha recalcado suas origens, porque soube ultrapassá-las no fórum íntimo. É assim que se arrisca a traçar o projeto de nova formação, cujo objetivo determinará a unidade do plano. Retém do antigo saber só o que lhe parece poder servir, e deixa tranqüilamente de lado o que julga não mais ser necessário. Assim como deveria existir doravante uma só filosofia — a de Cristo —, também não deveria existir a não ser um só e verdadeiro saber, e uma única “ciência” cristã — a que está a serviço da sabedoria cristã. Essa ciência única é a da Bíblia, com a arte de a compreender bem, e de anunciar corretamente a verdade nela contida.

Esse saber, Agostinho o ambiciona não somente para teólogos e homens da Igreja. A seus olhos é o saber cristão, fora do qual nada é essencial na vida. Por ser a Bíblia o livro da verdade, é ela tudo, e para todos, o suficiente. E o livro de Deus, inspirado e ditado por seu Espírito, merece ilimitada confiança.[15]

Para terminarmos esta introdução, citaremos ainda o parecer de J. Daniélou e H. Marrou, na sua Nova história da Igreja[16]; o De doctrina christiana é a carta magna de santo Agostinho, onde se encontram as grandes linhas e a originalidade da cultura crista da época dos Padres da Igreja. Agostinho redige com precisão este manual, no qual deparamos a cultura religiosa, toda ela organizada em torno da fé e da vida espiritual. Lembremos que a educação, no tempo de Agostinho e dos Padres da Igreja, era essencialmente literária, tendo por coroamento o estudo paciente e obstinado da técnica oratória. Todos os Padres da Igreja foram escritores e oradores, o que vinha a ser uma só coisa, naquela época em que a palavra humana conservava sua predominância tradicional sobre a escrita.

1. E. Portalié, “Saint Augustin”, in Dictionaire de théologie catholique, Tomo I,2, Paris, 1931, col. 2300.

2. G. Bardy, Saint Augustin, l’homme et l’oeuvre, Paris, 1946, p. 310.

3. Tradução em português: A instrução dos catecúmenos, Ed. Vozes, Petrópolis, 1984.

4. G. Bardy, “Introduction aux Révisions”, in Bibliothèque Augustinienne, vol. 12, Desclée de Brouwer, Paris, 1951, p. 237.

5. V. Capánaga, op. cit., BACI, p. 144.

6. Ed. Boccard, Paris, 1938, pp. 6, 67, 70.

7. Cf. A verdadeira religião, Ed. Paulinas, 1987, caps. 24 e 25.

8. Cf. Pe. Lope Cilleruelo, San Augustin y la Biblia, Introducción general, BAC, vol. XV, pp. 4-17.

9. Cf. Van der Meer, Saint Augustin, pasteur d’âmes, v. II, Paris, p. 108.

10. Cf. Fr. Amador del Fueyo, Introducción, Homilias, BAC X, p. XXIII.

11. Cf. Portalié, “S. Augustin”, in Diction. De théologie catholique, cols. 2300-2302.

12. Publicados pela Paulus em 3 volumes, na coleção Patrística.

13. Cf. op. cit., cols. 2342-2343.

14. Cf. Pe. Lope Cilleruelo, San Agustin y la Biblia, Introducción general, BAC XV.

15. Cf. Hans von Campenhausen, Les Pères latins, Trad. Do alemão, Stuttgart, 1967, pp. 313ss.

16. J. Danièlou – H. Marrou, op. cit., Vol. I, Vozes, Petrópolis, 1984, pp. 308-313.

PRÓLOGO

Objetivos

1. A respeito da interpretação das Escrituras existem certas normas que me parecem poder ser ensinadas com proveito aos que se dedicam a esse estudo.[17] Assim, poderão eles progredir não apenas lendo obras de outros que esclareceram as obscuridades dos Livros santos, mas ainda progredir, com os esclarecimentos que eles próprios poderão dar a outros. Proponho-me comunicar essas normas aos que desejam e são capazes de aprendê-las, se o Senhor nosso Deus, que costuma inspirar-me tais idéias quando reflito sobre elas, não me negar sua graça ao tentar pô-las por escrito.

Antes de iniciar, contudo, parece-me que devo responder aos que contestarão, ou talvez venham a contestar, este meu esforço, caso não os convença antecipadamente. Se esta exposição não for suficiente para que alguns cessem as críticas, pelo menos fará com que não demovam nem afastem outros de estudo tão proveitoso. Poderiam ser estes levados a desânimo paralisante, se não estivessem premunidos e preparados.

Três grupos de possíveis contestadores

2. Na verdade, pretenderão alguns criticar este nosso trabalho por não entenderem as normas que aqui ensinamos. Outros as entenderão, mas hão de querer aplicar de imediato os conhecimentos adquiridos, pretendendo interpretar com eles as divinas Escrituras. Mas ao não conseguir desvendar, nem explicar o que desejam, pensarão que o meu trabalho tenha sido inútil. Por não lhes ter servido, podem generalizar dizendo que não servirá a ninguém.

A terceira classe de opositores será a daqueles que interpretam bem, ou imaginam interpretar muito bem, as divinas Escrituras. Tais pessoas nada leram, até o presente, sobre esse gênero de normas que agora determinei publicar; contudo, do seu ponto de vista, julgam-se capazes de comentar os Livros santos. Pensam que tais normas não são necessárias. Exclamam em alta voz que as obscuridades das Sagradas Escrituras esclarecem-se com a oração, e consistem em puro dom divino.

Resposta aos primeiros opositores

3. A todos responderei brevemente. Aos que não entenderem o que escrevo, digo:

Não me devem criticar pelo fato de não entenderem o que está exposto. Acontece tal como se desejassem contemplar a lua no início de sua fase ou já no fim do quarto minguante, ou talvez algum outro astro pouco luminoso que eu pretendesse lhes assinalar com o dedo. A eles, contudo, a pouca acuidade da vista não basta sequer para distinguir o meu dedo. Portanto, não é contra mim que deveriam se irritar.

Aos que, conhecendo e tendo por base estas normas, sentem-se entretanto impossibilitados de desvendar as passagens obscuras das divinas Escrituras, eu lhes direi que certamente vêem meu dedo, mas não conseguem ver os astros aos quais, por meio dele, procuro dirigir-lhes o olhar.

Portanto, que uns e outros deixem de me reprovar e peçam a Deus que lhes dê luz aos olhos. Pois se está em meu poder erguer meu dedo para assinalar-lhes algo, não posso contudo iluminar-lhes os olhos com que contemplarão a minha própria explicação ou o que pretendo demonstrar.

Aos “iluminados”

4. Aos que se regozijam e se gloriam por ter recebido o dom divino da interpretação dos Livros santos, sem as normas que agora público — e assim julgam que escrevi coisas supérfluas —, eis como pretendo desvanecer essa presunção. Ainda que sintam, com razão, tal alegria pelo grande dom de Deus, lembrem-se, não obstante, de que foi com a ajuda de homens que aprenderam, pelo menos o alfabeto. Concordem que os supera o exemplo de Antão, monge do Egito, homem santo e perfeito. Conta-se que sem ter nenhum conhecimento das primeiras letras, só ao escutar, aprendeu de memória as divinas Escrituras. Meditando-as, entendeu-as com sabedoria. E ainda, lembrem-se do caso daquele escravo bárbaro, cristão, de quem tivemos notícias por homens sérios e dignos de crédito, faz pouco tempo. Esse, igualmente, sem que ninguém lhe tivesse ensinado, teve pleno conhecimento das letras. Ele havia rezado para que o alfabeto lhe fosse manifestado, e depois de três dias de súplicas, tomou em suas mãos o códice que lhe entregaram e diante do espanto de todos os que se encontravam presentes, leu-o correntemente.

Educamo-nos uns com os outros

5. Não vou discutir, caso alguém julgue falsos esses fatos. O assunto é com aqueles cristãos que se alegram de aprender o sentido das santas Escrituras sem o auxílio de outros homens. Se realmente assim se dá, não é um bem qualquer esse que lhes traz tanta alegria. Concedam, porém, que a cada um de nós, desde o início da infância, foi-nos necessário aprender a própria língua, à força de ouvi-la. E também, para chegarmos ao conhecimento de qualquer outra língua, como, por exemplo, a grega ou a hebraica, só nos foi possível ouvindo-a ou graças à ajuda de professor. Se assim não fosse, sem dúvida, agradaria a nossos opositores que admoestássemos a todos os irmãos a que não ensinassem nada a seus filhos. Justificar-se-iam pelo fato de que num instante os apóstolos, só com a ajuda do Espírito Santo, ficaram repletos dele e falaram as línguas de todos os povos. Em conseqüência, aqueles a quem tal não aconteça que não se julguem cristãos ou, pelo menos, que duvidem de ter recebido o Espírito Santo! Mas, muito pelo contrário, admoestamos para que cada um aprenda humildemente de outra pessoa o que deve aprender. E o que ensina a outros, que comunique a seus discípulos o que recebeu, sem orgulho nem inveja. Não tentemos àquele de quem recebemos nossa fé. Que não nos aconteça — ó enganados pela maldade e astúcia do inimigo — deixarmos de ir às igrejas para ouvir e aprender o evangelho; descuidarmos de ler o texto sagrado ou então desprezarmos de escutar o leitor ou o pregador. Que não esperemos precisar sermos arrebatados ao terceiro céu — em corpo ou fora dele —, como disse o Apóstolo, para ouvir palavras inefáveis que não é lícito ao homem repetir (2Cor 12,2-4), e ver ali o Senhor Jesus Cristo e ouvir o evangelho de seus próprios lábios, em vez de ser pela boca dos homens.

Valor da mediação humana: ajuda mútua no relacionamento com Deus[18]

6. Evitemos tais tentações cheias de orgulho e perigos. Pensemos antes no exemplo do próprio apóstolo Paulo. Apesar de ter ficado prostrado e ser instruído pela voz divina e celeste, foi enviado a um homem para receber de suas mãos os sacramentos, e ser incorporado à Igreja (At 9,3-7). Pensemos também no centurião Cornélio. Um anjo anunciou que suas orações e esmolas subiram até Deus. Não obstante, Pedro foi encarregado de o instruir. Dele recebeu não somente os sacramentos, mas também escutou o que devia crer, esperar e amar (At 10,1-48).

Todas essas coisas poderiam ter sido feitas por meio de um anjo. Se assim fosse, a condição

humana teria sido desapreciada, pois Deus não teria querido transmitir aos homens sua palavra, por meio de homens. Como então seria verdadeira a máxima: “O templo de Deus é santo e esse templo sois vós” (1Cor 3,17), se Deus não proferisse oráculos no seio desse templo humano, e somente se fizesse ouvir do alto dos céus proclamado pelo ministério dos anjos? Ademais, se nada tivessem de aprender os homens por intermédio de seus semelhantes, a caridade que os une no vínculo da unidade não poderia agir para fundir os corações.

Novos exemplos de mediação nas Escrituras

7. Observamos que o apóstolo não enviou aquele eunuco, que nada entendia ao ler o profeta Isaías, a um anjo. Nem foi explicado por um anjo o que a sua mente não entendia. Ao contrário, sob a inspiração de Deus foi-lhe enviado Filipe, que conhecia bem o conteúdo da profecia de Isaías. Filipe sentou-se com o eunuco e manifestou-lhe, com linguagem e palavras humanas, o que se achava encoberto naqueles escritos (At 8,27-35).

Não conversava Deus com Moisés? E entretanto, esse homem, muito sábio e nada orgulhoso, recebeu de seu sogro — sendo este homem simples e estrangeiro — o conselho de reger e governar aquele povo tão numeroso (Ex 18,14-26). Aquele varão sabia que de qualquer pessoa de quem procedesse conselho verdadeiro, não viria dessa pessoa humana, mas sim daquele que é a Verdade, isto é, do Deus imutável.

Autojustificação

8. Enfim, quem quer que se glorie de entender por dom divino, sem auxílio de normas humanas, as obscuridades que se encontram nas Escrituras, crê com razão, e é certo, que tal faculdade não é sua, como se viesse de si próprio, mas é poder doado por Deus. Assim julgando, há de buscar a glória de Deus e não a sua própria.

Mas nesse caso, quando lê e entende sem explicação de outros, por qual motivo procura explicar aos outros? Por que não os remete diretamente a Deus, para que entendam também eles por si próprios? Deus os instruiria interiormente e não por meio de homens.

Resolvem-se a explicar a outros talvez porque temem ouvir o Senhor lhes dizer: “Servo mau... devias ter depositado o meu dinheiro com os banqueiros” (Mt 25,26.27).

E assim, já que aqueles homens, entendendo os mistérios, comunicam-nos aos outros, pela palavra ou em livros, por que devo ser criticado, se por minha vez permito-me escrever não somente as normas a serem entendidas, mas também aquelas a serem observadas para séria interpretação? Faço-o sobretudo porque ninguém deve considerar como propriedade sua bem algum, a não ser talvez a mentira. Posto que tudo o que é verdadeiro procede daquele que disse: “Eu sou a verdade” (Jo 14,6), que é que possuímos que não tenhamos recebido? E se o recebemos, por que haveríamos de nos ensoberbecer como se não o tivéssemos recebido? (1Cor 4,7).

Propósito de Agostinho e proveito a ser tirado desta obra[19]

9. O leitor que faz a leitura a ouvintes conhecedores das letras, sem dúvida, exprime o que sabe. O professor que ensina o alfabeto, por sua vez, faz com que outros aprendam a ler. É certo, porém, que ambos comunicam apenas o que receberam.

Assim acontece com as santas Escrituras. Quem possui o seu entendimento faz o papel do leitor

junto aos que as conhecem. E quem dá as normas para as entender é semelhante ao professor que ensina o alfabeto, isto é, ensina a ler. Assim como quem aprendeu a ler, ao encontrar um livro, não necessita de algum leitor para entender o que lá está escrito, igualmente acontecerá com os que receberem as normas que intencionamos entregar. Ao encontrar algo obscuro nos Livros sagrados, observando as normas que lhes servirão como as letras do alfabeto, não precisarão de alguém para lhes descobrir o que estiver oculto. Observando certas regras, eles próprios chegarão sem erro a descobrir o sentido oculto. Pelo menos, não cairão no absurdo de alguma opinião errônea. Enfim, aparecerá suficientemente nesta obra que ninguém pode se opor, sem injustiça, a nosso legítimo empenho de ajudar. Todavia, se julgam que já respondemos convenientemente a eventuais opositores com este prólogo, queremos agora dar início à caminhada a que nos propusemos engajar-nos.

17. É interessante notar que santo Agostinho considera a interpretação da Bíblia como desvendamento de algo oculto e misterioso. Nos dois itens que seguem, ele emprega os termos derivados do verbo aperire, cujo sentido é: abrir, descobrir, desvendar, esclarecer. Cada vez, referindo-se às obscuridades das Escrituras. Nos círculos cultos da época, era moda, tanto entre pagãos, como entre judeus e cristãos, procurar decifrar textos ocultos. Pensa Agostinho que Deus havia "velado" a Escritura para exercitar o espírito do pesquisador e trazer-lhe deleite na descoberta. Cf. P. Brown, pp. 331. (Quando não houver outra indicação, o complemento bibliográfico se encontra mencionado na Bibliografia).

18. Agostinho vê a mediação humana para a dispensação da graça como expressão da dignidade do homem. A mediação é o meio mais excelente para a expansão da caridade que une os homens. Por sua vez, a sabedoria conquista-se mais facilmente quando o esforço dos homens na busca de Deus é posto em comum. Encontramo-nos socialmente unidos e solidários na ordem salvífica. Neste prólogo, Agostinho polemiza contra os que pretendem encaminhar-se para Deus e entender as Escrituras dispensando o auxílio dos outros. Cf. J. Rodrigues, OSA, Comunidade e procura de Deus, II Encontro Nacional Agostiniano, Itaici, 1981, pp. 77-78.

19. Após ter refutado os pretensos adversários que tentavam desapreciar seu trabalho, Agostinho se prepara para iniciar sua obra: deseja oferecer um conjunto de normas que ajude no entendimento das Escrituras. Em linguagem popular, não só dá o peixe, mas ensina a pescar.

LIVRO I

SOBRE AS VERDADES A SEREM DESCOBERTAS NAS ESCRITURAS

A. PLANO, DEFINIÇÕES, DISTINÇÕES

CAPÍTULO 1

Finalidade geral da obra

1. Há duas coisas igualmente importantes na exposição das Escrituras: a maneira de descobrir o que é para ser entendido e a maneira de expor com propriedade o que foi entendido.[20]

Primeiramente, dissertaremos sobre como se realiza a descoberta da verdade, depois sobre o modo de expô-la. Empresa magna e árdua! E como ela é difícil de ser conseguida, receio até ser temerário empreendê-la. Na verdade, assim o seria, se presumíssemos apenas de nossas próprias forças. Mas toda a minha esperança de levar a bom termo esta obra repousa naquele de quem tenho recebido muitas luzes sobre este tema, na meditação. E não duvido de que ele me concederá as luzes que me faltam quando tiver começado a partilhar o que me concedeu.

Possuir algo que ao ser dado não se esgota e não reparti-lo com os outros não é possuir como convém. O Senhor disse: "Àquele que tem lhe será dado" (Mt 13,12). Deus dará, pois, aos que têm, isto é, fará crescer e multiplicar o que já deu aos que usarem com liberalidade daquilo que receberam.

Cinco e sete eram os pães antes de começarem a ser distribuídos entre os famintos. Mas, uma vez distribuídos, encheram-se os cestos e paneiros, após terem sido saciados tantos milhares de homens (Mt 14,17-21 e 15,34-38). Logo, assim como aquele pão multiplicou-se quando dividido, de igual modo, o que Deus nos concedeu para empreender esta obra, logo que tivermos começado a partilhar, fecundar-se-á sob o sopro da inspiração. Longe de ficarmos reduzidos à penúria, no curso de nossa presente tarefa, alegrar-nos-emos em maravilhosa abundância.

CAPÍTULO 2

As coisas e os sinais

2. Toda doutrina reduz-se ao ensino das coisas e ao dos sinais. Mas as coisas são conhecidas por meio dos sinais. Portanto, acabo de denominar coisas a tudo o que não está empregado para significar algum outro objeto como, por exemplo, uma vara, uma pedra, um animal ou outro objeto análogo. Não me refiro, contudo, àquela vara da qual lemos que Moisés atirou às águas amargas para diluir sua amargura (Ex 15,25). Nem à pedra que Jacó pôs debaixo da cabeça, como almofada (Gn 28,11). Nem àquele cordeiro que Abraão imolou no lugar de seu filho (Gn 22,13). Esses objetos, de fato, são coisas, mas nas circunstâncias mencionadas tornaram-se ao mesmo tempo sinais de outras coisas.

Existem sinais, mas de outro gênero, cujo emprego se limita unicamente a significar algo, como é o caso das palavras (verba). Ninguém emprega as palavras a não ser para significar alguma coisa com elas. Daí se deduz que denomino sinais a tudo o que se emprega para significar alguma coisa além de si mesmo. É porque todo sinal é ao mesmo tempo alguma coisa, visto que, se não fosse alguma coisa, não existiria. Mas, por outro lado, nem toda coisa é ao mesmo tempo sinal.

Assim, nesta divisão entre coisas e sinais, ao falarmos das coisas, fá-lo-emos de tal modo que, apesar de algumas poderem ser empregadas como sinais de outras coisas, não venha essa dualidade embaraçar o plano a que nos propusemos, isto é, de falarmos primeiramente sobre as coisas, e depois sobre os sinais. Retenhamos firmemente, por enquanto, que só temos a considerar as coisas, como são em si próprias, e não o que significam além de seu sentido próprio.[21]

CAPÍTULO 3

Classificação das coisas

3. Entre as coisas, há algumas para serem fruídas, outras para serem utilizadas e outras ainda para os homens fruí-las e utilizá-las. As que são objeto de fruição fazem- nos felizes. As de utilização ajudam-nos a tender à felicidade e servem de apoio para chegarmos às que nos tornam felizes e nos permitem aderir melhor a elas.[22]

Nós, criaturas humanas, que gozamos e utilizamos das coisas, encontramo-nos situados entre as que são para fruir e as que são para utilizar. Se quisermos gozar do que se há simplesmente de usar, perturbamos nossa caminhada e algumas vezes até nos desviamos do caminho. Atacados pelo amor das coisas inferiores, atrasamo-nos ou alienamo-nos da posse das coisas feitas para fruirmos ao possuí-las.

CAPÍTULO 4

Fruir e utilizar

4. Fruir é aderir a alguma coisa por amor a ela própria. E usar é orientar o objeto de que se faz uso para obter o objeto ao qual se ama, caso tal objeto mereça ser amado. A uso ilícito cabe, com maior propriedade, o nome de excesso ou abuso.

Suponhamos que somos peregrinos, que não podemos viver felizes a não ser em nossa pátria. Sentindo-nos miseráveis na peregrinação, suspiramos para que o infortúnio termine e possamos enfim voltar à pátria. Para isso, seriam necessários meios de condução, terrestre ou marítimo. Usando deles poderíamos chegar a casa, lá onde haveríamos de gozar. Contudo, se a amenidade do caminho, o passeio e a condução nos deleitam, a ponto de nos entregarmos à fruição dessas coisas que deveríamos apenas utilizar, acontecerá que não quereríamos terminar logo a viagem. Envolvidos em enganosa suavidade, estaríamos alienados da pátria, cuja doçura unicamente nos faria felizes de verdade.

É desse modo que peregrinamos para Deus nesta vida mortal (2Cor 5,6). Se queremos voltar à pátria, lá onde poderemos ser felizes, havemos de usar deste mundo, mas não fruirmos dele. Por meio das coisas criadas, contemplemos as invisíveis de Deus (Rm 1,20), isto é, por meio dos bens corporais e temporais, procuremos conseguir as realidades espirituais e eternas.

B. SÍNTESE DOGMÁTICA

CAPÍTULO 5

Deus Trindade

5. O Pai, o Filho e o Espírito Santo, isto é, a própria Trindade, una e suprema realidade, é a única Coisa a ser fruída, bem comum de todos.[23] Se é que pode ser chamada Coisa e não, de preferência, a causa de todas as coisas — se também puder ser chamada causa. Não é fácil encontrar um nome que possa convir a tanta grandeza e servir para denominar de maneira adequada a Trindade. A não ser que se diga que é um só Deus, de quem, por quem e para quem existem todas as coisas (Rm 11,36). Assim, o Pai, o Filho e o Espírito Santo são, cada um deles, Deus. é os três são um só Deus. Para si próprio, cada um deles é substância completa e, os três juntos, uma só substancia. O Pai não é o Filho, nem o Espírito Santo. O Filho não é o Pai, nem o Espírito Santo. E o Espírito Santo não é o Pai nem o Filho. O Pai é só Pai, o Filho unicamente Filho, e o Espírito Santo unicamente Espírito Santo. Os três possuem a mesma eternidade, a mesma imutabilidade, a mesma majestade, o mesmo poder. No Pai está a unidade, no Filho a igualdade e no Espírito Santo a harmonia entre a unidade e a igualdade. Esses três atributos todos são um só, por causa do Pai, todos iguais por causa do Filho e todos conexos por causa do Espírito Santo.

CAPÍTULO 6

Deus: sua inefabilidade

6. Acaso dissemos alguma coisa e temos pronunciado algo digno de Deus? De fato, sinto não ter intentado outra coisa senão falar sobre Deus. Mas se o disse não era isso o que quisera ter dito. Como o sei, senão porque Deus é inefável? E se fosse também inefável o que tem sido dito por mim, não teria sido pronunciado. Em conseqüência, tampouco por inefável podemos denominar Deus, porque já pronunciamos algo ao dizer isso. Não sei que contradição de termos existe aí, porque se é inefável o que não pode ser expresso, não seria inefável o que se pode chamar de inefável. Tal conteúdo de expressões, procuremos evitá-lo com o silêncio, mais do que nos servindo de palavras de consenso. Não obstante, ainda que não se possa dizer coisa alguma digna de Deus, ele admite o obséquio da voz humana e quer que nos rejubilemos com nossas próprias palavras ao louvá-lo. É por isso que o chamamos de Deus. Na realidade, não o conhecemos pela vibração dessas duas sílabas: De-us. Contudo, quando esse som toca os ouvidos de todos os que conhecem o latim, ele leva a pensar em certa natureza soberana e imortal.

CAPÍTULO 7

Deus: o mais excelente dos seres cogitados

7. Ao se representarem o único Deus entre todos os deuses — inclusive aqueles homens que imaginam, invocam e adoram outros deuses, seja no céu, seja na terra —, representam-no de tal modo sublime que a mente não consegue pensar coisa alguma de melhor e mais excelente.

Por certo, os homens são movidos em direção aos bens, por diversos modos. Uns pelos sentidos do corpo e outros pela inteligência espiritual. Os que se confiam nos sentidos corporais julgam que o Deus dos deuses é o próprio céu ou o que de mais fulgurante aí vêem, ou até o próprio mundo. Mas se pretendem buscar a Deus além deste mundo, então imaginam-no algo luminoso, e graças a vã ficção, fazem-no infinito ou dotado de uma forma que lhes pareça superior a todas as outras. E caso não creiam na existência de um único Deus dos deuses, mas na existência de múltiplos e inumeráveis

deuses da mesma ordem, representam-nos de tal modo em seu espírito, que lhes atribuem o traço físico que a cada um pareça o mais excelente.

Aqueles, por outro lado, que são movidos pela inteligência a se representarem o que seja Deus, antepõem-no a todas as naturezas visíveis e corporais, assim como a todas as naturezas espirituais, inteligíveis e mutáveis. Todos, contudo, porfiam com afinco para dotarem Deus de excelência suprema. E não se pode encontrar pessoa alguma que pense haver um ser melhor do que Deus. Assim, todos pensam unanimente que Deus está acima de todas as coisas.

CAPÍTULO 8

Deus vivo: a Sabedoria imutável

8. Todos os que refletem sobre Deus concebem-no como um ser vivo. E dele só não pensam coisas indignas e absurdas aqueles que o concebem dotado de vida. Assim, qualquer seja a forma corporal que lhes venha ao pensamento — que a considerem como viva ou inanimada —, antepõem a forma viva à que não é viva. E a essa mesma forma viva corporal, por muita que seja a luz com que brilhe, por grande que seja a magnitude com que sobressaia, por bela que seja a formosura com que se adorne, preferem, por sua incomparável dignidade, a forma viva, acima da matéria, a qual é por ela vivificada e animada. Pois compreendem que uma coisa É a matéria e outra, a vida que a anima.

Aqueles que refletem sobre Deus prosseguem observando a mesma vida, e se a encontram puramente vegetativa, sem sensação, como é a das árvores, pospõem-na à vida sensitiva dos animais. E a esta, antepõem a vida intelectiva, como é a do homem. Mas, ao ver que este é mutável, motivam-se a pôr acima dele a vida imutável, isto é, aquela que não é por vezes ignorante, por vezes sábia, mas que é sempre a mesma Sabedoria. Pois a mente sábia, isto é, a que alcançou a sabedoria, não era sábia antes de o ser. A mesma Sabedoria, porém, nunca foi ignorante e jamais poderá vir a sê-lo.

Ora, se os homens de modo algum conseguissem distinguir essa sabedoria, eles nunca anteporiam, com confiança absoluta, a vida sábia imutável à vida mutável. É que, a esta norma de verdade da qual se servem para proclamar que é ela a melhor, os homens a vêem imutável. Mas não a vêem em parte alguma, a não ser acima de sua própria natureza, já que se vêem a si próprios mutáveis.

CAPÍTULO 9

Deus: a infinita Sabedoria

9. Não existe ninguém tão insensato e imprudente que diga: E como sabes que a vida imutável e sábia deve ser preferida à mutável? Isso porque a resposta a essa questão — como sabes? — é comum e inegavelmente notória à constatação de todos. Quem não reconhecer tal verdade é como cego banhado pelo sol, a quem o fulgor de tanta claridade e luz, atuando em seus olhos, de nada lhe servem. Quem não obstante vê a luz, mas ainda assim ofusca-se com ela, é porque tem o olhar da mente enfermo pelo costume das sombras carnais. Pois os homens de costumes perversos são afastados de sua pátria por ventos contrários. Perseguem bens que são inferiores e preteríveis, em relação àqueles bens que eles próprios reconhecem como melhores e superiores.

CAPÍTULO 10

Necessidade da purificação interior para ver a Deus

Portanto, como estamos destinados a gozar sem fim dessa Verdade que vive imutavelmente e pela qual o Deus Trindade, autor e criador do mundo, cuida de sua criação, devemos purificar nosso espírito para que possa contemplar essa luz e a ela aderir quando contemplada.

Podemos considerar essa purificação como uma caminhada e um navegar em direção a pátria. Não nos aproximamos, porém, daquele que está presente em toda a parte, mudando de lugares, mas pelos santos desejos e bons costumes.

CAPÍTULO 11

A encarnação

11a. Ora, nós não conseguiríamos nos purificar se a própria Sabedoria não se houvesse dignado adaptar-se à nossa tão pequena fraqueza carnal, para tornar-se modelo de vida, precisamente fazendo-se homem, visto sermos nós homens.

Mas ao passo que agimos sabiamente quando nos aproximamos da Sabedoria, ela, ao vir a nós, foi considerada, por homens soberbos, como realizadora de loucura. Enquanto nós nos fortificamos ao nos aproximar da Sabedoria, ela, ao se aproximar de nós, foi considerada como realizadora de ato de fraqueza. Contudo, o que é loucura de Deus é mais sábio do que os homens e o que é fraqueza de Deus é mais forte do que os homens (1Cor 1,25).

Eis por que a Sabedoria, sendo a pátria, fez-se também caminho para levar-nos à pátria.

CAPÍTULO 12

O motivo da Sabedoria de Deus ter vindo a nós

11b. Se bem que a Sabedoria de Deus esteja presente em toda a parte aos olhos interiores puros e sãos, ela dignou-se também aparecer aos olhos carnais dos que têm a vista interior impura e enferma. Visto que o mundo por meio de sua própria sabedoria não pode reconhecer a Deus, aprouve a ele, na sua Sabedoria divina, pela loucura da pregação, salvar os que crêem (1Cor 1,21).

CAPÍTULO 13

12a. Quando se diz que a Sabedoria de Deus veio a nós, dá se a entender que não veio percorrendo espaços locais, mas sim aparecendo aos homens em carne mortal. De fato, veio ali onde já estava, porque estava no mundo e o mundo foi feito por ela. Mas como os homens formados à imagem do mundo — e, portanto, chamados com muita razão pelo nome de mundo — entregaram-se ao gozo da criatura, arrastados pela concupiscência, em vez de se entregarem ao Criador, esses homens não reconheceram a Sabedoria de Deus. Por isso diz o evangelista: “O mundo não o conheceu” (Jo 1,10).

Em conclusão, o mundo não pôde conhecer a Deus pela sabedoria humana. Por que, pois, ele veio se já estava aqui, a não ser porque aprouve a Deus salvar os que creriam pela loucura da pregação? (1Cor 1,21).

E o Verbo de Deus se fez carne

12b. Como veio ele? “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14).

Assim como, ao falarmos, o pensamento de nossa inteligência torna-se som, isto é, palavra sensível que penetra no espírito dos ouvintes pelos ouvidos corporais e, entretanto, esse som que trazemos no coração e é chamado linguagem, longe de se transformar nesse mesmo som, permanece íntegro em si próprio, revestindo a forma da voz para tocar o ouvido dos outros sem nenhum traço de alteração, assim a Palavra de Deus, sem mudar de natureza, fez-se carne para habitar entre nós.[24]

CAPÍTULO 14

A redenção: a Sabedoria de Deus cura o homem

13. Assim como um tratamento médico é em vista da saúde, do mesmo modo o tratamento divino foi aplicado aos pecadores para os curar e devolver-lhes as forças.

E assim como os médicos quando fazem curativos sobre as feridas não o fazem de modo inábil, mas com cuidado, de modo que a utilidade do curativo venha acompanhada de certa estética, do mesmo modo a medicina da Sabedoria divina tomando forma humana aplicou seu remédio a nossos males. Ela trata certas feridas com remédios contrários e outras com remédios semelhantes. Desse mesmo modo é que o médico cuida de uma lesão do corpo empregando certos elementos contrários, como o frio contra o calor, o úmido contra o seco, ou ainda servindo-se de procedimentos de gênero semelhante. Assim, vemos o médico empregar certos produtos que se assemelham ao mal, como curativo redondo para uma ferida circular, alongado para uma chaga longa. Ele não faz enfaixamento igual em todos os membros, mas ajusta elementos semelhantes às coisas semelhantes (similem similibus).

Ora, a Sabedoria divina não age de modo diferente quando cuida do homem. Apresentou-se em pessoa para curá-lo. Ela própria é o médico e ao mesmo tempo o remédio.

Posto que o homem caiu por orgulho, recorreu à humildade para o curar. Nós, que fomos enganados pela sabedoria da serpente, seremos libertados pela loucura de Deus. Ora, assim como a Sabedoria parece loucura para os contestadores de Deus, do mesmo modo o que chamamos loucura é sabedoria para os vencedores do demônio.

Usamos mal da imortalidade e isso nos fez morrer. Cristo usou bem da mortalidade e isso nos faz viver.

Pela alma corrompida de uma mulher entrou a doença. E do corpo íntegro de outra mulher veio a saúde.

A esse gênero de contrários pertence também a cura de nossos vícios, graças ao exemplo das virtudes de Cristo.

Eis agora os remédios semelhantes aplicados como ataduras a nossos membros e a nossas feridas:

Nascido de uma mulher, ele libertou aqueles que tinham sido enganados por uma mulher. Homem, libertou os homens. Mortal, libertou os mortais. Morto, libertou os mortos.

A economia da medicina cristã pode apresentar ainda muitos outros remédios tirados, seja dos contrários, seja dos semelhantes. Reflexão boa para os amigos da meditação e para quem não urge, como para mim, a necessidade de prosseguir o trabalho encetado.

CAPÍTULO 15

A ressurreição, a ascensão e os dons do Espírito

14. Acrescentemos a mais que crer na ressurreição do Senhor de entre os mortos e em sua ascensão ao céu fortalece nossa fé com uma grande esperança. Mostrou-nos por esses mistérios o quão livremente deu sua vida por nós, ele que possuía o poder de retomá-la. Com quanta confiança, pois, fortifica-se a esperança dos que crêem nele! Tanto mais ao considerarem que suportou tantos sofrimentos pelos homens, os quais sequer acreditavam nele. E pelo fato de ele ser esperado vindo do céu como juiz dos vivos e dos mortos, infunde temor aos homens negligentes. Leva-os a converterem-se a seus deveres, aspirarem por sua vinda, fazendo o bem, mais do que a temerem, cometendo o mal.

Por quais palavras podemos exprimir ou por quais pensamentos imaginar a recompensa que ele nos dará no fim, já que, para consolar-nos neste desterro, dá-nos tanto por meio de seu Espírito? Com efeito, graças a esse Espírito temos nas adversidades desta vida confiança e amor muito real para com aquele que ainda não vemos. Não possuímos seus próprios dons distribuídos a cada um para a edificação de sua Igreja? Dons que nos permitem cumprir o dever prescrito não somente sem murmurar, mas até com prazer.

CAPÍTULO L6

A Igreja: corpo e esposa de Cristo

15. A Igreja é, com efeito, o corpo de Cristo, conforme ensina a doutrina apostólica (Ef 1,23). E ela é também chamada sua esposa. Ora, a seu corpo, composto de muitos membros com diversas funções (Rm 12,4), Cristo o abraça com o vínculo da unidade e da caridade, como se estivesse unido em salutar liame.

Mas neste tempo presente, ele exercita e purifica com certos males medicinais a sua esposa, a Igreja, para que, ao retira-la deste século, venha a uni-la a si na eternidade, sem manchas, rugas ou coisa semelhante (Ef 5,25-27).

CAPÍTULO 17

Cristo abriu-nos o caminho para a pátria

16. Certamente, estamos a caminho. Caminho não localizado no espaço, mas sim no coração, e que estava obstruído pela malícia de nossos pecados passados. E que pôde ele fazer de mais generoso e mais misericordioso do que querer fazer-se a si próprio caminho por onde caminhássemos, perdoar os pecados àqueles que se voltassem para ele e, crucificado por nossa salvação, arrancar esses obstáculos tão arrai-gados que nos impediam a entrada da volta para a pátria?

CAPÍTULO 18

As chaves entregues à Igreja

17. Cristo deu as chaves à sua Igreja, em virtude das quais tudo o que ela ligar na terra será ligado nos céus, e o que desligar na terra será desligado nos céus (Mt 16,19). É o mesmo que dizer: quem não

crer que a Igreja lhe perdoa os pecados, a esse não lhe serão perdoados os pecados. Mas, ao contrário, quem crer, após se ter corrigido e afastado deles, ocupará lugar no seio da mesma Igreja. É por essa fé e correção que será salvo. Todo homem que pensa ser impossível seus pecados lhe serem perdoados, com o seu desespero torna-se pior do que era antes. Seria como se ao desconfiar do fruto de sua conversão não lhe restasse recurso melhor do que se fixar no mal.

CAPÍTULO 19

A ressurreição dos corpos

18. Tal como a renúncia à vida e costumes anteriores pela penitência é de certo modo morte da alma, assim a morte do corpo é a extinção do sopro vital anterior. E tal como a alma após a penitência, com a qual destruiu seus costumes depravados de antes, transforma-se para melhor, assim o corpo, depois dessa morte à qual estamos sujeitos pelo vínculo do pecado — nós o cremos e esperamos — no momento da ressurreição, será transformado para melhor.

Por certo, nem a carne nem o sangue possuirão o Reino de Deus, o que é impossível. Mas o corpo corruptível há de revestir a incorruptibilidade e este ser mortal revestirá a imortabilidade (1Cor 15,50.53). Ele não causará nenhum incômodo, pois não padecerá nenhuma necessidade, vivificado pela alma bem-aventurada e perfeita, numa suprema quietude.

CAPÍTULO 20

A vida eterna

19. Aquele cuja alma não morre para este mundo e não começa a se moldar pela verdade incorrerá numa morte mais grave que a do corpo. Reviverá não para se transformar num estado de bem-aventurança, mas para expiar nos suplícios.

CAPÍTULO 21

O que a fé nos ensina

Isso a fé nos ensina e devemos crer como certo: nem a alma nem o corpo do homem padecerão a destruição total. Mas os ímpios ressuscitarão para suportar penas incalculáveis e os justos para a vida eterna.

C. SÍNTESE MORAL

CAPÍTULO 22

O homem: do que gozar e do que usar

20. De tudo o que expusemos deduz-se que devemos gozar unicamente das coisas que são bens imutáveis e eternos. Das outras coisas devemos usar para poder conseguir o gozo daquelas.

Em relação a nós mesmos, que gozamos e usamos de todas as coisas, somos de certo modo também

uma coisa. E, certamente, uma grande coisa é o homem, pois feito à imagem e semelhança de Deus! Não é grande coisa enquanto encarnado num corpo mortal, mas sim enquanto é superior aos animais pela excelência da alma racional.

Assim, constitui grande questão saber se os homens devem gozar ou usar uns dos outros, ou se podem ao mesmo tempo gozar e usar deles. Com efeito, um preceito nos foi dado: amar-nos mutuamente. Trata-se, porém, de saber se o homem deve amar seu semelhante por ele próprio ou por outro fim. Se for por ele próprio, nós gozamos dele, se for por outro motivo, nós nos servimos dele. A mim parece que ele deve ser amado por outro fim. Isso porque aquele que deve ser amado por si mesmo constitui em si a vida bem-aventurada. Ainda que não possuamos até então essa bem-aventurança, contudo, sua esperança consola-nos nesta vida. E está dito nas Escrituras: “Maldito o homem que confia no homem” (Jr 17,5).

O homem perfeito: aquele que ama a Deus acima de tudo

21. A observar-se com precisão, ninguém deve gozar de si próprio, porque ninguém deve se amar por si próprio, mas por aquele de quem há de gozar. Então, é perfeito o homem quando orienta toda sua vida para a Vida imutável e adere a ela com todo o seu afeto, enquanto o fato de se amar por si próprio não tem referência a Deus. É voltar-se para si próprio, e não para o Ser imutável. Por isso, ninguém pode fruir de si próprio sem alguma perda. Desse modo, quando o homem se une totalmente ao Bem imutável e abraça-o, é mais perfeito do que quando dele se separa e volta-se sobre si próprio.

Portanto, se não te deves amar a ti por ti próprio, mas por aquele em quem está o fim retíssimo de teu amor, que nenhum entre teus irmãos se aborreça se o amares por Deus. Porque a lei do amor assim foi estabelecida por Deus: “Amarás ao próximo como a ti mesmo, mas a Deus com todo teu coração, com toda tua alma e com todo teu espírito” (Lv 19,18; Dt 6,5; Mt 22,37.38). Em conseqüência, consagra teus pensamentos e toda tua vida e toda tua mente àquele de quem recebeste estes bens. Porque quando é dito “de todo teu coração, de toda tua alma e de toda tua mente”, não te é permitido nenhuma parte de tua vida ficar desocupada para que possas gozar de outro objeto. Exige, antes, que qualquer outro objeto que venha à mente para ser amado seja arrastado naquela mesma direção do caudal impetuoso do amor. Logo, quem ama retamente o seu próximo deve tratar que esse alguém também ame a Deus com todo o seu coração, com toda a sua alma, com todo o seu espírito. Amando-o assim como se ama a si próprio, referirá todo o amor, próprio e alheio, naquela direção do amor de Deus que não tolera que se extravase e perca nenhum arroiozinho que venha a diminuir seu ímpeto.

CAPÍTULO 23

Objetos a serem amados

22. Evidentemente, não devemos amar a todas as coisas destinadas a nosso uso, mas unicamente àquelas que por destino comum conosco relacionam-se com Deus: o homem e o anjo. Ou ainda, ao que unido a nós, como nosso corpo, consegue por nosso meio os benefícios de Deus. Certamente, os mártires não amaram a maldade de seus perseguidores, se bem que usaram dela para merecer o gozo de Deus.

Quatro são os objetos que devemos amar: o primeiro está acima de nós; o segundo somos nós próprios; o terceiro o que se acha a nosso lado; o quarto o que está abaixo de nós. A respeito do segundo e do quarto não foi necessário serem dados preceitos. Pois, por muito que o homem se afaste da verdade, sempre lhe ficará o amor a si próprio e o amor a seu corpo. Porque o espírito que foge à

luz imutável que reina sobre todas as coisas, o faz para ser senhor de si mesmo e do próprio corpo. Por conseguinte, não pode deixar de amar-se a si mesmo e ao próprio corpo.
O falso amor de si próprio

23. Julga o homem conseguir grande triunfo quando chega a dominar outros homens, seus semelhantes. Por que é inato à alma, cheia de vícios, apetecer de maneira excessiva e exigir, como algo que lhe é devido, o que é próprio unicamente de Deus. Esse amor desordenado de si próprio seria mais bem denominado ódio. É iniqüidade para o homem, com efeito, querer ser servido por aqueles que lhe são inferiores, enquanto ele próprio se nega a servir quem lhe é superior. Muito corretamente foi dito: "O que ama a iniqüidade odeia sua alma" (Sl 10,6). Daí provém o motivo de a alma tornar-se enferma e encontrar tormentos em seu corpo mortal, e ainda assim amar e sofrer as conseqüências de sua corrupção.

É certo que a imortalidade e a incorruptibilidade do corpo só podem vir, para ele, da vida sã e perfeita da alma. Essa saúde da alma consiste em se apegar mui solidamente a um bem superior, isto é, a Deus imutável. O homem que aspira a dominar os que por natureza lhe são semelhantes, isto é, a outros homens, é dominado por orgulho intolerável.

CAPÍTULO 24

Ninguém odeia a própria carne

24. Ninguém odeia a si próprio. A respeito disso, controvérsia alguma tem surgido em escola nenhuma. Ninguém odeia seu próprio corpo, e o que diz o Apóstolo é bem verdade: "Ninguém jamais quis mal à sua própria carne" (Ef 5,29). Logo, quando alguns dizem que prefeririam viver sem o corpo, enganam-se inteiramente. Porque não é a seu corpo, mas à corrupção corporal e seu pesado fardo que eles odeiam. Assim, o que eles quereriam, sem dúvida, não é ficar sem corpo, mas tê-lo incorruptível e perfeitamente ágil. O engano procede de que pensam que um corpo dessa espécie sutil não mais existiria, pois tais qualidades só pertencem à alma, a seus olhos.

Quanto aos que parecem mortificar seu corpo com privações e trabalhos, se o fazem com reta intenção não o fazem para destruir o corpo, mas sim para mantê-lo submisso e disposto ao cumprimento do dever. Submetido o corpo a essa espécie de laboriosa luta, eles procuram extinguir as paixões que o degradam, isto é, reprimem os maus hábitos e inclinações da alma que a levam ao gozo das coisas inferiores. De fato, vemos que longe de se darem à morte, tais pessoas tomam o cuidado de conservar suas forças.[25]
O verdadeiro sentido das mortificações

25. Os que fazem essas mortificações com má intenção declaram guerra a seu corpo como se ele fosse inimigo natural. Não entenderam ao ler as palavras: "A carne tem aspirações contrárias ao espírito e o espírito contrárias à carne. Eles se opõem reciprocamente" (Gl 5,17). Na verdade, isso foi dito desse modo por causa dos hábitos indomados da carne, contra os quais o espírito luta, não para a destruição do corpo. Foi para submeter o corpo ao espírito, depois de o ter domado, como reclama a ordem da natureza.

Ora, isso acontecerá após a ressurreição, quando o corpo, plenamente submisso ao espírito em paz perfeita, reecontrar para sempre vigor absoluto. Se assim é, por que não nos esforçarmos para que, já nesta vida, as inclinações da carne se transformem para melhor e não se oponham ao espírito com

movimentos desordenados?

Entretanto, enquanto isso não é conseguido, a carne apetece contra o espírito e o espírito contra a carne. O espírito não se opõe à carne movido pelo ódio, mas para conservar sua superioridade. Porque quanto mais quer tê-la submissa a ele, tanto mais a ama. Tampouco a carne resiste ao espírito levada pelo ódio, mas devido à força do mau hábito que, enraizado pela herança dos pais, desenvolveu-se segundo a lei da natureza. Logo, o espírito trabalha para domar a carne, em vista de romper, por assim dizer, o pacto perverso do mau hábito e para estabelecer a paz, fruto de uma boa harmonia.

Todavia, também homens pervertidos, que por falsas idéias detestam o seu corpo, estariam dispostos a perder um olho, ainda que fosse sem dor, e que lhe restasse o outro olho, com tanta visão quanto a que tinha com os dois? Fariam isso, a menos de estarem constrangidos por motivo de ordem superior?

Esse exemplo e outros análogos bastam para mostrar aos que procuram a verdade sem empenho, quão certo é o pensamento do Apóstolo quando diz: “Ninguém jamais quis mal à sua própria carne”, e ao acrescentar: “antes, alimenta-a e dela cuida, como também faz Cristo com a Igreja” (Ef 5,29).

CAPÍTULO 25

O verdadeiro amor de si próprio

26. É preciso, pois, ensinar ao homem a medida de seu amor, isto é, a maneira como deve amar-se a si próprio, para que esse amor lhe seja proveitoso. Duvidar de que ele se ama e deseja o próprio bem é pura demência. É preciso também ensinar ao homem como deve amar seu corpo, para que tome cuidado dele, com ordem e prudência. Porque o fato de o homem usar seu corpo e desejar conservá-lo sadio e intato é verdade bem manifesta.

Alguém pode, é certo, amar um bem maior do que a saúde e a integridade de seu corpo. Encontram-se, com efeito, pessoas que enfrentaram voluntariamente dores e perda de algum de seus membros para obter outro bem ainda mais cobiçado. Guardemo-nos, porém, de dizer que o homem não ama a saúde e a integridade do corpo, pelo fato de existir alguém que tenha amado mais alguma outra coisa.

Vemos que até o avarento, ainda que amando o dinheiro, não deixa de comprar o seu pão. E ao fazê-lo, gasta aquele dinheiro que muito ama e deseja aumentar. Só que acima do dinheiro, ama a sua saúde que é sustentada por aquele pão.

Seria supérfluo discutir mais longamente sobre assunto de tanta evidência. Entretanto, fomos levados a fazê-lo pelo erro dos ímpios.

CAPÍTULO 26

O preceito da caridade

27. Não houve necessidade de ser dado preceito ao homem para amar-se a si próprio e amar ao seu corpo. Isso porque o que somos e o que está posto abaixo de nós e em relação conosco, nós os amamos pela lei inviolável da natureza. Essa lei estende-se igualmente aos animais (porque também os animais amam-se a si e a seu corpo).

Faltava portanto que recebêssemos preceitos de amar o que está acima de nós e o que nos é semelhante.

Diz o evangelho: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento; e amarás o teu próximo como a ti mesmo. Desses dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas” (Mt 22,37-40). Portanto, o fim do preceito é o amor (1Tm 1,5), mas esse amor é duplo. Tem por objeto a Deus e ao próximo.

Ora, se tu te consideras por inteiro, isto é, alma e corpo, e se consideras o próximo por inteiro, isto é, alma e corpo (porque o homem consta de corpo e alma),[26] observarás que nenhuma categoria de objeto a amar foi omitida nesses dois preceitos.

Entretanto, já que o amor de Deus está acima de tudo, e que o modo desse amor manifesta-se prescrito sob uma forma que faz convergir para si todos os outros amores, parece-nos talvez não ter sido dito nada sobre o amor a si próprio? Mas por certo, ao ser dito: “Amarás teu próximo como a ti mesmo”, o amor de ti por ti próprio também não foi omitido.

CAPÍTULO 27

A ordem do amor

28. Vive justa e santamente quem é perfeito avaliador das coisas. E quem as estima exatamente mantém amor ordenado. Dessa maneira, não ama o que não é digno de amor, nem deixa de amar o que merece ser amado. Nem dá primazia no amor àquilo que deve ser menos amado, nem ama com igual intensidade o que se deve amar menos ou mais, nem ama menos ou mais o que convém amar de forma idêntica.

O pecador, contudo, enquanto pecador, não merece ser amado: mas todo homem, enquanto tal, deve ser amado por causa de Deus. Deus, porém, por si próprio é digno de amor. E já que Deus deve ser amado mais do que todos os homens, cada um deve amar a Deus mais do que a si próprio.

Da mesma forma, deve-se amar o nosso próximo mais do que a nosso corpo, porque todas as coisas hão de ser amadas por Deus, e o próximo pode gozar de Deus conosco, ao passo que não o pode nosso corpo. Pois o corpo vive da alma e é por ela que gozaremos de Deus.

CAPÍTULO 28

A hierarquia no amor do próximo

29. Todos devem ser amados de forma igual. No entanto, já que não podemos ser úteis a todos indistintamente, devemos atender de modo especial aos que nos estão mais ligados pelas circunstâncias concretas de tempo e de lugar, ou por quaisquer outras, de ordem diferente. Isso, por assim dizer, como se fosse por sorteio.

Suponhamos, por exemplo, que tenhas algo de supérfluo. É preciso dá-lo a quem carece de tudo. Não podes dá-lo, porém, a duas pessoas. Ora, se dois são os que se apresentam, dos quais nenhum leva vantagem, seja pela necessidade, seja por laço de amizade contigo, poderás fazer algo de mais justo do que escolher pela sorte, a qual dos dois deves dar o que não podes oferecer a ambos?

Acontece igualmente com os homens em geral, a quem não podes socorrer. Deves considerar como determinado pela sorte o grau de proximidade que, por razão de circunstâncias temporais, te ligou a cada um deles, de modo mais estreito.

CAPÍTULO 29

Procurar que todos amem a Deus

30. Entre os que podem gozar de Deus conosco, amamos alguns a quem favorecemos; amamos outros que nos favorecem; amemos aqueles de cujo auxílio necessitamos e ao mesmo tempo atendemos às suas indigências; por fim, amamos a certos a quem não somos de nenhuma utilidade e tampouco deles esperamos coisa alguma.

Mas devemos querer acima de tudo que todos amem a Deus conosco, e que toda ajuda que lhes dermos ou que deles recebermos seja orientada para essa única finalidade.

Nos palcos da iniqüidade, é um fato o espectador gostar, em especial, de um artista e julgar a arte dele como de grande valia ou ainda a considerar isso como o bem supremo. Igualmente, gosta de todos os que partilham dessa sua admiração. Não por causa desses admiradores, mas por causa do ídolo comum. E quanto mais o amor por aquele artista for ardente, tanto mais o admirador esforçar-se-á, por todos os meios a seu alcance, de o fazer admirar por muitos e desejará exibi-lo a uma grande platéia. Se encontrar alguém indiferente, estimulá-lo-á quanto pode, com elogios ao artista de sua predileção. Se encontrar um que se oponha, aborrece-se veementemente com o menosprezo a seu favorito. Por todos os meios, procura reparar esse descaso.

E a nós, então, o que nos convém fazer em relação a Deus? Como estender o seu amor, cujo gozo consiste na felicidade; de quem todos que o amam recebem o próprio ser e o favor de o amar; por quem não receamos vir a desagradar a quem quer que o tenha conhecido; enfim, aquele que quer ser amado não para auferir para si alguma vantagem, mas para conceder aos que o amam uma recompensa eterna — a de amá-lo, como único objeto de seu amor?

O amor pelos inimigos

Daí segue que devemos amar até nossos inimigos. Nós não os tememos, na verdade, visto que não podem nos tirar aquele a quem amamos. Mas nós nos compadecemos deles, porque nos odeiam, tanto mais quanto estão distantes do objeto de nosso amor. E se acaso voltassem a ele, necessariamente amá-lo-iam, como o Bem beatificante, e a nós, como co-participantes de tão grande bem.

CAPÍTULO 30

A universalidade do preceito do amor

31. Surge aqui uma questão a respeito dos anjos. Eles são bem-aventurados e gozam já daquele Bem que nós próprios desejamos gozar. Acontece que quanto mais no curso desta vida gozamos de Deus, ainda que em espelho, de maneira confusa (1Cor 13,12), com mais tolerância suportamos esta nossa peregrinação em direção a Deus e mais ardentemente desejamos terminá-la.

Então, se o amor para com os anjos se inclui também nos dois preceitos do amor a Deus e do amor ao próximo, a pergunta não é sem fundamento.

Homem algum, de fato, está excluído por aquele que nos disse de amar o próximo. O Senhor mostra-o expressamente no evangelho. E após ele, o apóstolo Paulo.

Expusera o Senhor o duplo preceito ao conhecimento de um doutor da lei e lhe dissera que ele encerrava toda a Lei e os Profetas. E quando o doutor da lei interrogou-o: “Quem é o meu próximo?”, Jesus apresentou-lhe o exemplo de um homem que, descendo de Jerusalém a Jericó, caiu em poder de assaltantes e, gravemente ferido, foi deixado coberto de chagas e semimorto. O Senhor ensinou-lhe que o próximo não era outro senão esse homem que se mostrara misericordioso, reanimara e cuidara da vítima. O interrogador, interrogado por sua vez, teve de reconhecer isso. E Jesus concluiu: “Vá e faça o mesmo” (Lc 10,27-37).

Está claro que ele quis fazer-nos compreender por aí que nosso próximo é o homem a quem devemos prestar serviço de misericórdia, caso esteja em dificuldade, ou a quem deveríamos prestar ajuda, caso necessitasse. Daí a conseqüência: o homem que nos presta um serviço é, também, nosso próximo. A palavra "próximo" indica relação, e ninguém pode ser próximo se não daquele de quem se aproxima. Ora, quem não vê que ninguém se exclui do preceito e a ninguém pode-se negar o dever da misericórdia? Esse serviço foi estendido até a nossos inimigos pelo Senhor: "Amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam" (Mt 5,44).

Todo homem é nosso próximo

32. É o que ensina o apóstolo Paulo ao dizer: "Não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás, e todos os outros preceitos se resumem nesta sentença: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. A caridade não pratica o mal contra o próximo" (Rm 13,9.10).

Logo, quem quer que pretenda que o Apóstolo não nos deu aqui preceito que se aplica a todos os homens, ver-se-á obrigado a confessar as mais absurdas coisas e abomináveis, tais como: que o Apóstolo não considerou ser pecado algum cometer adultério com a mulher de não-cristão ou a de inimigo, ou ainda o fato de matá-lo ou cobiçar os seus bens. Se isso é loucura, é evidente que é a todo homem que se há de considerar como próximo, visto que não se há de fazer o mal a ninguém.

Ainda a caridade fraterna

33. Se com razão é chamado próximo aquele a quem devemos prestar serviço ou de quem devemos receber o ministério da misericórdia, está claro que neste preceito, pelo qual nos é ordenado que amemos ao próximo, estão incluídos também os santos anjos. Deles recebemos grandes favores como é fácil verificar em freqüentes passagens das divinas Escrituras.

O próprio Deus e Senhor nosso quis ser chamado nosso próximo. Pois o Senhor Jesus Cristo representa-se a si próprio sob os traços daquele homem que socorreu o pobre caído no caminho, ferido, semimorto e abandonado pelos ladrões.

De si próprio, o profeta diz em sua oração: "Eu me compadecia pelo próximo como por um irmão" (Sl 35,14).

Entretanto, porque a natureza divina é infinitamente superior à nossa, o preceito de amar a Deus foi distinguido do preceito de amar ao próximo. Deus oferece-nos sua misericórdia por causa de sua única bondade; ao passo que nós praticamos a misericórdia uns para com os outros por causa da bondade dele. Em outras palavras: Deus tem piedade de nós para nos fazer gozar dele, ao passo que nós temos piedade uns dos outros para obtermos aquele gozo.

CAPÍTULO 31

Deus usa ou goza de nós?

34. Parece que ainda resta dúvida no que dissemos: Gozamos de uma coisa se a amamos por ela própria. E devemos gozar, somente se ela nos torna bem-aventurados. Quanto às outras coisas, devemos simplesmente usá-las.

Certamente, Deus ama-nos e as divinas Escrituras proclamam bem alto esse seu amor para conosco. De que modo ama-nos? Para usar ou para gozar de nós? Se for para gozar, então precisa de nossa

bondade? Tal conclusão ninguém de juízo poderá sustentar. Pois todo bem que está em nós, ou é ele próprio ou procede dele. E, pois, como dizer que a luz tem necessidade do brilho dos seres que ela ilumina com seus raios?

Declarou o profeta expressamente: “Disse ao Senhor, não tens necessidade dos meus bens” (Sl 16,2). Deus não goza de nós, ele utiliza-se.

Fora esse gozo ou esse uso, não encontro de que modo ele poderia nos amar.

CAPÍTULO 32

Como Deus utiliza-se do homem

35. Mas Deus não usa de nós à nossa maneira. Nós usamos das coisas para chegar a gozar da bondade infinita de Deus. Ele, ao contrário, usa de nós para manifestar essa bondade. De fato, é porque ele é bom que nós existimos, e é à medida que existimos que somos bons.

Além do mais, é por ele ser justo que não podemos ser maus impunemente. À medida que somos maus, nós temos menos ser. Pois somente possui o ser, sumo e primeiro, aquele que é absolutamente imutável e que pôde dizer em toda plenitude: “Eu sou aquele que sou” e “Assim lhes dirás: Aquele que é enviou-me a vos” (Ex 3,14).

Portanto, todos os outros seres que não ele, não podem existir a não ser por ele. E só são bons à medida que receberam o ser. Conseqüentemente, o uso que se diz Deus fazer de nós não se ordena à sua própria utilidade, mas à nossa, e manifesta a sua bondade, unicamente.

Quando nos compadecemos de alguém e assumimos seus interesses, nós o fazemos certamente para a utilidade desse alguém, porque é isso que temos em vista. Mas não sei como, também se segue daí a nossa própria utilidade, porque essa misericórdia, que exercemos para com um homem necessitado, Deus não a deixa sem recompensa. Ora, essa recompensa é suma, pois consiste em que gozemos dele, e todos nós que dele gozamos, gozamos também mutuamente uns dos outros nele.

CAPÍTULO 33

O gozo mútuo

36. Se nós referimos o gozo mútuo somente a nós próprios, depositamos a esperança da felicidade no homem ou no anjo, e permanecemos parados no caminho. Tal é a conduta dos homens e anjos soberbos que se alegram de ver depositada neles a esperança das demais criaturas.

Ao contrário, o homem justo e os santos anjos, quando nos vêem cansados e desejosos de repousar e deter-nos neles, reconfortam-nos com os bens que receberam para serem empregados em nosso favor, ou com os bens que receberam para si próprios. Esses bens, entretanto, não procedem deles. E após nos terem reconfortado, incitam-nos a prosseguir o caminho para a pátria, onde seremos felizes, gozando com eles.

Assim exclama o Apóstolo: “Paulo terá sido crucificado em vosso favor? Ou fostes batizados em nome de Paulo?” (1Cor 1,13). “Assim, pois, aquele que planta, nada é, aquele que rega, nada é, mas importa tão-somente Deus, que dá o crescimento” (1Cor 3,7).

Lemos igualmente, no Apocalipse, que o anjo, a quem um homem adorava, adverte-o: “Não adores a mim, adora antes a Deus, porque eu também estou abaixo dele, e ambos somos seus servos” (Ap 19,10).

Deleitar-se em Deus

37. Se te deleitas desse modo no convívio com o homem em Deus, antes gozas de Deus do que do homem. Gozas do bem pelo qual chegarás a ser feliz. E um dia, alegrar-te-ás por teres chegado àquele em quem puseste a esperança de ser feliz. Por isso diz são Paulo ao escrever a Filêmon: “Sim, irmão, eu gozarei de ti no Senhor” (Fm 20). Se ele não tivesse acrescentado “no Senhor” e houvesse apenas dito: “Gozarei de ti”, teria posto nele a esperança de sua felicidade.

Na verdade, usar alguma coisa com deleite é certamente encontrar nela seu gozo. Porque quando está presente um objeto do qual se gosta, necessariamente isso traz consigo certo deleite. Mas se, transcendendo o deleite, te referires àquele em quem hás de permanecer, então usas do objeto amado e dir-se-á, só de modo abusivo, que gozas dele. Mas se aderes a esse objeto que amas e permaneces nele, pondo aí o fim de tua alegria, então, com propriedade, dir-se-á que gozas dele. Ora, tal deve acontecer somente com a Trindade, isto é, o sumo e imutável Bem.

CAPÍTULO 34

Cristo, o caminho que leva a Deus

38. Notai o seguinte: a própria Verdade, o Verbo por quem foram feitas todas as coisas, se fez carne para habitar entre nós (Jo 1,3.14). E, contudo, diz o Apóstolo: “Mesmo se conhecemos Cristo segundo a carne, agora já não o conhecemos assim” (2Cor 5,16). Por certo, ele quis não somente dar-se como herança aos que chegam à pátria, mas também oferecer-se como caminho aos que encetam a caminhada para lá. Ele próprio decidiu assumir nossa carne. Nesse sentido está a palavra: “O Senhor me possuiu no princípio de seus caminhos” (Pr 8,22), para dar a entender que, por Cristo, caminham os que querem chegar a Deus.

Com efeito, o Apóstolo, embora se encontrasse ainda em caminho, e seguisse o Senhor que o chamava para conquistar a palma reservada à sua vocação celeste, não tinha, contudo, esquecido as coisas que ficam para trás e, avançando para as que estão adiante, havia já ultrapassado o início do caminho (Fl 3,12-14). Em outras palavras, ele não tinha necessidade desse ponto de partida, por onde devem iniciar seu percurso todos os que desejam chegar à verdade e permanecer na vida eterna.

É nesse sentido que o Senhor diz: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6), isto é, por mim se vem, a mim se chega, em mim se permanece. Chegar até ele, com efeito, é chegar também ao Pai. Pois por ele se conhece aquele que lhe é igual. E o Espírito Santo nos liga, por assim dizer, nos aglutina, a fim de nos dar a possibilidade de permanecermos unidos ao sumo e imutável Bem.

Compreende-se por aí que coisa alguma deve deter-nos na caminhada, visto que o próprio Senhor, à medida que se dignou ser nosso caminho, não quis que nos detivéssemos nele, mas que passássemos além. E o fez para que longe de nos apegar por fraqueza às coisas temporais, que ele empreendeu e realizou em vista de nossa salvação, corramos com diligência através delas, para merecermos nos adiantar e chegar até aquele que libertou nossa natureza do jugo das coisas temporais e assentou-a à direita do Pai.

D. PRINCÍPIOS BÁSICOS DE EXEGESE

CAPÍTULO 35

O Amor: plenitude das Escrituras

39. De tudo o que foi dito anteriormente ao tratarmos sobre as coisas (de rebus), esta é a suma: que se entenda ser a plenitude e o fim da Lei, como de toda a Escritura divina, o amor àquela Coisa, que será nosso gozo (Rm 13,10 e 1Tm 1,5); e o amor dos que podem partilhar co-nosco daquela fruição.

Quanto ao amor que cada um deve a si próprio não houve necessidade de preceito (cf. I,23,22).

Ora, em vista de nos fazer conhecer esse amor, e de no-lo tornar possível, é que a divina Providência criou para nossa salvação toda a economia temporal da qual devemos usar, não com amor e alegria permanentes, mas antes como algo transitório, tal como estando em viagem, num veículo ou não importa em que outro meio de transporte que se possa nomear com maior propriedade. Portanto, amemos esses objetos que nos levam ao fim último, por causa do mesmo fim aonde somos levados.

CAPÍTULO 36

A edificação da caridade

40. Se alguém julga ter entendido as Escrituras divinas ou partes delas, mas se com esse entendimento não edifica a dupla caridade — a de Deus e a do próximo —, é preciso reconhecer que nada entendeu.

Mas quem tira de seu entendimento uma idéia útil para a edificação da caridade, ainda que sem trazer o pensamento próprio do autor, na passagem em estudo, ousarei dizer que não comete erro pernicioso, nem diz mentira.

Certamente, há no homem mentiroso a intenção deliberada de dizer falsidades. Eis por que encontramos muitas pessoas que querem mentir, mas nenhuma que consinta em ser enganada.

Em conseqüência, como o homem diz mentiras conscientemente e as suporta apenas por ignorância, aparece suficientemente claro que, sobre um mesmo assunto, a condição do que foi enganado é preferível à do que enganou, porque é sempre melhor ser vítima de injustiça do que causá-la a outros. Ora, todo aquele que mente comete injustiça. E se alguém pensar que a mentira pode ser, em algum caso, de utilidade, poderá também admitir que a injustiça é igualmente útil. Todo mentiroso atenta contra a fé, porque quer obtê-la daquele a quem engana — no momento mesmo em que está a violá-la. Todo violador da fé é injusto.

Por conseguinte, ou a injustiça aparece alguma vez útil — o que é impossível —, ou bem a mentira nunca poderá ser útil.

Corrigir o intérprete que se engana

41a. Em todo caso, todo aquele que nas Escrituras entende de modo diferente ao do autor sagrado engana-se em meio mesmo da verdade, visto que as Escrituras não mentem.[27]

Portanto, como eu tinha começado a dizer, se alguém se engana dando uma interpretação que edifica a caridade — a qual é o fim do preceito —, engana-se tal como um viajante que, por equívoco, abandonasse o caminho, e o que é pior, seguisse sua caminhada através do campo para chegar ao ponto onde o primeiro caminho justamente conduzia.

Todavia, é preciso não deixar de corrigir o que erra e demonstrar-lhe quanto é mais útil não abandonar o caminho por receio que, tomando o hábito de desviar, ele se veja obrigado a ir por vias transversais e más.

CAPÍTULO 37

fé nas Escrituras fortalece a esperança e a caridade

41b. Afirmando levianamente um pensamento que o autor sagrado não teve, o pregador cai, na maior parte do tempo, em opiniões diversas que poderão discordar com as do original. Ora, se ele julga serem verdadeiras e certas as suas próprias idéias, não o seriam as da Escritura. E pode acontecer que, amando mais seu próprio parecer, ele condene a Escritura e não a si próprio. E caso ele permita que esse mal se estenda, encontrará aí a sua própria perdição. Lembremo-nos de que "caminhamos pela fé, e não pela visão da verdade" (2Cor 5,7). Ora, a fé cambaleará se a autoridade das Escrituras vacilar. E cambaleando a fé, a caridade, por sua vez, enfraquecer-se-á. Pois diminuir a fé necessariamente é diminuir também a caridade. Realmente, ninguém pode amar o que não crê que exista. Ao contrário, se ao mesmo tempo, ele crê e ama, fazendo o bem e conformando-se aos preceitos e bons costumes, sente nascer em si a esperança de chegar ao que ama. Eis por que existem essas três virtudes: a fé, a esperança e a caridade. Elas encerram toda a ciência e toda a profecia.

CAPÍTULO 38

A posse superará o desejo

42. Ora, à fé sucederá a clara visão que teremos na vida futura. À esperança sucederá a posse da própria beatitude à qual haveremos de chegar. Quanto à caridade, crescerá sempre, ainda depois que desapareçam as duas primeiras virtudes.

Se apenas ao crer amamos o que ainda não vemos, quanto mais amaremos quando começarmos a ver!

E se, apenas ao esperar, amamos o que ainda não obtivemos, quanto mais amaremos quando o possuirmos! Quanta diferença entre as coisas temporais e as eternas! Um bem temporal é mais amado antes de ser possuído. Depois, porém, perde seu valor, pois não saciou a alma para a qual o eterno somente é o verdadeiro e seguro descanso. O bem eterno, ao contrário, é amado com tanto maior ardor ao ser possuído do que fora ao ser desejado. Pois a ninguém que a deseja, a beatitude concedida é menor do que a desejada. Logo, não poderá sentir-se decepcionado quem a encontrar, pois não será inferior à idéia que dela se fizera. Por mais alto que alguém queira tê-la imaginado, mais preciosa achará quando a abraçar.

CAPÍTULO 39

O valor das virtudes teologais

43. O homem que se apóia na fé, na esperança e na caridade, e que guarda inalteravelmente essas três vir-tudes, não necessita das Escrituras a não ser para instruir os outros. Eis por que muitos, graças a elas, vivem na solidão sem os manuscritos dos Livros santos. É o que me leva a pensar que neles se realizou a sentença: "Quanto às profecias, desaparecerão. Quanto às línguas, cessarão. Quanto à ciência, também desaparecerá" (1Cor 13,8). Acontece que, com tal apoio, levantou-se nesses homens tão grande edifício de fé, esperança e caridade, que, possuindo já esse bem perfeito, não precisam buscar o que é parcial. Digo que eles possuem já o que é perfeito, mas só enquanto pode ser possuído nesta vida mortal, porque comparado à perfeição da vida futura, a do justo e santo neste mundo é

imperfeita.

Por tudo isso, diz o Apóstolo: “Agora permanecem fé, esperança e caridade, estas três coisas. A maior delas, porém, é a caridade” (1Cor 13,13), pois ao chegar cada um à vida eterna, cessarão a fé e a esperança, permanecendo a caridade, mais ardente e segura.

CAPÍTULO 40

Disposições para o estudo das Escrituras

44. Concluímos, pois, afirmando que todo aquele que houver entendido ser o fim da lei “a caridade procedente de um coração puro, de uma boa consciência e de uma fé sem hipocrisia” (1Tm 1,5), e quem refere toda a compreensão das divinas Escrituras a essas três disposições, poderá abordar com segurança o estudo dos Livros sagrados.

Ao nomear “a caridade”, o Apóstolo acrescentou “que procede de um coração puro”, para dar a entender que não se ame nada além do que merece ser amado. Acrescentou ele ainda “uma boa consciência”, em vista da esperança. Porque quem sente o remorso de má consciência desespera de chegar ao que crê e ama. Por fim, o Apóstolo exige “uma fé sem hipocrisia”. Porque quando nossa fé está ao abrigo da mentira, nós amamos o que deve ser amado e levamos vida reta e esperamos que nossa esperança não seja defraudada de modo algum.

E agora, depois de ter falado sobre as coisas (de rebus), referentes à nossa fé, à medida que me pareceu suficiente pelas circunstâncias, ponho fim a este livro que pode ser complementado, aliás, por outros escritos por mim publicados ou por outros.

Consagro o resto deste trabalho a tratar a respeito dos sinais (de signis), conforme as luzes que Deus me conceder.

20. Agostinho fornece de maneira inequívoca o duplo objetivo da obra: 1) mostrar como se realiza a descoberta da verdade e 2) como esta deve ser exposta.

21. Todo o criado é um apelo lançado por Deus, é sinal do poder e da sabedoria de Deus, conforme Rm 1,20, que convida o homem a procurá-lo. A distinção agostiniana entre res (coisa) e signa (sinal) inspirou, na Idade Média, Pedro Lombardo, na sua obra Sentenças, a formular o método sistemático de sua especulação teológica. Cf. P. Godar, Les signe, n. 24,3°, De Ia doctrine chrétienne, Bibl. Augustinienne, XI, p. 565; V. Capánaga, BAC I, p. 144.

22. Uma das teses fundamentais da teologia moral de Agostinho é esta famosa distinção das coisas em duas categorias: as que o homem pode e deve gozar (a serem fruídas) e que asseguram a felicidade e as que deve usar bem (para serem utilizadas), como instrumentos para atingir a felicidade. Todo o desenvolvimento da obra agostiniana está fundado nesta distinção. Os caps. 22 e 23 desenvolverão mais o tema. Cf. Fulberto Cayré, La contemplation augustinienne, p. 95.

23. Na Trindade, encontramos o princípio fontal de todos os seres, a beleza perfeita e a felicidade. No Pai, intuímos a unidade; no Filho, a igualdade; no Espírito Santo, a concórdia unitiva e a fruição gozosa de Deus. Cf. Fr. Luis Arias, OSA, De Trinitate, Introducción, BAC V, Madrid, 1956, p. 51. “A unidade na Trindade e a Trindade na unidade” é a fórmula básica de Agostinho. No cap. 6, refletirá sobre a inefabilidade, no 7, a transcendência, no 8, a imutabilidade e, no cap. 9, a sabedoria. Leia-se a sua magistral obra A Trindade, composta entre 400 e 416, publicada nesta Coleção Patrística, n° 7. Baseando-se no Símbolo niceno-constantinopolitano de 385, Agostinho construiu o primeiro tratado verdadeiramente sistemático do dogma trinitário.

24. A semelhança de nosso verbo mental com o Verbo de Deus é mais desenvolvida por Agostinho no A Trindade, IX. J. Comblin, em Jesus Cristo e sua missão. Breve Curso de Teologia, I, Paulus, São Paulo, 1988, p. 249, tem uma expressão que pode esclarecer este tema: “Para pensar, precisamos formar um discurso, usar palavras. Antes ainda de pronunciar nossos pensamentos, precisámos dizer esse pensamento a nós mesmos. Para pensar, alguém diz-se a si próprio o seu pensamento. E assim formamos palavras interiores. Ora, em são João, Cristo é chamado ‘a Palavra’. Não seria isso sinal de que em Deus as coisas são iguais e que, ao pensar, Deus também se diz uma Palavra? ...”.

25. Como matéria, o corpo era a “prisão da alma”, para Platão que, por isso, pregava a “fuga do corpo”. Agostinho refuta esse

pessimismo em relação ao corpo e cita Ef 5,29. Não é ao corpo que se deve odiar, mas à corrupção corporal e seu fardo. O corpo, segundo Agostinho, precisa de mortificação para combater seus apetites desmedidos e seus impulsos de gozar dos bens inferiores. Cf. M. Luiza Roque, De doctrina christiana e a filosofia de Platão. Atualidade de S. Agostinho, Miscelânea “Universitas”, Sorocaba, 1955, p. 98.

26. Embora a antropologia de Agostinho seja inteiramente dependente de Platão enquanto define o homem como um composto de corpo e alma, sua definição predileta era mais de inspiração bíblica: o homem é alma racional servida por corpo terrestre (De moribus Ecclesiae Catholicae 1, 27,52). A relação entre alma e corpo Agostinho a estuda especialmente no Da quantidade da alma (a ser lançado em breve na coleção Patrística) e no A Trindade, onde o dualismo platônico está bem atenuado (15,7.11).

27. Não compreende a Escritura, diz Agostinho, quem dela não tira uma lição de caridade para com Deus ou para com o próximo. É aceitável toda interpretação que favoreça a valorização do duplo amor, ainda que o intérprete esteja em desacordo com o pensamento verdadeiro do autor sagrado. Mas, é preciso tomar cuidado com esse procedimento: interpretar habitualmente a Escritura de maneira fantasista, ainda que com a finalidade de edificação, não isenta de perigos para a fé. Na seqüência, Agostinho expõe os graves abusos a que está sujeita a interpretação alegórica da Escrituras. Cf Comblès-Farges, La doctrine chrétienne, Bibl. Augustinienne, XI, n° 17, p. 362; Van der Meer, Saint Augustin, Pasteur d’ames, pp. 448.236.

LIVRO II

SOBRE OS SINAIS A SEREMINTERPRETADOS NAS ESCRITURAS

A. PRECISÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO 1

Definição de sinal

1. Ao escrever o livro anterior sobre as coisas (De rebus), procurei prevenir que se fizesse atenção, aí, apenas ao que as coisas são em si próprias, prescindindo do que possam significar além de seu sentido próprio (I,2,2). Agora, ao tratar sobre os sinais (de signis), advirto que não se dê atenção ao que as coisas são em si, mas unicamente ao que significam, isto é, que elas se manifestam sinais de algo diferente.[28]

O sinal é, portanto, toda coisa que, além da impressão que produz em nossos sentidos, faz com que nos venha ao pensamento outra idéia distinta. Assim, por exemplo, quando vemos uma pegada, pensamos que foi impressa por animal. Ao ver fumaça, percebemos que embaixo deve haver fogo. Ao ouvir a voz de um ser animado, damo-nos conta do estado de seu ânimo. Quando soa a corneta, os soldados sabem se devem avançar, retirar-se ou fazer alguma outra manobra, exigida pelo combate.

Sinais naturais

2. Entre os sinais, alguns são naturais e outros convencionais. Os naturais são os que, sem intenção nem desejo de significação, dão a conhecer, por si próprios, alguma outra coisa além do que são em si. Assim, a fumaça é sinal de fogo. Ela o assinala sem ter essa intenção, mas nós sabemos, por experiência, observando e comprovando as coisas, que ao aparecer a fumaça haverá fogo embaixo.

A esse gênero de sinais pertence a pegada do animal que passa. O rosto de um homem irritado ou triste traduz o sentimento de sua alma, ainda que ele não tivesse nenhuma intenção de exprimir essa irritação ou tristeza. Da mesma maneira, acontece com qualquer outro movimento da alma que é revelado e traduzido no rosto, sem que nada tenhamos feito para o manifestar.

Não é meu propósito discorrer agora sobre esse tipo de sinais. Mas como pertencem à distinção que fizemos acima, não pude de modo algum deixá-los passar sob silêncio. É suficiente, entretanto, o que até aqui foi dito a esse respeito.

CAPÍTULO 2

Sinais convencionais

3. Sinais convencionais (data signa) são os que todos os seres vivos mutuamente se trocam para manifestar — o quanto isso lhes é possível — os movimentos de sua alma, tais sejam as sensações e os pensamentos. Não há outra razão para significar, isto é, para dar um sinal, a não ser expor e comunicar ao espírito dos outros o que se tinha em si próprio, ao dar o sinal.

É sobre esse tipo de sinais e no que se refere aos homens que determinei examinar e estudar aqui. E por que os sinais que nos foram comunicados por Deus, e que se encontram nas Santas Escrituras, foram-nos comunicados pelos homens que as escreveram.

Também os animais usam entre si esse tipo de sinais pelos quais manifestam os seus desejos. O

galo, quando encontra alimento, com o sinal de sua voz manifesta o achado às galinhas para que acorram a comer. E o pombo com seu arrulho chama a pomba ou é por ela chamado. Existem muitos outros sinais análogos que podem e costumam ser observados.

Eis certa questão que não toca ao assunto de que presentemente tratamos: esses sinais como, por exemplo, a expressão do semblante e o gemido de um doente, seguem espontaneamente o movimento da alma sem nenhuma intenção de significar, ou são dados expressamente para serem sinais? Vamos suprimir tal questão como não necessária nesta obra.

CAPÍTULO 3

Sinais verbais

4. Entre os sinais com que os homens comunicam entre si o que sentem, alguns pertencem ao sentido da vista, a maioria ao da audição, bem poucos aos demais sentidos. Efetivamente, ao fazer um sinal com a cabeça, damos somente sinal aos olhos da pessoa a quem queremos comunicar a nossa vontade.

Com o movimento das mãos, algumas pessoas exprimem a maior parte de seus sentimentos. Os cômicos, com o movimento de todos os seus membros, dão certos sinais aos espectadores e como que falam a seus olhos. Os estandartes e insígnias militares declaram aos olhos a decisão dos chefes. De modo que todos esses sinais são como palavras visíveis.

Como disse antes, porém, os sinais que pertencem ao ouvido são em maior número e principalmente constituídos por palavras. Na verdade, a trombeta, a flauta e a citara emitem muitas vezes não somente som agradável, mas também significativo. Entretanto, essa classe de sinais, em comparação com as palavras, é diminuta.

As palavras, com efeito, obtiveram entre os homens o principal lugar para a expressão de qualquer pensamentos, sempre que alguém quer manifestá-lo. Certamente, o Senhor deu um sinal através do olfato pelo perfume do ungüento derramado em seus pés (Jo 12,3.7). Através do sentido do paladar, também significou sua vontade pelo sacramento de seu corpo e sangue pregustados por ele (Lc 22,19.20). Igualmente, através do sentido do tato deu um sinal, quando a mulher, tocando a orla de sua veste, recebeu a cura (Mt 9,21).

Contudo, a inumerável quantidade de sinais com que os homens demonstram seus pensamentos é constitui-se pelas palavras. Qualquer desses sinais acima brevemente indicados podem certamente ser dados e conhecidos com palavras, mas as palavras não poderiam ser dadas a entender com aqueles sinais.

CAPÍTULO 4

Origem da linguagem escrita

5. Ora, ao vibrar no ar, as palavras logo desaparecem, e não duram mais longamente do que ao ressoarem. Para serem fixadas, então, foram instituídos seus signos, por meio das letras. Assim, as palavras manifestam-se aos olhos não por elas próprias, mas pelos sinais que lhe são próprios.

Esses sinais, é verdade, não puderam ficar comuns a todos os povos. Isso por causa da desinteligência humana que houve — cada uma das nações a querer usurpar para si o domínio. Desse orgulho é sinal aquela torre erguida em direção ao céu. Lá, os homens ímpios incorreram no mal de não somente terem vontades opostas, mas também línguas diferentes (Gn 11,1-9).

CAPÍTULO 5

As Escrituras: sinais da vontade de Deus

6. Daí provém que a divina Escritura, a qual socorre a tão grandes males da vontade humana, tendo sido originada de uma só língua que lhe permitia propagar-se oportunamente pelo orbe da terra, foi divulgada por toda parte, em diversidade de línguas, conforme os intérpretes.

Os que a lêem não desejam encontrar nela mais do que o pensamento e a vontade dos que a escreveram e desse modo chegar a conhecer a vontade de Deus, segundo a qual crêem que esses homens compuseram.

CAPÍTULO 6

Utilidade das obscuridades da Bíblia

7. Os que lêem a Escritura inconsideradamente enganam-se com as múltiplas obscuridades e ambigüidades, tomando um sentido por outro.[29] Nem chegam a encontrar, em algumas passagens, alguma interpretação. E assim, projetam sobre os textos obscuros as mais espessas trevas.

Não duvido de que a obscuridade dos Livros santos seja por disposição particular da Providência divina, para vencer o orgulho do homem pelo esforço e para premunir seu espírito do fastio, que não poucas vezes sobrevém aos que trabalham com demasiada facilidade.

Como se explica — pergunto eu — que se alguém disser: Há homens santos e perfeitos, graças a cuja vida e costumes a Igreja de Cristo retira das superstições os que vêm a ela e os incorpora a si, caso imitem os bons. Esses justos, como fiéis e verdadeiros servos de Deus, ao depositar o fardo do século, aproximam-se do banho sagrado do batismo e, erguendo-se de lá, sob a ação fecundante do Espírito Santo, produzem o fruto do duplo amor — o de Deus e o do próximo.

Ora — perguntava eu — como se explica que ao redizer isso, o fiel deleita-se menos do que ao ouvir as mesmas idéias expostas com a expressão do Cântico dos cânticos. Aí se diz para a Igreja, louvando-a como uma bela mulher: “Os teus dentes são como os rebanhos das ovelhas tosquiadas ao subir do lavatório, todas com dois cordeirinhos gêmeos, e nenhuma há estéril entre elas” (Ct 4,2).

Acaso, o fiel aprende aí outra coisa do que ouvira há pouco, expresso em termos bem despojados, sem o auxílio dessas comparações? Entretanto, não sei a razão, mas contemplo com mais atração os justos, quando os imagino como dentes da Igreja que arrancam os homens do erro, e depois de os ter mastigado e triturado, a fim de amolecer sua dureza, introduzem-nos no corpo da Igreja. Também me agrada muito quando contemplo as ovelhas tosquiadas. Elas deixaram sua lã como se fossem os fardos deste mundo, e sobem do lavatório, isto é, do Batismo, e dão à luz dois cordeirinhos gêmeos, isto é, o duplo preceito do amor. E nenhuma é estéril desse santo fruto.

O encanto das alegorias

8. Mas por qual razão parece-me mais agradável (suavius) esta apresentação do que aquela proposta sem nenhuma comparação desse gênero, tirada dos Livros santos? Ainda ao se tratar de um mesmo fato e de uma mesma idéia? É difícil de explicar, e essa é outra questão. Basta dizer que ninguém contesta o fato de se aprender mais espontaneamente (libenter) qualquer coisa com a ajuda de comparações; e que se descobre com maior prazer (gratius) as coisas que se procuram com certa dificuldade. Os homens que não encontram logo o que procuram sentem fome, e os que, ao contrário, têm tudo à mão, muitas vezes, desfalecem de fastio. Ora, num caso como em outro, é preciso evitar o

langor. Para isso, o Espírito Santo dispôs de maneira magnífica e salutar as Escrituras santas, para que elas venham saciar a nossa fome nas passagens mais obscuras. Mas, na verdade, quase nada sobressai nessas obscuridades que não esteja mais claramente expresso em outro lugar.

Graus na ascensão espiritual

CAPÍTULO 7

O temor de Deus e a piedade

9. Antes de toda e qualquer coisa, é preciso converter-se pelo temor de Deus para conhecer-lhe a vontade, para saber o que ele nos ordena buscar ou rejeitar. Necessário é que este temor incuta o pensamento de nossa mortalidade e da futura morte e fixe no lenho da cruz todos os movimentos de soberba, como se nossas carnes estivessem atravessadas pelos cravos.[30]

Em seguida, é preciso tornar-nos mansos pela piedade, para não contradizermos a Escritura divina. Seja quando ela for compreendida e vier repreender alguns de nossos vícios, seja quando, incompreendida, nós nos imaginarmos capazes de julgar e ensinar melhor do que ela. Devemos, ao contrário, pensar e crer que é muito melhor e mais verdadeiro o que está escrito ali, ainda que oculto, do que o que possamos saber por nós próprios.

A ciência e a fortaleza

10. Depois desses dois graus do temor de Deus e da piedade, chega-se ao terceiro, o grau da ciência, justamente sobre o qual eu me propus escrever nesta obra. Porque é nes-se grau que se há de exercitar todo o estudioso das divinas Escrituras, com a intenção de não encontrar nelas outra coisa mais do que o dever de amar a Deus por Deus, e ao próximo por amor de Deus. A este com todo o coração, com toda a alma e com toda a mente; ao próximo como a si próprio (Mt 22,37-39). O que significa que todo o amor ao próximo, assim como o amor a nós próprios, se há de referir a Deus.

Desses dois preceitos, tratamos no livro anterior, no qual falamos sobre as coisas (de rebus).

Urge que, antes de tudo, cada um verifique, ao estudar as Escrituras, se se acha preso ao amor deste mundo, isto é, ao amor dos bens temporais, e tome consciência de que está tanto mais afastado deste tão grande amor de Deus e do próximo quanto mais isso está prescrito na própria Escritura.

Então, na verdade, o temor que o faz pensar no juízo de Deus, e a piedade pela qual não se pode senão crer e aceitar a autoridade dos Livros santos, obrigam-no a chorar sobre si próprio.

Essa ciência que leva à santa esperança não torna o homem presunçoso, mas antes o faz suplicante. Com esse afeto obtém, mediante diligentes súplicas, a consolação do auxílio divino, para que não caia no desespero. Desse modo, o estudioso da Escritura começa a entrar no quarto grau, isto é, na fortaleza, pela qual se têm fome e sede de justiça. Graças a essa força, ele afasta-se de toda alegria mortífera das coisas temporais e, apartando-se delas, dirige-se ao amor dos bens eternos, isto é, da imutável Unidade que é a Trindade, idêntica a ela própria.

O conselho, a purificação interior e a sabedoria

11. Apenas o homem — o quanto lhe foi possível — chega a divisar de longe o fulgor dessa Trindade e reconhece que a fraqueza de sua vista não pode suportar aquela luz, e sobe ao quinto grau, isto é, ao conselho, fundamentado sobre a misericórdia, onde purifica sua alma tumultuada e como

desassossegada pelo clamor da consciência das imundícies contraídas, devido ao apetite das coisas inferiores. Ele se exercita especialmente no amor ao próximo e se aperfeiçoa nele.

Em seguida, na plenitude de sua esperança, na integridade de suas forças, chega até o amor aos inimigos e sobe ao sexto grau. Lá, purifica os olhos com os quais Deus pode ser visto — o quanto é possível — pelos que morrem para este mundo. Porque eles vêem a Deus, à medida que morrem para este século. Contudo, à medida que vivem para este século, não o vêem. Embora o aspecto dessa luz divina comece já a mostrar-se não só mais segura e tolerável, mas também mais agradável, é preciso ainda dizer que só se pode vê-lo “em enigma e em espelho” (1Cor 13,12), porque, enquanto peregrinamos nesta vida, caminhamos mais pela fé do que pela visão (2Cor 5,6.7), ainda que nossa conversação seja com o céu (Fl 3,20).

Quem chegou a este grau purifica de tal modo os olhos de seu coração que não pode preferir, e sequer comparar, a Verdade suprema a nada, nem ao próximo, nem ao ser que ele mais ama, isto é, a si próprio.

Esse santo, em conseqüência, terá coração tão purificado, tão simples que não se apartará da verdade por interesse de agradar aos homens, nem com o fim de evitar os mil aborrecimentos que tornam infeliz esta vida presente.

Esse filho de Deus eleva-se até à sabedoria, que é o sétimo e último grau onde gozará delícias, tranqüilo e em paz.[31]

“O começo da sabedoria é, com efeito, o temor de Deus” (Sl 110,10 e Eclo 1,16). Dele se parte e por esse grau1 se há de chegar à sabedoria.

CAPÍTULO 8

Os livros canônicos

12. Voltemos à consideração do terceiro grau (a ciência), qual me propus tratar especialmente, conforme as luzes que o Senhor me conceder.

O investigador mais diligente (solertissimus indagator) das Sagradas Escrituras será, em primeiro lugar, o que as tiver lido integralmente e delas tomado conhecimento, se não quanto ao sentido pleno, pelo menos quanto à leitura perseverante. Trata-se, bem entendido, dos livros chamados canônicos. Porque os outros, ele os lerá com mais segurança quando estiver mais instruído na fé da verdade. Evitará assim que esses escritos se apoderem de seu espírito débil, prejudicando-o com perigosas falsidades e trazendo-lhe idéias contrárias a uma sadia compreensão.

Quanto às Escrituras canônicas, siga a autoridade da maioria das igrejas católicas, entre as quais, sem dúvida, se contam as que mereceram ser sede dos apóstolos e receber cartas deles.

Eis o método que se há de observar no discernimento das Escrituras canônicas: os livros que são aceitos por todas as igrejas católicas se anteponham aos que não são aceitos por algumas. Por outro lado, entre os livros que algumas igrejas não admitem, prefiram-se os que são aceitos pelas igrejas mais numerosas e importantes aos que são unicamente aceitos pelas igrejas menos numerosas e de menor autoridade. Enfim, no caso de alguns livros serem aceitos por muitas igrejas e outros pelas igrejas mais autorizadas, ainda que isso seja difícil, eu opino que se atribuam a ambas a mesma autoridade.[32]

A lista dos livros canônicos

13. O cânon completo das Sagradas Escrituras, ao qual se referem as considerações precedentes, compreende os seguintes livros: os cinco de Moisés, a saber: o Gênesis, o Êxodo, o Levítico, os Números e o Deuteronômio; um livro de Jesus, filho de Nave (Josué) e um dos Juízes; um livrinho intitulado Rute, o qual parece pertencer ao começo da história dos Reis; seguem-se os quatro dos Reinos e dois dos Paralipômenos que não são a sua seqüência, mas por assim dizer uma complementação. Todos esses livros são narração histórica que contêm o desenvolvimento das épocas e a ordem dos acontecimentos. Há outras histórias de tipo diferente que não possuem conexão com a ordem dos acontecimentos anteriores, nem se relacionam entre si, como os livros de Jó, de Tobias, de Ester, de Judite, os dois livros dos Macabeus e os dois de Esdras. Estes parecem seguir antes aquela história que ficara suspensa com os livros dos Reis e dos Paralipômenos. Depois, seguem os Profetas, entre os quais se encontra um livro de Davi, os Salmos, três de Salomão: os Provérbios, o Cântico dos cânticos e o Eclesiastes. Os outros dois livros dos quais um é a Sabedoria e o outro, o Eclesiástico, são atribuídos a Salomão por certa semelhança com os precedentes, mas comumente se assegura que quem os escreveu foi Jesus, filho de Sirac. E, como mereceram ser recebidos com autoridade (canônica), devem ser contados entre os livros proféticos. Os livros restantes são os propriamente chamados dos Profetas. Doze são esses livros, correpondendo cada qual a um profeta. Como estão conexos e nunca foram separados, são contados como um só livro. Eis o nome dos profetas: Oséias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias. Em seguida, os quatro livros dos grandes profetas: Isaías, Jeremias, Daniel e Ezequiel.

Estes quarenta e quatro livros possuem autoridade no Antigo Testamento. Quanto ao Novo Testamento, compreende os quatro livros do Evangelho segundo são Mateus, são Marcos, são Lucas e são João; as quatorze cartas de são Paulo: uma aos Romanos, duas aos Coríntios, uma aos Gálatas, uma aos Efésios, uma aos Filipenses, duas aos Tessalonicenses, uma aos Colossenses, duas a Timóteo, uma a Tito, uma a Filêmon e uma aos Hebreus;[33] as duas de são Pedro; as três de são João; o livro único dos Atos dos Apóstolos e outro único de são João intitulado Apocalipse.

B. NECESSIDADE DE CONHECER AS LÍNGUAS

CAPÍTULO 9

Directivas para o estudo das Escrituras

14. Em todos esses livros da Sagrada Escritura, os homens tementes a Deus, e apaziguados pela piedade, buscam a vontade de Deus.

A primeira observação a ser feita quanto a essa busca e empresa é, como já dissemos, tomar conhecimento dos Livros santos. Se, a princípio, não se conseguir apreender o sentido todo, pelo menos fazer a leitura e confiar à memória as santas palavras. De toda forma, nunca ignorar por completo os Livros sagrados. Em seguida, se há de verificar com grande cuidado e diligência os preceitos morais e as regras de fé que a Escritura propõe com clareza. Encontram-se tão mais abundantemente, quanto maior for a abertura do entendimento de quem busca, visto que nas passagens que a Escritura oferece com clareza encontram-se todos os preceitos referentes à fé e aos costumes, à

esperança e à caridade, sobre os quais tratamos no primeiro livro.

Tendo então adquirido certa familiaridade com a linguagem das divinas Escrituras, devemos prosseguir examinando as passagens obscuras em vista de as esclarecer e explicar. Chega-se lá tomando exemplos de textos mais claros. Assim, o testemunho das sentenças de sentido certo fará desaparecer a dúvida das sentenças de sentido incerto.

Em todo esse trabalho, a memória é de grande valor, pois, se ela faltar, não serão os preceitos que a poderão despertar.

CAPÍTULO 10

O obstáculo dos signos ignorados ou figurados

15. Ora, há duas causas da incompreensão do texto da Escritura. A verdade encontra-se oculta por signos desconhecidos ou por signos de sentido figurado. Com efeito, os signos são ou próprios ou figurados.

São chamados próprios quando empregados para designar os objetos para os quais foram convencionados. Por exemplo, dizemos: boi, e relacionamos com o animal que todos os homens de língua latina denominam por esse nome.

Os signos são figurados ou metafóricos, quando as mesmas coisas, que denominamos com seu termo próprio, são também tomadas para significar algo diferente. Por exemplo, dizemos: boi e por essa palavra entenderemos o animal que se costuma chamar por esse nome e, além disso, entenderemos que se alude ao pregador do evangelho, conforme o deu a entender a Escritura na interpretação do Apóstolo, que disse: “Não amordaçarás o boi que tritura o grão” (1Cor 9,9).

CAPÍTULO 11

Necessidade do conhecimento das línguas bíblicas

16. Para combater a ignorância dos signos próprios, o grande remédio é o conhecimento das línguas.[34] Os conhecedores da língua latina, a quem pretendemos instruir neste momento, necessitam, para chegar a conhecer a fundo as divinas Escrituras, de duas outras línguas, a saber, o grego e o hebraico. Elas lhes permitirão recorrer aos exemplares mais antigos, no caso em que a infinita variedade das traduções latinas lhes traga alguma dúvida.

Na verdade, encontramos muitas vezes nos Livros santos palavras hebraicas não traduzidas. Por exemplo: amém, aleluia, raca, hosana e muitas outras. Algumas dessas palavras poderiam, por certo, ser traduzidas. Contudo, devido à sua autoridade muito santa, foram conservadas na sua forma antiga. Tais: amém e aleluia. Algumas outras dizem ser intraduzíveis em outra língua, como: raca e hosana. De fato, existem palavras de certas línguas que não podem ser traduzidas com significado adequado para outro idioma. Isso acontece sobretudo com as interjeições que exprimem mais movimento da alma do que parcela de pensamento racional. Eis o sentido atribuído às expressões acima citadas: raca é grito de indignação e hosana grito de alegria.

Mas não é por esse pequeno número de termos, cujo sentido é fácil ser notado e investigado, mas pela discrepância das traduções, que é preciso conhecer as línguas, como já foi dito acima.

Com efeito, podem ser contados os escritores que traduziram as Escrituras do hebraico ao grego.

Contudo, são incontáveis os que as traduziram do grego para o latim. Isso porque, nos primeiros tempos da fé, qualquer um que tivesse em mãos um códice grego e presumisse possuir certo conhecimento de uma língua e outra atrevia-se a traduzi-lo.

CAPÍTULO 12

Utilidade da diversidade de traduções

17. A diversidade de traduções, contudo, tem sido mais ajuda do que obstáculo à compreensão do texto, isso ao se tratar de leitores não negligentes. De fato, o exame de muitos códices, com freqüência, esclarece certas frases obscuras. Por exemplo, um tradutor do profeta Isaías traz: “Não desprezes os membros de tua casa, nascidos de tua raça” (Is 58,7), enquanto outro diz: “Não desprezes a tua carne”. Os dois confirmam-se mutuamente, um se explicando pelo outro. Porque a palavra “carne” poderá ser tomada no seu sentido próprio e, por aí, cada um se julgará advertido para não desprezar seu corpo. Por outro lado, poder-se-ia tomar a expressão: “os membros de tua casa, nascidos de tua raça” em sentido figurado e, por aí, compreender os cristãos, nascidos espiritualmente conosco, da mesma raça, a do Verbo. Na realidade, se confrontarmos o sentido dos dois tradutores, o pensamento mais provável a nos vir ao espírito será de aí estar um preceito que nos manda não desprezarmos os irmãos de nossa raça, tomado no sentido próprio. Assim, se referirmos as palavras “membros de tua casa, nascidos de tua raça”, à palavra “carne”, serão sobretudo os nossos irmãos de raça que se apresentarão a nosso espírito.

Tal é também, a meu parecer, o sentido destas palavras do Apóstolo: “Pudesse eu de algum modo provocar à emulação os de minha carne, para salvar alguns deles” (Rm 11,14), isto é, para que eles próprios tenham também fé, ao sentir ciúmes dos que crêem. Na verdade, são Paulo chamou os judeus de “sua carne”, por ser do mesmo sangue que eles.

Igualmente, a seguinte frase do mesmo profeta Isaías foi traduzida por um hagiógrafo: “Se não crerdes, não compreendereis” e por outro: “Se não crerdes, não permanecereis” (Is 7,9).[35] Qual dos dois traduziu fielmente? É duvidoso dizer, se não lermos os exemplares do texto original. Contudo, para leitor conhecedor (scienter), uma idéia importante se desprende de uma e de outra tradução. Pois é difícil que os tradutores se diferenciem entre si a ponto de não se aproximarem por alguma semelhança. Assim sendo, já que compreender perfeitamente consiste na visão sempiterna de Deus, e a fé é que nos alimenta como a crianças, com o leite, nesta espécie de berço que são as coisas temporais, reconhecemos que caminhamos agora pela fé e não pela clara visão (2Cor 5,7). Ora, se não caminharmos pela fé, não poderemos chegar à clara visão de que ela não passará, mas que permanecerá eternamente. Só quando a nossa compreensão estiver purificada é que a nossa visão ficará estreitamente unida à verdade. É por isso que um tradutor disse: “Se não crerdes, não compreendereis” e o outro: “Se não crerdes, não permanecereis”.

Erros de tradução

18. O tradutor engana-se também, a maior parte das vezes, pela ambigüidade do texto original. Por não conhecer bem uma expressão, ele a traduz dando-lhe sentido inteiramente estranho ao que foi desejado pelo autor. Por exemplo, certos códices trazem: “Seus pés são afilados para derramar sangue” (Sl 13,3). Em grego oxys significa “afilados” e também “velozes”. Portanto, quem traduziu: “Seus pés são velozes para derramar sangue”, compreendeu o verdadeiro sentido. Quem, pelo contrário, traduziu “afilados”, enganou-se nessa palavra de sentido duplo.

Na verdade, tais traduções não são obscuras, mas falsas, e com elas se há de manter esta outra atitude: não prescrever que tais códigos sejam explicados, mas sim corrigidos.

Eis ainda outro erro tendo a mesma origem. A palavra grega mókos significa novilho. Alguns não compreenderam que mokeúmata significa "plantações" e não "rebanhos". Esse erro invadiu tantos códices, que se encontram poucos onde essa palavra esteja traduzida de outro modo. E contudo, o sentido é claríssimo e o evidencia o contexto. De fato: "As plantações bastardas não lançarão profundas raízes" (Sb 4,3) é mais convenientemente dito do que "rebanhos", que andam com suas patas sobre a terra, mas não lançam raízes. Aliás, a tradução assim feita nesta passagem é confirmada em outros contextos.

CAPÍTULO 13

A relatividade dos erros gramaticais

19. Acontece que não se vê qual seja o sentido de uma mesma passagem quando muitos autores intentam interpretar conforme a própria capacidade e discernimento. Seria preciso cotejar com o próprio original a sentença traduzida por eles, pois muitas vezes, se o tradutor não é muito douto, afasta-se do sentido original do autor. Portanto, para conhecer o sentido exato é preciso recorrer às línguas de onde foi traduzido para o latim. Ou então, consultar as versões dos que se prenderam mais à letra. Não porque essas versões sejam suficientes, mas porque mediante elas descobrir-se-á a verdade ou o erro da versão de outros que, ao traduzir, preferiram seguir o sentido figurado a ater-se à tradução literal.

Muitas vezes, não só se traduzem palavras, mas ainda modismos que de modo algum podem ser traduzidos tais quais, para o latim, caso se queira conservar o costume dos antigos oradores latinos. Tais construções, por vezes, são traduzidas de modo a não ser mudado o sentido, mas ofendem o ouvido dos que se deleitam mais na observação da integridade própria de cada signo. Solecismo é justamente combinar as palavras sem aquela norma com a qual as combinaram os nossos antecessores, quando falavam a nossa língua com autoridade.

Assim, por exemplo, àquele que procura o real conhecimento das coisas, nada interessa que se diga inter homines ou inter hominibus. E o que vem a ser um barbarismo, a não ser o fato de escrever uma palavra com outras palavras ou pronunciá-las de modo diferente do que as escreveram ou pronunciaram os que antes de nós falaram o latim? Quem pede perdão de seus pecados a Deus pouco se preocupa como soa a palavra ignoscere (perdoar), se a penúltima sílaba com e longo, ou e breve.

Portanto, no que consiste a pureza do falar a não ser na observância do costume de outros, confirmado pela autoridade dos antigos que falaram tal língua?

Atitude diante dos erros de linguagem

20. Entretanto, os homens mostram-se tanto mais chocados (sobre esses erros gramaticais) quanto mais são ignorantes. E são tanto mais ignorantes, quanto mais querem parecer instruídos, não quanto à verdadeira ciência das coisas que nos edificam, mas quanto à ciência dos signos com a qual nos é difícil não cair no orgulho, visto que até a ciência da verdade nos faz cair no orgulho, quando não se submete o espírito ao jugo do Senhor.

No fundo, que mal faz para quem a compreende, que esta frase (do livro dos Números 13,20, sobre os exploradores enviados a Canaã) assim esteja redigida: "Que terra é esta onde os que nela se instalam perguntam-se se é boa ou má, e quais as cidades onde habitam?" Essa maneira de exprimir

parece-me antes pertencer a uma língua estranha do que traduzir um pensamento profundo.

Há também uma palavra que não podemos tirar da boca dos cantores: “Super ipsum autem floriet sanctificatio mea” (sobre ela florescerá a minha santidade) (Sl 132,18). Trocar “floriet” por “florebit” (o que seria o certo por ser florere verbo da 2ª conjugação) não altera nada o sentido. Entretanto, um ouvinte instruído preferiria que o termo fosse corrigido e que não se dissesse floriet, mas florebit. Ora, tal correção só tem por obstáculo o costume de falar dos cantores.

Por outro lado, esses erros podem facilmente ser considerados desprezíveis pelos que não querem ser infiéis ao pensamento.

Não sucede o mesmo com aquela passagem do Apóstolo: (1Cor 1,26) (O que é loucura de Deus é mais sábio do que os homens, e o que é fraqueza de Deus é mais forte do que os homens. Se quisessem conservar a construção grega, a atenção do leitor vigilante certamente iria à verdade da idéia. Seria dito: “Quod stultum est Dei sapientius est hominum et quod infirmum est Dei fortius est hominum” (no genitivo plural). Contudo, um espírito mais lento, ou não compreenderia coisa alguma, ou o faria de maneira errada. Porque tal construção não somente é errônea em latim, mas presta-se a equívoco. Parece dar a entender que a loucura e a fraqueza dos homens são mais sábias e fortes do que as de Deus. Ainda que a tradução: sapientius est hominibus não careça de ambigüidade, ela incorre em solecismo. Pois a não ser pela luz que surge da sentença, não se saberia se hominibus é dativo, do singular huic homini, ou se é ablativo, do singular ab hoc homine. Portanto, melhor se diria: “Sapientius est quam homines (no nominativo) et fortius est quam homines”.

CAPÍTULO 14

Palavras e expressões desconhecidas

21. Sobre os signos ambíguos falaremos mais adiante. Tratamos, por enquanto, dos signos desconhecidos, os quais são de duas espécies, quanto às palavras. Com efeito, o que faz vacilar um leitor é uma palavra ou uma expressão ignorada. Se pertencerem a uma língua estrangeira, é preciso indagar sobre o seu significado junto a homens que falam essas línguas, ou então aprendê-las, caso tenham tempo e capacidade para tanto. Resta ainda o recurso de confrontar as versões dos vários tradutores.

Se, porém, as palavras e expressões desconhecidas forem de nossa própria língua, chegaremos facilmente a reconhecê-las pelo hábito de ouvi-las ou lê-las. Essas palavras e expressões devem ser, mais do que quaisquer outras, confiadas com cuidado à memória. Isso, a fim de que nos lembremos delas ao encontrarmos pessoa mais instruída a quem possamos perguntar o seu sentido. Pode ainda ser que, ao lermos algo em que o contexto anterior ou o posterior, ou ambos, manifestem o significado e o valor delas, po-demos facilmente ir percebendo a sua propriedade e o seu significado. Contudo, é tão grande a força do hábito que, ainda ao se tratar de aprender, homens alimentados e educados com as Escrituras ficam mais surpresos diante de fórmulas profanas e consideram-nas menos latinas, do que diante de certas expressões que escutam nas mesmas Escrituras, as quais não se encontram em autores latinos.

Aqui ainda, o que sobretudo ajuda é o exame e o confronto com a grande variedade de traduções.

Entretanto, o primeiro cuidado de quem quer entender a divina Escritura deve ser o de corrigir os códices para que os não emendados cedam o lugar aos emendados.

CAPÍTULO 15

Excelência da versão latina Ítala e da versão grega dos Setenta

22. Entre todas as traduções para o latim, a Ítala há de ser preferida às demais, porque é a mais precisa nas palavras e a mais clara nas sentenças.

E para corrigir qualquer versão latina se há de recorrer às versões gregas, entre as quais, no que toca ao Antigo Testamento, goza de maior autoridade a versão dos Setenta.[36]

Já é tradição nas igrejas mais célebres, que aqueles homens traduziram com assistência especial do Espírito Santo, pois sendo tantos não formaram senão uma única boca. E como dizem e o referem pessoas dignas de crédito, aqueles varões ilustres trabalhavam afastados uns dos outros em celas separadas. E nada se encontrou na tradução de cada um que não estivesse nos mesmos termos e ordem nas traduções dos outros. Quem se atreveria a comparar — já não digo preferir — alguma outra versão a esta de tanta autoridade? E vou mais longe: se eles tivessem posto seu trabalho em comum para chegar à unanimidade de pensamento e expressões, seria conveniente ou necessário que outro intérprete sozinho, qualquer fosse sua habilidade, tentasse reformar o consenso de tantos veneráveis doutores? Portanto, ainda que nos exemplares hebraicos se encontre algo distinto do que os Setenta escreveram, julgo que se deva ceder à ordem divina executada por intermédio deles. Já nessa época, a autoridade divina quis se servir do rei Ptolomeu para dar a conhecer às nações, que haveriam de crer, os livros que o povo judeu lhes recusava, seja por motivo religioso, seja por inveja. Portanto, pode ter acontecido que os Setenta tenham traduzido do modo como o Espírito Santo julgou conveniente para os gentios, e para isso os moveu e fez de todos eles uma só boca.

Entretanto, como já disse anteriormente, tampouco é inútil, por vezes, para esclarecer o sentido, a confrontação com aqueles tradutores que firmemente se apegaram a verter ao pé da letra.

Assim, os códices latinos do Antigo Testamento, como foi dito no início, devem ser corrigidos, se necessário, tomando como modelo os exemplares gregos, e sobretudo a versão que, sendo redigida por setenta varões, como afirmam, fizeram-no com tanta conformidade.[37]

Pelo que se refere aos livros do Novo Testamento, se houver algo duvidoso nas diferentes versões latinas, não há dúvida de que devem ceder aos exemplares gregos e sobretudo aos que se encontram nas igrejas mais doutas e fiéis.

CAPÍTULO 16

Vantagem do conhecimento dos termos hebraicos

23. A respeito dos signos figurados, dissemos que quando alguns termos desconhecidos obrigam o leitor a vacilar, eles devem ser verificados, ou pelo estudo das línguas ou pelo conhecimento da natureza das coisas (cf. II,14,21).

A piscina de Siloé, na qual o Senhor mandou lavar o rosto aquele a quem untara os olhos com o lodo feito com sua saliva, certamente insinua mistério profundo (Jo 9,7). Mas se o evangelista não tivesse interpretado esse termo de uma língua desconhecida (Siloé significa Enviado), tão grande significação teria ficado na sombra.

Igualmente sucede com muitos outros nomes de língua hebraica, que não foram explicados pelos autores dos mesmos livros. Não se deve duvidar de que, se alguém pudesse traduzi-los, seria de grande valor e serviria de ajuda apreciável para serem resolvidos enigmas das Escrituras.

Certo número de excelentes peritos nessa língua hebraica, é verdade, prestou serviço relevante para

a posteridade, destacando da Escritura e traduzindo todas as palavras dessa categoria. Deram-nos assim o significado de Adão, Eva, Abraão, Moisés, e também nomes de lugares como Jerusalém, Sião, Jericó, Sinai, Líbano, Jordão, e de muitos outros termos desconhecidos em nossa língua. Essa tradução e essa explicação esclarecem muitas expressões figuradas nas Escrituras.

C. UTILIDADE DO CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS, ARTES E INSTITUIÇÕES

CAPÍTULO 17

Conhecer a natureza das coisas

24. A ignorância da natureza das coisas dificulta a interpretação das expressões figuradas, quando estas se referem aos animais, pedras, plantas ou outros seres citados freqüentemente nas Escrituras e servindo como objeto de comparações.

Assim, é fato notório que a serpente, para preservar a cabeça, expõe seu corpo todo aos que a espancam. O quanto esse gesto nos esclarece sobre o sentido das palavras do Senhor ao nos mandar ser prudentes como a serpente! (Mt 10,16). Isto é, devemos saber apresentar nosso corpo aos que nos perseguem, de preferência a expor nossa cabeça que é Cristo. Assim, não deixar morrer em nós a fé cristã, renegando a Deus, ao poupar o nosso corpo.

Sabe-se ainda, a propósito da serpente, que por instinto penetra em passagens estreitas da caverna para aí despojar-se da antiga pele e receber forças novas. Quanto essa transformação nos incita a imitar sua astúcia, a nos despojar do homem velho e nos revestir do novo, conforme a palavra do Apóstolo! (Ef 4,22.24; Cl 3,9.10). Despojar-nos assim através da via estreita, conforme a palavra do Senhor: “Entrai pela porta estreita” (Mt 7,13).

Do mesmo modo, como o conhecimento das propriedades da serpente nos esclarece muitas comparações que a Escritura costuma apresentar sobre esse animal, assim também a ignorância das características de outros animais, sobre os quais ela igualmente faz menção, muito embaraça a quem procura entender.

Semelhante embaraço é produzido pela ignorância das pedras, das plantas e de tudo o que se mantém pelas raízes. Por essa razão, até o conhecimento das pedrinhas (carbunculi) que brilham nas trevas esclarece, por sua vez, várias obscuridades dos Livros santos, onde quer que estejam empregadas como figuras. O desconhecimento do berilo ou do diamante igualmente fecha, por vezes, as portas à compreensão.

Ser-nos-á fácil compreender por que o ramo de oliveira, trazido pela pomba em seu regresso à arca (Gn 8,11) simboliza a paz perpétua, ao estudarmos que o contato untuoso do óleo não pode facilmente ser alterado por líquido estranho e que a própria árvore da oliveira está sempre coberta de folhas.

Muitos, por não conhecerem o hissopo, nem a virtude que ele possui de purificar os pulmões pelo fato de se enraizar nas rochas e ser erva miúda e rasteira, são incapazes de compreender por que está dito: “Tu me borrifarás com o hissopo, e serei purificado” (Sl 51,9).

O simbolismo dos números

25. A ignorância dos números também impede compreender quantidade de expressões empregadas nas Escrituras sob forma figurada e simbólica.

Certamente, um espírito bem nascido sente-se levado a se perguntar o significado do fato de Moisés, Elias e o Senhor terem jejuado por quarenta dias (Ex 24,18; 1Rs 19,8; Mt 4,2). Ora, esse acontecimento propõe um problema simbólico que só é resolvido por exame atento desse número. Compreende o número 40 quatro vezes 10 e, por aí, como que envolve o conhecimento de todas as coisas incluídas no tempo. Pois é num ritmo quaternário que prossegue o curso do dia e do ano. Divide-se o dia em espaços horários da manhã, do meio-dia, da tarde e da noite. O ano estende-se nos meses da primavera, do verão, do outono e do inverno. Ora, enquanto vivemos no tempo, devemos nos privar por abstinência e jejum dos prazeres que o tempo nos proporciona. É certo, aliás, que o próprio curso do tempo ensina-nos a menosprezar o tempo e a desejar a eternidade. Por outro lado, o número 10 simboliza o conhecimento do Criador e da criatura, pois 3 designa a Trindade do Criador e 7, a criatura, considerada em sua alma e em seu corpo. Com efeito, na alma, há três movimentos que levam a amar a Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo o espírito (Mt 22,37). E no corpo, estão bem manifestos os quatro elementos que os constituem. Consequentemente, este número denário move-nos à cadência do tempo. Isto é, voltando quatro vezes, adverte-nos para vivermos na castidade e na continência, desapegados dos deleites temporais, e prescreve-nos jejuar quarenta dias.

Eis o que nos explica a Lei personificada em Moisés; eis o que mostra a profecia, representada por Elias; eis o que nos ensina o próprio Senhor. Apoiando-nos no testemunho da Lei e dos Profetas, ele apareceu em plena luz, entre essas duas personagens, sob os olhos dos três discípulos tomados de espanto (Mt 17,2.3).

Em seguida, pode-se perguntar, do mesmo modo, como do número quarenta vem o número cinqüenta, eminentemente sagrado em nossa religião devido a Pentecostes (At 2). E ainda, como esse número cinqüenta multiplicado por três por causa das três épocas: aquela antes da lei, a época sob a lei e a sob a graça; e somando de modo ainda mais eminente a mesma Trindade, refere-se ao mistério da Igreja já purificada, representada nos cento e cinqüenta e três peixes que, depois da Ressurreição do Senhor, são recolhidos nas redes arremessadas à direita (Jo 21,11).[38]

É assim que por vários outros agrupamentos numéricos encontram-se escondidas nos Livros santos certas figuras que, devido à ignorância de muitos, ficam impenetráveis aos leitores.

A música

26. A ignorância de certas noções musicais é, em numerosas passagens das Escrituras, barreira e véu. De fato, estudando a diferença entre o saltério e a citara, um autor explicou engenhosamente certos símbolos. E entre os doutos, não é disputa fora de propósito indagar se há alguma lei musical que obrigue o saltério constar de dez cordas, esse tão grande número de cordas! Ora, na ausência dessa lei, é preciso reconhecer nesse número dez significado mais misterioso, relacionado, seja com os dez preceitos que se referem ao Criador e à criatura, seja com as considerações que expusemos acima, sobre o número denário.

Quanto ao número relatado pelo Evangelho que mede a duração do templo, isto é, o número quarenta e seis (Jo 2,20), há nele não sei que tonalidade musical. Aplicado, porém, em referência à formação do corpo do Senhor, a propósito do qual foi feita a menção ao templo reconstruído, esse número obrigou certos hereges a reconhecerem que o Filho de Deus revestiu não um corpo fictício, mas um corpo real e humano.

Deparamos, assim, a música e os números colocados em lugar de honra em muitas passagens da santa Escritura.

CAPÍTULO 18

A lendária origem das nove Musas

27. Por certo, é preciso não prestar ouvidos aos erros supersticiosos dos pagãos que imaginaram nove musas, como filhas de Júpiter e da Memória. Varrão os refuta — e não sei se pode haver entre os gentios homem algum mais douto e melhor investigador de tais coisas. Afirma ele que uma cidade — não sei qual, pois não recordo o nome — encomendou a três artistas que fizesse, cada qual, três estátuas das musas, para serem postas como oferenda no templo de Apolo. A condição era que o artista criador das estátuas mais formosas seria o preferido e haveriam de as comprar. Ora, acontece que esses artistas apresentaram, todos os três, obras de igual beleza. A cidade resolveu então comprá-las, todas as nove, para fazer dom ao templo de Apolo. E Varrão acrescenta que, mais tarde, o poeta Hesíodo lhes deu um nome. Portanto, não foi Júpiter que gerou as nove musas. Foram três artistas que as modelaram em grupos de três. Essa cidade, aliás, tinha posto em concurso as três estátuas, não porque tivessem sido vistas em sonho, nem por terem aparecido em número de três aos olhos de algum dos moradores, mas porque — e é fácil de ser notado — todo som que constitui a base da música tem, por sua natureza, três modalidades: ou bem é emitido pela voz, como o emitem os que cantam com a garganta, sem instrumento nenhum; ou bem o som é produzido por sopro, como o das trombetas e flautas; ou bem é efeito de uma percussão como nas cítaras, tambores e todo outro instrumento que se torna sonoro ao ser percutido.

CAPÍTULO 19

Onde houver verdade, ela é propriedade de Deus

28. Que seja certo ou não o que Varrão relatou, nós não estamos constrangidos por causa da superstição a renunciar à música, se dela podemos tirar proveito para a compreensão das Escrituras santas. Nem, por outro lado, estamos constrangidos a adotar as vãs e frívolas canções teatrais, quando ao tratarmos de cítaras e de outros instrumentos musicais, eles nos servem para o conhecimento das coisas espirituais. Se assim não fosse, sequer deveríamos aprender as letras, já que pretendem ser Mercúrio o seu inventor. Ou bem, sob o pretexto de que os pagãos dedicaram templos à Justiça e à Virtude, e preferiram adorar nas pedras o que é preciso trazer no coração, deveríamos, por isso, renunciar à Justiça e à Virtude. Bem ao contrário, todo bom e verdadeiro cristão há de saber que a Verdade, em qualquer parte onde se encontre, é propriedade do Senhor.[39] Essa verdade, uma vez conhecida e professada, o fará rejeitar as ficções supersticiosas que se encontram até nos Livros sagrados. O bom cristão deve lamentar e evitar os homens “que tendo conhecido a Deus não o honraram como Deus, nem lhe renderam graças. Pelo contrário, perderam-se em vãos arrazoados e seu coração insensato fixou-se nas trevas. Jactando-se de possuir a sabedoria, tornaram-se tolos e trocaram a glória do Deus incorruptível por imagens do homem corruptível, de aves, quadrúpedes e répteis” (Rm 1,21-23).

CAPÍTULO 20

Duas categorias de ciência entre os pagãos

29. Para melhor explicar a passagem do capítulo anterior, que é de máxima importância, diremos que existem duas categorias de ciência entre os pagãos, cuja ação se tem estendido até os nossos próprios costumes. Uma categoria é das coisas que foram instituídas pelos homens. Outra é das coisas que eles consideram já terem sido instituídas ou que o tenham sido por Deus. O que é de instituição humana, em parte é superstição, em parte não.

CAPÍTULO 21

Instituições supersticiosas

30. A superstição é tudo o que os homens instituíram em vista da fabricação e do culto de ídolos.[40] Compreende duas coisas: de um lado, tudo que tende ao culto de qualquer criatura como se fosse o próprio Deus. Por outro lado, tudo o que leva a consultar e fazer pactos e aliança com os demônios, por meio de sinais combinados e adotados, tais como os encontrados em fórmulas mágicas. Essas alianças, os poetas, de fato, costumam mais evocar do que ensinar. A essa categoria pertencem os livros dos arúspices e agoureiros, cheios de desenfreada vacuidade. A tal categoria pertencem também todos os amuletos e pretensos remédios condenados pela ciência médica e que consistem seja em encantamentos, seja em tatuagens chamadas caracteres; seja na maneira de suspender alguns objetos, de os prender e até de os fazer saltar. Aí estão conjurações destinadas não a aliviar o corpo, mas a produzir certos efeitos ocultos ou manifestos, a que chamam com o nome abrandado de “ações físicas”, para não parecer que estão implicadas com a superstição, mas, ao contrário, que possuem eficácia salutar por sua própria natureza. Pode-se dar, como exemplo, as argolas de ouro presas no alto das orelhas; os anéis de osso de avestruz no dedo mínimo ou o gesto recomendado quando se está com soluço, a saber, segurar com a mão direita o polegar da mão esquerda.

Manifestações supersticiosas

31. A essas práticas há de se acrescentar outras mil da mais vã extravagância. Tais por exemplo: se algum membro do corpo começa a tremer, a reação é contra uma pedra ou um cachorro ou uma criança. Se tropeçam em uma pedra, a amizade será cortada. Chutá-la então! Isso é menos nocivo do que dar uma bofetada na criança inocente que, em sua corrida, jogou-se entre dois amigos que passeavam. Não é mau, entretanto, que tais crianças, às vezes, sejam vingadas pelos cachorros. Isso porque, freqüentemente, certas pessoas são tão supersticiosas que não hesitam em bater também no cachorro que passou entre elas. Não o fazem, porém, impunemente, pois o cachorro apedrejado logo faz quem o atingiu passar do falso remédio ao verdadeiro médico.

Eis ainda outras manifestações supersticiosas: pisar o umbral da casa quando se passa diante da própria residência; voltar para a cama se espirrou ao se calçar; regressar para casa se tropeçou ao sair; sentir tremor, mais pelo pressentimento de um mal futuro (monstrum) do que se aborrecer pelo dano presente ao constatar, por exemplo, que os ratos roeram suas roupas. Daí procede o dito jocoso de Catão que, tendo sido consultado por certo homem que desejava conhecer o significado de terem os

ratos roído suas polainas, responder-lhe: Não é esse um mau augúrio, sê-lo-ia se, ao invés, os ratos tivessem sido roídos pelas polainas.

CAPÍTULO 22

A influência da astrologia

32. Não devemos julgar isentos de ruinosa superstição os que se dizem “genetlíacos”, porque estudam o dia do nascimento, hoje comumente chamados astrólogos. Investigando a posição dos astros no instante do nascimento de cada um, esforçando-se por deduzir disso nossas ações ou os eventos de nossa vida, e passando então a prevê-los, cometem grande erro e proporcionam aos homens, a preço barato, penosa escravidão. Realmente, todo homem livre que vai consultar os tais astrólogos paga-lhes para sair escravo de Marte, Vênus, ou quiçá de todos os astros.

A estes astros, os primeiros que se dedicaram a tal erro e o transmitiram, atribuíram-lhes nomes de animais, por causa de alguma semelhança, ou para honrar certos homens. Assim, não é de se admirar quando em tempos pouco remotos, ou antes, bastante recentes, os romanos intentaram dedicar à glória e ao nome de César o astro a que chamamos de estrela-d’alva. E talvez, tivessem conseguido que essa denominação passasse à posteridade, caso Vênus, sua avó, já não tivesse tomado posse desse nome. Ela, aliás, por nenhum direito poderia transmiti-lo a seus herdeiros, porque não o possuíra em vida, nem pedira possuí-lo. Não sabemos, com efeito, que quando se descobria no céu um astro ainda não consagrado à memória de algum antigo herói, apressavam-se, como era tradição, em lhe dar um nome ilustre? De nossos dias, não denominamos o quinto e o sexto mês, julho e agosto, em honra de Júlio César e Augusto?

Mas é bem fácil compreender que, antes, os astros viajavam no céu sem nome algum e que os homens pretendiam elevar ao céu os que desejavam honorificar, por razões de poder régio ou da própria vaidade.

Mas de qualquer forma que venham a ser designados, permanecem astros criados, ordenados e queridos por Deus, cujo movimento fixo serve para distinguir e determinar o tempo. É simples notar este movimento, no dia do nascimento de cada pessoa, estabelecendo a respectiva relação, segundo as regras que os astrólogos descobriram e transmitiram. Porém, a Escritura reprovou-o dizendo: “Se puderam chegar a tanta ciência para chegar a determinar o tempo, por que não descobriram o Senhor?” (Sb 13,9).

CAPÍTULO 23

Vacuidade dos horóscopos

33. Querer predizer os costumes, atos e eventos, baseando-se sobre esses tipos de observações, é grande erro e desvario. Aliás, pode-se refutar essa superstição aos próprios olhos dos que a assimilaram e a transmitem. O que são, por exemplo, as suas “constelações”a não ser o aspecto e a situação dos astros no momento do nascimento de uma criança, sobre cuja sorte são consultados esses infelizes por outras pessoas ainda mais infelizes? Ocorrerá, por exemplo, que dois gêmeos saiam do ventre materno tão em seguida um do outro, que não se consiga perceber intervalo de tempo para fixar a partir daí, com cálculos, a diversa constelação. Necessariamente, não poucos gêmeos nascem sob a

mesma e idêntica constelação. Ora, as suas ações e os seus eventos na vida são o mais das vezes tão diferentes que um dos gêmeos pode estar vivendo na felicidade ao passo que o outro no infortúnio, como sabemos de Esaú e Jacó. Nasceram gêmeos e quando nasceu o segundo, Jacó, percebeu que segurava com a mãozinha o calcanhar do irmão. Certamente não se podiam fixar para eles dias e horas diferentes, e então sua constelação foi idêntica; mas a Escritura está aí, conhecida em todas as línguas, para atestar como foram diversos os costumes deles, suas ações, suas penas e seus êxitos.

Como explicar o caso dos gêmeos?

34. Não adianta absolutamente a resposta que os astrólogos dariam, isto é, que a fração mínima e imperceptível de tempo, que distingue os dois partes, tem grande poder natural, inclusive por causa da velocidade altíssima dos corpos siderais. Ainda admitindo que ela tenha tanto valor, o astrólogo não conseguiria observá-la nas constelações, e assim vaticinar o futuro. Aquilo que não consegue achar nas constelações — pois encontra apenas uma, que poderá atribuir tanto a Jacó como ao irmão —, que adiantará dizer que está marcado no céu se não pode ser posto na tabela astrológica a ser consultada?

Portanto, inclusive as opiniões que se presumiram deduzíveis de alguns sinais reais são para se computarem no rol dos ajustes e alianças com os demônios.

CAPÍTULO 24

Razão do repúdio dos horóscopos

35. Porque, por oculto desígnio divino, acontece que os homens cúpidos de experiências más venham a ser abandonados ao escárnio e ao ludíbrio, como merece sua vontade: escarnecem deles e os enganam os anjos prevaricadores, aos quais, conforme uma grandiosa ordem das coisas, foi entregue, por leis providenciais, esta parte mais baixa do universo. E pelos seus escárnios e enganos, acontece que neste plano de adivinhações supersticiosas e perniciosas os astrólogos anunciem muitos eventos passados e futuros, os quais se realizam, como eles dizem. São fatos que se desenrolam segundo as observações deles, tornando-os convencidos e levando-os a se entregarem com mais paixão às pesquisas, para se envolverem cada vez mais pelos laços de pernicioso erro. Assim, em vista de nossa salvação, a divina Escritura não silenciou sobre esse tipo de fornicação da alma. Ela não se contentou em afastar a alma dessa infidelidade, mas atacou-a com uma condenação salutar. Não somente nos adverte que fujamos desses atos culpados, como fruto dos professores de mentiras, mas vai até dizer: “Ainda que aconteça o que eles vos anunciaram, não creiais neles” (Dt 13,1-3). A sombra do defunto Samuel só profetizou coisas verdadeiras ao rei Saul (1Sm 28,14-20; Eclo 46,20). Contudo, devem-se execrar as páginas sacrílegas com que a Pitonisa evocou a aparição daquela imagem. E a mulher ventríloqua deu testemunho certo em favor dos apóstolos do Senhor, conforme narram os Atos dos apóstolos. Contudo, lê-se que o apóstolo Paulo não poupou o espírito que nela falava, nem deixou de corrigir e expulsar o demônio, purificando a mulher (At 16,16-18).

Os pactos com o demônio

36. O cristão deve repudiar e fugir completamente das artes dessa superstição malsã e nociva, baseada sobre maléfico acordo entre homens e demônios, que é quase um pacto de amizade na infelicidade e no engano. Disse o Apóstolo: “Não que os ídolos sejam alguma coisa. Mas aquelas vítimas que os gentios imolam, eles as imolam aos demônios e não a Deus. Ora, não quero que entreis em comunhão

com os demônios” (1Cor 10,19.20). O que o Apóstolo diz acerca dos demônios e dos sacrifícios oferecidos em sua honra, isso mesmo se há de pensar acerca dos sinais fictícios que estimulam ao culto dos ídolos ou à adoração a criatura qualquer, como se fosse Deus. Ou ainda, que visam a satisfazer o gosto pelos remédios e outras observâncias ridículas. Essas artes notoriamente não são instituídas para o amor de Deus e do próximo; fundamentam-se no desejo privado dos bens temporais e arruinam assim o coração. Em doutrinas deste gênero, portanto, deve-se temer e evitar a sociedade com os demônios que, juntamente com seu príncipe, o diabo, não buscam outra coisa senão fechar e obstruir a estrada de nosso retorno.

Mas não é somente aos astros criados e dirigidos pelo Senhor que os homens emprestaram essas vãs conjecturas. Tiraram também de diversas operações da natureza e acontecimentos raros permitidos pela divina Providência. Quiseram até em seus escritos submeter a regras infalíveis tais fenômenos extraordinários de que foram testemunhas, como o fato de uma mula ter parido, ou um objeto ou uma pessoa ter sido fulminada por um raio.

CAPÍTULO 25

O valor dos sinais mágicos

37. No fundo, todos esses sinais valem o que a pretensão do espírito do homem combinou com os demônios, ao firmarem certa linguagem comum para se entenderem. Estão todos eles cheios de curiosidade pestilenta, de solicitude angustiante e servidão mortífera. Os sinais não são observados por possuírem em si próprios algum valor mágico, mas porque os homens lhes deram atenção e atribuíram-lhes essa significação, e desse modo eles adquiriram tal valor. Apresentam-se diversamente e às pessoas diferentes, conforme sejam os seus pensamentos e as suas opiniões. É porque os espíritos demoníacos, na intenção de enganar, proporcionam a cada pessoa as coisas conforme suas idéias próprias, e com as quais se vêem presas na rede de suas conjecturas e concessões.

Eis alguns exemplos: a letra X, que se escreve em forma de cruz, tem valor entre os latinos (vale 10), e outro distinto entre os gregos (vale 600). Isso não por sua própria natureza, mas pelo querer e consentimento dos que lhe assinalaram tal significado. Portanto, quem conhece as duas línguas, se quiser dar a entender algo a um grego, não usará a letra X com a mesma significação que a usaria escrevendo a um latino. E também, a palavra beta possui um só som, mas para os gregos é o nome de uma letra, enquanto para os latinos é o de um legume. E do mesmo modo, quando digo lege, uma coisa entende o grego com essas duas sílabas e outra o latino.

Logo, todas essas significações movem os ânimos conforme a convenção dada pela sociedade de cada um. E por ser diversa a convenção, elas motivam diversamente. E note-se que os homens não se movem porque esses sinais tenham valor de significação, mas porque foram eles próprios que lho deram. Na verdade, os sinais não valem senão em razão desse assentimento. Ora, o mesmo acontece com os sinais com os quais se estabelece uma aliança funesta com os demônios. Os signos valem conforme a observância de cada um. Disso se tem prova muito manifesta nos ritos dos agoureiros. Acontece que eles, antes de se curvarem à sua observância, ou depois de os terem observado, não se preocupam mais com eles. Por exemplo, o fato de anotar o vôo dos pássaros ou de ouvir os seus gritos. É que esses sinais são nulos se o consetimento do observador não estiver presente.

CAPÍTULO 26

As instituições humanas

38. Após ter cortado e arrancado do espírito cristão essas superstições, é preciso examinar as instituições humanas não-supersticiosas, isto é, as que não estão estabelecidas em pacto com os demônios, mas com os homens.

Com efeito, todas as instituições que têm algum valor entre os homens, porque eles assim convieram entre si para que o fosse, são instituições humanas, das quais parte são supérfluas e de puro luxo, e parte são úteis e necessárias.

Realmente, as mímicas que os histriões fazem ao dançar não teriam sentido por sua própria natureza, mas o têm pela convenção e consentimento dos homens. Outrora, em Cartago, quando um pantomimo dançava, um apresentador público anunciava o que o dançarino queria exprimir. Muitos anciãos lembram-se ainda desse pormenor e nós os ouvimos contar. E neles devemos crer, porque como isso não se faz mais, só os idosos compreendem o significado dos Restos dos atores. Se alguém entrar no teatro sem estar iniciado nessas farsas, não compreenderá grande coisa da intriga, se não tiver um bom vizinho para lhe dar algumas explicações.

Todos, entretanto, procuram certa semelhança com a realidade na sua maneira de significar, de modo que os próprios signos reproduzam, quanto possível, a coisa significada. Mas como uma coisa pode assemelhar-se a outra de muitas maneiras, tais sinais não podem ter entre os homens sentido determinado, se não lhes for dado consentimento unânime.

As instituições supérfluas e as úteis

39. Quanto às pinturas, às estátuas e outras obras do gênero, sobretudo quando produzidas por hábeis artistas, ninguém se engana ao reconhecer a semelhança com o objeto reproduzido. Contudo, todas essas instituições humanas são supérfluas, a não ser que um interesse se prenda a elas, pela finalidade, pelo motivo, lugar ou tempo ou ainda pela autoridade de quem as mandou fazer.

De igual modo, em relação às mil fábulas falsas e de ficção com cujas mentiras os homens se deleitam, elas também são instituições humanas. Na verdade, nada se há de julgar mais próprio à natureza do homem do que essas falsidades.

Há, por outro lado, instituições estabelecidas entre os homens que são vantajosas e necessárias. Por exemplo, as vestes e os adornos, visando a distinguir os sexos e as dignidades.

Também se contam, entre as instituições válidas, todas as inúmeras categorias de signos expressivos sem os quais a sociedade humana não poderia em absoluto, ou dificilmente, ter relacionamento social. Acrescentemos os signos próprios a cada cidade e povo, em tudo o que se refere a pesos e medidas, e às efígies e o valor das moedas, e ainda a tantas outras convenções desse gênero que se não tivessem sido estabelecidas pelos homens não seriam tão variadas nos diferentes povos e nações e mudadas ao arbítrio de seus chefes.

40. Toda essa parte de instituições humanas que são convenientes para as necessidades da vida, os cristãos não têm razão alguma para evitá-la. Eles devem, bem ao contrário, à medida de suas precisões, dedicar-se a seu cumprimento e aprendê-las de memória.

CAPÍTULO 27

Instituições a serem adotadas ou rejeitadas

40. Algumas dessas instituições, é verdade, têm traços pouco marcados e assemelham-se a instituições naturais. Entre essas, é preciso absolutamente rejeitar e detestar as que têm em vista, como já o dissemos, o comércio com os demônios. Por outro lado, é preciso apropriar-se das instituições que os homens estabeleceram entre si, se não forem supérfluas ou de luxo. É para serem adotados, principalmente, os signos das letras, sem os quais nos é impossível ler. Igualmente, as diversas línguas sobre as quais já falei anteriormente (cf. II,11,16).

A essa categoria pertencem também os signos estenográficos (notae), que valeram aos que os aprenderam o título de estenógrafos (notarii). Todos esses conhecimentos são úteis. É lícito adquiri-los. Eles não implicam superstição, nem levam ao relaxamento pelo luxo. Todavia, sob a condição de que nos entretenham sem trazer obstáculo aos bens superiores, os quais eles devem ajudar-nos a adquirir.

CAPÍTULO 28

Tradições não-instituídas pelos homens

41. As outras coisas que os homens conheceram e publicaram sem as ter inventado, coisas que aconteceram, nos tempos passados ou que foram instituídas por Deus — onde quer que sejam aprendidas — não devem ser consideradas como instituições humanas. Dessas, umas pertencem aos sentidos corporais, outras ao entendimento. As que se percebem pelos sentidos corporais nós as cremos ao nos serem narradas, ou as percebemos ao serem demonstradas, ou as interpretamos ao serem experimentadas.

CAPÍTULO 29

O contributo da história

42. Todos os informes que a ciência chamada história nos oferece sobre o sucedido nos tempos passados nos são de grande ajuda para compreendermos os Livros santos, ainda quando aprendidos fora da Igreja, em vã erudição. Com efeito, procuramos freqüentemente determinar certos acontecimentos por meio das olimpíadas e o nome dos cônsules. Assim, a ignorância do consulado sob o qual o Senhor nasceu e sofreu levou muitos a enganarem-se. Julgaram que o Senhor tinha padecido na idade de quarenta e seis anos, pelo fato de, ao dizer dos judeus, o templo construído nesse espaço de tempo ser a imagem do corpo do Senhor. Ora, nós sabemos muito bem, através da autoridade dos evangelhos, que quando Jesus foi batizado tinha mais ou menos trinta anos (Lc 3,23). Mas em seguida, quantos anos ele viveu neste mundo, só podemos estabelecer pela seqüência de seus atos. Mas para dissipar até a sombra de dúvidas, deduz-se de maneira mais clara e mais precisa comparando a história profana com o evangelho. Aparecerá então que não foi inútil dizer que o templo foi construído em quarenta e seis anos. Isso porque se esse número não pode se referir à idade do Senhor, essa referência existe quanto à disposição secreta de que o Senhor tenha um corpo humano do qual não desdenhou revestir-se por nós. Ele, o Filho único de Deus, por quem todas as coisas foram feitas.

Platão, Pitágoras e os Livros santos

43. Já que falo da utilidade da história — deixando de lado os gregos —, que grande problema resolveu nosso Ambrósio contra os caluniadores do evangelho que liam e admiravam Platão!

Atreviam-se eles a dizer que todas as sentenças de nosso Senhor Jesus Cristo — a quem se viam obrigados a propagar e a admirar —, o Senhor as tinha aprendido nos livros de Platão. É preciso convir com razão, pois não se pode negar que Platão existiu muitos anos antes da vinda humana do Senhor. O ilustre bispo Ambrósio, depois de ter estudado a história das nações, constatou que Platão, contemporâneo de Jeremias, tinha ido ao Egito, no momento em que aí se encontrava o profeta. Daí mostrar, como mais provável, que Platão teria sido instruído em nossas Escrituras por Jeremias, de modo que pôde ensinar e escrever as coisas que com justeza se louvam em seus escritos.

De fato, anterior aos livros do povo hebreu nos quais resplandece o culto de um só Deus, do qual nos veio, segundo a carne, nosso Senhor, não existe ninguém, sequer Pitágoras, de cujos sucessores os gentios afirmam ter Platão aprendido a teologia. Portanto, examinados os tempos, resulta muito mais crível que Platão e Pitágoras tomaram de nossos livros tudo o que de bom e verdadeiro disseram, do que o Senhor Jesus Cristo o ter tomado de Platão. Crer em tal, seria loucura.

A história não é de instituição humana

44. Ainda quando na narração histórica se discorra também acerca das instituições humanas passadas, nem por isso se há de contar a mesma história entre as instituições humanas. Isso porque as coisas que já passaram, e não podem deixar de se ter realizado, devem ser colocadas na ordem dos tempos, dos quais Deus é o criador e o administrador. Uma coisa é a narração dos fatos sucedidos e outra o ensino do que se deve fazer. A história conta fiel e proveitosamente os fatos. Os livros dos arúspices, ao contrário, e todos os escritos semelhantes pretendem ensinar o que se deve fazer ou observar, com a audácia de instruir, não com a boa fé de um guia confiável.

CAPÍTULO 30

Discernimento entre feitiços e propriedades naturais

45. Há uma narração que se assemelha a uma descrição que faz conhecer aos que ignoram, não as coisas passadas mas as presentes. A esse gênero pertence tudo o que já se tem escrito a respeito da situação das regiões, da natureza dos animais, das árvores, das ervas, das pedras e demais corpos materiais. Já tratamos anteriormente desse gênero de conhecimentos, e ensinamos que ele ajuda a resolver as dificuldades das Escrituras. Advertimos que tal conhecimento não fosse usado em pretensos remédios ou instrumentos de superstição. Já distinguimos o emprego supersticioso deste outro a que me refiro agora, que é livre e lícito. Uma coisa é dizer: Se beberes esta erva triturada não terás dores abdominais. E outra coisa diferente é dizer: Se colocares esta erva no pescoço não terás mais dores. No primeiro caso, aprova-se uma propriedade salutar; no segundo, se condena uma significação supersticiosa. Na verdade, ainda que não se apliquem feitiços, invocações e signos mágicos, pode-se muitas vezes duvidar se pelo modo de os remédios serem ligados ou por qualquer outro modo de serem aplicados no corpo para curá-lo, esses recursos aí estão para operar em virtude de sua própria natureza. Se assim fosse, poderiam ser aplicados livremente. Se provierem de uma ligadura supersticiosa, o cristão deve evitar com tanto maior cuidado quanto mais eficaz e proveitoso lhe apresentarem o remédio.

Quando se acha oculta a causa da eficácia, o interessante é verificar-se a intenção com que cada um os emprega. Se é, de fato, somente para tratar da saúde e do bom estado do corpo, seguindo a medicina ou os princípios da agricultura.

A astronomia

46. Quanto à astronomia, não se trata de narração, mas de demonstração. A Escritura, aliás, faz raramente menção dela. Por certo, muitas pessoas conhecem o curso da lua que serve para determinar a celebração solene do aniversário da paixão do Senhor. Mas não se dá o mesmo com os outros astros. Poucas pessoas conhecem, exatamente e sem erro, o despontar ou o declinar deles, ou qualquer outro movimento de seu ciclo. Ora, por si próprio, esse conhecimento, se bem que não implique nenhuma superstição, é de ajuda pequena ou quase nula para o estudo das divinas Escrituras, e antes perturbam pela inútil tensão do espírito. E porque ela entretém estreito relacionamento com o erro muito pernicioso dos astrólogos que proclamam alto os destinos ilusórios (fátua futa), é mais recomendável e honesto tê-la como menos apreciável.

Contudo, além da demonstração das coisas presentes, a astronomia tem certa similitude com a narração das coisas passadas. Isso porque, da posição e do movimento atuais dos astros, pode-se chegar sem vacilação às suas fases precedentes. A astronomia permite também fazer-se conjecturas para o tempo futuro, as quais não são nem fantasistas nem de mau agouro, mas garantidas e exatas. Não devemos, contudo, tentar tirar horóscopos sobre os atos e acontecimentos de nossa vida em tais prognósticos, como fazem os genetlíacos em seus delírios, mas reservar esse estudo para cálculos relativos aos mesmos astros.

De fato, quem calcula o curso da lua está apto a dizer, depois de ter determinado a sua fase hoje, qual fora a de tantos anos atrás e qual será em igual dia daqui a tantos anos. Ora, o mesmo se dá com os peritos que fazem sábios cálculos sobre cada um dos outros astros.

Eis aí o meu ponto de vista em relação ao conjunto dessa ciência, a astronomia, no que se refere a seu emprego.

CAPÍTULO 31

As artes mecânicas

47. Existem também outras artes que têm por meta a fabricação de alguns objetos. Em certos casos, tal objeto subsiste depois do trabalho do artífice. É o caso, por exemplo, de uma casa, um banco, um vaso e de outras muitas coisas semelhantes. Em outros casos, o operador serve de instrumento à ação divina. É o caso da medicina, da agricultura e do governo. Em outros casos, todo o efeito reduz-se à ação do momento, como para a dança, as corridas e a luta. Em todas essas artes, a experiência do passado faz conjecturar também o futuro. Porque nenhum dos artífices move seus membros quando trabalha, sem ligar a lembrança dos atos executados com a expectativa dos atos a vir.

É preciso, portanto, no curso desta vida, tomar o conhecimento dessas artes ligeira e rapidamente, não para as praticar, a menos que algum dever nos obrigue a isso — a esse respeito não trataremos neste momento —, mas para poder apreciá-las e não ignorar por completo o que a Escritura pretende insinuar quando se serve de expressões figuradas tiradas dessas artes.

CAPÍTULO 32

A dialética

48. Resta discorrermos sobre os conhecimentos relativos não aos sentidos do corpo, mas à razão ou

potência intelectiva da alma, entre as quais reina a ciência do raciocínio. A ciência do raciocínio é de muitíssimo valor para penetrar e resolver toda espécie de dificuldades que se apresentam nos Livros santos. Só que se há de evitar o desejo de discussões (libido rixandi) e certa ostentação pueril de enganar o adversário.

Com efeito, há muitos raciocínios chamados sofismas em que se tiram conclusões falsas, tão parecidas com as verdadeiras que, na maioria das vezes, enganam não somente os espíritos lentos, mas também os vivos, por pouco que relaxem a atenção.

Por exemplo, alguém propõe esta proposição a seu interlocutor: “O que eu sou, tu não és”. O outro concorda. Em parte, era verdade, não fosse senão por ser aquele astuto e este ingênuo. Então, o primeiro replica: “Ora, eu sou homem”. E como o segundo concorda, ele completa: “Logo, tu não és homem”.

Esse gênero de conclusões sofísticas, conforme posso julgar, a Escritura detesta como se lê naquela passagem em que está dito: “Aquele que usa de linguagem sofisticada é odioso” (Eclo 37,20).

Pode também ser considerado sofisticado um discurso, ainda que não pretenda enganar, mas que procura as belezas de expressão mais do que a gravidade do pensamento.

Risco das falsas conclusões

49. Do mesmo modo, há conclusões legitimamente deduzidas de um raciocínio, as quais não são em si falsas, mas provindos de um princípio pronunciado erroneamente pelo interlocutor. Entretanto, um homem bom e douto pode refutar a afirmação errônea desse interlocutor, para o fazer envergonhar-se do erro, do qual se seguiram as conclusões falsas e conseguir que ele as rejeite. Porque se ele persiste, fica obrigado a admitir as conseqüências que condena.

Assim, o Apóstolo não concluía nada de verdadeiro ao afirmar: “Se não há ressurreição dos mortos também Cristo não ressuscitou” (1Cor 15,13) e ao acrescentar: “E se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, vazia também é a nossa fé”. Essas asserções e todas as seguintes são absolutamente falsas, porque Cristo ressuscitou, e tampouco são vãs a pregação dos que anunciavam essa ressurreição e a fé dos que nela acreditavam. Entretanto, essas conclusões verdadeiramente falsas se deduziam da relação mantida com a afirmação dos que diziam não existir a ressurreição dos mortos. Elas seriam verdadeiras se os mortos não ressuscitassem. Mas rejeitadas essas conclusões por serem falsas, a conseqüência será que os mortos ressuscitam.

Logo, já que há conexões lógicas não somente entre conclusões verdadeiras, mas também entre as falsas, é fácil aprender esse processo, até nas escolas que estão fora da Igreja. Quanto à verdade das sentenças, é preciso procurá-las nos santos Livros eclesiásticos.

CAPÍTULO 33

Os homens apenas constatam, não criam as verdades

50. A mesma verdade dos raciocínios (veritas counexionum) não foi instituída pelos homens, mas constatada e posta em fórmulas por eles, para poderem aprendê-la ou ensiná-la. A verdade fundamenta-se de modo permanente na razão das coisas e foi estabelecida por Deus.

De fato, o historiador que narra a sucessão cronológica dos acontecimentos não foi quem a estabeleceu. O naturalista que nos faz ver a situação das regiões ou a natureza dos animais, das plantas e das pedras não nos descreve algo feito por ele ou por outros homens. O astrônomo que nos fala sobre

os astros e seus movimentos não nos descreve algo criado por ele ou por homem qualquer. Ora, dá-se o mesmo com quem diz: “Quando o conseqüente é falso, é necessário que o antecedente o seja”. Diz algo muito verdadeiro, mas não foi ele quem assim estabeleceu. Contenta-se em constatar.

É a essa regra que se relaciona o erro que acabamos de mencionar a propósito do apóstolo Paulo. Pois o antecedente é: “Os mortos não ressuscitam”, como diziam aqueles cujo erro Paulo queria destruir. O conseqüente necessariamente era: “Então Cristo, ele também, não ressuscitou”. Ora, esse conseqüente sendo falso, o antecedente: “Os mortos não ressuscitam” será também falso. Eis brevemente todo o raciocínio de Paulo: “Se não há ressurreição dos mortos, o próprio Cristo, não ressuscitou. Ora, Cristo ressuscitou, então os mortos ressuscitam”. Ao suprimir o conseqüente, suprime-se o antecedente. E isso os homens não estabeleceram, mas constataram. Esta regra pertence à verdade do raciocínio, não à verdade mesma das sentenças.

CAPÍTULO 34

Sofismas nos silogismos

51. Nessa passagem referente à ressurreição, a regra do raciocínio está certa e certa também a sentença da conclusão. Contudo, em proposições falsas, a justeza do raciocínio pode seguir a forma seguinte: suponhamos que alguém aceite esta proposição: “Se o caracol é animal, possui voz”. A proposição estando admitida, e a prova sendo feita que o caracol não possui voz, suprime-se o conseqüente. Isso leva à supressão do antecedente e conclui-se: “Logo, o caracol não é animal”. Essa conclusão é falsa, mas decorre logicamente da premissa falsa admitida.

A retidão de um pensamento vale por ele próprio, ao passo que a verdade de um raciocínio depende de quem crê ou do que admite o interlocutor.

É porque, como dissemos acima, uma conclusão falsa é deduzida em um raciocínio justo. Isso serve para alertar do erro a quem queremos corrigir. Que ele se arrependa de ter admitido um antecedente cujo conseqüente deve ser rejeitado, como acabamos de ver.

Portanto, é fácil compreender, por um lado, que de sentenças falsas podem ser tiradas conclusões verdadeiras e, por outro, que de sentenças verdadeiras podem ser tiradas conclusões falsas.

Suponhamos que alguém tenha emitido a seguinte proposição: “Se este homem é justo, ele é bom”. Concedido. Ao que ele prossegue: “Ora, ele não é justo”. E se ainda concedido, ele tira a conclusão: “Logo, ele não é bom”. Por certo, todas essas asserções são justas e contudo a dedução não o é. Isso porque, se a supressão do conseqüente implica necessariamente a supressão do antecedente e, contudo, a supressão do antecedente não implica a supressão do conseqüente.

Assim, temos que é verdade quando dizemos: “Se tal é orador, é homem”. Mas se dessa asserção passamos a esta: “Ora, ele não é orador”, não se segue a conclusão seguinte: “Logo, ele não é homem”.

CAPÍTULO 35

Vantagens do conhecimento da lógica

52. Uma coisa é conhecer as regras do silogismo e outra conhecer a veracidade das sentenças. Pelas primeiras, aprende-se o que é deduzido logicamente, o que é deduzido ilogicamente e o que repugna à

razão. A dedução lógica é esta: “Se ele é orador, é homem”. A dedução ilógica: “Se ele é homem, é orador”. E a dedução que repugna à razão: “Se ele é homem, é quadrúpede”.

Até aqui, julgamos o encadeamento do raciocínio (ou silogismo). Agora, para julgar sobre a veracidade das sentenças é por elas próprias e não por seu encadeamento que é preciso julgar. Contudo, quando sentenças incertas estão ligadas em um justo raciocínio às sentenças verdadeiras e certas, necessariamente elas se tornam também certas.

Ora, há pessoas que se vangloriam de ter aprendido a lógica com retidão, como se ela mesma fosse a verdade das sentenças. Outros, ao contrário, limitando-se muitas vezes só à veracidade das sentenças, queixam-se sem razão de ignorarem as leis do raciocínio. Entretanto, vale mais o homem que sabe que os homens hão de ressuscitar do que o conhecedor dos silogismos como este: “Se o Cristo não ressuscitou” e sua conclusão lógica: “não há ressurreição dos mortos”.

CAPÍTULO 36

O falso e o verdadeiro nas definições

53. A ciência da definição, da divisão e da classificação, ainda que seja empregada muitas vezes para coisas falsas, não é por si falsa; nem foi instituída pelos homens, mas descoberta pela própria razão das coisas. Poetas em suas fábulas, filósofos em suas opiniões errôneas ou até hereges, isto é, falsos cristãos, costumam empregar essa ciência. Mas não é por isso que na definição, divisão ou classificação deixe de entrar o que é próprio de uma questão ou que nela seja omitido o que é essencial. Com efeito, quando definimos o falso em si próprio dizemos: o falso consiste em dar a uma coisa sentido que não é o seu ou sentido bem diferente que não corresponde à própria natureza da coisa. Essa definição é verdadeira, se bem que o falso não o seja.

Podemos também distinguir dizendo: Há duas espécies de falso. Uma corresponde às coisas que absolutamente não podem existir, outra às coisas que não existem, mas entretanto poderia existir. Dizer com efeito: “Sete e três são onze” é dizer uma coisa que nunca poderá ser. Mas dizer: “Choveu nas calendas de janeiro”, quando não choveu, é dizer algo que poderia ter sucedido.

Então, a definição e a divisão de coisas falsas podem ser bem verdadeiras, se bem que as coisas falsas, em si próprias, não o sejam.

CAPÍTULO 37

A eloqüência

54. Existem também certas normas para um discurso mais desenvolvido, chamadas eloqüência. Apesar das normas serem verdadeiras, elas podem persuadir coisas falsas. Mas como graças a essas normas, os homens podem também expor o que é verdadeiro, a culpa não é da arte da palavra, mas a perversidade vem dos que dela se servem mal. Tampouco, foi de instituição dos homens que uma exposição agradável arraste o ouvinte; que uma narração breve e clara insinue facilmente o que intenta; e que a variedade sustente a atenção sem cansaço. Tampouco foram inventados pelos homens preceitos análogos que deixem de ser verdadeiros em si próprios, quer nas causas falsas, quer nas verdadeiras, à medida que fazem crer ou conhecer algo de novo, ou movem os ânimos a desejá-lo ou, ao contrário, evitá-lo. Essas normas são encontradas já existentes desse modo, antes de serem

instituídas para que surjam desse modo.

CAPÍTULO 38

Pouca utilidade das regras da retórica e da dialética

55. Ao aprender a retórica é para se servir dela na expressão do que se entendeu, mais do que para fazer compreender o que se ignora. No entanto, a lógica e a dialética que ensinam as regras das conclusões, definições e classificações são de ajuda poderosa para a compreensão. Isso, porém, sob a condição de afastar o erro pelo qual os homens pensam que ao aprender tais regras já estão de posse da própria verdade, a que conduz à vida eterna. Se bem que aconteça, muitas vezes, que os homens consigam captar mais direta e facilmente aquelas mesmas coisas para as quais aprenderam tais normas do que entenderem essas normas complicadas e fastidiosas. É como se alguém, querendo dar os princípios da marcha, advertisse que não se deve levantar o pé que está atrás, a não ser quando já estivesse pousado o pé dianteiro, e descrevesse em seguida, ponto por ponto, como é preciso mover as articulações dos pés e dos joelhos. Sem dúvida, é certo o que se diz, não se anda de outro modo. Mas os homens andam mais facilmente fazendo esses movimentos do que se dando conta, ao fazê-lo, ou entendendo as regras explicadas. Quanto aos que não podem andar, eles se preocupam menos ainda com esses princípios, os quais não têm possibilidade de aplicar. Assim, um espírito arguto vê freqüentemente mais depressa o erro de uma conclusão do que percebe as regras do raciocínio. Outro espírito mais lento não percebe a falsidade da conclusão, mas, muito menos ainda, as regras a esse respeito.

Em todas essas artes, pois, o espetáculo da verdade deleita-nos mais do que nos ajuda na discussão ou no julgamento. As regras de retórica podem, é verdade, tornar os espíritos mais exercitados, a não ser que não os faça também mais maldosos e orgulhosos, isto é, levados a sentir prazer em enganar com perguntas e questões aparentes, ou a se imaginar possuidores de um bem tão valioso que os torna superiores aos outros homens, bons e inocentes.

CAPÍTULO 39

As regras imutáveis da matemática

56. Quanto à ciência dos números, é evidente — até para todos os espíritos, inclusive os mais lentos — que ela não foi inventada pelos homens, mas apenas procurada e descoberta por eles. Pois com ela não acontece como se deu com a primeira sílaba da palavra Itália, que os antigos pronunciavam breve, mas que se tornou longa pela vontade de Virgílio. Não está no poder de ninguém, a seu bel-prazer, fazer que três vezes três sejam nove; que nove não possa formar um quadrado; que esse número contenha uma vez e meia seis; que não possa ser o duplo de um número inteiro, já que os números ímpares não se dividem por dois.

Seja, pois, que se considerem as leis numéricas em si próprias, seja que se utilizem como leis da geometria ou da música ou de outros movimentos, elas sempre têm regras imutáveis, que não foram de modo algum inventadas pelos homens, mas sim descobertas pela sagacidade de espíritos engenhosos.

Ser sábio é tudo dirigir ao louvor de Deus

57. Eis, a seguir, que acontece com quem ama essas ciências na intenção de se vangloriar diante dos ignorantes, em vez de procurar de onde procede a verdade das idéias, que ele apenas pressentiu nelas, e de onde procede não somente essa verdade mas ainda a imutabilidade de algumas delas, as quais ele chegou a compreender serem imutáveis.

Todo aquele que subindo, assim, do mero aspecto dos corpos à inteligência da mente humana, ao encontrar essa mente mutável — pois por vezes ela é douta e por vezes ignorante — mas que entretanto está posta em lugar sublime, entre a Verdade imutável que se encontra acima dela e as coisas mutáveis que se encontram abaixo, esse alguém — se não dirigir todas essas coisas ao louvor e amor do único Deus, de quem percebeu que procedem todas as coisas — poderá parecer douto, mas de modo algum será sábio.

CAPÍTULO 40

Síntese das recomendações ao intelectual cristão

58. Pelo exposto, parece-me salutar fazer estas recomendações aos jovens estudiosos, inteligentes e tementes a Deus, que procuram a vida bem-aventurada: que não se arrisquem sob o pretexto de tender à vida feliz e que não se dediquem temerariamente a seguir doutrina alguma das que se praticam fora da Igreja de Cristo, mas que as examinem com esmero e diligência. E se encontrarem alguma doutrina de instituição humana, diversificada devido a várias intenções de seus promotores, e ademais pouco conhecidas por causa das opiniões dos que se desviam, e sobretudo se encontrarem essas doutrinas associadas aos demônios por meio de uma espécie de pacto ou convenções fundamentadas em certos signos, eles devem repudiá-las e detestá-las por completo. Que se afastem também do estudo das doutrinas instituídas pelos homens se forem supérfluas ou de puro luxo. Quanto às outras doutrinas estabelecidas pelos homens, que servem para a convivência da sociedade, que não se desinteressem delas, enquanto o exigir a necessidade desta vida.

Em referência às demais ciências que se encontram entre os gentios, fora a história das coisas passadas ou presentes, e pertencentes aos sentidos do corpo, e além disso às ciências que se ajustam às experiências e conjecturas das artes mecânicas úteis, excetuadas também a lógica e a matemática, julgo não terem elas nada de útil.

Em todas essas ciências se há de observar a máxima: “Nada com excesso”, de Terêncio (em Andriana I,1), sobretudo quanto às ciências relacionadas com os sentidos corporais e que se desenvolvem no tempo e ocupam lugar no espaço.

Apologia das nomenclaturas

59. Alguns escritores traduziram separadamente todos os termos e nomes próprios hebraicos, sírios, egípcios e de qualquer língua que puderam encontrar nas Sagradas Escrituras, sem nenhuma interpretação. É o que fez Eusébio na sua História, para resolver as dificuldades que se apresentam nos divinos Livros. Assim o fizeram com a finalidade de que o cristão não se visse obrigado a trabalhar demais em pequenas coisas. Considero que também se poderia fazer tal, em outros campos, caso alguém possuísse as qualidades necessárias para esse empreendimento, em um esforço caritativo em favor dos irmãos. Seria a compilação em um volume, com a explicação ao lado dos nomes ignorados pela maioria, dos animais, ervas, árvores, pedras e metais e de qualquer outra classe e espécie mencionada pela Escritura. Também poderia ser feito o mesmo com os números, para que constasse,

por escrito, os motivos pelos quais estão citados na Escritura. Alguns desses trabalhos, ou quase todos, já se encontram feitos por cristãos bons e doutos. Contudo, seja pela multidão de displicentes, seja de invejosos, estão mantidos em sigilo e têm ficado ignorados.

Poder-se-ia fazer um trabalho semelhante sobre o método da discussão ou dialética? Ignoro-o. Mas tal não me parece possível, porque no correr do texto da Escritura, acham-se os termos entrelaçados à maneira de nervos. Essa arte da dialética, entretanto, é mais útil aos leitores para dissipar e esclarecer as ambigüidades, das quais falaremos mais adiante, de preferência a lhes dar a conhecer os signos a respeito dos quais tratamos presentemente.

CAPÍTULO 41

Pertence aos cristãos tudo o que os pagãos disseram de bom

60. Os que são chamados filósofos, especialmente os platônicos, quando puderam, por vezes, enunciar teses verdadeiras e compatíveis com a nossa fé, é preciso não somente não serem eles temidos nem evitados, mas antes que reivindiquemos essas verdades para nosso uso, como alguém que retoma seus bens a possuidores injustos.[41]

De fato, verificamos que os egípcios não apenas possuíam ídolos e impunham pesados cargos a que o povo hebreu devia abominar e fugir, mas tinham também vasos e ornamentos de ouro e prata, assim como quantidade de vestes. Ora, o povo hebreu, ao deixar o Egito, apropriou-se, sem alarde, dessas riquezas (Ex 3,22), na intenção de dar a elas melhor emprego. E não tratou de fazê-lo por própria autoridade, mas sob a ordem de Deus (Ex 12,35.36). E os egípcios lhe passaram sem contestação esses bens, dos quais faziam mau uso.

Ora, dá-se o mesmo em relação a todas as doutrinas pagãs. Elas possuem, por certo, ficções mentirosas e supersticiosas, pesada carga de trabalhos supérfluos, que cada um de nós, sob a conduta de Cristo, ao deixar a sociedade dos pagãos, deve rejeitar e evitar com horror. Mas eles possuem, igualmente, artes liberais, bastante apropriadas ao uso da verdade e ainda alguns preceitos morais muito úteis. E quanto ao culto do único Deus, encontramos nos pagãos algumas coisas verdadeiras, que são como o ouro e a prata deles. Não foram os pagãos que os fabricaram, mas os extraíram, por assim dizer, de certas minas fornecidas pela Providência divina, as quais se espalham por toda parte e das quais usaram, por vezes, a serviço do demônio. Quando, porém, alguém se separa, pela inteligência, dessa miserável sociedade pagã, tendo-se tornado cristão, deve aproveitar-se dessas verdades, em justo uso, para a pregação do evangelho. Quanto às vestes dos egípcios, isto é, às formas tradicionais estabelecidas pelos homens, mas adaptadas às necessidades de uma sociedade humana, da qual não podemos ser privados nesta vida, será permitido ao cristão tomá-las e guardá-las a fim de convertê-las em uso comum.

Exemplo dos santos Padres da Igreja

61. Aliás, que outra coisa fizeram muitos de nossos bons fiéis? Não vemos sobrecarregado com ouro, prata, vestes tiradas do Egito, Cipriano, esse doutor suavíssimo e beatíssimo mártir? Com que quantidade, Lactâncio? E Victorino, Optato, Hilário, sem citar os que vivem ainda hoje? Com que quantidade, inumeráveis gregos o fizeram? E o que executou, em primeiro lugar, o fidelíssimo servo de Deus, Moisés, instruído com toda a sabedoria dos egípcios? (At 7,22).

O paganismo supersticioso dos gentios, sobretudo no tempo em que, repelindo o jugo de Cristo,

perseguia os cristãos, não teria nunca dado, para que fossem participadas por todos estes homens, as doutrinas úteis que possuíam, se tivesse suposto que iriam se voltar para o culto do único Deus, por quem o culto vão dos ídolos deveria ser destruído.

Os pagãos, porém, deram seu ouro, sua prata, suas vestes ao povo de Deus, ao sair do Egito, porque ignoravam que esses dons passariam ao serviço de Cristo. Esse fato narrado no Êxodo é, sem dúvida alguma, figura que simbolizava, de antemão, o que acabo de dizer, sem que isso impeça, aliás, alguma outra explicação de igual valor ou talvez ainda melhor.

CAPÍTULO 42

Últimos conselhos

62. Desde o instante em que alguém, preparado desse modo ao estudo das divinas Escrituras, começa a perscrutá-las mais a fundo, há de conservar sempre no espírito a recomendação do Apóstolo: “A ciência incha, é a caridade que edifica” (1Cor 8,1), porque sentirá que apesar de ter saído do Egito, se não celebrar a páscoa, não poderá se salvar. Nossa Páscoa é Cristo imolado. E essa imolação de Cristo nos ensina o que ele próprio nos diz em alta voz, como a homens que vê penar no Egito sob o jugo dos faraós: “Vinde a mim todos os que estais cansados sob o peso do vosso fardo e eu vos darei descanso. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração, e encontrareis descanso para as vossas almas, pois o meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mt 11,28-31). E a quem se dirige Cristo, a não ser aos mansos e humildes de coração, aos quais a ciência não incha e a caridade edifica? Que se lembrem pois dos que naquele tempo celebravam a Páscoa, em imagem e sombras. Quando receberam ordem de marcar os umbrais das portas com o sangue do cordeiro, eles foram, por sua vez, marcados com o hissopo (Ex 12,22). Essa erva é suave e humilde, mas entretanto nada existe de mais forte, nem de mais penetrante do que suas raízes. O que significa que devemos estar arraigados e fundados no amor, para assim ter condições para compreender com todos os santos qual é a largura e o comprimento, a altura e a profundidade da cruz de Cristo. Entende-se por largura, a do madeiro transversal onde as mãos estão estendidas. Por comprimento, entende-se o que vai da terra à transversal, onde a partir das mãos o corpo todo está fixado. Por altura, conta-se subindo da transversal até o cume, onde se apóia a cabeça. Por profundidade, a parte que, plantada na terra, está escondida. Neste sinal da cruz, encerra-se todo o programa de ação do cristão: fazer o bem, em Cristo, e ficar unido a ele; com perseverança, esperar os bens celestes e não profanar os sacramentos.

Purificados por essa vida ativa estaremos aptos a conhecer também o amor de Cristo que excede a todo conhecimento, por cujo amor ele é igual ao Pai, ele por quem tudo foi feito, para que “sejamos plenificados com toda a plenitude de Deus” (Ef 3,19).

Possui ainda o hissopo força purificadora que impede o pulmão inchado de inspirar orgulhosamente entumescido pela ciência das riquezas tiradas dos egípcios. Diz o Salmo: “Tu me borrifarás com o hissopo e me tornarei mais branco do que a neve” (Sl 51,9). E acrescenta depois, para mostrar que o hissopo simboliza a purificação do orgulho: “E meus ossos humilhados regozijar-se-ão” (Sl 51,10).

CAPÍTULO 43

A imensa superioridade da Escritura

63. Quanto é pequena a quantidade de ouro, prata e vestes tirada do Egito por esse povo hebreu em comparação com as riquezas que lhe sobrevieram em Jerusalém, e que aparecem sobretudo com o rei Salomão (1Rs 10,14-23), assim é igualmente pequena a ciência — se bem que útil — recolhida nos livros pagãos, em comparação com a ciência contida nas divinas Escrituras. Porque tudo o que um homem tenha aprendido de prejudicial alhures, aí está condenado, e tudo o que aprendeu de bom, aí está ensinado. E quando cada um tiver encontrado tudo o que aprendeu de proveitoso em outros livros, descobrirá muito mais abundantemente aí. E o que é mais, o que não aprendeu em nenhuma outra parte, somente encontrará na admirável superioridade e profundidade destas Escrituras.

Bem munido por essa formação e não estando mais paralisado por signos desconhecidos, o leitor manso e humilde de coração, submisso ao jugo de Cristo, carregado com um fardo leve, fundado, enraizado e edificado na caridade, poderá lançar-se ao exame e à discussão dos signos ambíguos das Escrituras, sobre os quais, no próximo livro, eu me preparo a discorrer, conforme o Senhor se dignar me inspirar.

28. Nos capítulos 1-5, Agostinho aborda o problema dos sinais, do ponto de vista das Escrituras, preparando o terreno para a aplicação da interpretação alegórica. Já em 389, neoconvertido, Agostinho tratara a respeito dos sinais, na obra O mestre (futuro lançamento nesta coleção). Como a palavra tornou-se o melhor veículo para o homem expressar seus pensamentos, Deus recorre às palavras dos profetas para falar ao homem. Assim, a Escritura é o conjunto de sinais emitidos por Deus que se acomoda à nossa linguagem e às nossas figuras literárias. Cf. P. Brown, p. 315.

29. Como numerosos Padres da Igreja, especialmente a partir de Orígenes, influenciados, em particular por Fílon de Alexandria, Agostinho prestigia e exalta o método alegórico na explicação da Sagrada Escritura. A explicação que ele dá do Cântico dos cânticos 4,2, no presente capítulo, é típico da exegese alegórica fantasista, ao gosto da época, mas que ao leitor moderno causa estranheza e embaraço. É preciso ler os três últimos livros das Confissões (Paulus, col. Patrística, pp.327-450) para entender a atração de Agostinho pela interpretação alegórica, especialmente o último livro que é uma meditação sobre os significados alegóricos da criação. As passagens obscuras, os enigmas, Deus os permitiu, segundo Agostinho, como meio pedagógico de sacudir a preguiça intelectual, evitar o fastio da leitura e aguçar o desejo de compreensão do nosso espírito, pois, segundo ele, o que é sempre facilmente acessível torna-se logo banal. Assim, também os espíritos cultos encontram nas Escrituras um livro fecundo em sentidos profundos, suscetíveis de serem descobertos. Cf. mais sobre esta temática em F. Van de Meer, op.cit. II, p. 252.

30. Disposições espirituais para o estudo das Escrituras. Terá necessidade das virtudes do temor de Deus e da piedade, da ciência, da força e do conselho, da pureza e da sabedoria que levam o cristão a aceitar toda a verdade revelada. P. Betiffol salienta que Agostinho interdita contradizer as Escrituras, quer a tenhamos compreendido ou não, porque o que ela enuncia é melhor e mais verdadeiro do que qualquer coisa que possamos pensar por nós mesmos. Ela é a mais alta autoridade que existe, visto que é o próprio Deus que nela se expressa, em: Le catholicisme de saint Augustin, p. 22.

31. Na carta apostólica Augustinum Hipponensem II, 5, de 27.08.86, João Paulo II salienta que santo Agostinho subiu com diligência progressiva os degraus das ascensões interiores, e descreveu o íntegro caminhar delas para todos, em programa amplo e articulado que compreende o movimento do espírito para a contemplação. Os dons do Espírito Santo conduzem o cristão à maior fruição que possa almejar: o gozo da sabedoria de Deus culminando todos os outros dons.

32. O critério da canonicidade estabelecido para os livros da Escritura é: primeiramente os livros recebidos pela unanimidade das igrejas; em seguida, os livros recebidos pela pluralidade das igrejas, incluídas as de sede apostólica (cuja sucessão episcopal remonta a um apóstolo), ou que receberam uma carta apostólica. São os dois indícios que presumem a origem apostólica do cânon das ditas igrejas. Cf. P. Batiffol, op.cit., I, pp. 2324. Assim, Agostinho é uma das mais antigas testemunhas do cânon completo das Escrituras. Diz Adolf Von Arnack: “A opinião de Agostinho fixou regra para o Ocidente todo”, Précis de I histoire des dogmes, p. 152.

33. Nas Retractationes 11,4,2, Agostinho tem dúvidas de que o autor de Sabedoria seja Jesus, filho de Sirac, como afirma aqui e não arrisca indicar seu autor. Na verdade, a Sabedoria é parte dos deuterocanônicos e não pertence ao cânon hebraico. Utilizado pelos Padres desde o século II, foi acolhido como inspirado como os outros livros do cânon hebraico. Sobre a autoria da carta aos Hebreus, críticos agostinianos apuraram que a partir de 409, Agostinho não cita mais essa epístola como sendo de Paulo. Cf. E. Portalié, art. cit., col. 2342.

34. Agostinho traça um vasto programa de estudos para o cristão que se dispõe a aprofundar sua fé e bem compreender as Escrituras: adquirir conhecimento das línguas latina, grega e hebraica, para poder ler ou consultar a Escritura no original, quando a tradução for obscura ou der má interpretação ou divergência com outra tradução, como o ex. de Is 7,9, no cap. seguinte.

35. Esse texto só se encontra na versão dos Setenta. A Vulgata (tradução de são Jerônimo) está mais conforme ao original hebraico, que traz: “Si non credideritis, non permanebitis” — se não crerdes, não permanecereis, ou: não vos mantereis firmes. Agostinho aceitou as duas versões, mas, interpretou a segunda versão pela primeira, juntando uma e outra na unidade superior de um sentido místico. Cf. F. Cayré, La contemplation augustinienne, p. 221.

36. Realizada em Alexandria entre os anos 250 e 130 a.C., foi considerada como obra coletiva de 72 sábios hebreus, seis de cada tribo de Israel, vindos de Jerusalém a pedido de Ptolomeu Filadelfo (285-247 a,C). É preciso distinguir a parte histórica da lendária. Na realidade, como mostra o exame interno, foram muitos os tradutores, em épocas diferentes, até que reunidas as traduções formou-se um Antigo Testamento grego, mais amplo do que o hebraico massorético.

37. Agostinho cria que os Setenta foram inspirados pelo Espírito Santo. Seria, pois, temerário tentar corrigir, pelo recurso ao hebraico, as divergências determinadas pelo Espírito Santo. Pediu a são Jerônimo para rever o Antigo Testamento em latim, pela Setenta. Depois de corrigir alguns livros, Jerônimo abandonou o trabalho e pôs-se a traduzir diretamente do hebraico. Ele não acreditava na inspiração dos Setenta e tentou persuadir e convencer Agostinho de que uma tradução latina, feita diretamente do hebraico, seria sempre preferível a uma tradução latina baseada na versão grega. A disputa entre os dois tornou-se famosa e o futuro deu razão a Jerônimo. Cf. Combès -Farges, op. cit., nota 33, p. 576; G. Bardy, op. cit., p 495.

38. Em algarismos: 50 x 3= 150 + 3= 153.

39. Com esta frase, Agostinho enuncia o princípio que guiara os Padres da Igreja na utilização da ciência e dos saberes profanos: o Verbo foi, desde todo tempo, como o dissera são João, “a luz que ilumina o mundo” dando a todos a razão natural capaz de perceber certas verdades. Esta mesma atitude foi tomada, entre outros, por Orígenes de quem Agostinho reproduzirá uma das principais explicações a esse respeito.

40. Neste e nos capítulos seguintes, Agostinho revela um arsenal de práticas supersticiosas empregadas pelos pagãos para conjurar a sorte, curar desde as dores de cabeça até o soluço. Por sua vez, a astrologia tornara-se a arte da adivinhação pelos astros que se cria exercerem influxo direto sobre os seres humanos, determinando seu nascimento, sucesso, doenças e morte e elaborar horóscopos dos indivíduos. Encontram-se nos escritos dos Padres da Igreja, numerosos ataques à astrologia, ao papel dos demônios nas vidas dos indivíduos, fruto da curiosidade funesta, de inquietude torturante ou de servidão monstruosa das quais virá, como fruto, a morte. Cf. A - G. Hamman, op.cit., pp. 188ss.

41. A doutrina cristã absorveu muitos elementos da filosofia pagã. Mas, como outros Padres o fizeram antes dele, Agostinho adverte para que façamos uma escolha e conservemos somente o que é útil à compreensão das Escrituras e à educação espiritual. Assim, os elementos da cultura pagã devem ser postos a serviço da fé. Ele explica aqui por que o cristão deve aceitar as verdades descobertas pelos pagãos. A razão é que a verdade, em qualquer parte onde se encontrar, pertence ao Senhor”. Sendo assim, os cristãos devem reivindicar deles, como “injustos possuidores”, as coisas verdadeiras que eles expuseram. Cf. M. Luíza Roque, op. cit. p. 98.

LIVRO III

SOBRE AS DIFICULDADES A SEREM DISSIPADAS NAS ESCRITURAS

A. COMO RESOLVER AS AMBIGÜIDADES EM TEXTOS TOMADOS EM SENTIDO PRÓPRIO

CAPÍTULO 1

Breve recapitulação e objetivo do presente livro

1. O homem temente a Deus procura diligentemente a vontade divina nas santas Escrituras. Pacificado pela piedade, que não ame as controvérsias. Munido do conhecimento das línguas, que não se veja embaraçado por palavras e expressões desconhecidas. Provido de certos conhecimentos necessários, que saiba identificar a natureza e as propriedades das coisas quando empregadas a título de comparação. Finalmente, apoiado na exatidão do texto obtido por trabalho consciencioso de correção, que ele, assim preparado, possa dissipar e resolver as ambigüidades das Escrituras.

Para que possa evitar os enganos com os signos ambíguos, procurarei ajudá-lo quanto puder, através destes métodos, que presentemente pretendo indicar. Talvez pareçam pueris a alguns, devido à capacidade superior de sua inteligência ou ao brilho de seu gênio. Contudo, como dizia, se ele estiver em boa disposição, que saiba — quanto puder ser instruído por mim — que toda ambigüidade da Escritura provém seja dos termos tomados em seu sentido próprio, seja de termos tomados em sentido figurado. Sobre essa distinção já falamos no Livro II.

CAPÍTULO 2

O recurso às Regras de fé e à Igreja

2. Quando for o sentido próprio que torna ambígua a Escritura, a primeira coisa a fazer é verificar se não estamos pontuando ou pronunciando mal. Uma vez prestada a devida atenção, se ainda aparece incerto ao estudioso como deve pontuar ou pronunciar, que ele consulte as Regras de fé (Regula fidei) adquiridas em outras passagens mais claras da Escritura. Ou então, que recorra à autoridade da Igreja. Sobre essas Regras já tratamos o suficiente ao falarmos sobre “as coisas” (De rebus), no Livro I.[42]

Mas no caso de dois sentidos, ou todos eles, caso forem muitos, resultarem ambíguos, sem nos afastarmos da fé, resta-nos consultar o contexto anterior, e o seguinte à passagem onde está a ambigüidade. Veremos por aí, entre os diversos sentidos que se oferecem, qual o melhor ou com qual o texto mais se harmoniza.

Ambigüidades devidas à falsa pontuação

3. Consideremos alguns exemplos. Seja o primeiro o de uma pontuação que leva à heresia: In princpio erat Verbum et Verbum erat apud Deum et Deus erat. O ponto final aí colocado muda o sentido da frase. Porque a continuação: Verbum hoc erat in principio apud Deum não leva a reconhecer que o Verbo era Deus. Tal pontuação deve ser rejeitada em virtude da Regra de fé que nos prescreve confessar a igualdade da Trindade. Pontuaremos, portanto, deste modo: Et Deus erat Verbum, acrescentando logo a continuação: hoc erat in principio apud Deum (Jo 1,1).

Ambigüidades por pontuação duvidosa

4. Eis por outro lado, uma ambigüidade devida à pontuação, em que nenhum dos dois fragmentos da frase cortada seja contrário à fé. Assim, para dissipar alguma dúvida, é preciso recorrer ao próprio contexto da sentença. Diz o Apóstolo: “Ignoro o que escolher; porque de ambos os lados vejo-me solicitado: tenho veemente desejo de partir e estar com Cristo, porque isto é em muito o melhor, mas permanecer na carne é necessário para vos” (Et quid eligam ignoro: compellor autem ex duobus, concupiscentiam habens dissolvi, et esse cum Christo; multo enin magis optimum: manere in carne necessarium propter vos) (Fl 1,23-24).

A dúvida é se havemos de entender: “de ambos os lados tenho veemente desejo”, ou: “sou solicitado de ambos os lados”. De maneira que seja acrescentado: “tenho veemente desejo de partir e estar com Cristo”. Mas como são Paulo prossegue dizendo: “porque isso é em muito o melhor”, vê-se claramente que ele diz que tinha veemente desejo desse melhor. De sorte que ao ser atraído por ambos os lados, sentia por um o desejo, e por outro a necessidade: o desejo de estar com Cristo e a necessidade de permanecer na carne. Essa ambigüidade resolve-se com a simples palavra que segue: o “porque” (enim) que se encontra no texto. Os tradutores que suprimiram essa palavra o fizeram levados antes pela idéia de que a sentença mostrasse que o Apóstolo não somente se sentia solicitado por ambos os lados, mas também sentia grande desejo de ambos. A pontuação há de ser a seguinte: “Ignoro o que escolher; vejo-me solicitado de ambos os lados”. E a esse ponto seguir-se: “Tenho desejo de partir e estar com Cristo”. E como se lhe fosse perguntado por que tinha maior desejo disso, diz: “Porque é em muito o melhor”. Mas então por que se vê solicitado pelas duas coisas? Porque a necessidade impõe-se de permanecer na terra, o que ele exprime acrescentando: “Permanecer na carne é necessário para vós”.

Casos de pontuação facultativa

5. Nas passagens onde nem a Regra de fé nem o contexto do discurso podem esclarecer a ambigüidade, não há inconveniente algum pontuar a frase conforme qualquer dos sentidos que se apresentem.

É o caso para esta exortação aos coríntios: “Tendo estas promessas, meus caríssimos, purifiquemo-nos de toda mancha da carne e do espírito, levando ao termo a santificação no temor de Deus. Acolhei-nos. Nós a ninguém temos ofendido” (2Cor 7,1-2). Por certo, não se sabe como ler: “Purifiquemo-nos de toda mancha da carne e do espírito”, concordando com aquela sentença do Apóstolo que disse em outro lugar: “...para ser santo de corpo e de espírito” (1Cor 7,34). Ou então: “Purifiquemo-nos de toda mancha da carne”, e logo iniciando uma nova sentença com outro sentido: “Levando ao termo a santificação do espírito no temor de Deus, acolhei-nos”.

Quanto a tais ambigüidades de pontuação, o leitor tem toda a liberdade de adotar a que julgar melhor.

CAPÍTULO 3

Ambigüidades provenientes da entoação na pronúncia

6. Tudo o que acabo de dizer a respeito das ambigüidades devidas à pontuação pode exatamente ser observado também quanto às ambigüidades devidas à pronúncia. Porque esta, a não ser por excesso de

negligência do leitor, pode ser corrigida pela Regra de fé ou pelo contexto. No caso, porém, de nenhum desses meios aplicados à correção esclarecerem a ambigüidade, a tal ponto que o leitor ainda fique na dúvida, não haverá culpa pelo modo com que for pronunciada a frase. Vejamos um exemplo:

Realmente, se a fé que nos faz crer não nos lembrar que Deus não se levantará como acusador de seus eleitos e nem Cristo os condenará, alguém correria o risco de pronunciar assim a seguinte pergunta: "Quem acusará os eleitos de Deus?" Conforme a tonalidade da voz, a questão parecerá exigir a resposta que segue afirmativa: "Deus que justifica". Assim também com a segunda pergunta: "Quem os condenará?", há risco de ser respondido: "Jesus Cristo que morreu". Ora, crer nisso seria o cúmulo da demência. Será, pois, preciso pronunciar a frase de tal forma que a questão proposta seja seguida de outra interrogação. De fato, ao dizer dos antigos, existe entre uma questão e uma interrogação esta diferença: à questão, percontatio, podem-se dar múltiplas respostas; ao passo que à interrogação, interrogatio, só se pode dar uma resposta: sim ou não. Que seja pronunciada pois do seguinte modo aquela questão: "Quem acusará os escolhidos de Deus?" A resposta deve ser dada em tom interrogativo: "Deus que os justifica?", com a intenção tácita desta resposta: "Não!" Do mesmo modo, após a questão: "Quem os condenará?", perguntar-se-á: "Cristo Jesus que morreu?", ou melhor: "Que ressuscitou? que está à destra do Pai e que intercede por nós?" (Rm 8,33.34), tendo a intenção tácita de ser respondido: "Não!"

Pelo contrário, na passagem onde o Apóstolo diz: "Que diremos, pois? Que os gentios, sem procurar a justiça, alcançaram a justiça!", se a resposta não for afirmativa, a seqüência do texto faltará de coesão (Rm 9,30-31).

No entanto, com qualquer tonalidade de voz com que se pronunciem as palavras de Natanael: "De Nazaré pode porventura sair coisa que seja boa?" (Jo 1,46), seja em tom afirmativo, pondo a interrogação unicamente nas palavras: "De Nazaré?", seja que se pronuncie toda a frase com dúvida, em tom interrogativo, eu não vejo como distinguir, porque nem um nem outro sentido contraria a fé.

Casos de pronúncia duvidosa

7. Podem-se dar também ambigüidades vindas da emissão ambígua das sílabas e, portanto, igualmente referentes à pronúncia.

Por exemplo, acontece nesta frase da Escritura: "Conheces até o fundo do meu ser: não te está escondido o meu osso que fizeste, em segredo" (Sl 139,15). Não está claro se o leitor deve pronunciar a palavra os como sílaba breve ou como sílaba longa. Se ele a pronunciar como breve, é para se entender a palavra como o singular de ossa (de os, ossis, n., o osso). Se a pronunciar como sílaba longa, será o singular de ora (de os, oris, n., a boca). Esse gênero de dificuldade é resolvido pela investigação da língua original. No texto grego não vem stoma, boca, mas está posto: osteon, osso. É assim que, na maioria das vezes, a linguagem corrente vulgar é mais útil para designar os objetos do que um vocabulário literário. Eu preferiria que esse versículo do salmo 138 viesse assim: Non est absconditum a te ossum meum. Cometer-se-ia um barbarismo, mas preferível ao emprego de um termo mais latino mas menos claro.[43]

Por vezes, é certo, a entonação duvidosa de uma sílaba se discerne graças a uma palavra vizinha pertencente ao mesmo período. É o caso destas palavras do Apóstolo: "… eu vos previno, como já vos disse, que os que praticam essas coisas não possuirão o reino de Deus" (Gl 5,21). Se são Paulo se tivesse contentado em dizer: quae praedico vobis, sem acrescentar: sicut praedixi, não poderíamos saber, sem recorrer ao texto original, se no verbo praedico, a sílaba do meio seria breve ou longa (Praedico = eu previno; praedico = eu proclamo). Ora, é claro que é preciso considerá-la breve (eu

previno), porque ele não diz a seguir: sicut praedicavi, mas sicut praedixi.

CAPÍTULO 4

Ambigüidades devidas à maneira de expressão

8. Deverão ser examinadas por este método não somente as ambigüidades já assinaladas, mas também todas as outras que não provêm da pontuação ou da pronúncia.

Vejamos a passagem do Apóstolo aos Tessalonicenses: Propterea consolati sumus, fratres, in vobis (“Por isso, nós somos consolados, irmãos, em vós”) (1Ts 3,7). É duvidoso se é preciso entender a palavra fratres, no vocativo, ou hos fratres, no acusativo. Por certo, nenhum desses sentidos é contrário à fé. Mas sabemos que o grego não possui a mesma ortografia para o vocativo e o acusativo. Por isso, consultado o texto grego, vê-se que fratres é vocativo. E se o tradutor houvesse tido a idéia de colocar: Propterea consolationem habuimus, fratres, in vobis (“Por isso, tivemos o consolo em vos, irmãos”), ele teria sido menos escravo da tradução, mas haveria menos dúvida sobre o sentido. Seria melhor ainda, se ele tivesse acrescentado nostri e fratres. Assim, ninguém duvidaria de que estivesse empregando o vocativo ao ouvir: Propterea consolati sumus fratres nostri, in vobis.

Contudo, não se podem permitir tais mudanças sem perigo. E o que ocorre nesta sentença da carta aos Coríntios: Quotidie morior, per vestram gloriam, fratres, quam habeo in Christo Jesu (“Todos os dias morro, irmãos, por vossa glória, a qual tenho em Jesus Cristo”) (1Cor 15,31). Certo tradutor interpretou deste modo: Quotidie morior, per vestram, juro, gloriam, porque a palavra grega (ne = per) exprime, claramente e sem equívoco, a idéia de juramento.

As palavras tomadas em sentido próprio, difícil e rarissimamente podem encerrar ambigüidades — pelo menos no que se refere aos livros das divinas Escrituras — que não possam ser dissipadas: pelo contexto em que aparecem, pela busca do pensamento, do autor, por confrontação de tradutores ou pelo recurso à língua original (= precedente).

B. COMO RESOLVER AMBIGÜIDADES EM TEXTOS TOMADOS EM SENTIDO FIGURADO

CAPÍTULO 5

Conseqüências de tomar expressões simbólicas ao pé da letra

9. As ambigüidades devidas a termos figurados, sobre as quais pretendo falar agora, exigem cuidado e aplicação pouco comuns. Antes de tudo, é preciso precaver-se de tomar em sentido literal uma expressão figurada. A respeito disso, lembramos a palavra do Apóstolo: “A letra mata e o espírito vivifica” (2Cor 3,6). Entender um termo figurado como se fosse dito em sentido próprio é pensar de modo carnal. Ora, coisa alguma pode ser chamada com mais exatidão de morte da alma do que a submissão da inteligência à carne, segundo a letra, pois é pela inteligência que o homem é superior aos animais. Com efeito, o homem que segue só a letra toma como próprias as expressões metafóricas,

e nem sabe dar a significação verdadeira ao que está escrito com palavras próprias. Por exemplo, quando alguém, ao escutar a palavra “sábado”, não se lembra de outra coisa a não ser de um dos sete dias que continuamente retorna no desenrolar do tempo. Ou, por acaso, ao escutar a palavra “sacrifício”, seu pensamento não for além da oferta tradicional de animais imolados e dos frutos da terra oferecidos.

Na realidade, é para a alma uma escravidão de causar pena, o tomar os signos pelas coisas e se sentir impotente de erguer o olhar da inteligência acima da criação temporal, a fim de enchê-lo da luz eterna.

CAPÍTULO 6

Servidão dos israelitas a signos úteis

10. A servidão que o povo judeu conservou em relação aos signos era muito distinta da que costumavam observar as demais nações. Pois a submissão dos hebreus às coisas temporais não os impedia de glorificar o Deus único, em tudo. E ainda que tomassem os signos das realidades espirituais, ignorando o que esses signos representavam, entretanto, tinham gravado em sua alma que com tal servidão agradavam ao único Deus do universo, ainda que sem o ver. Esse cuidado da observância da Lei era, como disse o Apóstolo, como a de crianças submissos a um pedagogo (Gl 3,24ss). Eis por que os judeus que se apegavam com obstinação a tais signos não puderam suportar o Senhor Jesus que menosprezava esses signos, ao ter chegado o tempo de revelar o sentido deles (Mt 12,2). Daí, as calúnias que os dirigentes do povo levantaram contra ele, por exemplo, sob o pretexto de Jesus curar num dia de sábado (Lc 6,7). Quanto ao povo — apegado a tais signos, que tomava como sendo a própria realidade —, não acreditava que o Senhor Jesus fosse Deus, nem que tivesse sido enviado por Deus, já que se recusava a obedecer às suas observâncias. Em compensação, os que acreditaram, e constituíram a primeira Igreja de Jerusalém, mostraram a grande utilidade trazida pela observância desses signos, que equivalia a estarem sob a autoridade de um pedagogo. É essa a finalidade dos signos: terem sido impostos temporariamente aos servos. Serviu para sujeitar ao culto do único Deus, criador do céu e dá terra, o pensamento dos que observavam a Lei. Sem dúvida, os judeus, por estarem muito próximos das realidades espirituais (se bem que ignorando como compreender espiritualmente suas ofertas e símbolos temporais e carnais), aprenderam a venerar ao Deus eterno. Esses judeus estavam, pois, tão bem dispostos a receber o Espírito Santo, que foram vistos a vender todos os seus bens e depositar aos pés dos Apóstolos para serem distribuídos aos indigentes. Consagraram-se sem reserva a Deus, como novo templo do qual o antigo não era senão a imagem terrestre.

CAPÍTULO 7

Servidão dos gentios a signos inúteis

11. Não está escrito que alguma igreja dos gentios tenha feito a mesma coisa. Isso porque os gentios, tendo tido por deuses as estátuas feitas por mãos dos homens, não se encontravam tão perto da verdade como os judeus. Se, de vez em quando, alguns pagãos pretenderam considerar as suas estátuas apenas como signos, entretanto sempre as destinavam ao culto de alguma criatura. Com efeito, de que

serve, por exemplo, que a estátua de Netuno não seja considerada como deus, mas como sinal do mar todo, e até de todas as águas que brotam das fontes? Assim descreveu nestes termos — se tenho boa memória — um dos poetas pagãos:

"Tu, ó pai Netuno, em cuja cabeça branca
ressoam sob o mar bravio,
de tua barba perene corre sem fim
o vasto oceano, e promanam os rios
de tua cabeleira" (autor desconhecido).

Tal poema não passa de uma bolota sob cuja casca fina chocalham pedrinhas sonantes. Mas bolotas é alimento não dos homens e sim dos porcos. Quem conhece o evangelho entenderá o que digo (Lc 15,16: a parábola do filho pródigo).

Sim, de que me serve que a estátua de Netuno se refira àquele significado a não ser para me fazer passar de um culto idolátrico a outro? Para mim, está tão longe de Deus uma estátua qualquer como todo o mar. Confesso, entretanto, que estão muito mais submergidos no erro os que tomam as obras dos homens como seus deuses, do que os que tomam as obras de Deus como ídolos.

Quanto a nós, é-nos prescrito (Dt 6,5) amar e honrar a um só Deus, criador de todos os seres. São os pagãos que veneram suas estátuas como Deus ou como signos e imagens de deuses.

Se, pois, é servidão carnal tomar um signo instituído utilmente com a finalidade de significar algo em lugar da própria realidade, quanto mais o será tomar sinais de coisas inúteis pela própria realidade. Pois, ainda que os sinais fossem bem identificados com as coisas que significam e o espírito obrigado a prestar-lhes culto, este não deixaria por isso de carregar uma carga servil e carnal, nem escaparia ao véu que encobre a realidade.

CAPÍTULO 8

A libertação dos judeus e a dos gentios

12. A liberdade cristã libertou os liames dos que ela encontrou submetidos a sinais úteis, mas que, por assim dizer, estavam perto da verdade. Ao interpretar esses sinais, essa verdade elevou-os em direção à inteligência dos mistérios que significavam. Tendo-os libertado, foram formadas as igrejas dos fiéis israelitas. Contudo, em relação aos que a liberdade cristã encontrou submetidos a sinais inúteis, ela rejeitou esses sinais e tornou-os sem efeito, não somente o culto servil operado por tais sinais, mas ainda tudo mais de vão que ostentavam. E arrancando as nações pagãs da corrupção devida à multidão de falsos deuses, chamados pela Escritura freqüentemente, e com propriedade, de fornicação, assim procedeu para erguer sua inteligência ao sentido espiritual e levá-los ao culto do único Deus.

Não foi para os submeter no futuro a outros sinais — úteis que fossem — mas antes para exercitar o espírito deles numa compreensão espiritual.

CAPÍTULO 9

Os sinais cristãos

13. Sob a servidão do sinal vive quem faz ou venera uma coisa simbólica sem saber o que ela

significa. Mas quem faz ou venera um signo útil instituído por Deus, cuja virtude e significação entende, não venera o visível e transitório, mas aquele a quem todos esses signos se referem. Ora, tal homem revela-se um ser espiritual e livre, até o do tempo da servidão do Antigo Testamento. Pois nesse tempo ainda não era conveniente ser desvendada a razão desses signos a espíritos carnais, visto que deviam eles estar submetidos a tal jugo. Portanto, espirituais foram os patriarcas e os profetas e todas as personagens do povo de Israel por quem o Espírito Santo concedeu-nos o auxí1io e consolo das Escrituras. Em nosso tempo, quando pela ressurreição de nosso Senhor brilhou claríssimo o signo de nossa libertação, não estamos mais oprimidos pelo pesado encargo de submeter-nos àqueles signos primitivos, porque agora os entendemos. Pois o mesmo Senhor e os ensinamentos dos apóstolos transmitiram-nos não mais uma multidão de sinais, mas um número bem reduzido. São muito fáceis de serem celebrados, de excepcional sublimidade a serem compreendidos, e a serem realizados com grande simplicidade. Tais são: o sacramento do batismo e a celebração do corpo e sangue do Senhor. Quando alguém os recebe, bem instruído, sabe a que se referem e, por conseguinte, venera-os com liberdade espiritual e não com servidão carnal.

Ora, assim como o fato de se apegar materialmente à letra e aceitar os signos, em vez da realidade que significam, denota debilidade servil; do mesmo modo, interpretar vã e inutilmente os símbolos é próprio do erro licencioso. Por certo, quem, sem compreender a significação de um signo, entende contudo que é um sinal, não está sob o jugo da servidão. Vale mais sentir-se sob o jugo de sinais desconhecidos mas úteis, do que interpretá-los inutilmente erguendo a cervizaltiva e caindo nos laços do erro ao pensar ter fugido do jugo da servidão.

CAPÍTULO 10

Reconhecimento das expressões figuradas

14. Ao lado da observação que fizemos de não tomar uma expressão figurada, isto é, metafórica, como expressão de sentido próprio, é preciso acrescentar também a de não tomar uma expressão de sentido próprio como figurada. Logo, a primeira coisa a ser feita é demonstrar o modo de descobrirmos se a expressão é própria ou figurada. Eis, em uma palavra: tudo o que na palavra divina não puder se referir ao sentido próprio, nem à honestidade dos costumes, nem à verdade da fé, está dito que devemos tomar em sentido figurado. A honestidade dos costumes tem por fim o amor de Deus e do próximo; a verdade da fé visa ao conhecimento de Deus e do próximo. Quanto à esperança, cada um a tem diversamente, em sua própria consciência, conforme sente que avança em direção ao amor e ao conhecimento de Deus e do próximo. Todas essas questões já foram tratadas no Livro I.

Relatividade do julgamento humano

15. Mas como o gênero humano propende a julgar os pecados não pela gravidade da própria paixão, mas, ao contrário, pelo costume e uso de seu próprio tempo, sucede, na maioria das vezes, que cada um dentre os homens somente julga condenáveis os atos que as pessoas de seu país e seu tempo tomaram o hábito de reprovar e condenar. Igualmente, só consideram dignos de aprovação e louvor os atos admitidos pelo costume de seus concidadãos. Em conseqüência, quando a Escritura prescreve um ato que repugna ao hábito dos ouvintes, ou condena outro ato que eles admitem, logo os que têm o espírito submisso à autoridade do tempo consideram que haja aí uma locução figurada.

Ora, a Escritura não prescreve nada a não ser a caridade. Nada condena a não ser a concupiscência.

E é por esse meio que ela forma os costumes dos homens.

Igualmente acontece que, quando o espírito já possui preconceitos e opiniões errôneas, qualquer outra opinião afirmada pela Escritura é considerada pelos homens como expressão figurada. Ora, a Escritura só afirma a fé católica em todas as coisas passadas, futuras ou presentes. E todo esse ensino só tem uma finalidade: fortalecer a própria caridade e extinguir a cupidez.

Critério de julgamento: a caridade vencendo a concupiscência

16. Chamo caridade ao movimento da alma cujo fim é a fruição de Deus por ele próprio, e a fruição de si próprio e do próximo por amor de Deus. Chamo, ao contrário, concupiscência ao movimento da alma cujo fim é fruir de si próprio, do próximo e de qualquer objeto sensível, sem referência a Deus. O que a concupiscência desordenada executa para corromper a alma e o corpo chama-se ignomínia. E o que executa para causar dano ao próximo chama-se delito. E aí estão as duas fontes de todos os pecados. Mas a ignomínia é anterior aos delitos, na ordem do tempo. É quando a ignomínia ou vícios debilitam a alma e a reduzem a certo grau de indigência que a alma comete delitos. E comete-os para eliminar os impedimentos que se opõem aos próprios vícios ou para conseguir comparsas em suas satisfações.

De modo semelhante, o que a caridade executa em benefício próprio chama-se utilidade. O que faz pelo bem do próximo chama-se benevolência. Aqui precede a utilidade, porque ninguém pode beneficiar outrem se não possuir algum bem.

Quanto mais for destruído o reino da concupiscência, tanto mais aumentará o da caridade.

CAPÍTULO 11

Primeiro princípio: constatar a destruição da concupiscência

17. Em conseqüência, tudo o que se lê de rigoroso e por assim dizer de duro nas palavras e nas ações postas nas santas Escrituras, por conta de Deus e de seus santos, tem por finalidade destruir da concupiscência. Se o texto for claro, não é preciso relacioná-lo a outra coisa como se estivesse em sentido figurado. Assim, por exemplo, se dá com estas palavras do Apóstolo: “Com tua obstinação e com teu coração impenitente, acumulas ira para o dia da ira e da revelação da justa sentença de Deus que retribuirá a cada um segundo suas obras: a vida eterna para aqueles que pela constância do bem visam à glória, à honra e à incorruptibilidade; a ira e a indignação para os egoístas, rebeldes à verdade e submissos à injustiça. Tribulação e angústia para toda pessoa que pratica o mal, para o judeu em primeiro lugar, mas também para o grego” (Rm 2,5-9). Todas essas palavras são dirigidas aos que perecerão com a sua concupiscência, porque não quiseram vencê-la.

Entretanto, quando o reino da concupiscência é destruído no homem em vez de o dominar, o Apóstolo lhe diz em linguagem bem clara: “Os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne com suas paixões e seus desejos” (Gl 5,24).

Por certo, há nessas passagens alguns termos empregados metaforicamente, como: “a ira de Deus” e “crucificaram a carne”. Mas não são tão numerosas, e pelo modo como estão empregadas não chegam a esconder o sentido, nem a constituir alegoria ou enigma, ao que chamo propriamente de expressão figurada.

Quanto a estas palavras dirigidas a Jeremias: “Vê! Eu te constituo neste dia sobre as nações e sobre os reinos para arrancares e para destruíres, para exterminares e para demolires” (Jr 1,10), sem dúvida alguma, são todas elas inteiramente figuradas e devem ser relacionadas à finalidade que acabamos de

explicar.

CAPÍTULO 12

Segundo princípio: verificar com que intenção é realizada a ação

18. Devem ser tomadas como expressões figuradas as palavras e ações pretensamente consideradas pelos ignorantes como iniqüidades em referência a Deus ou a homens, cuja santidade a própria Escritura nos recomenda. Essas palavras e ações encerram segredos que precisam ser esclarecidos para a preservação da caridade.

De fato, um homem é considerado penitente ou supersticioso quando se serve dos bens passageiros com moderação maior do que a habitual entre as pessoas com quem convive. E, por outro lado, quem se serve desses bens passageiros ultrapassando os limites do habitual das pessoas honestas com quem convive, é considerado viciado, a não ser que esteja a manifestar algo simbólico.

Em todos esses casos, verifica-se que a culpa não está no uso das coisas, e sim na paixão viciosa daquele que delas se serviu. Assim, nenhum homem de juízo pensará de modo algum que a mulher que ungiu os pés do Senhor com o ungüento precioso (Jo 12,3), o tenha feito da maneira como costumavam fazer com os pés dos homens luxuriosos e corrompidos nos banquetes lascivos, coisa de que temos horror. Pois o bom odor é a boa reputação que cada um obtém pelas obras de uma vida santa ao caminhar nos traços de Cristo, derramando, por assim dizer, sobre seus pés o mais precioso dos perfumes.

Assim, um ato que realizado por outras pessoas é na maioria das vezes ignomínia, torna-se na pessoa de Deus ou de um profeta sinal de valor.

Certamente, uma coisa é a união com uma mulher que se entrega à prostituição numa civilização depravada, e outra coisa a pregação do profeta Oséias (1,2). Do mesmo modo, é verdade que se desnudar num banquete de pessoas bêbadas e dissolutas é uma iniqüidade, mas não é por isso que seja ignomínia desnudar-se por ocasião do banho.

Como discernir a intenção

19. É preciso, pois, considerar cuidadosamente o que é conveniente em relação a lugar, tempo, pessoas, para não condenar temerariamente as iniqüidades. Pode acontecer, de fato, que um homem sábio saboreie um manjar de alto preço sem nenhum vício de gula ou voracidade. Ao contrário, um homem insensato pode arder de gula muito forte por um prato dos mais vis. Além do mais, todo homem prudente prefere comer um peixe à maneira do Senhor (Lc 24,43), do que lentilhas à maneira do neto de Abraão (Gn 25,34), ou cevada à maneira dos jumentos. A maioria dos animais, aliás, não é mais temperante do que nós, pelo fato de se nutrirem de alimentos mais simples que os nossos.

Em todas as coisas dessa ordem, na verdade, não é a natureza dos objetos de que nos servimos, mas o motivo que nos leva a usar deles e a maneira com que os desejamos, ocasionará que nossos atos sejam aprováveis ou considerados maus.

Compreender os costumes permitidos no Antigo Testamento

20. Os justos de antigamente imaginavam o reino celeste contemplando o reino terrestre e o anunciavam desse modo. A necessidade de ter posteridade isentava de culpa o costume de um homem

possuir muitas esposas ao mesmo tempo (Gn 16,3; 25,1; 2Sm 5,13). Mas pelo fato de a mulher não ser mais fecunda por ter muitos maridos, não era honesto para ela ter vários maridos. Ao contrário, era torpeza de meretriz prostituir-se por dinheiro ou para ter filhos.

A Escritura não culpa o que nessa ordem de costumes praticavam os justos daquele tempo, aliás sem licenciosidade, ainda que sejam costumes impossíveis de serem praticados agora, sem tendência libidinosa.

Tudo o que de análogo vem narrado na Escritura deve ser tomado não só em sentido próprio ou histórico, mas também em sentido figurado e profético, e há de ser interpretado tendo como finalidade o amor, seja o de Deus e do próximo, seja o de ambos ao mesmo tempo.

Outrora, entre os antigos romanos, trazer uma túnica longa de mangas compridas era coisa considerada infame, ao passo que hoje, entre as pessoas bem nascidas, não trazer tal túnica é uma vergonha. Está aí uma prova de que, em todos os demais usos que fazemos das coisas, se há de procurar evitar a paixão que abusa perversamente dos costumes autorizados no meio em que vivemos e que também muitas vezes exorbitam os limites, fazendo aparecer de modo vergonhoso e manifesto as concupiscências até então comprimidas sob o véu dos costumes adotados.

CAPÍTULO 13

Critério justo para a ação

21. Assim, tudo o que está conforme aos costumes da sociedade em que temos de viver neste mundo, quer por necessidade, quer por aceitarmos livremente tal convívio, que tudo seja regrado por homens de alta virtude em vista da utilidade e do proveito do povo. Que isso se dê diretamente, como convém em nosso caso, ou em figura, como foi permitido aos profetas.

CAPÍTULO 14

Erro dos que pensam não haver justiça subsistente

22. Quando as pessoas, que ignoram costumes diferentes dos seus, lêem certos fatos, julgam-nos torpezas, a não ser que sejam instruídos pela autoridade da Escritura. Essas pessoas não são capazes de tomar consciência que tudo em seu próprio modo de viver (casamento, banquetes, vestuário e qualquer outra maneira humana de se alimentar e se entreter) poderá parecer, aos que viverem em outros tempos, como torpezas.

Certos homens, adormecidos ou, por assim dizer, não inteiramente possuídos pelo sono da estultice, mas sem poderem despertar para a luz da sabedoria, em face da inumerável variedade de costumes, julgaram não poder existir uma justiça subsistente em si própria, mas que para cada nação seus próprios costumes seriam os justos. Ora, como os costumes são diferentes em cada povo e a justiça deve ser invariável, pareceu-lhes evidente não existir justiça por si própria, em parte alguma. Não compreenderam que há uma máxima — para não citar senão uma: “Não faças a outro o que não queres que te façam” (Tb 4,16; Mt 6,12), que não pode variar em absoluto, por muita que seja a variedade das nações.

Todas as ignomínias extinguem-se ao referencial do amor de Deus; todos os delitos desaparecem ao referencial do amor do próximo. Por certo, ninguém quer que sua morada seja deteriorada. Que não

deteriore, pois, a morada de Deus, isto é, a si próprio. E igualmente como ninguém quer que lhe causem dano, que não prejudique aos outros.

CAPÍTULO 15

Terceiro princípio: exaltar o triunfo do reino da caridade

23. Assim, depois de ter sido destruída a tirania da concupiscência, que reine a caridade com as leis justíssimas do amor de Deus por causa de Deus, e do amor de si próprio e do próximo por amor de Deus. Por isso, eis a regra a ser observada nas expressões figuradas: é preciso examinar o que se lê com minuciosa atenção, até que a interpretação seja conduzida a esse fim: o reino da caridade. Mas caso a dita expressão já possuir diretamente esse sentido, não se pense, pois, que aí exista expressão de sentido figurado.

CAPÍTULO 16

Quarto principio: tudo interpretar pelo critério da caridade

24. Se a Escritura apresenta expressão que proíbe seja uma ignomínia, seja um delito; ou, por outro lado, que ordene seja um ato de benevolência ou de utilidade, essa expressão não está em sentido figurado. Se, ao contrário, ela ordenar seja uma ignomínia, seja um delito, ou proibir seja um ato de benevolência, seja de utilidade, essa expressão está em sentido figurado.

“Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vos” (Jo 6,54). Aqui, parece ser ordenada uma ignomínia ou delito. Mas aí se encontra expressão simbólica que nos prescreve comungar da paixão do Senhor e guardar, no mais profundo de nós próprios, doce e salutar lembrança de sua carne crucificada e coberta de chagas por nós.

A Escritura diz: “Se teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer, se tiver sede, dá-lhe água para beber” (Pr 25,21). Tal prescrição, sem nenhuma dúvida, prescreve ato de benevolência. Mas o que segue: “Porque assim amontoarás brasas vivas sobre a sua cabeça” (Pr 25,22; Rm 12,20), parece que ordena ato de malevolência. Não hesites, pois, em dizer que aí está uma fórmula figurada. Poder-se-á, é verdade, dar dupla interpretação: está prescrito, por um lado, de causar dano, e por outro de prestar serviço. Entretanto, vale mais que, por caridade, prefiras a interpretação de benevolência. Desse modo, compreenderás que as brasas vivas são gemidos ardentes da penitência com os quais se cura o orgulho do infeliz, aflito por ter sido inimigo daquele que lhe aliviou a miséria.

De igual modo, quando o Senhor diz: “Quem ama sua alma, perdê-la-á” (Jo 12,25), é preciso não pensar que ele proíbe ato de utilidade — aquele que cada um tem o dever de cumprir e que consiste em preservar sua alma. A expressão “perdê-la-á” foi dita em sentido figurado. Significa que se deve renunciar definitivamente ao uso que se faz atualmente da própria alma, isto é, o uso indevido e maldoso pelo qual ela se inclina para os bens temporais e a impede de buscar os bens eternos.

Foi escrito: “Dá ao misericordioso e não protejas o pecador” (Eclo 12,4). A segunda parte desta frase “não protejas o pecador” parece proibir a benevolência. É para compreender que “pecador” foi posto aí em sentido figurado, em lugar de “pecado”, e portanto está dito para não proteger a falta do pecador.

CAPÍTULO 17

Lembrar que nem a todos se pede a mesma coisa

25. Eis o que acontece muitas vezes: quem se encontra ou pensa se encontrar em um grau superior de vida espiritual julga que os preceitos dados para os graus inferiores foram formulados em sentido figurado. Por exemplo, se alguém abraçou o celibato e se fez eunuco por amor ao reino dos céus (Mt 19,12), pretende ser preciso tomar, não em sentido próprio, mas no figurado, todas as prescrições dadas nos santos Livros sobre a maneira de amar e guiar sua esposa. E se alguém decidiu não casar sua filha e a conservar virgem, esforça-se por interpretar como expressão figurada esta palavra: "Casa a tua filha e terás cumprido uma grande tarefa" (Eclo 7,27).

Acrescentemos, pois, isto às observações que já fizemos sobre a maneira de entender as Escrituras: é preciso saber que certos preceitos são comuns a todos e outros são particulares a classes diferentes de pessoas. Isso para que o remédio da doutrina não se estenda somente ao estado geral de saúde moral, mas também à doença própria de cada membro. Por certo, deve ser curado em seu estado próprio quem não pode ser elevado a estado superior.

CAPÍTULO 18

Ter em conta os costumes da época

26. Há outro perigo a ser evitado: é o de pensar talvez que se possa transferir a nosso tempo atual, para o uso de nossa vida, o que no Antigo Testamento, em razão da condição daqueles tempos, não era nem ignomínia nem delito, ainda que não se tome a expressão em sentido figurado, mas no próprio. Na verdade, ninguém pensará desse modo, a não ser que esteja dominado pela concupiscência e busque nas Escrituras apoio para se justificar.[44] E justamente à Escritura, que foi feita para destruir o mal! E se um desgraçado assim pensar é porque não compreendeu que tais fatos foram postos lá para servir de lição aos homens que possuem um ideal. Estes, sim, vêem salutarmente que os costumes, que eles reprovam, podem ter bom uso, e os que eles abraçam podem ser condenáveis. Sob a condição, todavia, de serem purificados pela caridade aqueles costumes, e estes estarem corrompidos pela paixão.

O problema da poligamia no Antigo Testamento

27. Se é verdade que, em razão das circunstâncias, um homem pode usar na castidade muitas esposas, é verdade também que outro pode usar com sensualidade uma só. Com efeito, eu aprovo mais quem usa a fecundidade de muitas mulheres por outro fim do que o de gozar de uma só, por fins carnais. O primeiro procura uma utilidade apropriada às condições de seu tempo. O segundo satisfaz a sua concupiscência enlaçada em voluptuosidades temporais. Assim, os homens a quem o Apóstolo concede, por tolerância, um comércio carnal, para evitar a fornicação, com sua única esposa (1Cor 7,2), estão num grau mais baixo na ascensão a Deus, do que os homens que, embora tendo diversas esposas, tinham unicamente em vista, em seu relacionamento com elas, a procriação de filhos. Assemelhavam-se por aí com o sábio que, no beber e no comer, tem unicamente em vista a saúde do corpo. É porque, se eles tivessem vivido durante a vinda do Senhor, quando "não era tempo de espalhar pedras, mas tempo de as ajuntar" (Ecl 3,5), eles ter-se-iam logo feito eunucos pelo reino dos céus. Isso porque só há dificuldade na privação quando há concupiscência na posse. Por certo, esses homens sabiam que — inclusive quanto às suas esposas — abusar das relações era luxúria. Testemunho disso é a oração de Tobias, quando se uniu à sua esposa: "Senhor Deus de nossos pais, bendigam-te o céu e a terra, o mar e as fontes, os rios e todas as tuas criaturas que neles se encerram.

Tu fizeste Adão do limo da terra e deste-lhe Eva por auxiliar. Ora, tu sabes, Senhor, que não é por motivo de paixão que eu tomo esta minha irmã por esposa, mas só pelo desejo de ter filhos, pelos quais o teu nome seja bendito pelos séculos dos séculos” (Tb 8,7-9).

CAPÍTULO 19

Os sensuais não acreditam na temperança

28. Os que com desenfreada sensualidade andam de adultério em adultério; ou os que se excedem da medida conveniente para a procriação de filhos nas relações com a própria esposa e acumulam com sem-vergonhice absoluta, de inumana intemperança, num excesso escandaloso de libertinagem servil, tais homens não crêem ser possível que os justos antigos pudessem ser capazes de relacionar-se com temperança com múltiplas mulheres, praticando o sexo conforme o uso do tempo, apenas para a propagação da espécie. E o que os homens viciados não praticam sequer com a sua única esposa, presas que estão pelos laços da sensualidade, eles julgam que tenha sido totalmente impossível ser praticado com muitas mulheres.

Não medir o valor dos outros pelo seu próprio

29a. Essas pessoas poderão também dizer que não convém honrar nem louvar os homens bons e justos, porque eles próprios, quando são honrados e louvados, se enchem de orgulho. E tais elogios os tornam mais ávidos da maior vangloria, quanto mais tanto com freqüência e abundância sopra o vento suave da lisonja. Esse vento os faz ficar tão leves, que a brisa da fama — seja ela próspera ou adversa — precipita-os na voragem das torpezas ou ainda os faz colidir contra a rocha dos delitos. Que eles possam constatar quanto é árduo e difícil não se deixar levar pelo engodo das lisonjas, nem se deixar atravessar pelo dardo das palavras injuriosas!

Em conseqüência, que ninguém meça o valor dos outros pelo seu próprio.

CAPÍTULO 20

Os justos não conheceram a tirania da sensualidade

29b. Esses homens maldizentes devem crer que nossos apóstolos não se encheram de orgulho, quando admirados pelos outros nem ficaram abatidos, quando desprezados por eles. Por certo, nenhuma dessas duas tentações lhes faltou, pois se viam cumulados de elogios pelos crentes e cobertos de ultrajes por seus perseguidores. Assim como eles se serviram dessas provações, conforme as circunstâncias, sem se corromper, do mesmo modo os justos antigos, segundo o uso do tempo, relacionavam-se com as mulheres para a procriação, sem sofrer a tirania da sensualidade, da qual são escravos os que não crêem nessa possibilidade.

30a. É por esse motivo que nada podia reter a ira implacável por seus filhos, quando vinham a saber que esses filhos tinham atentado ou violado alguma de suas mulheres ou concubinas, se acaso tal fato se tivesse produzido.

CAPÍTULO 21

O caso do rei Davi

30b. Contudo, tendo o rei Davi sofrido tal afronta da parte de um de seus filhos (Absalão), ímpio e desnaturado, não somente suportou essa insolência, mas ainda chorou a sua morte (2Sm 19,1). Com efeito, Davi não se sentia preso pelos laços de ciúme carnal. O que o perturbava não eram as injúrias recebidas, mas os pecados do filho. De fato, ele tinha proibido que o matassem no caso de o vencerem, para assim dar ocasião ao insubmisso de se arrepender. Não se tendo realizado, porém, seu desejo, ele chorou o filho, não porque a morte o privara dele, mas porque sabia a que penas seria precipitada sua alma, tão impiamente adúltera e parricida. Isso se comprova porque anteriormente, por outro filho inocente, Davi afligiu-se durante a enfermidade, mas alegrou-se pela morte.
31. Eis um fato que mostra claramente com que moderação e com que temperança os justos antigos usavam de suas esposas. O mesmo rei Davi, levado pelo ardor de sua idade e a prosperidade de sua situação material, arremeteu-se ilegitimamente sobre uma mulher e, além do mais, ordenou que matassem o marido dela. Foi, então, censurado pelo profeta (2Sm 12,1ss), que vindo a ele para o convencer do pecado, lhe pôs sob os olhos um caso análogo. Um pobre possuía apenas uma ovelha, ao passo que seu vizinho possuía grande número delas. E esse rico, tendo recebido a visita de um hóspede, ofereceu-lhe à refeição a única ovelha de seu pobre vizinho, em vez de uma das suas. Davi, indignado contra tal homem, ordenou que o matassem e que dessem ao pobre quatro novas ovelhas. Ora, ele pronunciou por aí sua própria condenação, sem o saber — ele que tinha pecado sabendo o que fazia. E quando sua culpabilidade foi-lhe manifestada e que o castigo divino lhe foi anunciado, reparou seu pecado pela penitência. Cumpre notar que, nesta parábola, unicamente é referido o adultério pela ovelha roubada do vizinho pobre. Mas a morte do marido da mulher não é referida, isto é, o homicídio do pobre possuidor da única ovelha; sem dúvida, por falta de analogia. Davi não é interrogado sobre isso. A sentença de sua condenação só nomeia o adultério. Compreende-se, pois, quão grande fora sua temperança na posse de múltiplas mulheres, pelo fato que ele se obriga a punir-se a si próprio pelo excesso cometido contra uma só. Portanto, nesse homem a paixão imoderada não era habitual, mas passageira. Por isso, o profeta chama a essa paixão ilícita de “hóspede”. Eu não disse, com efeito, que o rico tinha servido a seu rei a ovelha do vizinho, mas que a tinha servido a um hóspede (2Sm 12,4).

Bem ao contrário, com Salomão, o filho de Davi, essa paixão foi senhora soberana. A Escritura não se cala a respeito disso, pois o culpa de excessivo amor pelas mulheres (1Rs 11,1). Assim, depois de ter conseguido a sabedoria pelo amor espiritual, perdeu-a pelo amor carnal.

CAPÍTULO 22

Quinto princípio: não imitar atualmente os costumes do Antigo Testamento

32. Logo, ainda que quase todos os feitos relatados no Antigo Testamento possam ser entendidos não em sentido próprio unicamente, mas também no figurado, se o leitor os tiver tomado no sentido literal — pois os que praticaram tais feitos são louvados, não obstante serem estes incompatíveis com os costumes dos homens de bem, desde a vinda do Senhor, pelos fiéis aos preceitos divinos —, que esse leitor recorra ao sentido figurado para os compreender melhor. Não imite, entretanto, na prática esses costumes. Porque há muitos desses feitos que, naquela época, foram cumpridos por dever, mas agora não podem ser praticados senão por paixão.

CAPÍTULO 23

Sexto princípio: desculpar com humildade as faltas dos antigos

33. Se acontecer de o leitor ler alguns pecados cometidos por grandes homens, pode, é certo, notar e descobrir aí uma figura dos acontecimentos futuros. Todavia, que ele retire do caráter particular do ato cometido a seguinte lição: de modo algum, ter a ousadia de se vangloriar de suas boas ações, nem, graças à sua própria retidão, condenar os outros como pecadores, vendo tão excelsos varões envoltos em tempestades que devem ser evitadas, ou em naufrágios inteiramente lamentáveis. Aliás, os pecados deles não foram relatados a não ser para tornar temido, em toda parte, este pensamento do Apóstolo: “Assim pois, aquele que julga estar em pé, tome cuidado para não cair” (1Cor 10,12). Quase não há página alguma nos santos Livros onde não ressoe esta palavra: “O Senhor resiste aos soberbos, mas dá sua graça aos humildes”.

CAPÍTULO 24

Princípio geral: discernir se a expressão é própria ou figurada

34a. Portanto, o que mais nos interessa é investigar se a expressão que se deseja entender está em sentido próprio ou em sentido figurado. Quando se descobre que ela é figurada, torna-se fácil, graças às regras que expressamos no Livro I, ao tratar das coisas (De rebus), considerá-las por todos os lados até chegar a seu verdadeiro sentido. Isso será facilitado, quando, ao emprego de tais regras, o exercício da piedade vier dar maior força. Em conclusão, conheceremos se uma expressão é própria ou figurada observando as regras anteriormente expostas.

CAPÍTULO 25

A mesma palavra pode ter vários significados

34b. Uma vez feita a descoberta, se uma expressão é ou não de sentido figurado, verificar-se-ão as palavras que a constituem: se foram tiradas de coisas possuidoras de sentido análogo, ou se relacionadas por sentido próximo.

35. Mas como as coisas podem se assemelhar de diversos modos, não julguemos que seja lei absoluta que um termo figurado signifique em toda parte o que, por analogia, significa em determinada passagem. Por exemplo, o Senhor emprega a palavra “fermento” no sentido de censura, ao dizer: “Acautelai-vos do fermento dos fariseus” (Mt 16,11), e no sentido de louvor ao dizer: “O Reino dos céus é semelhante ao fermento que uma mulher tomou e escondeu em três medidas de farinha até que tudo ficasse fermentado” (Lc 13,20-21).[45]

CAPÍTULO 26

Distinguir os vários sentidos de termos idênticos

36. Essa variedade de sentidos, ao ser observada, apresenta-se sob duas formas: cada coisa pode significar algo diferente, de modo contrário, ou apenas de modo diverso. Por exemplo, é contrário, quando um só objeto é tomado analogicamente, ora para o bem, ora para o mal. É o caso do fermento de que acabamos de falar. Igualmente acontece com a palavra "leão", que designa Cristo na passagem em que está dito: "Eis que o leão da tribo de Judá venceu" (Ap 6,5), e designa o demônio na passagem: "Eis que o vosso adversário, o diabo, vos rodeia como um leão a rugir, procurando quem devorar" (1Pd 5,8). Do mesmo modo, a palavra "serpente" acha-se também em bom sentido em: "Sede prudentes como as serpentes" (Mt 10,16), e em mau sentido em: "A serpente seduziu Eva por sua astúcia" (2Cor 11,3). O pão é tomado em bom sentido em: "Eu sou o pão vivo descido do céu" (Jo 6,51), e em mau sentido em: "O pão tomado às escondidas é mais gostoso" (Pr 9,17). E assim em muitos outros lugares. Todas essas passagens citadas não têm nenhum significado duvidoso, pois dadas como exemplo não podem senão ser evidentes.

Há termos, porém, em que é incerto qual o sentido a ser tomado. É o caso deste versículo: "Na mão do Senhor há um cálice que contém vinho puro cheio de (amarga mistura)" (Sl 75,9). Não se sabe, com efeito, se esse cálice designa a cólera de Deus indo até às escórias, ou se designa antes graça das Escrituras, passando dos judeus aos gentios, porque está dito a seguir: "Ele o inclina de um lado para o outro", pelo fato de que os judeus, em razão de sua teimosia em praticar carnalmente suas observâncias, "as escórias não se esgotaram" (Sl 75,9).

Há, por outro lado, textos em que a mesma coisa não está empregada em sentido contrário, mas apenas em sentido diverso. Eis um exemplo: A água significa de um lado o povo, como lemos no Apocalipse (Ap 17,15 e 19,6), e por outro lado o Espírito Santo, como vemos nesta passagem: "De seu seio jorrarão rios de água viva" (Jo 7,38). O termo "água", aliás, significa ora uma coisa ora outra, conforme a passagem onde estiver empregado.

37a. Há também outros termos que é preciso não ser considerados isoladamente e que comportam cada um não somente duas significações diferentes, mas por vezes grande número delas, conforme o lugar que ocupam na frase.

Elucidar as passagens obscuras pelas claras

37b. Nas passagens mais claras se há de aprender o modo de entender as obscuras. Não se saberia, com efeito, entender melhor esta passagem dita a Deus: "Toma as tuas armas e o teu escudo, e levanta-te em meu socorro" (Sl 35,2) do que pela leitura deste outro versículo: "Senhor, tu nos envolveste com a tua misericórdia, como com um escudo" (Sl 5,13). Contudo, cada vez que lemos esse termo "escudo", empregado para designar uma arma de proteção, não é para entender como se designasse unicamente a boa vontade de Deus. Porque também foi dito: "… Empunhando sempre o escudo da fé, com o qual podereis extinguir os dardos inflamados do maligno" (Ef 6,16). Aliás, não devemos, por causa disso, nas armas espirituais dessa espécie, atribuir a fé exclusivamente ao escudo, porque em outro lugar fala-se também da "couraça" da fé: "Nós, revestidos da couraça da fé e da caridade" (1Ts 5,8).

CAPÍTULO 27

Pluralidade de sentidos literais na Escritura

38. Quando das mesmas palavras da Escritura são tirados não somente um, mas dois ou vários sentidos — ainda que não se descubra qual foi o sentido que o autor tenha em vista — não há perigo em adotar qualquer deles. Sob a condição, porém, de poder mostrar, através de outras passagens das santas Escrituras, que tal sentido combina com a verdade.

Todavia, quem escruta os divinos oráculos (divina eloquia) deve esforçar-se por chegar ao pensamento do autor, por cujo intermédio o Espírito Santo redigiu a Escritura. Quer ele consiga isso, quer tire daquelas palavras um sentido diferente, mas não incompatível com a pureza da fé, que ele tenha como testemunha qualquer outra passagem dos divinos oráculos.

Pode bem ser, aliás, que o autor das palavras que pretendemos esclarecer tenha tido o mesmo pensamento que nós encontramos. Por certo, o Espirito Santo, do qual o autor é instrumento, previu que esse pensamento se apresentaria, por se achar fundado na mesma verdade. De fato, poderia haver prova maior e mais rica da Providência divina do que fazer com que as mesmas palavras sejam entendidas de modo distinto? Modos esses confirmados por outras passagens não menos divinas, num testemunho concorde da Escritura.

CAPÍTULO 28

Basear-se sempre em outras passagens da Escritura

39. Quando se chega a um sentido, cuja certeza não pode ser apoiada por outras passagens seguras das santas Escrituras, resta-nos esclarecê-la por provas racionais, ainda que o autor, cujas palavras procuramos compreender, talvez não tivera essa intenção em seu pensamento. Mas essa prática é perigosa. Com efeito, caminha-se com muito mais segurança ao seguir as divinas Escrituras. Quando elas estão obscurecidas por expressões metafóricas, que intentamos escrutar, é preciso ou fazer uma interpretação que não leve à controvérsia ou bem, se ela se prestar a isso, limitar a explicação a testemunhos reconhecidos e provados, tirados de outras passagens da mesma Escritura.

CAPÍTULO 29

Necessidade do conhecimento dos tropos ou figuras de pensamento

40. Sabem os literatos que nossos autores usaram de todos os modos de expressão chamados pelos gramáticos com a palavra grega “tropos”. Eles os empregaram com maior freqüência do que podem pensar ou crer os que não conhecem as obras literárias, mas que os aprenderam de outra maneira. Contudo, os que estudaram os tropos encontram-nos nos Livros santos e esse conhecimento lhes é de bastante utilidade para o seu entendimento. Mas não me convém, agora, ensiná-los aos ignorantes, para não parecer que estou a lhes ensinar a gramática. Aconselho que aprendam em outro lugar, como já adverti anteriormente no Livro II, quando dissertei sobre a necessidade do conhecimento das línguas. Pois as letras das quais a gramática tirou seu nome — já que os gregos as chamam gramata — são signos escritos dos sons que fazemos com a voz articulada ao falar. Ora, encontram-se nos Livros santos não somente exemplos desses tropos, como de todas as outras coisas, como ainda o nome declarado de alguns deles, tais como: alegoria, enigma, parábola.

Ademais, quase todos esses tropos, que se pretende aprender nos estudos liberais, encontram-se até na linguagem comum dos que nunca estudaram com os retóricos e contentam-se em falar a linguagem vulgar. De fato, quem não diz: “Assim floresças!”? Aí está um tropo chamado metáfora. Quem não diz “piscina”, ainda que a propósito de um reservatório que não possua peixes, nem tenha sido feito para isso, e que contudo tira seu nome de piscis (peixe)? Esse tropo é chamado catacrese.

Outros tropos: a ironia e a antífrase

41. Seria muito longo prosseguir desta maneira no exame de outros tropos. A linguagem popular chega até a usar as figuras de pensamento mais curiosas, quando fazem entender o contrário do que foi dito. Tais são os tropos chamados ironia e antífrase. A ironia indica, pelo tom de voz, o oposto do que se quer fazer entender. Dizemos, por exemplo, a um homem que agiu mal: “Que belo feito!” A antífrase, ao contrário, não recorre ao tom da voz para fazer entender o inverso. Ou ela emprega termos próprios cuja etimologia é de significação oposta; por exemplo, denomina um bosque sagrado: lucus (de lucere, luzir) por caracer de luz. Ou bem, diz sim, ao dizer não. Assim, também, ao pedirmos um objeto onde não existe nenhum da espécie, respondem-nos: Abundat! (Há em abundância!). Ou finalmente, ao afirmar palavras, fazemos com que se entenda o contrário do que dissemos. Por exemplo: Cuidado com esse homem, é dos bons!

E qual é o ignorante que não fale assim, ainda que ignore em absoluto o que sejam os tropos e como são denominados? O reconhecimento deles é necessário para resolver as ambigüidades da Escritura. Isso porque se — ao tomar as palavras no sentido próprio — o sentido tornar-se absurdo, se deve investigar se acaso o que não entendemos não foi expresso sob a forma de tal ou tal tropo. Por esse meio foram esclarecidas muitas passagens que eram obscuras.

C. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REGRAS DE TICÔNIO

CAPÍTULO 30

O autor Ticônio e seu livro “As Regras”

42. Certo Ticônio, que escreveu infatigavelmente contra os donatistas, apesar de ser ele próprio donatista — e nisso se manifesta sua estranha cegueira por não querer separar-se por completo deles —, compôs um livro intitulado As regras. Aí formulou sete regras feitas para abrir, como com chaves, as passagens secretas das divinas Escrituras.[46]

A primeira regra denomina-se: “O Senhor e seu Corpo”. A segunda: “O Corpo do Senhor considerado em suas duas partes”. A terceira: “As promessas e a Lei”. A quarta: “O gênero e a espécie”. A quinta: “Os tempos”. A sexta: “A recapitulação”. A sétima: “O demônio e seu corpo”.

Essas regras, tais como aí estão expostas, ajudam certamente a penetrar as obscuridades dos divinos oráculos. Entretanto, nem tudo o que se encontra na Escritura sob forma de difícil compreensão pode ser descoberto graças a elas. É preciso recorrer a muitos outros meios que Ticônio não englobou em suas sete regras. A tal ponto que ele próprio explicou diversas obscuridades, sem recorrer a nenhuma delas, porque na circunstância elas se revelaram inúteis. Acontece, às vezes, que nem o assunto nem a

questão oferecem alguma relação com elas. É assim que no Apocalipse de são João (1,20), Ticônio pergunta-se como é preciso entender a respeito dos sete anjos das Igrejas aos quais o Apóstolo recebe a ordem de escrever. Faz, então, múltiplos raciocínios e chega à conclusão de que por esses anjos devemos entender as Igrejas. Ora, na sua extensa dissertação, não há apelo algum às suas regras. E, contudo, a questão tratada ali é obscuríssima. Limito-me a esse exemplo. Seria muito longo e laborioso recolher nas Escrituras canônicas todas as passagens cuja obscuridade é grande demais para que se possa recorrer a essas sete regras de Ticônio.

Crítica geral da obra

43. Ticônio, no entanto, ao recomendar suas regras tais como são, atribui a elas valor tão grande a ponto de afirmar que quem as compreendesse, e habilmente aplicasse, não deveria mais encontrar obscuridades na Lei, isto é, nos Livros divinos. Eis como ele começa o seu livro: “Nada me pareceu mais necessário do que apresentar, por assim dizer, chaves e luminares para descobrir os segredos da Lei. Com efeito, há regras misteriosas que permitem escrutar todos os membros da Lei e tornar visíveis, aos que não os podem descobrir, os tesouros da verdade. Se o método dessas regras for recebido com a mesma simplicidade com que as estamos comunicando, tudo o que está fechado abrir-se-á, e tudo o que é obscuro esclarecer-se-á. Desse modo, quem quer que caminhe pela imensa floresta das profecias será conduzido por estas regras por sendas cheias de luz e livres de erro”.

Se Ticônio houvesse dito: “Há regras misteriosas que permitem escrutar alguns meandros da Lei”, ou pelo menos: “os meandros mais importantes” em vez de dizer: “todos”; se ele não houvesse dito: “tudo o que está fechado, abrir-se-á”, mas “muito do que está fechado abrir-se-á”, ele teria dito a verdade e, por aí, não daria a sua obra, tão elaborada e útil, importância maior do que possui. Não teria induzido a falsa esperança o leitor e conhecedor de sua obra.

Julguei ser bom fazer essa observação para convidar, por um lado, os estudiosos a lerem esse livro, porque ajuda muitíssimo a compreender as Escrituras. Também, por outro lado, para adverti-los a não esperarem utilidade maior do que a oferecida. Em todo caso, é preciso ler com precaução não somente devido a certos pontos em que ele se enganou enquanto homem, mas sobretudo devido a certas idéias que emitiu, como donatista herético.

A seguir, exporei brevemente os ensinamentos e conselhos dados nessas sete regras.

CAPÍTULO 31

Primeira regra: “O Senhor e seu Corpo”

44. A primeira regra trata sobre “O Senhor e seu Corpo”. Sabemos por ela que algumas vezes é dito: “Cabeça” e “Corpo”, isto é, Cristo e a Igreja, como uma só pessoa. (Com efeito, não em vão foi dito aos fiéis: “Vós sois descendência de Abraão” [Gl 3,29], se bem que não haja a não ser um descendente de Abraão, Cristo). Não é para estranhar quando, em alguma passagem da Escritura, passa-se da Cabeça ao Corpo, e do Corpo à Cabeça, sem deixar de se referir a uma única e mesma pessoa. Porque é uma só pessoa que pronuncia estas palavras: “Ele colocou-me um diadema na cabeça como noivo, e adornou-me com enfeites, como noiva” (Is 61,10). É preciso, portanto, procurar compreender qual entre esses dois títulos convém à Cabeça e qual convém ao Corpo, isto é, o que se refere a Cristo e o que se refere à Igreja.

CAPÍTULO 32

Segunda regra: “O Corpo bipartido do Senhor”

45. A segunda regra é: “O Corpo do Senhor dividido em duas partes”. Na verdade, Ticônio não deveria ter empregado essa fórmula, pois não é Corpo do Senhor o que não haverá de estar com ele para sempre na eternidade. Mas deveria ter dito: “O Corpo do Senhor verdadeiro e o misto”. Ou então: “O Corpo do Senhor verdadeiro e o simulado”. Ou outra expressão parecida. Pois não se pode dizer que os hipócritas estarão com ele eternamente, e nem que esteja com ele agora, parecendo estar em sua Igreja. Por isso, essa regra poderia, de preferência, ser intitulada: “A Igreja mista”.

Essa segunda regra exige leitor atento, já que a Escritura, quando fala a uma parte da Igreja, parece dirigir-lhe palavras que ela dirige a outra; ou bem, passa da primeira à segunda porção enquanto se dirige ainda à primeira, como se ambas as partes constituíssem um só corpo, devido à sua mistura aqui na terra e à sua comum participação dos mesmos sacramentos.

A isso se aplica o versículo do Cântico dos cânticos: “Sou morena mas formosa, como as tendas de Cedar e os pavilhões de Salomão” (Ct 1,5). O texto não diz: “Eu era morena como as tendas de Cedar, e formosa como os pavilhões de Salomão”. Mas ele une os dois epítetos causa da unidade que, no tempo, constituem os peixes bons e maus dentro de uma só rede (Mt 13,48). As tendas de Cedar, com efeito, designam Ismael que não partilhará a herança com o filho da mulher livre (Gn 21,10; Gl 4,30). É porque quando Deus diz a respeito da boa porção da Igreja: “Guiarei os cegos por um caminho que eles não conhecem e fá-los-ei andar por veredas que ignoram; mudarei diante deles as trevas em luz e os caminhos tortuosos em direitos; farei isto em favor deles e não os desampararei” (Is 42,16.17). Deus apressa-se em acrescentar a respeito da porção má, misturada à boa: “Esses voltarão para trás” (id., ibid.), designando já por essas palavras quais os bons. Mas como as duas porções fazem um só enquanto na terra, parece ser dito para a segunda o que se dizia para a primeira. Contudo, não ficarão para sempre misturados. O mau servidor mencionado no evangelho é a prova formal: “Quando seu Senhor vier, ele o separará da porção dos bons e o porá na porção dos hipócritas” (Mt 24,51).

CAPÍTULO 33

Terceira regra: “As promessas e a Lei”

46. A terceira regra trata a respeito das promessas e da Lei. Poderia ser dado outro título: “Sobre o espírito e a letra”, como eu próprio o fiz ao escrever um livro sobre esse assunto. Poderia ainda ser intitulado: “A graça e o mandamento”. O problema tratado parece-me mais importante do que a regra recomendada para resolver a questão. É por não ter entendido o problema que os pelagianos inventaram sua heresia, agravando a questão.

Certamente, Ticônio fez um trabalho muito bom, mas incompleto. Pois, em sua dissertação sobre a fé e as obras, diz-nos que essas obras são dons de Deus, merecidos pela fé. Mas essa mesma fé é de tal modo nossa, que não a recebemos de Deus. Ele não deu atenção, pois, ao que disse o Apóstolo: “Aos irmãos, paz, amor e fé da parte de Deus, o Pai, e do Senhor Jesus Cristo” (Ef 6,23). E que ele não teve a experiência da heresia surgida em nosso tempo e que nos obrigou a grandes trabalhos para defender contra ela a graça de Deus, transmitida por nosso Senhor Jesus Cristo. E conforme às palavras do Apóstolo: “É preciso que haja até heresias entre vós, a fim de que se tornem manifestos entre vós aqueles que são comprovados” (1Cor 11,19), essa heresia tornou-nos mais vigilantes e diligentes para descobrirmos nas santas Escrituras o que escapou a Ticônio, menos atento, e menos preocupado em saber que a fé é um dom daquele que reparte a cada um segundo a sua medida. Como em conseqüência

a este pensamento que foi dito a alguns: “Foi concedido, em nome de Cristo, a graça não só de crerdes nele, mas também de por ele sofrerdes” (Fl 1,29). Quem poderá, pois, duvidar de que esse duplo dom vem de Deus, isto é, entender com fé e inteligência que ambas (a fé e as obras) nos foram outorgadas? Muitos outros testemunhos demonstram-no; mas não é o momento de tratar desta questão, pois já o fizemos freqüentes vezes, ora aqui ora ali, em diferentes livros.

CAPÍTULO 34

Quarta regra: “A espécie e o gênero”

47. A quarta regra de Ticônio trata sobre a espécie e o gênero. Ele denomina desse modo, na intenção que se entenda por “espécie” a parte; e porá “gênero”, o todo, do qual é parte a espécie. Por exemplo, cada cidade é certamente uma parte do conjunto das nações. Ticônio chama, pois, a cidade de espécie e o conjunto das nações, de gênero. Mas não se há de aplicar aqui aquela sutil distinção ensinada pelos dialéticos, os quais engenhosamente disputam sobre a diferença existente entre a parte e o todo.

Há de valer a mesma regra ao se encontrar nas palavras divinas algo parecido, relativo, por exemplo, não somente a uma cidade, mas a cada província, nação ou reino. Assim, não é só a propósito de Jerusalém ou de alguma cidade dos gentios como Tiro, Babilônia ou qualquer outra nomeada nas santas Escrituras, que encontramos uma questão que ultrapassa as suas fronteiras e convenha antes a todas as nações. Assim também, em referência à Judéia, ao Egito, à Assíria e a qualquer outra nação na qual existam muitas cidades. Essas nações, contudo, não são todo o universo, mas uma de suas partes. Sobre elas, pois, encontram-se, nas Escrituras, coisas que ultrapassam seus limites e convêm antes a todo o universo do qual constituem uma parte. Como Ticônio as nomeia, referem-se ao gênero, do qual a parte é a espécie.

Esse modo de nomear, por certo, já chegou ao conhecimento do povo. Assim, até os mais ignorantes sabem discernir o que há de especial e o que há de geral em qualquer édito do imperador.

Essa distinção também se faz a respeito dos homens. Por exemplo, as palavras ditas sobre Salomão ultrapassam sua pessoa e esclarecem-se no caso de as aplicarmos a Cristo ou à Igreja, de quem ele é uma parte.

48. Nem sempre a espécie é ultrapassada, pois muitas vezes tais palavras são ou bem claramente apropriadas àquela espécie ou até, poder-se-ia dizer, são apropriadas unicamente a elas próprias.

Mas quando da espécie a Escritura passa ao gênero, aparentemente, como se falasse ainda da espécie, tenha o leitor a atenção bem desperta e não procure na espécie o que pode melhor e com maior certeza se encontrar no gênero. Facilmente, vê-se isso nestas palavras de Ezequiel: “Os da casa de Israel habitaram na sua terra e contaminaram-na com as suas obras e com os seus pecados; seu caminho tornou-se diante de mim como a imundície da mulher menstruada. E eu, então, derramei a minha indignação sobre eles, por causa do sangue que derramaram sobre a terra, e dos seus ídolos com que a contaminaram. Dispersei-os entre as naçõs e foram disseminados para várias terras; julguei-os segundo os seus pecados” (Ez 36,17-19). Sim, é fácil entender essas palavras a respeito da casa de Israel, da qual diz o Apóstolo: “Considerai o Israel segundo a carne” (1Cor 10,18). Pois o povo carnal de Israel, por um lado, cometeu esses crimes, e por outro, passou por esses castigos. A continuação do texto de Ezequiel entende-se como se aplicando ao mesmo povo. Mas desde que o profeta começa a dizer: “Eu santificarei o meu grande nome, que foi profanado entre as nações, o qual vós desonrastes no meio delas; e as nações saberão que eu sou o Senhor” (Ez 36,23), o leitor deve aí prestar atenção

sobre a maneira como a espécie está ultrapassada e como o gênero aparece. Ezequiel prossegue com estas palavras: “Porque eu vos tirarei dentre as nações, vos congregarei de todos os países e vos trarei para a vossa terra. Derramarei sobre vós uma água pura, sereis purificados de todas as vossas imundícies, purificar-vos-ei de todos os vossos ídolos. Dar-vos-ei coração novo e porei espírito novo no meio de vós, tirarei de vossa carne o coração de pedra e dar-vos-ei coração de carne. Porei o meu espírito no meio de vos, farei que andeis nos meus preceitos, que guardeis as minhas leis e que as pratiqueis. Habitareis na terra que dei a vossos pais, vós sereis meu povo e eu serei vosso Deus. Purificar-vos-ei de todas as vossas imundícies” (Ez 36,23-29).

Todas essas palavras profetizam o Novo Testamento, a quem não só pertence uma porção daquele povo, do qual foi dito em outro lugar: “Porque ainda que teu povo, ó Israel, fosse tão numeroso como a areia do mar, só algumas relíquias dele se converterão” (Is 10,22), mas também pertencem todas as demais nações que foram prometidas a seus pais, que também são nossos pais. Isso não traz nenhuma dúvida para quem quer que o banho de regeneração prometida por essas palavras esteja concedido agora — nós o vemos — a todas as nações.

Quanto à palavra do Apóstolo em que ele faz valer, comparando-a ao Antigo Testamento, a superioridade da graça do Novo Testamento: “Nossa carta sois vós, carta escrita em nossos corações, não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos corações” (2Cor 3,2-3), o leitor nota, vê claramente que esse texto é extraído da passagem em que o profeta Ezequiel diz: “Dar-vos-ei um coração novo e porei um novo espírito no meio de vos, tirarei da vossa carne o coração de pedra e dar-vos-ei um coração de carne”. Ele quis no coração de pedra discernir o coração de carne, donde as palavras do Apóstolo: “nas tábuas de carne, nos corações”, designando, por aí, a vida espiritual.

Assim, o Israel espiritual compõe-se não de uma só nação, mas de todas, porque elas foram prometidas a nossos pais, em seu descendente que é Cristo.

49. Esse Israel espiritual distingue-se, pois, do Israel carnal que compreende uma só nação, não pela nobreza da pátria, mas pela novidade da graça, não pela raça, mas pelo espírito. Mas quando o profeta, com espírito elevado, fala daquele ou àquele velho Israel, insensivelmente passa ao novo Israel e, quando já está falando deste ou a este, parece que continua falando daquele ou com aquele. O profeta não faz isso como inimigo invejoso e hostil que se opõe ao entendimento da Escritura, mas para exercitar salutarmente a nossa inteligência.

Portanto, nesta palavra de Ezequiel: “Eu vos trarei para a vossa terra” e pouco depois esta outra, que é por assim dizer a exata repetição: “Habitareis na terra que eu dei a vossos pais”, nós não devemos tomá-la num sentido carnal, como se aplicasse ao Israel carnal, mas num sentido espiritual. Porque a Igreja sem manchas e sem rugas é formada pela reunião de todas as nações e destinada a reinar eternamente com Cristo que “é a terra dos bem-aventurados e viventes” (Sl 27,13). Ora, é ela, a Igreja, que é preciso entender como “dada a nossos pais”, visto que ela lhe foi prometida pela vontade certa e imutável de Deus. De fato, ela já lhe fora dada pela própria firmeza da promessa ou, melhor ainda, da predestinação. Se bem que acreditassem que ela lhes seria dada no tempo. Aí está significada a graça dada aos santos, conforme estas palavras escritas pelo Apóstolo a Timóteo: “Deus nos salvou e nos chamou com uma vocação santa, não em virtude de nossas obras, mas em virtude do seu próprio desígnio e graça. Essa graça, que nos foi dada em Cristo Jesus, antes dos tempos eternos, foi manifestada agora pela aparição de nosso Salvador, o Cristo Jesus” (2Tm 1,9-10).

O Apóstolo diz que a graça foi dada num momento em que os beneficiados sequer existiam ainda. É que no plano da predestinação divina o que deve se produzir no tempo, que “foi manifestado”, como diz o Apóstolo, já estava cumprido.

Todavia, as palavras de Ezequiel poderiam se entender também da terra do século futuro, quando haverá um novo céu e uma nova terra (Ap 21,1), onde os que não são justos não poderão habitar. Assim, foi dito com razão aos homens pios, que essa terra é a terra deles (Mt 5,4), e que em nenhuma de suas partes ela será terra dos ímpios. Porque ela também foi dada aos homens pios, tal como a graça, no momento mesmo em que foi decretado que lhes seria dada.

CAPÍTULO 35

Quinta regra: “Os tempos”

50. A quinta regra estabelecida por Ticônio disserta sobre os tempos. Essa regra permite muitas vezes descobrir, ou pelo menos conjecturar, os espaços de tempo que ficaram obscuros nas santas Escrituras. Aplica-se, diz ele, de duas maneiras, ou pelo tropo chamado sinédoque ou pelos números perfeitos. O tropo sinédoque dá a entender o todo pela parte e a parte pelo todo. Exemplo: um evangelista diz que “foi oito dias depois”, e outro que “foi seis dias depois” que sobre o monte, na presença de apenas três discípulos, o rosto de Cristo resplandeceu como o sol e as suas vestes tornaram-se brancas como a neve (Mt 17,1-2; Lc 9,28; Me 9,1-2). Ora, essas duas afirmações não podem ser verdadeiras a não ser na seguinte hipótese: o primeiro evangelista, ao dizer: “oito dias depois”, conta por dois dias plenos e inteiros, a última metade do dia em que Cristo predisse o acontecimento, e a primeira metade do dia em que o realizou. O segundo evangelista, por outro lado, ao dizer: “seis dias depois”, conta todos os dias plenos e inteiros, mas não considera os dias incompletos.

É também graças a essa figura, que designa o todo pela parte, que se resolve o problema da ressurreição de Cristo. De fato, se a última metade do dia em que ele sofreu não é contada como um dia inteiro, isto é, não se acrescenta a noite precedente, e se a última metade da noite em que ele ressuscitou não for contada como um dia inteiro, isto é, não se acrescenta também a aurora do dia dominical, não se podem encontrar os três dias e as três noites durante as quais, segundo a predição, Cristo devia ficar “no seio da terra” (Mt 12,40).

51. Quanto aos números perfeitos, Ticônio assim denomina aqueles aos quais a Escritura atribui valor todo especial. Tais são: os números sete, dez, doze e todos os outros que um leitor atento facilmente há de reconhecer. Na maioria das vezes, esses números são tomados em lugar de um espaço de tempo indefinido. Assim: “Eu te louvarei sete vezes por dia” (Sl 119,164) não tem outro sentido do que: “Teu louvor estará sempre em minha boca” (Sl 34,2).

Esses números possuem o mesmo significado, se multiplicados. Por exemplo: sete por dez dá setenta e setecentos. O que permite tomar espiritualmente os setenta anos preditos por Jeremias (25,11), pelo tempo todo do exílio da Igreja aqui no mundo. O mesmo acontece quando os números são multiplicados por eles próprios. Por exemplo, dez por dez, que dá cem. Doze por doze, que dá cento e quarenta e quatro, número que no Apocalipse significa a totalidade dos santos (Ap 7,4).

Por onde se deduz que não somente se há de resolver com esses números a questão do tempo, mas também que seus significados possuem amplidão maior e se ramificam em muitos sentidos. Assim, o algarismo cento e quarenta e quatro não se refere só ao tempo, mas ainda ao número de pessoas.

CAPÍTULO 36

Sexta regra: “A recapitulação”

52. Ticônio dá o título de “Recapitulação” à sexta regra, a qual um estudo bastante atento das obscuridades da Escritura o fez descobrir. De fato, alguns fatos podem ser expostos como se fossem posteriores na ordem do tempo; ou serem narrados na seqüência contínua dos acontecimentos; ao passo que, sem se notar, a narração remonta a acontecimentos anteriores, e que foram omitidos. Ora, sem perceber isso, graças a essa regra, pode-se ser levado a enganos.

Eis um exemplo tirado do Gênesis: “O Senhor Deus plantou um paraíso de delícias, no qual pôs o homem que havia formado. E o Senhor Deus produziu da terra toda a espécie de árvores formosas à vista, e de frutos doces para comer” (Gn 2,8ss). Esse relato assim apresentado parece dizer que a criação do homem por Deus foi anterior à criação do paraíso. Sendo evocados brevemente ambos os fatos, isto é, que Deus plantou o paraíso e que aí pôs o homem a quem formara, a Escritura volta atrás e, recapitulando, conta o que havia omitido, a saber, como foi plantado o paraíso, produzindo Deus da terra toda árvore formosa de frutos bons para comer. E prosseguindo o relato, a seguir diz: “e a árvore da vida no meio, e a árvore da ciência do bem e do mal”. Depois explica que um rio, que regava o paraíso, dividia-se em quatro braços. Ora, todo esse conjunto pertence à formação do paraíso. Terminada essa narração, a Escritura repete o que já havia dito anteriormente, e que na realidade era posterior: “E o Senhor Deus tomou o homem e colocou-o no paraíso”. De fato, o homem foi colocado nesse lugar após as diversas criações, como a ordem agora o prova, e não antes delas, como as primeiras linhas da narração poderiam dar a pensar. Haveria engano se nessa passagem não se discernisse atentamente uma recapitulação, pela qual o hagiógrafo voltou sobre os fatos omitidos.

53. Igualmente, no mesmo livro do Gênesis, quando a Escritura menciona as gerações dos filhos de Noé, ela diz: “Estes são os filhos de Cam, segundo suas tribos, línguas, regiões e nações” (Gn 10,20). Diz ainda, enumerando os filhos de Sem: “Estes são os filhos de Sem, segundo suas línguas, regiões e nações” (Gn 10,31). E em seguida, a respeito de todos: “Estas são as tribos de Noé, segundo as suas gerações e suas nações. Delas se dispersaram todas as ilhas de nações sobre a terra após o dilúvio. E toda a terra tinha uma só boca e todos os homens uma só voz” (Gn 10,32;11,1). Essa frase complementar: “e toda a terra tinha uma só boca e todos os homens uma só voz”, isto é, possuíam uma só língua, parece significar que na época em que os filhos de Noé estavam dispersos em ilhas de nações sobre a terra, eles falavam uma língua comum a todos. O que, sem dúvida, está em contradição com os textos precedentes, em que está dito: “segundo as tribos, as línguas”. Não se teria dito com efeito que as tribos, depois de as nações estarem constituídas, tivessem cada uma sua língua própria, se de fato elas tivessem uma só língua comum. Eis por que é por uma recapitulação que a Escritura acrescentou: “Toda a terra tinha uma só boca e todos os homens uma mesma voz”. A Escritura retoma de modo dissimulado seu relato anterior para contar como se explica que os homens, depois de terem falado uma só língua comum a todos, formaram-se em diversas nações com diversas línguas.

E logo após, a Escritura narra a construção da famosa torre, onde foi imposto, por julgamento divino, o castigo de seu orgulho. Depois desse fato, os homens dispersaram-se pela terra conforme suas línguas.

54. Essa recapitulação faz-se em textos ainda mais obscuros. Assim, o Senhor diz no Evangelho: “No dia em que Ló saiu de Sodoma, caiu do céu fogo e enxofre, eliminando a todos. Será deste modo o dia em que o Filho do Homem foi revelado. Naquele dia, quem estiver no terraço e tiver utensílios em casa, não desça para pegá-los; igualmente, quem estiver no campo, não volte atrás. Lembrai-vos da mulher de Ló” (Lc 17,29-32).

Será no momento em que o Senhor se manifestar que é preciso seguir essas recomendações de não

olhar para trás, isto é, não volver à vida passada à qual já se renunciou? Ou será neste momento presente que é preciso não voltar para trás, a fim de receber a recompensa pelos mandamentos observados ou desprezados? Como foi dito: “Naquela hora” pensa-se que será preciso observar essas recomendações no momento em que o Senhor se manifestar, a não ser que o espírito do leitor se aplique a perceber no texto uma recapitulação.

Há outra passagem da Escritura que pode nos ajudar. Lá, onde é dito que no tempo mesmo dos apóstolos está o clamor: “Filhinhos, é chegada a hora em que é preciso seguir estas recomendações. Portanto, essa manifestação pertence a esta mesma hora, a qual terminará no dia do julgamento” (Rm 2,5;13,11).

CAPÍTULO 37

Sétima regra: “O demônio e seu corpo”

55. A sétima e última regra de Ticônio é a chamada: “O demônio e seu corpo”. O demônio é, com efeito, a cabeça dos ímpios que hão de ir com ele ao suplício do fogo eterno (Mt 25,41), assim como Cristo é a Cabeça da Igreja que constitui seu Corpo e está destinada a participar de seu reino e da glória eterna (Ef 1,22).

Ora, assim como na aplicação da primeira regra intitulada por Ticônio: “O Senhor e seu Corpo” é preciso tomar cuidado quando a Escritura fala de uma única e mesma pessoa, para discernir o que convém à Cabeça e o que convém ao Corpo, do mesmo modo, na aplicação desta última regra, é preciso poder discernir. Assim, o que é dito, por vezes, contra o demônio, não se refere a ele, mas ao contrário, a seu corpo. Trata-se, então, não somente de homens que estão manifestamente fora da Igreja, mas ainda de homens que, ao mesmo tempo que pertencem ao demônio, estão misturados por um tempo na Igreja, até o dia em que cada um deixe esta vida. Isto é, quando a palha for separada do grão, na eira (Lc 3,17).

Quanto a esta palavra de Isaías: “Como caiu do céu Lúcifer, astro brilhante, que ao nascer do dia brilhava?” (Is 14,12) e as demais coisas ditas nos versículos seguintes, que sob a figura do rei de Babilônia dizem-se sobre essa pessoa ou dirigidas a ela, na trama desse discurso, entendem-se claramente como referentes ao demônio. Todavia, esta outra palavra do mesmo texto: “Foi arrojado por terra aquele que envia mensageiros a todas as nações” não convém totalmente só à cabeça. Se bem que, de fato, o demônio envie seus anjos a todas as nações, não será ele, mas o seu corpo que aí é arrojado por terra, a não ser que, é verdade, não seja ele próprio em seu corpo, arrojado como o pó que o vento dispersa pela superfície da terra (Sl 1,4).

Conclusão

56. Ora, todas essas regras, à exceção de uma só, a que tem como título “As promessas e a Lei”, servem para entendermos uma coisa por outra distinta, o que é próprio da expressão metafórica. Isso, a meu ver, estende-se além do que pode ser encerrado em regra geral. Porque em qualquer parte que se diga uma coisa para fazer entender outra, aí está uma expressão figurada, se bem que o nome desse tropo não se encontre nos tratados de retórica ou da arte de falar. Quando lá se encontra, onde se emprega de modo costumeiro, a inteligência o percebe sem esforço. Mas quando se encontra lá onde é empregado de modo excepcional, tem-se dificuldade de compreendê-lo. Alguns o compreendem mais ou menos do que outros, conforme os dons de Deus forem maiores ou menores a seu espírito. Assim,

nas palavras tomadas em sentido figurado, como nas expressões metafóricas, é preciso entender uma coisa por outra. Falamos até o presente momento sobre isso bastante abundantemente, conforme nosso parecer. Devemos agora aconselhar, aos que são estudiosos das veneráveis Escrituras, não somente a tomarem conhecimento delas e das categorias de expressão, a examinarem com cuidado o pensamento apresentado e a guardarem na memória, mais ainda — e isto é de primordial importância e de todo indispensável — a rezarem para as compreender. Nessas Escrituras, com efeito, das quais os estudiosos saboreiam o gosto, lê-se: “O Senhor dá a sabedoria e da sua boca sai a ciência e a inteligência” (Pr 2,6). É dele que receberam esse gosto, se é que acompanhado de piedade.

Mas eis o que é suficiente quanto aos sinais, pelo menos no que se refere às palavras. Resta-me tratar da maneira de exprimir o pensamento. Fá-lo-ei no próximo livro, à medida que Deus me conceder.

42. Agostinho proclama comumente a autoridade das três regras da fé: a Escritura, a Tradição e o Magistério eclesiástico em mútua subordinação e harmonia. A) As Escrituras canônicas são uma regra indefectível. B) Nem tudo está nas Escrituras e somente a Tradição transmite-nos diversas revelações apostólicas, como o batismo das crianças. Mas a Tradição só é apostólica se revestida de caráter de universalidade. O Símbolo relaciona-se com a tradição oral. O intérprete da Escritura deve consultá-la como lei inviolável. C) Acima da Escritura e da Tradição, está a autoridade viva da Igreja. Só ela nos garante as Escrituras.

43. A grande preocupação de Agostinho é pastoral: quer se aproximar de seus ouvintes, pessoas simples, quer que entendam a palavra de Deus, quer ser entendido, mesmo que para isso precise cometer um “barbarismo”. Para isso, cede às exigências técnicas gramaticais: “O que nos importa o que digam os gramáticos? Prefiro que me entendam cometendo um barbarismo a que me abandonem nas dissertações eruditas” (In Ps 36,3,6).

44. [3]Na terminologia agostiniana há três palavras (cupiditas, libido e concupiscentia) que se traduzem costumeiramente por concupiscência, mas a qual na realidade não corresponde igualmente aos três termos latinos. Cupiditas envolve tudo, todo o amor impuro que não seja a caridade. Libido faz referência mais declarada ao sexual, no sentido em que Freud o empregou. Concupiscência já tem sentido mais restrito de tendência de tipo sensual. Cf. Fr. José Moran, OSA., A Cidade de Deus, BAC XVI, p. 5, nota 2.

45. Exatamente neste capítulo, Agostinho encerrava a obra, composta em 387, pouco tempo antes das Confissões, e assim foi publicada. Somente em 426 ou 427, trinta anos depois, quando redigia as Revisões (Retractationes) de suas obras, Agostinho encontra o De doctrina christiana incompleto e, sem nada mudar do que já escrevera, termina o Livro IIl, acrescentando-lhe 14 capítulos novos e todo o livro IV. Cf. Retract. 11, 4.1; G. Bardy, Introduction aux Révisions, Bibl. August. XII, pp. 54-55.

46. Escritor e exegeta leigo donatista. Pelo ano 382, redigiu um manual de exegese, o Liber regularum, para ensinar a descobrir o sentido das passagens obscuras da Bíblia. É o primeiro tratado hermenêutico em latim. Gênio penetrante, polemista, espírito independente mas sincero, Ticônio procurou se apropriar por si próprio dos ensinamentos das Escrituras. Abalou as tradições e a exegese dos adeptos de sua seita. Agostinho denomina-o “um homem de gênio penetrante e de abundante eloqüência” (Contra epistulam Parmeniani 1,1). Parmeniano, primaz donatista, o. fez condenar por um concílio donatista. Os católicos o censuravam por permanecer no donatismo. Aceitou sua condenação mas continuou a se dedicar à exegese. Propõe-se a criar “chaves para penetrar os mistérios da Lei”. Essas regras “esclarecerão as obscuridades e traçarão por assim dizer as sendas da luz através da imensa floresta das profecias”. Seu livro alcançou sucesso e a admiração e as citações de Agostinho asseguraram-lhe longa influência. As críticas que aqui faz Agostinho são secundárias. Julga-a excelente. Adota o método que lhe agrada pela analogia com o processo de interpretação das metáforas, da semelhança com a exegese alegórica. Utilizou por várias vezes as idéias do escritor. Fez dele muitos empréstimos na polêmica com os donatistas. De fato, Ticônio tinha revelado, antes de Agostinho, uma filosofia da história fundada na eterna oposição entre a Cidade de Deus e a Cidade do demônio (cf. 111,37,55); tinha se preocupado com a questão da graça e tirado de são Paulo conclusões análogas às que devia chegar mais tarde Agostinho, na controvérsia pelagiana. Cf. Combès Farges, op. cit. notas 51-54, pp. 588-589s.

LIVRO IV

SOBRE A MANEIRA DE ENSINAR A DOUTRINA

A. PRINCÍPIOS FUNDAMENIAIS DA ARTE ORATÓRLA

CAPÍTULO 1

Apresentação do Livro IV

1. Este trabalho intitulado De doutrina christiana eu o dividi, a princípio, em duas partes. Após um prólogo, onde respondi a eventuais contestadores, afirmei: “Há duas coisas igualmente importantes na exposição das Escrituras: a maneira de descobrir o que é para ser entendido e a maneira de expor com propriedade o que foi entendido. Primeiramente, dissertaremos sobre como se realiza a descoberta da verdade, depois sobre o modo de expô-la” (I,1,1).

Como já discorremos longamente sobre a descoberta, em três livros consagrados a essa única parte, desenvolveremos agora, brevemente, com a ajuda de Deus, a respeito de como expor. Assim, se for possível, englobaremos tudo em um só volume, e terminaremos toda a obra neste quarto livro.[47]

CAPÍTULO 2

Esta obra não é tratado de retórica

2. Advirto, de início, refreando a impaciência dos leitores, que talvez suponham que vou lhes dar preceitos de retórica que aprendi a comunicar nas escolas profanas, Previno que não esperem isso de mim — não que esses preceitos sejam sem utilidade. Mas no caso de serem úteis, será preciso aprendê-los à parte, sob a condição todavia dessa pessoa encontrar tempo necessário para se dedicar a tal. Não o peçam, contudo, a mim, quer nesta obra, quer em qualquer outra.

Necessidade da prática da arte oratória

3. É um fato, que pela arte da retórica é possível persuadir o que é verdadeiro como o que é falso. Quem ousará, pois, afirmar que a verdade deve enfrentar a mentira com defensores desarmados? Seria assim? Então, esses oradores, que se esforçam para persuadir o erro, saberiam desde o proêmio conquistar o auditório e torná-lo benévolo e dócil, ao passo que os defensores da verdade não o conseguiriam? Aqueles apresentariam seus erros com concisão, clareza, verossimilhança e estes apresentariam a verdade de maneira a torná-la insípida, difícil de compreensão e finalmente desagradável de ser crida? Aqueles, por argumentos falaciosos, atacariam a verdade e sustentariam o erro, e estes seriam incapazes de defender a verdade e refutar a mentira? Aqueles, estimulando e convencendo por suas palavras os ouvintes ao erro, os aterrorizariam, os contristariam, os divertiriam, exortando-os com ardor, e estes estariam adormecidos, insensíveis e frios ao serviço da verdade? Quem seria tão insensato para assim pensar?

Visto que a arte da palavra possui duplo efeito (o forte poder de persuadir seja para o mal, seja para o bem), por qual razão as pessoas honestas não poriam seu zelo a adquiri-la em vista de se engajar ao serviço da verdade? Os maus põem-na ao serviço da injustiça e do erro, em vista de fazer triunfar causas perversas e mentirosas.

CAPÍTULO 3

Como e em que idade realizar o aprendizado

4. Eis o que constitui o talento da palavra ou da eloqüência: os princípios e preceitos dessa arte unidos ao emprego engenhoso da linguagem, especialmente exercitada a realçar a riqueza do vocabulário e do estilo.

Os que podem desde logo aprender tal arte devem fazê-lo fora desta nossa obra. E ponham nesse estudo o tempo que dispõem ou que seja conforme à sua idade. Os próprios príncipes da eloqüência romana não recearam afirmar que, se esta arte não for aprendida desde cedo, nunca poderá ser conhecida completamente (Cícero, De oratore). Mas por que nos perguntaremos se isso é verdade? Pois ainda supondo que os mais idosos possam um dia adquirir tal arte, não me inclino muito a impor esse estudo a eles. Basta que os jovens (adulescentuli) dediquem-se a ela. E ainda assim, nem todos os que desejamos instruir para o serviço da Igreja. Que o seja apenas pelos que ainda não estão ocupados por outros trabalhos mais urgentes. Pois, quem possui um espírito vivo e ardente pode assimilar facilmente a eloqüência, lendo ou escutando os bons oradores, mais do que estudando os seus preceitos.

Não faltam obras eclesiásticas — sem contar as Escrituras canônicas, salutarmente colocadas no ápice da autoridade — por cuja leitura um homem bem dotado pode penetrar, além de seu conteúdo, no estilo das mesmas. Isso, sobretudo se, não contente de ler somente, também se exercitar a escrever, a ditar, a compor, a expor suas idéias conforme a regra de fé e piedade. Se as disposições para esse exercício fizerem falta, tampouco será possível perceber os preceitos da retórica. E se essa pessoa perceber alguma coisa, após as ter adquirido com grande esforço, de nada lhe terá adiantado. Pois os que aprenderam tais preceitos, e que falam com fluência e eloqüência, nem todos eles são capazes de pensar, ao estar falando, na aplicação de tais preceitos em seus discursos. A não ser que estejam dissertando expressamente sobre esses mesmos preceitos. Ao meu parecer, não há quem possa falar bem e, para melhor efeito, pensar ao mesmo tempo que falam, nas regras da eloqüência. Seria para temer, que escapem da mente aquelas idéias que eram explicitadas, devido à preocupação de exprimi-las conforme as regras da arte. E, no entanto, nos discursos e dissertações dos homens eloqüentes, os preceitos da eloqüência encontram-se aplicados. Esses oradores não pensaram neles, nem para compor seus discursos nem para pronunciá-los, quer os tenham aprendido quer não. Na realidade, eles aplicam as regras porque são eloqüentes e não para o serem.

O método espontâneo da imitação de bons modelos

5. Se é certo que as crianças só se põem a falar escutando as palavras das pessoas que falam, por que alguém se poderia tornar eloqüente sem receber noção alguma da arte oratória, contentando-se em ler, em escutar e, à medida do possível, em imitar os bons oradores? E, além do mais, não temos exemplos que provem tal? De fato, conhecemos muitos que, sem os preceitos da retórica, são mais eloqüentes do que bom número de outros que os aprenderam nas escolas. E por outro lado, não conhecemos ninguém que se tenha tornado eloqüente, sem ter lido ou escutado os discursos e as pregações dos oradores. As próprias crianças não teriam necessidade da gramática que ensina a língua correta, se lhes fosse dado crescer e viver entre pessoas que falam corretamente. Com efeito, ignorando expressões errôneas, elas as evitariam e corrigiriam ao ouvi-las de outros. É o que fazem os moradores das cidades, inclusive os incultos, ao corrigir o modo de falar dos que vêm do meio rural.

CAPÍTULO 4

Procedimento do orador cristão

6. O pregador é o que interpreta e ensina as divinas Escrituras. Como defensor da fé verdadeira e adversário do erro, deve mediante o discurso ensinar o bem e refutar o mal. Nesta tarefa, o mestre deve tratar de conquistar o hostil, motivar o indiferente e informar o ignorante sobre o que deve ser feito ou esperado. Mas ao encontrar ouvintes benévolos, atentos, dispostos a aprender ou que os tenha assim conquistado, deverá prosseguir seu discurso como pedem as circunstâncias.

Caso a questão a ser tratada seja desconhecida e for preciso esclarecer os ouvintes, que faça a exposição. Onde houver dúvidas, que ele convença, por raciocínios apoiados em provas.

É oportuno dar à sua exposição maior força, caso tenha sido preciso convencer os ouvintes, além de ensiná-los, e também para que não se aborreçam no cumprimento do que já conhecem ou para levá-los a pôr sua vida em coerência com as idéias reconhecidas como verdadeiras. Aí, com efeito, são necessárias exortações, invectivas, movimentos vivos, reprimendas e todo outro procedimento capaz de comover os corações.

Na verdade, a quase totalidade dos homens, em sua atividade oratória, não deixa de agir dessa maneira.

CAPÍTULO 5

Vale mais falar com sabedoria do que com eloqüência

7. Acontece que uns oradores agem sem vigor, sem forma, sem calor. Outros, com fineza, elegância e veemência. É preciso que o orador, capaz de discutir ou de falar — se não com eloqüência, ao menos com sabedoria —, assuma esse trabalho de que tratamos aqui, em vista de ser útil a seus ouvintes. Ainda que seja menos útil do que o seria se fosse capaz de falar com eloqüência. Ao contrário, o orador que exorbita numa eloqüência sem sabedoria deve ser tanto mais evitado quanto mais os ouvintes sentem prazer ao ouvi-lo expor inutilidades. Pois podem pensar, ao ouvi-lo falar eloqüentemente, que escutam a verdade.

Tal observação não escapou aos que julgavam outrora a eloqüência dever ser ensinada. Reconheceram, com efeito, que a sabedoria sem eloqüência foi pouco útil às cidades, mas, em troca, a eloqüência sem sabedoria lhes foi freqüentemente bastante nociva e nunca útil (Cícero, De inventione, liber I,1).

Se, pois, os professores de eloqüência nos livros onde expuseram seus preceitos viram-se forçados a reconhecer isso, sob a pressão da verdade, ainda que ignorando a verdadeira Sabedoria que desce do Deus das luzes, com quanto maior razão devemos nós não pensar de outro modo, nós, os filhos e dispensadores dessa Sabedoria?

Um homem fala com tanto maior sabedoria, quanto maior ou menor progresso faz na ciência das santas Escrituras. E eu não me refiro ao progresso que consiste em ler bastante as Escrituras, ou aprendê-las de cor, mas do progresso que consiste em compreendê-las bem e procurar diligentemente o seu sentido.

Há pessoas que as lêem e não as aprofundam. Lêem para reter de cor, mas não cuidam de as entender. Sem dúvida, de longe é preferível que retenham menos de memória as palavras, mas que, com os olhos do coração, aprofundem o coração delas.

Contudo, ainda superior a ambas são as outras pessoas que, ao citar as Escrituras de cor, o quanto querem, as compreendem também o quanto convém.

Proveito de falar com sabedoria e eloqüência

8. É, pois, de toda necessidade para o orador — que tem o dever de falar com sabedoria, ainda que não consiga fazê-lo com eloqüência — ser fiel às palavras das Escrituras. Pois quanto mais ele se reconhece pobre quanto às suas próprias palavras, mais convém sentir-se rico quanto àquelas outras palavras. Justificará, desse modo, o que disser com as suas próprias palavras. Assim, quem era menor por seu próprio vocabulário crescerá pelo testemunho das magníficas palavras da Escritura. Ele agradará, certamente, ao provar com citações escriturísticas, já que pode desagradar com suas palavras pessoais.

Entretanto, o orador que desejar falar, não somente com sabedoria, mas também com eloqüência, será mais útil se puder empregar essas duas coisas. Aconselho-o — pois — a ler, a escutar, a imitar com exercícios os homens eloqüentes, com empenho maior do que lhe prescrevo seguir lições dos professores de retórica. Mas isso, sob a condição de que os oradores, que ele lê ou escuta, sejam louvados com razão, não apenas por terem discursado com eloqüência, mas principalmente com sabedoria. Com efeito, os que falam eloqüentemente são escutados com prazer e os que falam sabiamente, com proveito. É porque a Escritura diz: não é a multidão dos eloqüentes “mas a multidão dos sábios que constitui a sabedoria do universo” (Sb 6,26).

Ora, assim como é preciso, muitas vezes, tomar remédios amargos para a saúde, também é preciso evitar doçuras perniciosas. O que haverá de melhor? Uma suavidade saudável ou uma salubridade suave? (Isto é, nada de melhor do que o útil unido ao agradável). Quanto mais se procurar num discurso a suavidade mais abundantemente se tirará proveito da sua salubridade. Assim, há homens da Igreja que interpretaram os divinos oráculos não somente com sabedoria, mas também com eloqüência. O tempo não seria suficiente para os ler. Não que eles não sejam suficientes para o estudo dos que têm tempo de os ler.

CAPÍTULO 6

Os autores das Escrituras associam a sabedoria com a eloqüência

9. Aqui, alguém talvez pergunte se nossos autores sacros, cujos escritos, inspirados por Deus, constituem para nós um cânon da mais salutar autoridade, se eles devem ser chamados somente sábios ou ainda eloqüentes.

Na verdade, essa questão para mim como para os que sentem como eu, é fácil de resolver. Porque em toda passagem que deles compreendo bem, nada me parece mais sábio nem mais eloqüente. E ouso afirmar: todo homem que compreenda suas palavras, compreende ao mesmo tempo que não lhe convinha exprimir-se de outro modo. Assim como há uma eloqüência própria à juventude e outra mais apropriada à velhice, e que a eloqüência não devia mais trazer esse nome se não estivesse de acordo com a personalidade do orador, desse modo há uma eloqüência própria a esses homens revestidos de autoridade soberana e bem divina. É com tal eloquência que eles falaram e não lhes convinha nenhuma outra e nem seria conveniente a ninguém mais. E tanto mais ela eleva-se acima da dos oradores profanos, não pela jactância, mas pela humildade e seriedade.

Por outro lado, onde eu não compreendo esses autores sagrados, sua eloqüência, por certo, me impressiona menos. Entretanto, não duvido de que ela é a mesma que nas passagens que compreendo. A própria obscuridade de nossos divinos e salutares oráculos devia estar misturada a tal eloqüência, para que nossa inteligência — pela descoberta da verdade, e por exercícios úteis — fizesse progressos

benfazejos.

Encanto da eloqüência dos hagiógrafos

10. Poderia eu, por certo, se tivesse tempo, mostrar nos livros sagrados postos à nossa disposição pela divina Providência, para nos instruir e nos fazer passar deste século depravado ao século da bem-aventurança eterna, todas as qualidades e todos os ornamentes de eloqüência de que se orgulham os que preferem — menos pela grandeza do que pelo orgulho — a sua linguagem à de nossos autores.

O que me encanta na eloqüência de nossos hagiógrafos, mais do que poderia dizer, não são as qualidades que eles têm em comum com os oradores ou poetas pagãos. Fico tomado de admiração e espanto diante da arte com que nossos escritores, com a eloqüência que lhes é própria, usaram da eloqüência profana, de modo a lhe dar um lugar sem deixar, contudo, que ela dominasse. Não lhes convinha, com efeito, rejeitá-la, nem servir-se dela com ostentação. Se a tivessem rejeitado, por certo, ela lhes teria feito falta; mas poderiam pensar que tinham abusado dela, se fosse muito visível. Nas passagens onde a eloqüência é facilmente reconhecível pelos entendidos, os pensamentos expressos são tais que as palavras usadas não parecem ser procuradas pelo escritor, mas surgiram espontaneamente unidas às idéias. Dir-se-ia a sabedoria saindo de sua morada, isto é, do coração do sábio, e a eloqüência a segui-la como serva inseparável, ainda que sem ter sido requisitada.

B. ESTUDO DA ARTE ORATÓRIA EM TEXTOS ESCRITURÍSTICOS

CAPÍTULO 7

Eloqüência do texto de são Paulo: Rm 5,3-5

11. Quem não percebe o que o Apóstolo quis dizer, e quão sabiamente se exprimiu ao confessar:

“Nós nos gloriamos também nas tribulações, sabendo que a tribulação produz a perseverança, a perseverança uma virtude comprovada, a virtude comprovada a esperança. E a esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,3-5).

No caso em que um perito de modo inepto, por assim dizer, pretendesse que o Apóstolo seguiu nessa passagem os preceitos da retórica, qual o cristão, douto ou ignorante, que não o ridicularizaria? E, contudo, aí se encontra a figura chamada em grego climax, e em latim gradatio (graduação), por alguns que não preferiram chamá-la de scala (escada). É um tropo ou figura de pensamento em que as palavras como as idéias se sucedem grau a grau, umas depois das outras. Assim acontece neste texto. Vemos a paciência ou perseverança estreitamento ligada à tribulação; à virtude comprovada pela paciência; à esperança pela virtude comprovada. Observa-se ainda outro ornamento. Depois de algumas frases relevadas umas das outras pelo tom de voz, o que os latinos chamam de membros e incisos, e os gregos bola e kômata, vem um período ou frase circular, denominada pelos gregos “período”, cujos membros são mantidos em suspenso pela voz, até o momento em que o último membro seja enunciado. De fato, desses três membros que precedem o período, o primeiro é: “a

tribulação produz a perseverança"; o segundo: "a perseverança uma virtude comprovada"; e o terceiro: "a virtude comprovada a esperança". Depois do que se encadeia o período desenvolvido em três membros, dos quais o primeiro é: "a esperança não decepciona"; o segundo: "porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações"; e o terceiro: "pelo Espírito Santo que nos foi dado".

Esse artifício de estilo e outros análogos são ensinados na arte oratória. Não negamos pois que, nele, a eloqüência tenha acompanhado a sabedoria.

Beleza do texto paulino: 2Cor 11,16-30

12. Na segunda carta aos Coríntios, são Paulo refuta certos pseudoprofetas oriundos do meio judaico, que falavam mal dele. Obrigado a fazer seu próprio elogio, imputa isso como loucura. Mas admiremos com que sabedoria e com que eloqüência ele se exprime! Vemos a eloqüência caminhando após a sabedoria e a sabedoria guiando a palavra do Apóstolo sem repelir a dita eloqüência. Exclama ele...

"Repito: que ninguém me considere insensato! Ou, então, suportai-me como insensato, a fim de que também eu me possa gloriar um pouco. O que vou dizer, não direi conforme o Senhor, mas como insensato, certo que estou de ter motivo de me gloriar. Visto que muitos se gloriam de seus títulos humanos, também eu me gloriarei. De boa vontade suportais os insensatos, vós que sois tão sensatos! Suportais que vos escravizem, que vos devorem, que vos despojem, que vos tratem com soberba. Que vos esbofeteiem. Digo-o para vergonha nossa. Fomos bem fracos. Contudo, aquilo que os outros ousam apresentar — falo como insensato — ouso-o também eu. São hebreus? Também eu. São ministros de Cristo? Como insensato, digo: muito mais eu. Muito mais pelas fadigas; muito mais pelas prisões; infinitamente mais pelos açoites. Muitas vezes, vi-me em perigo de morte. Cinco vezes, recebi dos judeus quarenta golpes menos um. Três vezes fui flagelado. Uma vez apedrejado. Três vezes naufraguei. Passei um dia e uma noite em alto-mar. Fiz numerosas viagens. Sofri perigos nos rios, perigos, por parte dos ladrões, perigos por parte dos meus irmãos de raça, perigo por parte dos gentios, perigos na cidade, perigos no deserto, perigos no mar, perigos por parte dos falsos irmãos! Fadigas e duros trabalhos, numerosas vigí1ias, fome e sede, múltiplos jejuns, frio e desnudamento! Acrescento, a essas provações vindas de fora, a minha preocupação cotidiana, a solicitude por todas as igrejas! Quem fraqueja, sem eu me sentir fraco? Quem cai, sem eu me abrasar? Se é preciso gloriar-se, é de minha fraqueza que me gloriarei" (2Cor 11,16-30).

Com quanta sabedoria são ditas essas palavras; os que são lúcidos o percebem. Com quanta eloqüência, a correr como uma torrente, até os entorpecidos também a sentem.

Análise literária do texto 2Cor 11,16-30

13. O leitor conhecedor da retórica reconhece que aqui se encontra o tropo chamado pelos gregos kômata, composto de frases entrecortadas e de períodos curtos, dos quais já falei um pouco acima; intercalando-se com a mais harmoniosa variedade, dando ao discurso toda essa bela forma e, por assim dizer, uma roupagem que encanta e comove, até aos ignorantes.

O texto citado começa por uma série de períodos. A primeira série deles, a mais curta, só tem dois membros. De fato, um período não pode ter menos do que duas orações, mas poderá ter mais. O primeiro período é pois: "Repito! / que ninguém me considere insensato!" O segundo possui três membros: "Ou então / suportai-me como insensato / a fim de que também eu me possa gloriar um pouco". O terceiro possui quatro: "O que vou dizer / não o direi conforme o Senhor / mas como insensato / certo que estou de ter motivo de me gloriar". O quarto possui dois: "Visto que muitos se

gloriam de seus títulos humanos / também eu me gloriarei”. O quinto também possui dois: “De boa vontade suportais os insensatos / vos que sois tão sensatos!” O sexto também possui dois: “Suportais / que vos escravizem». Em seguida vêm três orações cortadas: “Que vos devorem / que vos despojem / que vos tratem com soberba”. Depois, três membros: “Que vos esbofeteiem. / Digo-o para vergonha nossa. / Fomos bem fracos”. Aqui se acrescenta um período de três membros: “Contudo aquilo que os outros ousam apresentar / falo como insensato / ouso-o também eu”. E, imediatamente, seguem-se três frases cortadas, cada uma com uma questão, às quais três orações entrecortadas dão, a cada uma, a resposta: “São hebreus? / Também eu. São descendentes de Abraão? / Também eu. São israelitas? / Também eu”. À quarta frase cortada, de forma igualmente interrogativa, a resposta é dada, não por outra frase entrecortada, mas por um membro: “São ministros de Cristo? / Como insensato digo: / muito mais eu”. As quatro frases cortadas seguintes replicam de modo muito acertado à interrogação: “Muito mais, pelas fadigas / muito mais pelas prisões / infinitamente mais pelos açoites. / Muitas vezes vi-me em perigo de morte”. A seguir, o Apóstolo intercala um período curto que deve ser distinguido pela suspensão de voz: “Cinco vezes recebi dos judeus” e um membro ao qual se liga o seguinte: “quarenta golpes menos um”. Volta em seguida às frases cortadas. Há três delas: “Três vezes fui flagelado. / Uma vez apedrejado. / Três vezes naufraguei”. Segue um membro: “Passei um dia e uma noite em alto mar”. Depois do que sucedem-se quatorze frases cortadas: “Fiz numerosas viagens. / Sofri perigos nos rios / perigos por parte dos ladrões / perigo por parte dos meus irmãos de raça / perigo por parte dos gentios / perigos na cidade / perigos no deserto / perigos no mar / perigos por parte dos falsos irmãos. / Fadigas e duros trabalhos / numerosas vigílias / fome e sede / múltiplos jejuns / frio e desnudamento”. Após essas frases, o Apóstolo insere um período de três membros: “Acrescentai a essas provações vindas de fora / a minha preocupação cotidiana / a solicitude por todas as igrejas”. Depois, a esse período ele anexa dois membros interrogativos: “Quem fraqueja, sem eu me sentir fraco? / Quem cai sem eu me abrasar?” Enfim, toda essa passagem, por assim dizer, ofegante, termina por um período de dois membros: “Se é preciso gloriar-se / é de minha fraqueza que me gloriarei”.

Realmente, como é apaziguante, de certo modo, essa curta afirmação inserida depois daquela torrente impetuosa. Como repousa o ouvinte, que beleza, que encanto possui! Não se poderia dizer bastante a esse respeito. E o Apóstolo prossegue com estas palavras: “O Deus e Pai do Senhor Jesus, que é bendito pelos séculos, sabe que não minto”. Em seguida, conta brevemente como passou por graves perigos e como escapou deles todos.

Apreciação da eloqüência deste texto de são Paulo

14. Seria muito longo continuar a análise do resto do texto supra, ou ainda demonstrar tal gênero de belezas em outros textos das santas Escrituras. O que não seria se eu tivesse desejado relevar as figuras de estilo da retórica encontradas nesta única passagem do Apóstolo? Os homens sérios julgar-me-iam exagerado, e os entendidos no assunto, que fui insuficiente. Pois é bem sabido que toda retórica, ao ser professada por mestres, é tida em alta estima, paga-se bom preço por ela, e costuma ser vendida com muita ostentação. Dessa mesma jactância, eu próprio receio espalhar o mau odor, se tratasse a questão como professor da matéria. Mas sinto que devia responder às pessoas mal informadas que têm em conta de desprezíveis os nossos autores sacros, não por não serem eloqüentes, mas porque não fazem ostentação da eloqüência tão exaltada nas escolas.

Justificativa da escolha de são Paulo como modelo de eloqüência

15. Acaso alguém poderia pensar que eu escolhi o apóstolo Paulo por ser ele o único eloqüente entre os nossos escritores. Que considerem o que ele próprio escreveu aos coríntios (2Cor 11,6): “Ainda que seja imperito no falar não o sou no saber”. Parece ele fazer aí uma concessão a seus detratores, mas na verdade não reconhece esse julgamento como verdadeiro. Se ele tivesse dito, ao contrário: “Sim, sou certamente imperito no falar, mas não o sou no saber”, não se poderia de modo algum entender outra coisa. Ora, ele não hesitou em proclamar claramente seu saber, sem o qual não poderia ser o doutor das nações. Certamente, se nós propomos alguns de seus textos como modelo de eloqüência, nós o tiramos de suas cartas, julgadas cheias de seriedade e força, até pelos detratores que queriam fazer passar sua palavra como desprezível ao ouvi-lo de viva voz (2Cor 10,10).

A eloqüência dos profetas

Parece-me conveniente anexar alguma coisa sobre a eloqüência dos profetas. Seus escritos estão cheios de numerosas figuras. Quanto mais parecem velados por expressões metafóricas, mais o véu, ao ser retirado, mostra-os luminosos.

Devo, porém, apresentar aqui um texto que não me obrigue a explicar o conteúdo, mas no qual possa pôr em valor a maneira com que as idéias estão expostas. Escolherei, entre todas, uma passagem do livro daquele profeta do qual é dito que foi pastor ou guarda de rezes. Retirado dessa função, foi enviado por Deus a profetizar junto ao povo de Deus (Am 7,14.15). Não o tomarei entretanto da versão dos Setenta, os quais certamente traduziram sob a inspiração do Espírito divino, mas que parecem ter-se expresso, em diversos lugares, de modo diverso do texto original. Isso para tornar o ouvinte mais atento em escrutar o sentido espiritual. Daí, encontrarem-se numerosas passagens cuja obscuridade é devida a expressões muito metafóricas. Tomarei esse texto na versão do presbítero Jerônimo que traduziu a Escritura do hebraico para o latim, perito que era numa língua e noutra.

Estudo do texto de Amós 6,1-6

16. Esse profeta, camponês ou filho de camponês, denunciando os ímpios, orgulhosos, luxuriosos e assim negligentíssimos na prática da caridade fraterna, exclamou:

“Ai de vós os que viveis em Sião na abundância de todas as coisas, e os que viveis sem nenhum receio no monte de Samaria; de vós, ó grandes, chefes do povo, que entrais com fausto na casa de Israel! Passai a Calane e contemplai; ide de lá à grande Emat; descei à Gat dos filisteus e aos mais formosos reinos que dependem destas cidades; vede se o seu território é mais extenso que o vosso. Vós, todavia, estais reservados para o dia mau, e estais-vos a aproximar do reino da iniqüidade. Vós que dormis em leitos de marfim e vos entregais à moleza nos vossos leitos; que comeis os melhores cordeiros do rebanho e os mais escolhidos novilhos da manada; que cantais ao som do saltério e julgais imitar Davi, usando instrumentos musicais; que bebeis vinho por grandes copos, que vos perfumais com óleos preciosos, sem vos compadecerdes da aflição de José” (Am 6,1-6).

Pois bem, os que — em nome de sua ciência e de seu culto — consideram desprezíveis nossos profetas, tomando-os como homens grosseiros e ignorantes na arte de bem falar, teriam eles desejado falar de outro modo, se tivessem de dizer coisas semelhantes, fazendo-se passar por pessoas insensatas?

17. Com efeito, o que podem desejar de melhor do que estas páginas os ouvidos refinados? No início, a invectiva, com que tremor surge, como para despertar a sensibilidade adormecida: “Ai de vós os que viveis em Sião na abundância de todas as coisas, e os que viveis sem nenhum receio no monte de Samaria; de vos, ó grandes, chefes do povo, que entrais com fausto na casa de Israel!”

Depois, para pôr sob seus olhos a ingratidão para com os benefícios de Deus que lhes dera tão vastos reinos, pois estavam seguros no monte de Samaria, especialmente consagrado ao culto dos ídolos, o profeta diz: “Passai a Calane e contemplai; ide de lá à grande Emat; descei à Gat dos filisteus e aos mais formosos reinos que dependem destas cidades; vede se o seu território é mais extenso que o vosso”.

No correr mesmo desses termos, o discurso se orna de nomes que são como tantas estrelas: Calane, Sião, Samaria, Emat, a grande, Gat dos palestinenses; e de verbos que se sucedem com a mais feliz variedade: opulenti estis, confidisti, transite, ite, descendite.

18. Depois, é anunciado, como conseqüência, o futuro cativeiro sob um rei iníquo: “Vós, todavia, estais reservados para o dia mau, e estais-vos a aproximar do reino da iniqüidade”.

Em seguida, vêm os malefícios da luxúria: “Vós que dormis em leitos de marfim e vos entregais à moleza nos vossos leitos; que comeis os melhores cordeiros do rebanho e os mais escolhidos novilhos da manada”.

Essas seis frases constituem três períodos de dois membros. Com efeito, o profeta não diz: Vós, todavia, que estais reservados para o dia mau; vós que vos aproximais do reino da iniqüidade; vós que dormis em leitos de marfim; vós que vos entregais à moleza nos vossos leitos; vós que comeis os melhores cordeiros do rebanho; vós que comeis os mais escolhidos novilhos da manada.

Por certo, se ele tivesse se exprimido desse modo, seria belo ver essas seis frases advirem uma por uma, com o mesmo pronome repetido, e relevar-se no mesmo tom na voz do orador. Mas é ainda mais belo ver essas frases unidas duas a duas, ao mesmo pronome, desenvolvendo três frases. A primeira anuncia, com antecedência, o cativeiro: “Vos estais reservados para o dia mau, e estais-vos a aproximar do reino da iniqüidade”. A segunda frase relaciona-se com a luxúria: “Vós que dormis em leitos de marfim e vos entregais à moleza nos vossos leitos”. A terceira é relativa à intemperança: “Comeis os melhores cordeiros do rebanho e os mais escolhidos novilhos da manada”.

Cada um é livre, ao pronunciar essas frases, de as relevar uma a uma, formando assim seis membros, ou, então, suspender a voz depois da primeira, da terceira e da quinta; ligando a segunda à primeira; a quarta à terceira; e a sexta à quinta, formando elegantemente três períodos de dois membros cada. O primeiro mostra o cativeiro iminente; o segundo, o leito impuro; e o terceiro, os excessos da mesa.

19. O profeta ataca em seguida, a valer, a voluptuosidade excessiva da audição. Depois de ter dito: “Vós que cantais ao som do saltério”, já que a música pode ser praticada com sabedoria pelos sábios, ele relaxa, por um maravilhoso artifício, o impulso impetuoso de sua invectiva. Assim, falando ainda desses homens, ele não se dirige mais a eles. Para nos advertir a não confundir a música do sábio com a dos voluptuosos, ele não diz: Vós que cantais ao som do saltério e a exemplo de Davi vos imaginais ter instrumentos para vos acompanhar. Mas após ter dito a esses judeus a frase que — luxuriosos — eles deviam escutar: “Vós que cantais ao som do saltério”, ele lhes indicou também a imperícia acrescentando: “e julgais imitar Davi, usando instrumentos musicais e bebeis vinho por grandes copos e vos perfumais com óleos preciosos”.

A melhor maneira de pronunciar essas três frases é de suspender a voz no curso dos dois primeiros membros do período, e de deixar cair a voz no terceiro.

20. Quanto ao fim de toda esta passagem: “sem vos compadecerdes da aflição de José!”, pode-se pronunciar, seja em um jato contínuo, como um só membro, seja mais elegantemente, suspendendo a voz depois de “sem vos compadecerdes” e acrescentando após a cesura: “da aflição de José”, de modo a formar um período de dois membros.

A maravilhosa beleza é, porém, que o profeta não disse: Eles não sofriam em nada por ter arruinado

seu irmão. Em lugar de “irmão”, usa o nome próprio daquele que deveu a seus irmãos uma preclara fama, seja pelo mal recebido, seja pelo bem que lhes prestou em troca. Na verdade, não sei se essa figura onde o nome “José” designa todos os irmãos, foi jamais descoberta pela arte da eloqüência ensinada nas escolas. Quanto é bela, entretanto, e como impressiona os leitores que a compreendem! Parece-me inútil explicá-lo a quem não tenha essa sensibilidade.

21. Por certo, pode-se ainda encontrar nessa mesma passagem que propusemos como exemplo, maior número de belezas que pertencem aos preceitos da eloqüência. Mas uma análise, por mais aprofundada que seja, não instrui um bom ouvinte tanto quanto inflama uma leitura convincente, em voz alta. É que essas frases não foram compostas pela arte humana, mas são oriundas do Espírito divino, com tanta sabedoria quanta eloqüência.

Ademais, como puderam constatar e dizer certos homens, muito eloqüentes e bastante perspicazes, essas regras que se aprendem como parte da arte oratória, não seriam observadas, notadas e redigidas em doutrina, se não tivessem sido primeiramente descobertas pelo gênio natural dos oradores. O que pois de admirar, se as encontramos nos escritores enviados pelo Criador dos gênios? Reconheçamos, pois, que nossos autores canônicos são, na verdade, não somente sábios, mas eloqüentes, e de eloqüência bem apropriada à sua personalidade.

CAPÍTULO 8

Primeira conclusão: não imitar a obscuridade dos autores sacros

22. Acabamos de tomar como modelo de elocução alguns textos dentre os nossos autores sacros, todos entendidos sem dificuldade. Não devemos, contudo, crer que é preciso imitar esses escritores nas passagens onde se exprimiram com obscuridade. Ainda que essa obscuridade tenha sido útil e salutar em vista de exercitar e, de certo modo, polir o espírito dos leitores. Eles usaram desse recurso também em vista de eliminar o tédio e aguçar o zelo dos que desejam estudar as Escrituras. Ou ainda, para esconder essas passagens ao espírito dos ímpios, seja para os fazer voltar à piedade, seja para os levar a afastar-se dos santos mistérios.

Na verdade, os escritores sacros assim se exprimiram para permitir aos futuros leitores que haveriam de os compreender e os comentar com exatidão, de encontrarem na Igreja de Deus uma nova graça, graça diferente, certamente, da que os hagiográfos receberam, mas da qual é conseqüência. Seus comentadores, portanto, não se exprimem com autoridade igual à sua, ao se apresentarem como encarregados de os explicar. Devem, ao contrário, em todos os seus discursos, trabalhar primeiramente, e, sobretudo, para se tornarem compreensíveis, pelo modo de falar mais claro possível. De maneira que somente um espírito muito lento não os compreenda, ou, então, porque as questões que desejam esclarecer são muito difíceis e sutis. Mas que não seja por culpa de seu modo de comentar.

CAPÍTULO 9

Segunda conclusão: reservar as dificuldades a auditório escolhido

23. De fato, há questões que ou não são entendidas ou são muito pouco, por mais que se repitam os esforços, e por mais que seja o talento da palavra do intérprete. Assim, não se deve tratar dessas

questões diante do povo, a não ser raramente, em casos urgentes ou, inclusive, nunca serem abordadas. É bem diferente o que acontece em relação aos livros. Os escritores que possuem talento bastante para reter a atenção do leitor capaz de os compreender — e para não melindrar os que se recusam a os ler por não os compreender — não devem renunciar a prestar esse serviço. Devem mesmo complementar a obra em conversas com pessoas capacitadas.

Por mais difíceis sejam as verdades sobre as quais já temos certo conhecimento, não devemos poupar esforço algum, em nossos diálogos, para dar a conhecê-las aos outros. Se tivermos auditório ou interlocutor, desejoso de aprender e dotado de aptidão intelectual que o permita perceber as verdades expostas, de qualquer modo seja, não nos preocupemos no ensino com o grau de eloqüência, mas sim com a clareza na exposição.

CAPÍTULO 10

Terceira conclusão: falar com clareza

24. O desejo diligente de ser claro leva, às vezes, a negligenciar palavras eruditas para não ter de se preocupar com frases bem soantes. Procurar sobretudo ser claro e dar a conhecer a verdade a que se visa apresentar. Foi o que levou a dizer um crítico, falando a respeito desse modo de se exprimir: “É certa negligência cuidada” (Cícero, De oratore). Dá-se renúncia à elegância, não, porém, para cair na trivialidade. Tal é e deve ser a aplicação do doutor sábio em instruir: que ele prefira a uma expressão obscura e ambígua, pelo próprio fato de ser latina, uma expressão mais familiar aos ignorantes do que aos cultos. Isso quando esta apresenta, na linguagem vulgar, sentido claro e determinado.

É assim que nossos tradutores não desdenharam dizer: Non congregabo conventicula eorum de sanguinibus (“Não congregarei os seus conventículos sanguinários”, Sl 15,4). Julgarem ser mais expressivo usar aí o termo sanguis, no plural, se bem que no latim clássico seja usado somente no singular. E por qual razão repugnaria a um mestre de piedade, falando a ignorantes, dizer: ossum e não os, para evitar que tomem essa sílaba, cujo plural é ora (as bocas), por os, cujo plural é ossa (os ossos)? Acontece que os ouvidos africanos não distinguem uma sílaba breve de uma longa.

Com efeito, de que serve a pureza da linguagem, se a inteligência do auditório não acompanha? Não temos absolutamente nenhuma razão de falar, se aqueles a quem nos dirigimos para nos fazer compreender não compreendem o que dizemos. Portanto, o mestre evitará toda a palavra que não ensine. Se ele puder, todavia, substituí-las por outras, corretas e inteligíveis, ele as escolherá de preferência. Se não o conseguir, seja porque elas faltem, seja porque não lhe vêm ao espírito, servir-se-á de expressões menos corretas. Sob a condição, contudo, de que a idéia venha a ser ensinada e aprendida de modo correto.

25. Na verdade, não é somente nas conversas com uma única pessoa ou com várias que sejam, mas é também — e com muito maior razão — nas pregações, que é preciso cuidar sem interrupção de se fazer compreender. Isso porque nas conversas cada um pode propor perguntas. Ao contrário, onde todos se calam para escutar a um só, e voltam para ele o olhar atento, nem o uso nem a conveniência permitem a alguém pedir explicações sobre o que não compreendeu. Assim, quem fala deve tomar o maior cuidado de vir em ajuda de quem se cala. Ordinariamente, o povo na sua avidez de entender costuma dar demonstração, por seus movimentos, de que compreendeu. Até que assim manifestem, é preciso voltar ao assunto, variando as expressões de múltiplas maneiras. Isso, contudo, não é possível para os que ponunciam um discurso preparado de antemão e aprendido de cor. Todavia, logo que o orador tenha certeza de haver sido compreendido, é preciso terminar ou passar a outra questão.

Pois, assim como se agrada ao esclarecer as questões a serem conhecidas, assim também se é cansativo ao insistir em questões muito conhecidas. Ao menos para os ouvintes cuja atenção estava inteiramente suspensa diante da dificuldade a ser resolvida.

Podem-se expor também idéias conhecidas em vista de deleitar. Nesse caso, não é a idéia mesma que interessa, mas o modo como é expressa. Mesmo que essa modalidade já seja conhecida, ainda assim agrada aos ouvintes. Daí o fato de lhes ser indiferente quem lhes fala, seja o próprio orador, seja um leitor. Porque, geralmente, um discurso escrito com elegância é lido com prazer, não somente pelos que tomam dele conhecimento pela primeira vez, mas ainda pelos que já o conheciam e ainda não o esqueceram. Esses relêem com gosto, e uns como outros o escutam de boa vontade. Se alguém, por outro lado, o tiver esquecido, será instruído ao se recordar dele.

Mas, neste momento, não trato a respeito do modo de agradar. Falo do modo de ensinar aos que querem aprender. Ora, a melhor forma de ensinar é aquela pela qual quem escuta não só ouve a verdade, mas a entende.

E quando se tiver conseguido isso, é preciso não mais se ocupar da questão tratrada, sob pretexto de ensinar mais tempo. Contentar-se, quando for o caso, de lembrá-lo para gravar no coração. E nessa ocasião, empregar a medida certa para não acontecer de levar ao aborrecimento.

CAPÍTULO 11

Quarta conclusão: falar com clareza e elegância

26. Em suma, na sua função de instruir, a eloqüência consiste em falar não para tornar agradável o que desagradava, nem para fazer ser cumprido o que repugnava, mas para tornar esclarecido o que estava obscuro. Todavia, se se fala de maneira pouco agradável, o fruto não é alcançado a não ser para uns poucos esforçadíssimos, desejosos de conhecer as idéias esplanadas, fossem elas expressas em estilo inculto e trivial. Uma vez percebidas as idéias, alimentam-se com prazer da própria verdade. Aí está um traço marcante dos bons espíritos: amar nas palavras a verdade e não as próprias palavras. Para que serve uma chave de ouro, se ela não pode abrir o que desejamos? No que é prejudicial uma chave de madeira, se ela pode abrir? Para nós, só importa abrir o que está fechado. Contudo, como há certa semelhança entre os que se alimentam e os que aprendem, para evitar o fastio de muitos, é preciso temperar os alimentos, sem os quais não se pode viver.

C. ANÁLISE DOS ESTILOS NA ARTE ORATÓRIA

CAPÍTULO 12

Os três objetivos do orador

27. Disse certo orador — e disse a verdade — que é preciso falar “de maneira a instruir, a agradar e a convencer”. Depois, acrescentou: Instruir é uma necessidade; agradar, um prazer; convencer, uma vitória”.[48]

O primeiro objetivo, isto é, a necessidade de instruir relaciona-se com as idéias a serem expostas; os dois outros, deleitar e convencer, com a maneira como as expomos. Em conseqüência, ao visar à instrução, o orador, enquanto não for compreendido, deve julgar que ainda não disse o que pretendia dizer ao auditório que deseja ver instruído. Porque, ainda que ele diga o que compreendeu, não deve imaginar tê-lo dito a quem ainda não entendeu. Ao contrário, se esse alguém compreendeu, qualquer seja a maneira como foi dito, ele o disse de fato.

Por outro lado, se ele pretende agradar ou convencer seu auditório, não o conseguirá falando de qualquer modo.

Isso porque para suceder bem, o que importa é a maneira de dizer. Ora, assim como é preciso agradar ao auditório para o manter na escuta, também é preciso convencê-lo para o levar à ação. E assim como o auditório sente prazer se tu falas de modo agradável, também ele se convence, se gostar do que lhe propõe, se temer aquilo de que o ameaças; se odiar o que reprovas; se abraçar o que recomendas; se deplorar o que excitas a ser deplorado; se sentir alegria com o que anuncias ser motivo de regozijo; se tiver piedade dos que apresentas como dignos de piedade; se fugir dos que incitas a evitar. Ora, esses efeitos e todos os outros que exigem grande eloqüência não têm a não ser única finalidade: tocar o espírito dos ouvintes não para saberem o que têm de fazer, mas para que se determinem a cumprir o que já sabem ser de seu dever.

Instruir é o principal objetivo

28. Contudo, se os ouvintes ainda não sabem o que têm que fazer, é preciso antes de tudo instruí-los antes de convencê-los. Talvez, quando conhecerem esses deveres, estarão de tal modo convencidos que não será necessário convencê-los pelos recursos maiores da eloqüência. Mas se isso for necessário, é preciso resolver-se a fazê-lo; isto é, essa necessidade apresenta-se quando eles sabem o que têm que fazer e não o fazem.

Vê-se, por aí, que instruir é uma necessidade. Porque os homens são tão capazes de fazer como não fazer o que eles sabem. Mas quem poderá afirmar que eles devem fazer o que ignoram? Assim, convencer não é uma necessidade, pois não é sempre necessária, sob a condição de que os ouvintes dêem seu consentimento ao orador que se limita a instruir ou a agradar. Mas convencer leva à vitória, pois pode acontecer que o auditório, embora estando instruído e deleitado, não dê seu consentimento. Ora, para que servem esses dois resultados se falta o terceiro? Aliás, agradar nem sempre é também de necessidade. Porque quando se fala é para dar a conhecer a verdade, e essa tarefa é própria da instrução. Não se trabalha nem se visa a trazer prazer, seja à verdade, seja à sua expressão. É por elas próprias, e por serem verdadeiras, que as idéias postas ao claro agradam. Eis por que até as idéias falsas encantam, quando são claras e bem demonstradas. Por certo, elas não agradam por serem falsas. Elas agradam, se bem que sejam falsas, pelo modo de expressão que as apresenta como verdadeiras.

CAPÍTULO 13

Convencer, por vezes, é indispensável

29. Ora, devido àqueles a quem a verdade causa desgosto, se não vier exposta de maneira agradável, foi dada à arte de agradar lugar muito importante na eloqüência. Esse prazer complementar, contudo, não é suficiente para os espíritos endurecidos, a quem de nada serve terem compreendido, nem se terem deleitado com a palavra do orador. De fato, que vantagem existe para um homem em reconhecer

a verdade e cobrir de louvores a sua expressão, se ele não der seu consentimento — única meta do orador? Esse, ao persuadir, cuida atentamente das idéias que expõe. Por certo, se essas idéias são aquelas que basta crer, não será o fato de lhes ter sido dado logo o consentimento, proclamar a sua verdade?

Ao contrário, se é ensinado um dever a cumprir e justamente é ensinado para ser cumprido, em vão o ouvinte é persuadido da verdade da idéia apresentada, em vão ele encontra prazer na maneira de expressão, se não se determinar à ação. É portanto necessário que o orador eclesiástico, ao persuadir a respeito de dever a ser cumprido, não somente ensine para instruir e agrade para cativar, mas, ainda, convença para vencer. Não lhe resta, com efeito, senão um meio para levar o ouvinte a dar seu consentimento: o de convencer pelo poder da eloqüência, no caso em que a demonstração da verdade unida ao encanto da expressão não conseguiu fazê-lo.

CAPÍTULO 14

Agradar é sempre útil, quando não oposto à verdade e seriedade

30. Os homens têm consagrado esforços ingentes para chegar à finalidade de agradar. Assim, conseguiram persuadir vivamente maus e desonestos, de tantas vilanias e indecências, as quais não só deveriam ser execradas, mas ainda detestadas. E as pessoas iludidas vêem essas coisas não com o fim de aprová-las, mas para o próprio deleite.

Ora, que Deus afaste de sua Igreja estas censuras que o profeta Jeremias dirigia à sinagoga dos judeus: “Uma coisa horrível e abominável aconteceu na terra: os profetas profetizam mentiras, os sacerdotes procuram proveitos. E meu povo gosta disto! Mas que fareis quando chegar o fim?” (Jr 5,30.31).

Ó eloqüência, tanto mais terrível quanto mais pura! Tanto mais veemente quanto mais sólida! É como um martelo que arrebenta as rochas! (Jr 23,29). Ora, semelhante a essa arma é a palavra de Deus a nós dirigida pelos santos profetas e pronunciada pelo próprio Deus (Jr 46,22).

Portanto, esteja bem longe de nós, sim, bem longe de nós, o fato de sacerdotes aplaudirem discursos iníquos e que o povo de Deus ame que isso aconteça. Sim, longe de nós tal demência; caso contrário, que faremos quando chegar o fim?

Por certo, ainda que as verdades ditas pelos sacerdotes sejam menos compreendidas, menos agradáveis, menos convincentes, contudo, que sejam ditas! Que se escutem com agrado as idéias justas, não as iníquas. Ora, essas não serão escutadas se não forem expressas com acerto.

CAPÍTULO 15

Exemplo de estilo pomposo e vazio

31. Numa assembléia séria, como aquela em que o salmista disse a Deus: “Eu te louvarei na grande assembléia” (Sl 35,18), não se considera agradável esse amaneiramento de estilo que para expor — não digo coisas iníquas, mas para fazer valer bens mínimos e frágeis — emprega pomposa ênfase, a qual não conviria sequer ao se tratar de bens sólidos e duráveis.

Encontra-se um pouco desse defeito numa carta do bem-aventurado Cipriano. Penso que ele a escreveu em circunstância acidental, ou bem no desejo de ensinar à posteridade de que tipo de

linguagem o bom gosto da sã doutrina cristã pode se depurar ao se despojar da redundância da retórica de outrora, para se submeter à disciplina de uma eloqüência mais séria e sóbria. Pois é justamente essa eloqüência que se ama com serenidade em seus escritos posteriores. É ela que procuramos com piedade e que conseguimos reproduzir com grande dificuldade. Com efeito Cipriano diz em certo lugar:

"Aí, galhos vagabundos caem enlaçados, suspensos e a deslizar através de arcos engalanados, revestindo tal arcada de folhagens, um pórtico do parreiral" (Epist. 1 ad Donatum).

Essas palavras supõem necessariamente uma riqueza verbal de esplêndida superabundância. Desagradam, porém, pela excessiva sobrecarga. Não conviriam a um assunto sério.

As pessoas admiradoras de tal estilo pensam que se alguém deixar de se exprimir dessa maneira, por possuir uma linguagem mais sóbria, seria incapaz de empregar outra, e portanto a evitariam. Talvez seja por isso que Cipriano, esse santo homem, quis mostrar que era capaz de empregar o estilo pomposo, já que o fez algumas vezes. Renunciou a ele, contudo, visto que, em seguida, não mais o empregou.

CAPÍTULO 16

Rezar é a primeira condição para o orador

32. Assim, o nosso orador age eficazmente quando fala da justiça, da santidade e da virtude, aliás ele não deve falar sobre outra coisa. Faz tudo o que lhe é possível ao tratar desses assuntos, de maneira a ser entendido, apreciado e obedecido. E não duvide que se pode fazê-lo e o quanto pode, consegui-lo-á, mais pela piedade de suas orações do que por seus talentos de orador. Assim, orando por si e por aqueles a quem falará, deve ser orante, antes de ser orador. À medida que se aproxima a hora em que usará da palavra e antes de tomá-la, que eleve sua alma sedenta a Deus, para saber derramar para fora o que hauriu, e comunicar o de que se impregnou.

Por certo, sobre cada questão relativa à fé e à caridade, inúmeras são as idéias a serem expostas e numerosos os modos de exprimi-las pelos que são instruídos. Mas quem se dará perfeita conta do que nas presentes circunstancias convém ser dito por nós para que nossos ouvintes escutem — senão aquele "que vê o coração de todos"? (At 1,24). E quem faz que digamos o que convém e da maneira como convém ser dito, senão aquele "em cujas mãos estamos nós e nossas palavras"? (Sb 7,16).

Logo, quem quiser conhecer e ensinar deve, na verdade, primeiramente aprender tudo o que é preciso ensinar, e adquirir o talento da palavra como convém a homem da Igreja. Mas no momento mesmo de falar, que pense nestas palavras do Senhor, que se aplicam particularmente a coração bem disposto: "Quando vos entregarem não fiqueis preocupados em saber como ou o que haveis de falar. Naquele momento vos será indicado o que deveis falar, porque não sereis vós que falareis naquela hora, mas o Espírito de vosso Pai é que falará em vos" (Mt 10,19.20).

CAPÍTULO 17

Pregar é missão confiada por Deus

33. De fato, quem quer que diga: "Não são homens que devem dar preceitos sobre o que é preciso ensinar e sobre a maneira de o fazer, visto que o Espírito Santo é quem forma os doutores", pode

também dizer: “Não temos de rezar porque o vosso Pai sabe do que tendes necessidade antes de lhe pedirdes” (Mt 6,8) ou então, que o Apóstolo não deveria ter dado a Timóteo e a Tito preceitos sobre o que tinham de ensinar e a maneira de o fazer. Portanto, quem na Igreja tem o encargo de ensinar deve ter sob os olhos essas três cartas do Apóstolo. Não lemos na primeira a Timóteo: “Eis o que deves prescrever e ensinar” (1Tm 4,11)? Ora, quais são esses preceitos, eu o disse acima. Não está na mesma carta: “Não repreendas duramente um ancião, mas admoesta-o como a um pai” (1Tm 5,1)? Não está dito na segunda a Timóteo: “Toma por modelo as sãs palavras que de mim ouviste” (2Tm 1,13)? Não está também: “Procura apresentar-te a Deus como homem provado, trabalhador que não tem de que se envergonhar, que dispensa com retidão a palavra da verdade” (2Tm 2,15)? E ainda: “Proclama a palavra, insiste no tempo oportuno e no inoportuno, refuta, ameaça, exorta com toda paciência e doutrina” (2Tm 4,2)? Não diz Paulo do mesmo modo a Tito, que o bispo deve se apegar com perseverança à doutrina da fé: “para que seja capaz de ensinar a sã doutrina como também de refutar os que a contradizem” (Tt 1,9)? Não lhe diz ainda: “Quanto a ti, fala do que pertence à sã doutrina. Que os velhos sejam sábios” (Tt 2,1.2)? Não lhe diz enfim: “Dize-lhes todas estas coisas. Exorta-os e repreende-os com toda autoridade. Ninguém te despreze” (Tt 2,15)? E “lembra-lhes que devem ser submissos aos magistrados e às autoridades” (Tt 3,1)?

O que pensar pois? Não se contradiz o Apóstolo dizendo, de um lado, que os doutores assim o são por obra do Espírito Santo, e dando-lhes, de outro lado, preceitos sobre o que devem ensinar e a maneira de o fazer? Não será preciso entender que a missão, embora sendo con-fiada aos homens pelo Espírito Santo, os próprios doutores devem se consagrar sem cessar à instrução? Com esta reserva, todavia, nem o que planta nem o que rega nada é, mas somente Deus dá o crescimento (1Cor 3,7).

Eis por que ninguém aprende — nem pelo ministério de homens santos, nem pela operação dos santos anjos — os princípios cuja finalidade é nos fazer viver com Deus, a não ser que se tenha tornado capaz de aprendê-los de Deus. A ele é dito no salmo: “Ensina-me a cumprir tua vontade, pois tu és o meu Deus” (Sl 143,10). Por isso, o mesmo Apóstolo falando a Timóteo, como mestre a seu discípulo, lhe diz: “Tu, porém, permanece firme naquilo que aprendeste e aceitaste como certo; tu sabes de quem o aprendeste” (2Tm 3,14). Certamente, os remédios corporais, aplicados aos homens por homens, não são eficazes senão naqueles em quem Deus opera a cura. Pois ele pode curá-los sem os remédios, ao passo que estes não podem curar sem a ação de Deus. Ainda assim são utilizados, e quando os aplicamos como bom serviço, isso será contado entre os atos de misericórdia e de beneficência. Assim se dá com o ensino da doutrina. Administrada pelo homem, ela não é eficaz a não ser quando Deus é o agente dessa eficácia. Pois ele poderia ter dado o evangelho ao homem sem solicitar o ministério de nenhum homem (G1 1,1).

CAPÍTIJLO 18

Aos três objetivos correspondem os três gêneros de estilo

34. Quem em seu discurso esforça-se por persuadir para o bem deve, sem excluir nenhum dos três objetivos (instruir, agradar e converter), falar após ter rezado, como dissemos, de modo a ser escutado com entendimento, prazer e docilidade. E caso ele o faça sob forma apropriada e harmoniosa, pode-se com razão considerá-lo eloqüente, ainda que não se obtenha a conversão do auditório. Pois a esses três objetivos (instruir, agradar e converter) correspondem três tipos de estilo, como parece ter desejado demonstrar aquele mestre de eloqüência romana quando disse de modo análogo: “Ser eloqüente é poder tratar assuntos menores em estilo simples; assuntos médios em estilo temperado e grandes

assuntos em estilo sublime” (Cícero, De Oratore, 29,10s). É como se ele anexasse os três objetivos aos três estilos, desenvolvendo um só e único pensamento na sua frase: “Ser eloqüente é ser capaz de falar para ensinar em estilo simples as pequenas questões; para agradar, tratando questões médias, em estilo temperado; e para converter, expondo grandes questões, em estilo sublime”.

CAPÍTULO 19

O orador sacro só trata de grandes assuntos

35. Cícero podia, certamente, mostrar esses três estilos, tais como definiu, nas causas do fórum. Mas não poderia mostrá-los aqui, isto é, nas questões da Igreja, sobre as quais versa o discurso do orador sacro a que visamos formar. Nas causas forenses, com efeito, chamam-se pequenos assuntos aqueles em que se devem julgar questões de dinheiro, e grandes assuntos aqueles em que são julgadas a liberdade, a vida e a cabeça dos homens. E os assuntos em que não são julgados nada desses temas, e em que não se trata que o auditório aja ou tome uma decisão, mas unicamente se deixe encantar, tais assuntos foram considerados médios, isto é, entre os pequenos e os grandes. São denominados modica, medianos, por possuírem medida moderada. Pois de modus, medida, derivou o termo modica, mediano. Então, por abuso de linguagem e não em sentido próprio, dizemos modica como sinônimo de parva, pequenos.

Em nossas reuniões, ao contrário, considerando que todos os assuntos se estendem — sobretudo quando falamos ao povo, mantendo-nos em lugar mais elevado — a respeito da salvação eterna dos homens e não sobre a temporal; e sobretudo considerando que pomos os homens em guarda contra a morte eterna, nós não tratamos a não ser de grandes assuntos. E isso, a ponto que não devemos considerar como assuntos menores, se tratados por doutor eclesiástico, aqueles relativos à aquisição ou perda de uma soma de dinheiro, seja ela pequena, seja grande. Pois não é pequena a justiça que certamente devemos observar inclusive em relação a uma pequena quantia, conforme a palavra do Senhor: “Quem é fiel nas coisas mínimas, é fiel também no muito” (Lc 16,10). O que é mínimo é certamente mínimo, mas ser fiel nas coisas mínimas é o máximo. A natureza do centro que exige a igualdade dos raios, isto é, de todas as linhas partindo desse centro até a circunferência externa, é a mesma, num círculo de grande diâmetro como num de menor extensão. Assim, a justiça, por avançar até seu limite, nas coisas pequenas, não perde nada de sua grandeza.

Apelo ao testemunho de Paulo sobre os tribunais pagãos

36. Afinal, quando o Apóstolo, falando a respeito dos tribunais judiciários (nos quais, em geral não se trata senão de questões de dinheiro), diz:

“Quando alguém de vós tem rixa com outro, como ousa levá-la aos injustos para ser julgada, e não aos santos? Então não sabeis que os santos julgarão o mundo? E, se é por vós que o mundo será julgado, sereis indignos de preferir julgamentos de menor importância? Não sabeis que julgaremos os anjos? Quanto mais, então, as coisas da vida cotidiana. Quando, pois, tendes processos desta vida para ser julgados, constituís como juízes aqueles que a Igreja despreza! Digo isto para confusão vossa. Não se encontra entre vós alguém suficientemente sábio para poder julgar entre os seus irmãos? No entanto, acontece que um irmão entre em litígio contra seu irmão, e isto diante de infiéis! De todo modo, já é para vós uma falta a existência de litígios entre vós. Por que não preferis antes padecer uma injustiça? Por que não vos deixais defraudar? Entretanto, defraudais — e isto contra vossos irmãos! Então não sabeis que os injustos não herdarão o Reino de Deus ?” (1Cor 6,1-9).

Por que essa indignação do Apóstolo? Por que essas censuras, essas repreensões, essas reprimendas, essas ameaças? Por que exprime a emoção de sua alma nessa alteração tão precipitada e em tom tão áspero de sua voz? Por que, enfim, fala assim tão imponente, sobre coisas bem pouco importantes? Os negócios seculares mereceram atenção tão grande? Mas não! Ele fala desse modo por causa da justiça, da caridade, da piedade, que nenhuma pessoa sóbria duvidará serem importantes, até nos menores negócios temporais.

Caráter original da eloqüência sacra

37. Por certo, se tivéssemos de ensinar aos homens de que maneira eles deveriam tratar dos negócios seculares, seja para si próprios, seja para seus clientes, diante de juízes eclesiásticos, nós os aconselharíamos, com razão, falar em estilo simples, como o devido a assuntos menores.

Mas como discorremos aqui a respeito da linguagem de homem capaz de ensinar as verdades que nos preservam dos males eternos e nos fazem chegar à felicidade sem fim, recomendamos-lhes que considerem como grandes assuntos as questões que ele tiver de tratar em qualquer parte, seja diante do povo, seja diante de círculo íntimo, seja diante de uma única pessoa ou diante de muitas, seja diante de amigos ou inimigos, seja num discurso seguido ou numa conversa, seja em opúsculos ou em livros, seja em cartas longas ou brevíssimas.

Na verdade, um copo de água pode ser estimado muito pouco. Talvez se considere de pequena importância a palavra do Senhor: “Aquele que der um copo de água a um meu discípulo não perderá sua recompensa” (Mt 10,42)? Ou bem, quando o orador fala na Igreja sobre esse assunto, será preciso crer que ele não trata nada de grande e que assim ele deve deixar de lado o estilo temperado e o sublime, para se contentar com o estilo simples? E se nós já fala-mos em alguma circunstância ao povo sobre essa questão, e que a graça de Deus inspirou nossa língua, não aconteceu, por vezes, que dessa água fria surgiu uma chama que abrasaria o coração frio dos ouvintes e os levou às obras da misericórdia, na esperança da celeste recompensa?

CAPÍTULO 20

Necessidade de variar os estilos

38. Ainda que nosso orador capacitado tenha sempre questões importantes a tratar, ele não deve fazê-lo constantemente em estilo sublime, mas em estilo simples, se estiver a ensinar; e em estilo temperado, se estiver a censurar ou louvar. Mas quando for preciso determinar à ação os ouvintes que deveriam agir, mas que resistem, ele empregará, então, para expor as grandes verdades, o estilo sublime e os acentos próprios a comover os corações. E algumas vezes, a respeito de uma mesma questão importante, empregará o estilo simples para ensinar o estilo temperado para enaltecer, e o sublime para fazer voltar à verdade um espírito desviado. Ora, o que há de maior do que Deus? Será esse motivo para não instruirmos sobre ele? Ou não será dever, para quem ensina a unidade da Trindade, apresentar a exposição unicamente em estilo simples, a fim de que uma questão tão difícil se torne compreensível, à medida do possível? E não será preciso aqui procurar mais as provas do que os ornamentos? Não se trata menos de comover o ouvinte do que de instruí-lo e esclarecê-lo? Ou para louvar Deus nele próprio ou em suas obras, que pinturas brilhantes, que quadros magníficos se oferecem à eloqüência de quem pode tentar louvar aquele que ninguém consegue louvar dignamente

sob qualquer forma que seja! Mas se Deus não for honrado ou se com ele, ou em seu lugar, honram-se os ídolos, os demônios ou não importa que criatura, o orador, para mostrar quanto essa idolatria é grande mal e afastar dela os homens, deve desenvolver toda a magnificência do estilo sublime.

CAPÍTULO 21

Exemplos de estilo simples em são Paulo

39. Há no apóstolo Paulo um exemplo de estilo simples (submissae dictionis) que cito aqui para precisar meu pensamento: "Dizei-me, vós que quereis estar debaixo da Lei, não ouvis vós a Lei? Pois está escrito que Abraão teve dois filhos, um da serva e outro da livre, em virtude da promessa. Isto dito em alegoria. Elas, com efeito, são as duas alianças, uma a do monte Sinai, gerando para a escravidão: é Agar (porque o Sinai está na Arábia), e ela corresponde à Jerusalém de agora, que de fato é escrava com seus filhos. Mas a Jerusalém do alto é livre, e esta é a nossa mãe" (Gl 4,21-26).

Temos o mesmo estilo quando o Apóstolo argumenta e diz: "Irmãos, falo como homem: até um testamento humano legitimamente feito, ninguém o pode invalidar nem modificar. Ora, as promessas foram asseguradas a Abraão e à sua descendência. Não diz 'e aos descendentes' como referindo-se a muitos, mas como a um só: e à tua descendência, que é Cristo. Ora, eu digo: uma Lei vinda quatrocentos e trinta anos depois não invalida um testamento anterior, legitimamente feito por Deus, de modo a tornar nula a promessa. Porque se a herança vem pela Lei, já não é promessa. Ora, é pela promessa que Deus agraciou a Abraão" (Gl 3,15-18).

E como à mente do ouvinte poderia se apresentar esta objeção: Por que pois a Lei foi dada, se é verdade que a herança não vem dela? Paulo propõe a questão a si mesmo e diz, como se interrogando: "Por que, então, a Lei? Foi acrescentada em vista das transgressões até que viesse a descendência, a quem fora feita a promessa, promulgada por anjos, pela mão de um mediador. Ou não existe mediador quando se trata de um só, e Deus é um só" (Gl 3,19.20).

E aqui se apresenta a questão que o Apóstolo se propõe: "Então, a Lei é contra as promessas de Deus? De modo algum! Se tivesse sido dada uma lei capaz de comunicar a vida, então, sim, realmente, a justiça viria da Lei. Mas a Escritura encerrou tudo debaixo do pecado, a fim de que a promessa pela fé em Jesus Cristo fosse concedida aos que crêem" (Gl 3,21.22).

E Paulo continua com argumentos análogos. Pertence, pois, à missão de ensinar, não somente abrir os ca-deados e desfazer os nós das questões, mas ainda, ao cumprir essa tarefa, resolver outras questões que possam por acaso se apresentar, para evitar que nossas palavras sejam desabonadas ou contraditas por elas. Contudo, sob a condição de que essa solução se apresente plenamente a nosso próprio espírito, sem o que as questões levantadas poderiam suscitar dificuldades que não saberíamos remover. Por certo, acontece que ao se tratar uma questão, que se levantem outras e, quando se trata de resolver estas, novas surjam por sua vez. E então, a atenção estende-se a tal proporção de raciocínios que, a não ser que o orador possua memória de vigor e fidelidade excepcional, não conseguirá voltar à questão inicial sobre a qual tratava. É excelente ir se refutando todas as objeções refutáveis à medida que se apresentem, para que não aconteça que um opositor apareça onde não haja ninguém capaz de responder ou ainda no caso em que ele esteja presente, mas calado, e saia sem esclarecimento.

Exemplos de estilo temperado

40. Nas palavras seguintes do Apóstolo encontramos o estilo temperado:

“Não repreendas duramente um ancião, mas admoesta-o como a um pai, aos jovens, como a irmãos, às senhoras, como as mães, e às moças, como a irmãs, com toda pureza” (1Tm 5,1-2).

E nestas outras:

“Exorto-vos, irmãos, pela misericórdia de Deus, a que ofereçais vosso corpo como hóstia viva, santa e agradável a Deus” (Rm 12,1).

Quase toda a passagem dessa exortação é de estilo temperado. As frases aí são muito belas, porque as palavras próprias revestem idéias apropriadas, como se lhes fossem devidas; elas fluem harmoniosamente.

Eis outro exemplo:

“Temos, porém, dons diferentes, segundo a graça que nos foi dada, quem tem o dom da profecia, que o exerça segundo a proporção de nossa fé; quem tem o dom do serviço, o exerça servindo; quem o do ensino, ensinando; quem o da exortação, exortando. Aquele que distribui seus bens que o faça com simplicidade; aquele que preside, com diligência; aquele que exerce misericórdia, com alegria. Que vosso amor seja sem hipocrisia, detestando o mal e apegados ao bem; com amor fraterno, tendo carinho uns para com os outros, cada um considerando a outro como mais digno de estima. Sede diligentes, sem preguiça, fervorosos de espírito, servindo ao Senhor, alegrando-vos na esperança, perseverando na tribulação, assíduos na oração, tomando parte nas necessidades dos santos, buscando proporcionar a hospitalidade. Abençoai os que vos perseguem; abençoai e não amaldiçoeis. Alegrai-vos com os que se alegram, chorai com os que choram. Tendo a mesma estima uns pelos outros” (Rm 12,6-16).

E com que beleza termina toda esta torrente de frases, por um período de dois membros:

“Não vos deis ares de sábios, mas senti-vos solidários com os mais humildes” (Rm 12,16).

Em seguida, um pouco mais longe:

“Dai a cada um o que lhe é devido: o imposto a quem é devido; a taxa a quem é devida; a reverência a quem é devida, a honra a quem é devida” (Rm 13,7).

Essas frases desdobradas membro por membro, terminam elas também por um período de dois membros:

“Não devais nada a ninguém a não ser o amor mútuo” (Rm 13,8).

E um pouco além:

“A noite avançou e o dia se aproxima. Portanto, deixemos as obras das trevas e vistamos a armadura da luz. Como de dia, andemos decentemente; não em orgias e bebedeiras, nem em devassidão e libertinagem, nem em rixas e ciúmes. Mas vesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não procureis satisfazer os desejos da carne” (Rm 13,12-14).

Se essa última frase estivesse constituída da seguinte maneira: et carnis providentiam inconcupiscentia ne feceritis, sem dúvida ela agradaria os ouvidos por uma cláusula ritmada com mais acerto. Mas um tradutor muito rigoroso preferiu guardar a ordem das palavras conforme o original. O modo como soa essa frase no grego — língua falada pelo Apóstolo — os que são doutos nessa língua o poderão perceber perfeitamente. Para mim, contudo, a tradução que nos fizeram em latim, seguindo essa ordem das palavras, não me parece soar muito harmoniosamente.

A ausência das cláusulas métricas nos autores sacros

41. Realmente, é preciso reconhecer que esse ornamento de estilo que consiste em cláusulas métricas cadenciadas falta a nossos autores sacros. A falta será dos tradutores ou (o que penso de preferência) por que omitiram de propósito esses arranjos atraentes? Não ouso afirmar, pois confesso minha ignorância a esse respeito. Contudo, sei o seguinte: se um hábil conhecedor dessa arte da métrica colocasse segundo a lei da cadência os fins das frases daqueles autores sacros — o que seria feito muito facilmente, trocando algumas palavras de igual sentido ou mudando a ordem das palavras encontradas —, perceberia não ter faltado aos hagiógrafos o que ele considera grande e sublime nas obras dos gramáticos e doutores de retórica. Ele encontraria ainda grande número e variedade de expressões de notável beleza. Beleza que se encontra, certamente, em nossa própria língua, mas que na língua original deles é de grau superior e que não se encontra na literatura que faz o orgulho dos amigos da retórica. Seria preciso, porém, precaver-se ao acrescentar as cláusulas métricas a essas frases divinas e pesadas de sentido, e não lhes retirar a gravidade. Pois essa arte musical, na qual se aprende a fundo a harmonia, faltou tampouco, a nossos profetas que Jerônimo, homem doutíssimo, reconheceu em alguns deles até a medida dos versos. Ele os citou somente na mesma língua hebraica, para conservar a harmonia e a beleza. Não quis traduzi-los (Hieron. In prólogo super Job).

Quanto a mim, eis meu sentimento, que me é mais conhecido do que a ninguém mais, e superior ao que possam conhecer os outros: em minhas composições, o quão modestamente julgo poder fazer, eu não omito as cláusulas métricas no final das frases. Mas elas me agradam tanto mais em nossos autores sacros, o quanto mais raramente os encontro.

Exemplos de estilo sublime

Modelo tirado de 2Cor 6,2-10

42. Quanto ao estilo sublime (grande dicendi), ele difere do estilo temperado nisto: ser menos elegante pelos ornamentos de expressão e mais impetuoso pelos sentimentos. Pois ele toma também quase todos aqueles ornamentos, mas se lhe vêm a faltar, não os busca. De fato, ele é levado por seu próprio impulso a tomar à força a beleza da expressão, e não será por preocupação da elegância que dela se reveste. Basta-lhe, por motivo do assunto em questão, que as palavras não sejam escolhidas pelo cuidado engenhoso da elocução, mas que elas sigam o movimento inflamado do coração. Pois, se um homem corajoso, muito ardente no combate, tiver como arma uma espada ornamentada de dourados e pedrarias, não se baterá com ela porque é preciosa, mas por ser uma arma. Ele estará, contudo, muito mais forte, se a cólera exasperada o fizer dar o golpe.

O Apóstolo quer que o ministro do evangelho sofra pacientemente todos os males desta vida pela consolação dos dons de Deus. Este assunto é grande, e ele o trata de maneira grandiosa e com abundante riqueza de expressão.

“Eis agora o tempo favorável por excelência. Eis agora o dia da salvação. Evitamos dar qualquer motivo de escândalo, a fim de que o nosso ministério não seja sujeito à censura. Ao contrário, em tudo recomendamo-nos como ministros de Deus: por grande perseverança nas tribulações, nas necessidades, nas angústias, nos açoites, nas prisões, nas desordens, nas fadigas, nas vigí1ias, nos jejuns, pela pureza, pela ciência, pela paciência, pela bondade, por um espírito santo, pelo amor sem fingimento, pela palavra da verdade, pelo poder de Deus, pelas armas ofensivas e defensivas da justiça, na glória e no desprezo, na boa e na má fama; tidos como impostores e não obstante verídicos; como desconhecidos e, não obstante, conhecidos; como moribundos e, não obstante, eis que vivemos; como punidos e, não obstante, livres da morte; como tristes e, não obstante, sempre alegres; como

indigentes e, não obstante, enriquecendo a muitos; como nada tendo, embora tudo possuamos!" (2Cor 6,2-10).

Vede-o ainda abrasado:

"A nossa boca se abriu para nós, ó coríntios; o nosso coração se dilatou" (2Cor 6,11) e o restante, que é muito longo para ser citado.

Modelo tirado de Rm 8,28-39

43. São Paulo fala, no mesmo estilo sublime e elegante, aos romanos, para levá-los a triunfar pela caridade das perseguições deste mundo, certos que estão de poder contar com o socorro de Deus:

"E nós sabemos que Deus coopera em tudo para o bem daqueles que são chamados segundo o seu desígnio. Porque os que de antemão ele conheceu, esses também predestinou a serem conformes à imagem do seu Filho, a fim de ser ele o primogênito entre muitos irmãos. E os que predestinou, também os chamou; e os que chamou, também os justificou, e os que justificou, também os glorificou. Depois disto, que nos resta a dizer? Se Deus está conosco, quem estará contra nós? Quem não poupou o seu próprio Filho e o entregou por todos nós, como não nos haverá de agraciar em tudo junto com ele? Quem acusará os eleitos de Deus? É Deus quem justifica. Quem condenará? Cristo Jesus, aquele que morreu, ou melhor, que ressuscitou, aquele que está à direita de Deus e que intercede por nós? Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, angústia, perseguição, fome, nudez, perigo, espada? Segundo está escrito: Por tua causa somos postos à morte o dia todo, somos considerados como ovelhas destinadas ao matadouro. Mas em tudo isto somos mais que vencedores, graças àquele que nos amou. Pois estou convencido de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem o presente, nem o futuro, nem os poderes, nem a altura, nem a profundeza, nem nenhuma outra criatura poderá nos separar do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus, nosso Senhor" (Rm 8,28-39).

Modelo tirado de Gl 4,10-20

44. Por outro lado, na carta aos Gálatas, embora escrita toda em estilo simples, salvo no início e no final, onde há estilo temperado, o Apóstolo intercala uma passagem com movimento tão apaixonado da alma que, sem se preocupar com nenhum dos ornamentos dos textos citados por mim há pouco, ele não podia senão falar em estilo sublime:

"Observais cuidadosamente dias, meses, estações, anos! Receio ter-me afadigado em vão por vós. Eu vos suplico, irmãos, que vos torneis como eu, pois eu também me tornei como vós. Em nada me ofendestes. Bem o sabeis, foi por causa de uma doença que eu vos evangelizei pela primeira vez. E vós não mostrastes desprezo nem desgosto, em face da vossa provação na minha carne; pelo contrário, me recebestes como anjo de Deus, como Cristo Jesus. Onde estão agora as vossas felicitações? Pois eu vos testemunho que, se vos fosse possível, teríeis arrancado os olhos para dá-los a mim. Então, dizendo-vos a verdade eu me torno vosso inimigo? Não é para o bem que eles vos cortejam. O que querem é separar-vos de mim para que os cortejeis a eles. É bom ser cortejado para o bem, sempre, e não só quando estou presente entre vós, meus filhos, por quem eu sofro de novo as dores do parto, até que Cristo seja formado em vós. Quisera eu estar no meio de vós agora e mudar o tom de voz, pois não sei que atitude tomar a vosso respeito" (Gl 4,10-20).

Existem nessa passagem palavras em antítese ou ligadas entre si em graduação? Há frases

entrecortadas, membros ou períodos musicais? Não! E contudo, a paixão prodigiosa que sentimos abrasar o discurso não esfriou.

CAPÍTULO 22

Exemplos de estilo simples nos escritores cristãos

Modelo tirado de são Cipriano

45. As palavras do Apóstolo acima citadas são tão claras quão profundas. Foram escritas e transmitidas à posteridade de tal forma que exigem não somente leitor ou auditório, mas ainda comentador. Isso no caso de alguém não se contentar com leitura superficial, mas quiser aprofundar o seu sentido. Examinemos, pois, todos os gêneros de estilo nos escritores cristãos que, pela leitura dos autores sacros, adquiriram em alto grau a ciência das coisas divinas e salutares e, em seguida, as transmitiram à Igreja.

O bem-aventurado Cipriano emprega o estilo simples no livro em que trata a respeito do sacramento do Cálice do Senhor. Resolve aí a questão de saber se o Cálice do Senhor deve conter apenas água ou água misturada com vinho. A título de exemplo, cito essa passagem:

“Sabei que estamos advertidos de que é preciso, na oblação do cálice, conservar a tradição do Senhor e nada fazer de diferente do que ele fez, primeiro por nós, a saber: oferecer o cálice com água misturada com vinho, oferecido em memória dele. Ao considerar o que Cristo disse: ‘Eu sou a videira’ (Jo 15,5), o sangue de Cristo, por certo não é água, mas vinho. Ora, esse sangue que nos redimiu e vivificou não pode, parece, estar no cálice, se não houver vinho que traz sob os nossos olhos o sangue de Cristo anunciado pelos ritos sacramentais e o testemunho de todas as Escrituras. Encontramos, com efeito, no Gênesis, a respeito do gesto simbólico de Noé, que antecipou a oblação do cálice e prefigurou a paixão de Cristo. Noé bebeu o vinho e embriagou-se. Desnudou-se em sua casa e deitou-se tendo as coxas nuas e descobertas. O filho caçula fez notar essa nudez, ao passo que o mais velho e o do meio a cobriram (Gn 9,20-23). Não é necessário citar até o fim essa narração porque basta pôr o acento sobre o único fato de Noé mostrar uma figura da realidade a vir: bebeu, não água, mas vinho. Vemos do mesmo modo, conforme o testemunho da Escritura, o sacramento do Senhor prefigurado no sacerdote Melquisedec. Está dito, com efeito: ‘Melquisedec, rei de Salém, trouxe pão e vinho; ele era sacerdote do Deus Altíssimo. E ele abençoou Abraão’ (Gn 14,18). Que Melquisedec tenha sido a figura de Cristo, o Espírito Santo o declara nos Salmos, onde faz dizer ao Filho pelo Pai: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec’ (Sl 110,4)”.

Essa passagem e as seguintes dessa carta (63 ad Caecilium) conservam o estilo simples, o que os leitores podem facilmente constatar.

Exemplo tirado de santo Ambrósio

46. Santo Ambrósio, querendo demonstrar que o Espírito Santo é igual ao Pai e ao Filho, emprega, contudo, o estilo simples para tratar sobre esse grande assunto, porque o assunto pedia um ensino claro e não ornamentado com expressões destinadas a comover os corações. Ele diz, pois, entre outras coisas, desde o início de sua obra (De Spiritu Sancto):

“Gedeão, tendo sabido por um oráculo impressionante que, apesar da defecção de milhares de homens, o Senhor libertaria o povo de seus inimigos, por um só homem, ofereceu um cabrito, em

sacrifício. Segundo a prescrição do anjo, depositou a carne sobre uma pedra com pães ázimos e regou-a com o seu caldo. Ora, no instante em que o anjo os tocou com a ponta do cajado que tinha na mão, o fogo se ergueu de uma pedra e devorou a carne e os pães ázimos (Jz 6,11-21). Esse sinal parece indicar bem que essa pedra prefigurava o corpo de Cristo, pois está escrito: ‘Todos bebiam de uma rocha espiritual que os acompanhava e essa rocha era Cristo’ (1Cor 10,4). Por certo, esse sacrifício relaciona-se não com a divindade de Cristo, mas com sua carne, que pelo derramamento contínuo de seu sangue inunda os corações dos povos sedentos. Desde então ficou anunciado que nesse mistério o Senhor Jesus crucificado apagaria, em sua carne, os pecados do mundo inteiro. Não somente as faltas nas ações, mas ainda os desejos desregrados dos corações. Pois a carne do cabrito representa as faltas nas ações, e o caldo, a sedução das concupiscências, como está escrito: ‘A população ardeu em desejos e disse: ‘Quem nos dará carnes para comer?’ (Nm 11,4). Quanto ao fato de o anjo estender o cajado e tocar a pedra onde se ergueu o fogo, mostra que a carne do Senhor, cheia do Espírito divino, devia consumir todos os pecados do gênero humano. De onde esta palavra do Senhor: ‘Eu vim trazer fogo à terra’ (Lc 12,49)”.

E no restante de seu livro, Ambrósio ocupa-se antes de tudo em ensinar e provar as verdades que expõe.

Exemplos de estilo temperado nos escritores cristãos

Modelo tirado de são Cipriano

47. Ao gênero temperado (genere temperato) pertence, em Cipriano, este elogio da virgindade:

“Nós nos dirigimos agora às virgens de quem devemos tomar tanto cuidado, quanto mais luminosa é a sua glória. Elas são a flor dos filhos da Igreja, o ornamento e a beleza da graça espiritual, a sede natural do mérito e da honra, uma obra intacta e sem mácula, a imagem de Deus reproduzindo a santidade do Senhor, a porção mais ilustre do rebanho de Cristo. Por elas, regozija-se e nelas desabrocha em plena flor a gloriosa fecundidade de nossa mãe a Igreja. E quanto mais essa gloriosa virgindade aumenta o número de suas filhas, mais cresce a alegria de sua mãe” (Epist. 63,2.3).

E em outro lugar, pelo final da carta, Cipriano es-creve:

“ ‘E assim como trouxemos a imagem do homem terrestre, assim também traremos a imagem do homem celeste’ (1Cor 15,49). Ora, essa imagem, a virgindade a traz, a pureza a traz, a santidade e a verdade a trazem. E a trazem também os que, lembrando-se do ensino de Deus, permanecem na fé, humildes no temor, fortes diante de toda provação, mansos no suportar as injúrias, prontos na prática da misericórdia, unidos de espírito e de coração numa paz fraterna. Ó excelentes virgens, deveis observar, amar, cumprir um a um esses deveres, vós que, inteiramente voltadas ao serviço de Deus e de Cristo, marchais na vanguarda em direção ao Senhor a quem vos consagrastes. E vós, mulheres avançadas em idade, tornai-vos as mestras das mais jovens. E vós, jovens, oferecei vossos serviços às mais idosas e vossos encorajamentos a vossas companheiras de idade. Exercitai-vos por mútuas exortações. Provocai-vos à glória, rivalizando-vos nos atos de virtude. Perseverai com coragem. Prossegui vosso crescimento espiritual. Chegai ao fim, com alegria. Apenas lembrai-vos de nós na hora em que a virgindade começar a vos cumular de honras” (São Cipriano, Tractatus de disciplina et habitu Virginarum).

Modelo tirado de santo Ambrósio

48. É também em estilo temperado e elegante que Ambrósio propõe, sob forma de exemplo, às

mulheres que fazem profissão de virgindade, o ideal a imitar, isto é, Maria, mãe de Jesus:

“Virgem, não só de corpo, mas também de espírito, de candura incapaz do menor disfarce. Humilde de coração, grave no falar, prudente nas realizações, amante do silêncio, assídua ao estudo. Não se entregava a riquezas incertas, mas confiava nas orações dos indigentes. Sempre aplicada ao trabalho não queria outra testemunha para seu coração a não ser Deus. A ninguém ofendia, respeitava a todos. Prestava aos superiores a devida honra. Não invejava os iguais, consultava a razão, em todos os seus atos amava a virtude. Quando ofendeu ela a seus pais, ainda que fosse com o olhar? Quando aborreceu os pobres? Quando zombou do fraco? Quando evitou o mendigo? Nada de repreensível havia em suas maneiras, de malícia nos seus olhares, de lento nos seus atos, de desenvolto no seu andar, de artificial na sua voz. A aparência exterior era perfeita imagem da beleza de sua alma. Reconhecemos uma habitação como boa, só com transpor-lhe a soleira, logo ao primeiro passo se percebe a luz que lhe inunda o interior. Assim nossa alma: como lâmpada resplandecente deve brilhar, ainda que através do invólucro corporal. Que direi de sua temperança e de sua diligência? Nesta, foi além da natureza; naquela, quase esqueceu a própria natureza. Para o trabalho não havia solução de continuidade e o jejum era prolongado por longos dias. Quando usava dos alimentos, fazia-o menos para satisfazer o paladar do que para sustentar a vida” (Santo Ambrósio, A virgindade, II,2,78, Ed. Vozes, p. 71).

Citei essa passagem como modelo de estilo temperado. Ambrósio, com efeito, não fala aí para chamar ao voto de virgindade as que ainda não o fizeram, mas para mostrar como devem praticá-lo as que já o pronunciaram. Porque para decidir o espírito a fazer voto tão magnífico e belo, é preciso excitar e inflamar em estilo sublime.

Quanto ao mártir Cipriano, ele escreveu sobre o estado de virgindade e não sobre o empenhamento a ser tomado ao abraçá-lo.

O bispo Ambrósio, por seu lado, exortou além disso as virgens a assumirem esse empenhamento, numa linguagem de grande estilo.

Exemplos de estilo sublime nos escritores cristãos

Modelo tirado de são Cipriano

49. Citarei, a seguir, exemplos de estilo sublime (dictionis grandis), ainda tirados de obras desses dois doutores: Cipriano e Ambrósio. Com efeito, ambos levantaram-se violentamente contra as mulheres que pintavam o rosto com cosméticos, ou melhor, o deformavam. Cipriano, entre outras coisas, diz a esse respeito:

“Supondo que um hábil pintor tenha pintado o rosto, o aspecto, o porte de uma pessoa em cor natural e, uma vez o retrato terminado, outro pintor venha, com a presunção de ser mais hábil e ponha as mãos sobre esse quadro para o refazer; a injúria feita ao primeiro pintor seria grave, e legítima a sua indignação. E tu, tu pensas impunemente te permitir a audácia tão perversa e temerária de ofender o artista que é o próprio Deus? Bem entendido, não te tornas impudica aos olhos dos homens, nem manchada por essa pintura que induz à sensualidade, mas nem por isso deixas de violar, nem de corromper a obra de Deus e te tornas pior do que mulher adúltera. O que julgas ser enfeite, o que tomas por ornamento é atentado contra a obra divina, falsificação da verdade. Escuta a voz do Apóstolo que te adverte: ‘Purificai-vos do velho fermento para serdes nova massa, já que sois sem fermento. Pois nossa Páscoa, Cristo, foi imolado. Celebremos, portanto, a festa não com velho fermento, nem com fermento de malícia e perversidade, mas com pães ázimos: na pureza e na verdade’ (1Cor 5,7-8). Ora, pode a pureza e a verdade persistirem quando se polui o que é puro e

quando se muda em mentira pela alteração das cores, tintura e retoques, o que é verdadeiro? O teu Senhor disse: ‘Não tens o poder de tornar um só cabelo branco ou preto’ (Mt 5,36), e para abafar a voz do Senhor queres ser mais poderosa do que ele? Por esforço audacioso e por desprezo sacrílego tinges teus cabelos e, por sinistro presságio do futuro, começas a ter cabelos cor de fogo” (São Cipriano, op. cit. 15ss).

Seria muito longo citar as páginas seguintes.

Modelo tirado de santo Ambrósio

Ambrósio fala nestes termos contra tais mulheres:

50. “Nascem daqui os incentivos aos vícios. Receosas de desagradar aos homens, pintam o rosto e com a alteração da fisionomia tramam o adultério da castidade. Que loucura alterar a fisionomia natural, procurar ornatos e, por temor do julgamento do marido, acabar traindo-o! Em primeiro lugar, condena-se a si própria a mulher que pretende modificar o que possui por nascimento. Enquanto procura formas de agradar a outrem, desagrada-se a si própria. Ó mulher, que melhor juiz de tua fealdade buscaremos do que a ti mesma, que temes aparecer como és? Se és bela, por que ocultas a beleza? Se és feia, por que mentes, dizendo-te formosa, se isto não conseguirá atrair o favor de tua consciência, nem corrigir o erro alheio? Teu marido ama outra, tu a outro queres agradar. Como podes irritar-te, se ele amar outra, quando aprende de ti o adultério? Tornas-te a mestra perversa da ofensa que sofres. Deixa de ser sedutora quem foi seduzida. Além disso, a mulher de sentimentos vis não prejudica a outrem, mas a si mesma. No adultério, de certa forma, os crimes são mais toleráveis, porque nele se ofende a pureza; tu, porém, pervertes tua própria natureza” (Santo Ambrósio, op. cit., p. 46).

Penso que aí aparece suficientemente a eloqüência advertir com veemência as mulheres a não alterarem sua beleza com pinturas, e a guardar o pudor e o temor. Reconhecemos assim, nessas passagens, não o estilo simples nem o temperado, mas o estilo sublime. Eu quis, entre todos os outros escritores cristãos, propor como exemplos esses dois. É possível encontrar entre outros homens da Igreja textos ou escritos ou pronunciados, nesses três estilos, com excelentes idéias e muito bem expressos. Tal como o assunto o exige, com firmeza, elegância e vibração. Todos os que os estudam poderão — lendo-os ou escutando-os com freqüência e também fazendo exercícios — adquirir os três gêneros de estilo apresentados.

D. REGRAS ESPECIAIS DE ELOQÜÊNCIA ECLESIÁSTICA

CAPÍTULO 23

O orador sacro deve misturar os três gêneros de estilo

51. Não é preciso crer que seja contrária às regras a mistura dos estilos. O melhor até é fazê-lo, à medida que o assunto se presta a isso, e ir variando os três estilos. Pois o emprego prolongado de um só retém menos a atenção do ouvinte. Se houver transição de um gênero a outro, o discurso, por mais longo que seja, desenvolve-se com mais arte. É verdade que cada gênero de estilo possui, na palavra

do orador, variedade própria que impede diminuir ou esmorecer a sensibilidade dos ouvintes. Se for empregado um só estilo, seja o simples, por ser o mais fácil e suportável por mais tempo do que o estilo sublime. Pois quanto mais vivamente nós pretendemos convencer a alma para obter o consentimento do ouvinte, por menos tempo conseguimos mantê-lo nessa tensão, após ter sido suficientemente excitado. E assim, devemos nos prevenir de querer elevar alto demais o que já fora elevado, receio que não venha a decair do ponto onde a eloqüência o tinha elevado. Mas ao intercalar as passagens ditas em estilo simples com as passagens que é preciso dizer em estilo sublime, pode-se de novo voltar a esse e, assim, o movimento do discurso se faz como com as ondas agitadas do mar. Conseqüentemente, o estilo sublime, caso seja necessário empregá-lo por muito tempo, não deve ser empregado sozinho, mas variando-o com a intercalação de outros estilos. Contudo, o discurso tomará unicamente o nome do gênero dominante.

CAPÍTULO 24

Como se devem aliar os três gêneros de estilo

52. É certamente importante saber que gênero de estilo pode ser aliado a outro e determinar as circunstâncias nas quais essa aliança se torna necessária.

Até num discurso em estilo sublime sempre ou quase sempre convém que o exórdio esteja em estilo temperado. E está à escolha do orador empregar o estilo simples em desenvolvimentos que poderiam ser feitos em estilo sublime. Assim, as partes expostas em estilo simples dão realce maior às expressas em estilo sublime, como as sombras por seu contraste tornam a luz mais brilhante. Em cada gênero, contudo, apresentam-se dificuldades a serem resolvidas e que exigem, por isso, a penetração própria ao estilo simples. Deve-se, portanto, empregar esse gênero aliando os dois outros, ao se apresentar qualquer questão dessa natureza. Do mesmo modo, é preciso recorrer ao gênero temperado e deixar qualquer outro, todas as vezes que se trata de louvar ou censurar, e não de condenar ou absolver alguém, nem de fazer uma determinação pelo ouvinte.

Assim, pois, os gêneros sublime e simples admitem, cada um, os outros dois estilos. Quanto ao estilo temperado, nem sempre, mas algumas vezes requere-se o estilo simples, quando surge, como disse, uma questão a ser resolvida. Ou ainda, quando certos pormenores que poderiam ser tratados com arte não o são, mas ao contrário são desenvolvidos bem simplesmente, justamente para melhor fazer realçar o brilho e a riqueza dos ornamentos empregados em outra passagem. Ora, o estilo temperado nunca reclama o concurso do estilo sublime. Com efeito, ele é empregado para agradar os espíritos e não para os convencer.

CAPÍTULO 25

Testemunho pessoal de Agostinho sobre os efeitos do estilo sublime

53. Pelo fato que um orador receba aplausos numerosos e calorosos, não se segue que seu discurso tenha sido em estilo sublime, já que a fineza do estilo simples e a elegância do estilo temperado obtêm as mesmas aclamações. Quanto ao estilo sublime, o mais freqüentemente faz cerrar a garganta e leva a derramar lágrimas.

Assim, um dia, em Cesaréia da Mauritania, eu falava para levar os cidadãos a desistirem de uma

guerra civil, ou antes de uma guerra mais do que civil, por eles chamada a Caterva.[49] Consistia em combates por bandos. Na verdade, não eram somente os cidadãos que se dividiam em dois grupos, mas também parentes próximos, irmãos e até pais e seus filhos se batiam entre si, com lançamento de pedras sem interrupção durante dias, em certa época do ano. Matavam-se mutuamente o quanto podiam. Falei, naturalmente, em estilo sublime, o melhor possível, para tirar e banir de seus corações e de sua vida, por minhas palavras, um mal tão cruel e inveterado. Entretanto, não acreditei no sucesso até que entendi suas aclamações. E não acreditei nestas enquanto não vi se derramarem as lágrimas. Suas aclamações indicavam que foram instruídos e comovidos; suas lágrimas, que estavam convencidos. Desde o instante em que eu as vi correr tive plena confiança, antes de tirar a prova de que eu havia vencido plenamente o abominável costume ligado pelos pais, avós e antepassados mais distantes, enraizado no coração, e exercer sobre eles um poder tirânico.

Apenas, tendo terminado meu discurso, conduzi seus corações e bocas a renderem graças a Deus. Eis já perto de oito anos ou mais que, por um favor de Cristo, nenhum combate desse gênero foi tentado mais nessa cidade.

Sabemos, graças a muitos outros exemplos, que homens manifestaram o efeito de sábio emprego do estilo sublime, menos por suas aclamações do que por seus gemidos, muitas vezes pelas lágrimas e, enfim, pela mudança de vida.

Efeitos do estilo simples e do temperado

54. Os discursos em estilo simples também mudaram a vida de grande número de pessoas. E chegaram a isso aprendendo verdades que ignoravam ou sendo levados a crerem outras, que lhes pareciam inacreditáveis. Contudo, esse estilo simples não chega a levar a cumprir um dever conhecido ao qual as pessoas recusam-se a obedecer. Porque para fazer abalar uma resistência desse gênero, é preciso recorrer ao estilo sublime.

Sem dúvida, os elogios e as repreensões, à condição de serem feitas com eloqüência, obtêm o mesmo resultado em certas pessoas, quando sensíveis ao estilo temperado. Pois tais pessoas, sob o encanto da eloqüência, não somente sentem prazer em ser elogiadas e repreendidas, como ainda desejam viver de maneira decente, abstendo-se de viver de modo repreensível.

Mas digam-me: o estilo temperado converte a todos a quem encanta? Assim como o estilo sublime determina à ação todos aqueles a quem convence, como o gênero simples força aqueles a quem instrui a conhecer e a confessar a verdade?

CAPÍTULO 26

Fim que se deve propor o estilo temperado

55. E assim, nós vemos quanto esses dois estilos, o simples e o sublime, por causa do fim a que se propõem, são necessários aos que querem falar com sabedoria e eloqüência. Mas quanto ao estilo temperado, cujo fim é agradar, não deve ser procurado por si próprio. É preciso reservá-lo para determinar por vezes mais prontamente, pelo encanto da eloqüência, o consentimento dos ouvintes, e fazê-los aderir com mais tenacidade às verdades expressas sob forma prática e honesta. Mas isso unicamente no caso em que esses ouvintes, estando já esclarecidos e bem dispostos, não precisem de um discurso que os instrua ou convença. Porque, já que a eloqüência deve reinar em todos os gêneros, ela tem por objetivo, em cada um deles, falar de maneira própria a persuadir, e persuadir o que é

ensinado. Ora, não importa em que gênero, sem dúvida, o orador pode dizer o que leva à persuasão. Mas se não sucede bem, não chega à finalidade própria da eloqüência. No gênero simples, persuade à verdade daquilo que trata; no gênero sublime, persuade a fazerem o que já conhecem, mas negligenciam em executar; no gênero temperado, persuade apenas que está falando com elegância e distinção. Ora, que precisão temos de tal fim? Que o procurem os que põe sua glória na eloqüência e que se vangloriam nos panegíricos e outros discursos análogos, em que o ouvinte não precisa ser instruído, nem ser levado à ação, mas busca somente o seu prazer. Nós, ao contrário, subordinamos esse fim a outro. Àquele que temos em vista quando falamos em estilo sublime, isto é, quando desejamos tornar amada a virtude e evitado o vício. Isso no caso em que os homens não estejam de tal modo refratários que pareça ser necessário fazê-lo aceitar como que à força, por meio dos grandes recursos oratórios. Ou ainda, no caso em que eles já estejam nas boas disposições, para os confirmar e fazê-los perseverar com zelo e constância. Assim, nós empregaremos com sabedoria e sem ostentação os ornamentos do estilo temperado, não no único desígnio de agradar o ouvinte, mas para levá-lo de preferência ao bem que desejamos persuadir.

CAPÍTULO 27

As três metas do orador sacro

56. O orador que fala com sabedoria deve, pois, se quiser também falar com eloqüência, propor-se os três fins que desenvolvemos acima, e que consistem em fazer-se escutar com atenção, com prazer e com docilidade. Contudo, é preciso não atribuir cada uma dessas três qualidades só a um dos três gêneros de estilo, de modo que ser escutado com entendimento pertencesse ao gênero simples; com prazer, ao gênero temperado; e com docilidade, ao gênero sublime. Mas o orador deve, quanto possível, dar ao mesmo tempo essas três qualidades a cada um dos três gêneros. De fato, não queremos que se aborreçam com o que dizemos em estilo simples. Também, desejamos ser escutados não somente com entendimento mas também com prazer. De outro lado, o que nos propomos ao ensinar os preceitos divinos, a não ser que nos escutem com docilidade, isto é, que prestem fé ao que dizemos, pela graça daquele que disse: “Os teus testemunhos, Senhor, são digníssimos de fé” (Sl 93,5)? O que quer também quem narra um fato, ainda que em estilo simples, a não ser que creiam? E quem quererá escutá-lo se ele não cativar seu ouvinte com certo encanto de linguagem? Quem ignora que se alguém não for escutado com entendimento, não o será nem com prazer nem com docilidade?

O valor do estilo simples

Ao contrário, se um discurso em estilo simples se propõe resolver as mais difíceis questões e demonstra-as de modo adequado; se tira, contra toda expectativa, não sei de que fontes obscuras, as razões mais convincentes e apresenta-as com brilho; se abate o erro do adversário e prova a falsidade de sua tese considerada invencível; sobretudo, se reveste com certos encantos que aparecem sem ostentações e de certo modo naturalmente; e que seus períodos tenham a caída final em cadência métrica, sem nada de pretensioso, mas que pareçam gerados necessariamente do próprio assunto; esse estilo simples suscita quase sempre calorosos aplausos e quase não é notada a simplicidade do estilo. Isso porque essa eloqüência, por aparecer sem ornamento, por caminhar como nua e desarmada, não deixa de abater o adversário em poderosos apertos; e abate e esmaga sob seus golpes invencíveis a mentira mais pertinaz. E por qual razão os oradores que falam nesse estilo simples são muitas vezes

aclamados calorosamente, se não porque a verdade assim demonstrada, assim defendida, assim invencível é cheia de encantos?

Nosso doutor e orador sacro deve, pois, aplicar-se a falar nesse estilo, de tal modo que se faça escutar não somente com clareza, mas ainda com prazer e docilidade.

Valor do estilo temperado

57. Por outro lado, a eloqüência do gênero temperado não se apresenta ao orador da Igreja sem ornamentos, se ela sabe revestir-se deles convenientemente. Ela não procura unicamente agradar, como faz a eloqüência dos autores profanos, tende também a se fazer escutar com docilidade, a inspirar ao ouvinte apego sincero e irremovível para as coisas que louva, e o afastamento e horror daquelas que condena. Mas se lhe falta a clareza, não saberá ser escutada com prazer. Até nesse gênero de estilo que consiste principalmente em agradar, o orador deve fazê-lo de modo a reunir estas três qualidades: ser claro, agradável e persuasivo para os seus ouvintes.

Valor do estilo sublime

58. Mas desde o momento em que é preciso mover e convencer o ouvinte será pelo estilo sublime (e esse é o caso quando alguém reconhece a verdade e o encanto do discurso, mas recusa-se a conformar a sua conduta a ela). Todavia, quem ficará convencido se não compreende o que lhe dizem? E como ficará atento a escutar se não encontra nenhum encanto nisso? Em conseqüência, também nesse gênero de estilo, em que se trata de comover um coração endurecido e de torná-lo dócil graças aos grandes meios oratórios, ninguém saberia ser escutado com docilidade se não se fizesse também escutar com entendimento e prazer.

CAPÍTULO 28

Conformar a vida às palavras pronunciadas

59. Mas a vida do orador será — para se fazer ser escutado com maior docilidade — de peso bem maior do que a mais sublime elevação de sua linguagem. Com efeito, quem fala com sabedoria e eloqüência, mas vive mal, por certo instrui a muitos, ávidos de aprender, se bem que fique “inútil para sua própria alma” (Eclo 37,21). Daí também esta palavra do Apóstolo: “De qualquer maneira — ou com segundas intenções ou sinceramente — Cristo é proclamado” (F1 1,18). Certamente, Cristo é a verdade e, contudo, até a verdade pode não ser anunciada com verdade ou, em outros termos, o que é justo e verdadeiro pode ser pregado por coração depravado e enganador. Em todo caso, é desse modo que Cristo é anunciado por homens mais preocupados por seus próprios interesses que pelos interesses de Jesus Cristo. Mas como os bons fiéis escutam com docilidade não o homem, seja ele quem for, mas o próprio Senhor que disse: “Fazei e observai tudo quanto vos disserem. Mas não imiteis as suas ações, pois dizem, mas não fazem” (Mt 23,3), certamente eles escutam utilmente os que agem sem utilidade para si próprios. Pois esses procuram seu próprio interesse, mas não ousam dá-lo a conhecer do alto da cátedra eclesiástica firmada pela sã doutrina. Assim, o Senhor, antes de lhes dirigir as censuras que acabo de citar, disse: “Eles estão sentados na cátedra de Moisés” (Mt 23,2). De fato, essa cátedra que não é deles, mas de Moisés, os constrange a ensinar o bem, ainda que não o façam. Eles agem mal, pois, conforme os próprios interesses, mas a cátedra, que não lhes pertence, não lhes

permite ensinar o mal.

Ser modelo para os fiéis

60. Eis por que eles são úteis a muitos, ainda que dizendo o que não fazem. Mas seriam úteis a número bem maior de pessoas, se fizessem o que dizem. São legião, com efeito, as pessoas que buscam justificar sua má vida pela conduta de seus superiores e dos prepostos a instruí-los, dizendo-se interiormente de coração, e por vezes até exteriormente, se seus sentimentos escapam pela boca: "O que prescreves, por qual motivo não o fazes tu próprio?" Assim, os fiéis não escutam com docilidade quem não se escuta a si próprio, e desprezam a Palavra de Deus que lhes é pregada, ao mesmo tempo que desprezam o pregador. Finalmente, o Apóstolo, na sua carta a Timóteo, depois de ter dito "que ninguém despreze a tua jovem idade", acrescenta nestes termos o meio de não ser desprezado: "Sê para os fiéis um modelo na palavra, na conduta, na caridade, na fé, na pureza" (1Tm 4,12).

CAPÍTULO 29

Apegar-se mais à verdade do que à forma

61. Um doutor que leva vida exemplar pode empregar a propósito, para se fazer escutar com docilidade, não somente o gênero simples e temperado, mas ainda empregar a linguagem da mais sublime eloqüência. Ele opta, por certo, por vida virtuosa, em vista de se assegurar boa reputação, mas também em vista de se fazer provisões de bens, o mais possível, aos olhos de Deus e aos dos homens (2Cor 8,21). Diante de Deus, temendo-o; diante dos homens, ocupando-se deles. Que ele prefira, assim, em seus discursos, agradar mais pelo fundo do que pela forma, e se persuada que nunca fala tão bem do que quando diz a verdade. O orador não deve ser escravo da expressão, mas a expressão deve servir o orador. É o que ensina o Apóstolo quando diz: "Não recorro à sabedoria da linguagem, a fim de que não se torne inútil a cruz de Cristo" (1Cor 1,17). O que ele diz a Timóteo confirma a mesma coisa: "É preciso evitar as discussões de palavras: elas não servem para nada, a não ser para a perdição dos que as ouvem" (2Tm 2,14).

Essas palavras não significam que não devemos responder em favor da verdade aos adversários que atacam a verdade. Isso observa-se bem na passagem em que o Apóstolo mostra qual deve ser em toda circunstância a conduta do bispo. Diz ele, entre outras coisas: "Que o epíscopo seja capaz de ensinar a sã doutrina como também de refutar os que a contradizem" (Tt 1,9). Discutir com palavras é preocupar-se não com os meios de fazer triunfar a verdade, mas com os meios de fazer preferir seu discurso ao do adversário. Por certo, quem não se entrega a discussões verbais serve-se de palavras, seja que fale em estilo simples, seja em estilo temperado, seja sublime, mas serve-se delas para que a verdade brilhe, a verdade agrade, a verdade mova.[50]

Até a caridade, que é o fim do preceito e a plenitude da Lei (1Tm 1,5; Rm 13,10), não pode ser reta se o objeto do amor não for a verdade, mas o erro. E assim como quem possui a beleza do corpo unida à deformidade da alma é mais a lamentar do que se tivesse também a deformidade corporal, assim também os que pregam a mentira com eloqüência são mais dignos de pena do que se a expressassem de modo grosseiro. O que é pois falar, não somente com eloqüência, mas ainda com sabedoria a não ser empregar as expressões claras em estilo simples; as brilhantes em estilo temperado; e as veementes em estilo sublime? Tudo isso, contudo, sob a condição de exprimir as verdades que se tem o dever de tornar entendidas.

Finalmente, se alguém for incapaz de falar ao mesmo tempo com sabedoria e eloqüência, que diga ao menos com sabedoria o que não consegue dizer com eloqüência, de preferência a dizer eloqüentemente coisas tolas. Todavia, quem não é sequer capaz de fazer isso, deve se comportar de tal maneira para não somente conseguir a recompensa para si, mas também para dar o exemplo aos outros, tornando seu modo de viver uma espécie de eloqüente pregação.

CAPÍTULO 30

Não incriminar o orador que pregue discurso feito por outro

62. Certamente, existem homens capazes de pronunciar muito bem um discurso, mas incapazes de o compor. Se eles tomam de outros um discurso escrito com sabedoria e eloqüência, e tendo-o aprendido de cor, pronunciam-no diante do povo, não fazem nada de repreensível. Com efeito, por esse meio, que é incontestavelmente útil, muitos se tornam pregadores da verdade, sem que existam para isso muitos doutores. Sob a condição, porém, de que todos ensinem a mesma verdade em nome do verdadeiro Mestre e que não haja divisões entre ele (1Cor 1,10). E eles não devem se assustar com a linguagem do profeta Jeremias pelo qual Deus censurou “aqueles que roubam um do outro a minha palavra” (Jr 23,30). Roubar é de fato tomar o bem de outrem. Mas a palavra de Deus não é um bem estranho a quem se submete a ele. Assim seria quem, pregando bem, vivesse mal. Pois todas as boas idéias que expõe parecem ser o produto de seu próprio pensamento, mas encontram-se em contradição com seus costumes. É por esse motivo que Deus os chama de ladrões das suas palavras, pois querem parecer bons, anunciando a doutrina de Deus, ao passo que estão pervertidos, ao viver segundo os seus próprios maus princípios. De fato, se tu prestares bem atenção, eles não pregam o bem do qual falam. Aliás, como poderiam afirmar por palavras o que negam por atos? Não é em vão que o Apóstolo diz de tais oradores: “Afirmam conhecer a Deus, mas negam-no com seus atos” (Tt 1,16). Afirmam, com efeito, uma coisa, e logo a seguir afirmam outra com a vida. Logo, é bem verdadeiro o que diz deles a Verdade: “Fazei e observai tudo quanto vos disserem. Mas não imiteis as suas ações” (Mt 23,3) — ou em outros termos: o que escutais de sua boca, fazei-o, mas o que vedes em suas ações, não o façais —, “pois dizem mas não fazem”. Portanto, ao não fazer, afirmam coisa contrária. Em outra passagem, o Senhor acusa-os: “Hipócritas, como podeis falar coisas boas se sois maus?” (Mt 12,34). Eis por que ainda quando dizem o bem, não são idéias suas que exprimem, já que as negam voluntariamente pelas ações.

Acontece desse modo que um homem, eloqüente mas perverso, compõe um discurso onde a verdade está exposta, discurso destinado a ser pronunciado por outro orador menos eloqüente, mas boa pessoa. Nesse caso, o primeiro orador tira de si mesmo bem que não lhe pertence. E o segundo recebe um bem que lhe pertence. Mas quando bons fiéis prestam esse serviço a outros bons fiéis, ambos dizem o que é de Deus. Porque as idéias expressas pelo que compôs o discurso são da propriedade de Deus. E são também de Deus os que não souberam compor por si próprios, mas vivem conforme essas idéias.

CAPÍTULO 31

O orador deve rezar antes de tomar a palavra

63. Mas seja no momento mesmo em que o orador vai falar ao povo ou a grupo pequeno, seja na ocasião em que vai ditar o que deve ser pronunciado em público, ou lido pelos que o desejam ou podem, o orador deve rezar a Deus para pôr em sua boca boas palavras. Porque, se a rainha Ester, no momento em que se dirigia ao rei para pedir-lhe a salvação temporal de seu povo, rezou a Deus para pôr em seus lábios as palavras convenientes (Est 4,17s; 14,13), quanto mais devem rezar para obter graça semelhante os que "no ministério da palavra e na instrução" (1Tm 5,17) trabalham para a salvação eterna dos homens!

Quanto aos oradores que pronunciarão um discurso recebido de outrem devem, antes mesmo de o receber, rezar por aquele de quem o recebem, a fim de obter-lhe as graças que desejam obter para si próprios. Tendo-o feito, devem rezar por si, a fim de pronunciarem bem o discurso e também rezar pelos ouvintes a quem vão se dirigir para que tirem proveito.

Finalmente, que dêem graças a Deus pelo feliz êxito de seu discurso, porque não duvidam que é a ele que devem qualquer sucesso. E assim quem se glorifica, que se glorifique em Deus, em cujas mãos estamos nós e nossas palavras (Sb 7,16).

CAPÍTULO 32

Conclusão

64. Esta obra tornou-se mais longa do que eu desejava e pensava. Mas não é longa para o leitor ou o ouvinte a quem agrade abordá-la. Certamente a quem parecer longa e desejar contudo conhecê-la, que a leia por partes. Mas a quem não interessa conhecê-la, que não se queixe de sua extensão. Quanto a mim, dou graças a Deus — por fraco que seja meu talento — por ter falado o melhor que pude nestes quatro livros, não de minhas qualidades pessoais — pois elas me faltam bastante —, mas das qualidades que o orador deve ter, desejoso de trabalhar à base de doutrina sã, isto é, da doutrina cristã, não só para proveito pessoal, mas também para os outros.

47. Nos três primeiros capítulos deste IV livro, Agostinho relembra aos leitores como sua obra está composta, seu conteúdo e seus objetivos. Nos livros anteriores, ensinou como se devem estudar as Escrituras. Neste último livro, propõe-se a ensinar como deve ser transmitida a doutrina, como se deve dar a instrução. Utilizando normas e orientações aprendidas em Cícero, Agostinho discorre sobre todos os gêneros possíveis de eloqüência sagrada. A retórica, a eloqüência e todos os métodos e artifícios da oratória devem estar subordinados à fé. No púlpito, recomenda, é melhor apresentar algo simples, mas de conteúdo, do que comover com palavras vazias: vale mais a sabedoria do que a eloqüência. Assim, esta obra torna-se recomendável a todos os pregadores. Cf. Van der Meer, vol II, pp. 195-196 e H.I.Marrou, pp. 508-509.

48. Inspirado ainda em Cícero ("certo orador"), Agostinho distingue três gêneros de pregação: o simples, o florido e o patético, conforme a intenção de demonstrar, encantar ou persuadir ou, em termos cristãos, explicar, edificar ou converter. Aos três gêneros de eloqüência correspondem três gêneros de estilos: o simples, o temperado e o sublime que respondem também às três metas possíveis de pregação: dar a conhecer, agradar ou comover. Cf. Van der Meer, op.cit. p. 200.

49. Agostinho narra aqui um sucesso pessoal. Usando o estilo sublime, conseguiu extirpar a lapidação desumana da Caterva. Infelizmente, esta homilia não foi registrada pelos estenógrafos, ou então foi perdida. Agostinho se refere a este sermão que ter-se-ia dado "perto de oito anos atrás". Por outras informações, sabe-se que foi pronunciado em 418, donde se data a redação final de A doutrina cristã, pelo fim de 426, ou início de 427.

50. Aspectos imperativos da linguagem. Para Agostinho, a língua possui força imperativa na conquista dos espíritos. Essa força imperativa da língua obedece aos três fins nitidamente formulados pela retórica antiga e aqui desenvolvida: que a verdade brilhe, que a verdade agrade, que a verdade mova. São três aspectos senhoriais da língua como instrumento de conquista, porque a verdade há de se mostrar, há de agradar e há de mover e ganhar as vontades. Cf V. Capánaga, Pensamientos de san Agustin, pp. 6.7.